

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

AGILSON POQUIVIQUI

**RACISMO AMBIENTAL E VIOLÊNCIA IDENTITÁRIA: Um estudo sociológico
dos impactos socioambientais de projetos de barragens no Estado do Mato
Grosso.**

SÃO CARLOS – SP

2019

AGILSON POQUIVIQUI

RACISMO AMBIENTAL E VIOLÊNCIA IDENTITÁRIA: Um estudo sociológico dos impactos socioambientais de projetos de barragens no Estado do Mato Grosso.

Tese apresentada para obtenção do título de doutor em Sociologia ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos.

Orientador: Professor Doutor Rodrigo Constante Martins

SÃO CARLOS – SP

2019

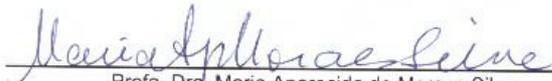


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Agilson Poquiviqui, realizada em 10/12/2019:



Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
UFSCar

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
UFSCar



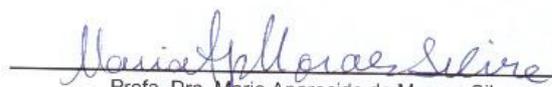
Prof. Dr. Alessandro André Leme
UFF

Profa. Dra. Flávia Braga Vieira
UFRRJ



Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Rodrigo Constante Martins, Alessandro André Leme, Flávia Braga Vieira e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

Agradeço, primeiramente, a Deus, por te me ajudado e me auxiliado nos momentos de angústia, solidão do pensar e repensar junto aos livros na busca da sabedoria;

à senhora Regina Pagliuca, por mesmo sem saber quais seriam os desdobramentos, ter-me indicado para trabalhar em Cáceres-MT, onde tive a oportunidade de nascer de novo. Talvez sem sua ajuda não tivesse sido possível vencer mais esta etapa da minha vida;

também ao senhor Raphael de Oliveira, que de forma direta e indireta me ajudou na construção do meu sonho;

aos amigos e colegas do grupo RURAS, que me ajudaram nas discussões durante os encontros. Amigo Zé pequeno, Ariele e, em especial, a Lucineia, amiga que dividiu comigo noites em claro, fins de semana sem descanso, tudo em nome de um objetivo: a superação de meu medo de fracassar;

à minha afilhada, Pamela, e a madrinha, Vânia, meu porto seguro de família, que sempre me apoiou, principalmente, neste momento de tom especial de minha vida;

aos mestres da UfsCar, em especial ao meu orientador, professor doutor Rodrigo Martins Constante, que com sua paciência e dedicação não mediu esforços para me orientar;

em especial às professoras doutora Maria Aparecida de Moraes Silva, doutora Flávia Braga Vieira, professores doutor Fábio José Bechara Sanches, doutor Alessandro André Leme, pelos comentários, e contribuições das arguições na banca da defesa pública da tese;

a Comunidade Nova Munduruku, Comuindade Pedreira e Colônia Z-16 de pescadores, que participaram da pesquisa, para elaboração da tese;

aos meus colegas de trabalho da Universidade do Estado de Mato Grosso, do campus de Juara, que me auxiliaram nos momentos de aflição da elaboração da tese.

*Dedico este trabalho a **Herculano das Neves**, meu avô (in memoriam), que nunca mediu esforços para poder me proporcionar a oportunidade de estudar. O meu muito obrigado e fica aqui registrado com mais esta conquista. “Na vida, temos pessoas que passam e deixam um pouco de si, mas levam um pouco de nós, por isso nunca estamos sozinhos”.*

“Se algumas pessoas são consolidadas no imaginário social como portadoras de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem, igualmente, do gozo pleno dos direitos humanos”.

Sueli Carneiro

RESUMO

A presente tese objetiva compreender os impactos sociais e identitários na vida dos atingidos, provocados pela provável instauração da barragem da Usina Hidrelétrica Castanheira - UHE, localizada no município de Juara, Mato Grosso. A efetivação deste empreendimento na região pode, direta ou indiretamente, atingir etnias indígenas, ribeirinhos e pescadores da região do Vale do Arinos, na medida em que promove, não apenas as desigualdades ambientais, características deste tipo de megainvestimento hídrico, mas sobretudo ao induzir a sociedade a novas modalidades de racismo ambiental para com os agentes sociais da área alagada. As políticas de geração de energia, a partir de recursos hídricos, têm ido ao encontro dos interesses capitalistas, bem como do mercado, que tem se tornado cada vez mais agressivo, logo desconsiderando o posicionamento dos agentes sociais, alijando-os de seus direitos e afrontando suas liberdades. A forma de abordagem do problema em questão é via pesquisa social qualitativa. De maneira mais específica, os problemas socioambientais, que transformam as relações dos referidos agentes sociais, serão abordados, desde os princípios dos estudos de caso, com enfoque nas histórias de vida. Para a geração de dados foram utilizadas a pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas, além de fotodocumentação e caderno de campo. As consequências da construção da UHE consistem, em certa medida, na negação dos direitos e no desrespeito à liberdade dos atingidos, principalmente em relação aos diferentes modos de ser e estar no mundo, ou seja, não há respeito às identidades e memórias já que se percebe aparente menosprezo aos bens materiais e imateriais destes povos. Tais evidências configuram uma modalidade de racismo ambiental, que ocorre desde a etapa de planejamento e, antes mesmo de o empreendimento obter a licença de ocupação de solo, as expectativas de vida dos atingidos já são afetadas.

Palavras-chave: Usina hidrelétrica, Território, Atingidos, Racismo ambiental.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the social and identity impacts in the life of the affected caused by the probable establishment of the dam of the Castanheira Hydroelectric Power Plant, located in the city of Juara, Mato Grosso. The realization of this venture in the region can, directly or indirectly, reach indigenous, riverside and fishermen ethnic groups of the Arinos Valley region, in so far as it promotes not only environmental inequalities, characteristics of this type of mega water investment, but above all by inducing society to new modalities of environmental racism towards the social agents of the flooded area. Power generation policies based on water resources have met capitalist interests, as well as the market, which has become increasingly aggressive, thus disregarding the position of social agents, alienating them from their rights and confronting their freedoms. The approach to the problem in question is via qualitative social research. More specifically, the social and environmental problems that transform the relationships of these social agents will be approached from the beginning of the case studies, focusing on life stories. For data generation were used documentary research and semi-structured interviews, as well as photodocumentation and field notebook. The consequences of the construction of the HPP consists, to a certain extent, in the denial of rights and disrespect for the freedom of those affected, especially in relation to the different ways of being and being in the world, ie, there is no respect for identities and memories. For it is perceived apparent disregard for the material and immaterial goods of these peoples. Such evidence is a form of environmental racism, which occurs from the planning stage, and even before the project obtains a land occupation license, the life expectancies of those affected are already affected.

Key words: Hydroelectric Plant, Territory, Reached, Environmental Racism.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Povo Indígena Bororo | 9 |
| Figura 2 - Estágio do planejamento da UHE Castanheira..... | 23 |
| Figura 3 - Localização da UHE Castanheira | 25 |
| Figura 4 - Fase do setor elétrico brasileiro | 41 |
| Figura 5 - Mapa de estudos de viabilidades hídricas no Brasil PAC 1 e 2 | 49 |
| Figura 6 - Ciclo de um projeto hidrelétrico – participação da EPE | 53 |
| Figura 7 - Dança: símbolo da identidade Munduruku..... | 55 |
| Figura 8 - Espaço de estudo da pesquisa | 74 |
| Figura 9 - Alimentação dos Munduruku..... | 92 |
| Figura 10 - Desenho da representação da aldeia “Nova Munduruku” e suas construções..... | 98 |
| Figura 11 - Mapa do espaço do reservatório da UHE Castanheira | 102 |
| Figura 12 - Pinturas corporais indígenas..... | 113 |
| Figura 13 - Mapa da área de alagamento da UHE Castanheira..... | 122 |
| Figura 14 - Foto rio Arinos, na propriedade da família Kolinsqui..... | 129 |
| Figura 15 - A produção de café | 132 |
| Figura 16 - Limpeza do frango no sistema tradicional..... | 140 |
| Figura 17 - Festa da igreja em barraco de palha..... | 145 |
| Figura 18 - O forno de barro..... | 147 |
| Figura 19 - Senhor Gilberto exibindo um de seus primeiros peixes | 154 |
| Figura 20 - Barraco de apoio para o período de pesca | 156 |
| Figura 21 - Barco de pesca da família do senhor Gilberto | 158 |
| Figura 22 - Barraco da família de Gilberto e Adriana | 160 |
| Figura 23 - Foto de comprovante de declaração de pesca individual | 171 |
| Figura 24 - O pescado - fruto do trabalho | 172 |
| Figura 25 - Peixes expostos para a comercialização na feira do município de Juara MT. No primeiro plano um dos filhos do senhor Gilberto | 176 |
| Figura 26 - Grupo de trabalho nas oficinas do diagnóstico participativo em Juara . | 185 |
| Figura 27 - Oficina de levantamento das potencialidades de Juara..... | 187 |
| Figura 28 - Sociedade em geral na audiência pública..... | 195 |
| Figura 29 - Representantes indígenas na audiência pública..... | 196 |
| Figura 30 - Obra da Usina Hidrelétrica de Sinop..... | 208 |

LISTA DE SIGLAS

AIA - Avaliação de Impacto Ambiental

AID – Área de Influência Direta

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

APP - Áreas de Preservação Permanente

ASPEPAL - Associação dos Produtores Rurais das Glebas Pedreiras e Palmital.

CF – Constituição Federal

CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

CNAE - Conselho Nacional das Águas e Energia Elétrica

CNP - Confederação Nacional dos Pescadores

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

COPESNOP - Colônia Z-16 de Pescadores e Aquicultores do Município de Sinop e Região

DEE - Diretoria de Estudos de Energia Elétrica

DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

ECI - Estudo de Componente Indígena

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

FCARP - Faculdade Católica Rainha da Paz

FEAD - Faculdade de Estudos Administrativos

FEPAS - Federação Estadual dos Pescadores e das Colônias de Pesca

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

MAB - Movimento de Atingidos por Barragem

MME - Ministério de Minas e Energia

MPF - Ministério Público Federal

MT – Mato Grosso

OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAC - Programa de Aceleração ao Crescimento

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

PDE - Plano Decenal de Expansão de Energia

PND - Plano Nacional de Desestatização

PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso

SEMATUR - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo

SIBAL - Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica

SIN – Sistema Interligado Nacional

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UHE - Usina Hidrelétrica Castanheira

UHEFG - Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO..... | 9 |
| INTRODUÇÃO | 16 |
| 1. ITINERÁRIO METODOLÓGICO..... | 21 |
| 1.1 Os grupos de interesse da pesquisa | 26 |
| 1.1.1 Comunidade Nova Munduruku..... | 26 |
| 1.1.2 Comunidade Pedreira..... | 30 |
| 1.1.3 Colônia Z16 Pescadores | 33 |
| 1.2 Caracterização e contexto histórico do município de Juara | 35 |
| 2. USINA HIDRELÉTRICA DE CASTANHEIRA: PLANEJAMENTO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS | 39 |
| 2.1 Breve histórico do setor energético no Brasil: uma análise da criação da EPE - Empresa de Pesquisa Energética. | 39 |
| 2.2 Implantação e prospecção de impactos da UHE Castanheira | 51 |
| 2.3 O racismo ambiental: aspectos conceituais e suas implicações na vida dos atingidos por barragens..... | 64 |
| 3. A CONCEPÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO E AS RELAÇÕES SOCIAIS..... | 73 |
| 3.1 Espaço: relações de transformação e mediação..... | 73 |
| 3.2 Território: relações de poder sobre o espaço | 80 |
| 3.3 Identidade: construção de referências e legitimação social | 84 |
| 4. TERRITÓRIO, HISTÓRIA E TRAJETÓRIAS DA ETNIA MUNDURUKU..... | 97 |
| 4.1 O povo Munduruku: breve histórico..... | 97 |
| 4.2 Por onde caminha o povo..... | 105 |
| 4.3 A vida nua dos Munduruku..... | 115 |
| 5. MAPEAMENTO DA MEMÓRIA AFETIVA DA COMUNIDADE PEDREIRA: TRAJETÓRIA DE VIDA DOS FUTUROS ATINGIDOS PELA UHE CASTANHEIRA | 120 |
| 5.1 O sonho do “pedaço de chão”: memórias da construção da comunidade Pedreira | 124 |
| 5.1.1 A representação da terra e suas simbologias na vida da comunidade Pedreira..... | 133 |
| 5.2 Os cultivos no pedaço de chão: lavoura, roçado e criação de animais como fontes de vida | 135 |
| 5.2.1 Mulheres da comunidade Pedreira: rochas de contenção das tensões, entre a manutenção da tradição e as preocupações com o futuro..... | 138 |

| | |
|--|-----|
| 5.3 Festas religiosas, culinária, tradições: a cultura vivenciada neste pedaço de chão | 142 |
| 5.3.1 Festas e suas relações sociais no espaço da comunidade..... | 143 |
| 6. VIDA DE PESCADOR: RESISTÊNCIA OU SOBREVIVÊNCIA DOS ATINGIDOS PELA UHE..... | 151 |
| 6.1 O rio como fonte de vida do pescador artesanal | 152 |
| 6.2 O pescador, a comunidade local e o espaço..... | 165 |
| 6.3 Pescador versus Estado..... | 167 |
| 6.4 Relações sociais e feiras livres..... | 173 |
| 6.5 Usina e perspectiva de futuro do pescador | 177 |
| 7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: O JOGO DE CENA DE PROCEDIMENTOS DEMOCRÁTICOS E PARTICIPATIVOS | 183 |
| 7.1 A Mobilização para as audiências públicas | 183 |
| 7.2 A teatralização dos agentes nas audiências públicas | 189 |
| 7.3 A materialização dos impactos sociais nas emoções e sentimentos dos atingidos pelas barragens..... | 209 |
| 7.4 O capital técnico em detrimento do capital social..... | 213 |
| CONSIDERAÇÕES..... | 223 |
| REFERÊNCIAS..... | 229 |
| APÊNDICES..... | 239 |
| APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS | 240 |
| APÊNDICE B - Roteiro de Entrevistas Ribeirinhos | 242 |
| APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PESCADORES | 244 |
| ANEXOS | 246 |
| ANEXO I - NO MEIO DO CAMINHO..... | 247 |
| ANEXO II - TOCANDO EM FRENTE | 248 |

APRESENTAÇÃO

Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!
(FANON, 2008, p. 191)

O ato de voltar ao passado para relembrar o caminho percorrido nos permite (re)descobrir o valor dos sacrifícios, das lutas e do cansaço do dia a dia. Corroboro a emblemática fala de Bosi (1979, p. 17), em seu clássico trabalho sobre lembranças de velhos, quando afirma: memória é “trabalho”; “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”.

Figura 1 - Povo Indígena Bororo



FONTE: Wikipédia (2017). [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:%C3%8Dndios da etnia Bororo-](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:%C3%8Dndios_da_etnia_Bororo-Boe.jpg)

[Boe.jpg](#)

As características do povo indígena Bororo¹, percebidas na imagem acima (Figura 1) há pouco tempo começaram a ser descobertas e reconhecidas por mim em minha própria face. Sayad (2000) contribuiu nessa reflexão, quando afirma que, se, de um lado, pode-se sempre voltar ao ponto de partida – e o espaço se presta bem a esse ir e vir – de outro lado, não se pode voltar ao tempo da partida, tornar-se novamente aquele, que era naquele momento; pois, a vida segue e apura o olhar.

Passei, então, a enxergar os traços no rosto, nos olhos firmes e direção poente, na alegria, e acima de tudo, como alguém pertencente a uma etnia de oprimidos. Durante toda minha infância, conforme descrição que será feita mais adiante, não me percebia como indígena, mesmo quando as pessoas me perguntavam: “Você é índio ou bugre?”, situações em que a resposta era sempre: “Sou bugre”². Mas o que é ser bugre, em um Estado onde os renegados não têm distinção de raça e origem, e, onde ver o outro não é reconhecer-se no outro? As pessoas ainda diziam: “Você tem uma ‘lapa de nariz’, olhe o seu ‘pé de pato’”; mas

¹ O caminho que levou Lévi-Strauss a essa discussão passa pelo sul do atual Estado do Mato Grosso, onde, em 1936, travou contato com os Bororo, povo de língua Macro-Jê. Recém-saído dessa experiência de campo, Lévi-Strauss publicou seu primeiro texto etnológico, “Contribuição ao estudo da organização social dos índios Bororo”.

² Cf. SILVA, Wilson Matos. *Bugre ou Índio? Como tratar o nativo brasileiro?* Disponível em <<https://www.progresso.com.br/variedades/bugre-ou-indio-como-tratar-o-nativo-brasileiro/65047/>> Acesso em 25 mai 2019. O colonizador português usou o termo bugre para, de forma preconceituosa, tratar o nativo como sendo um ser sem almas e traiçoeiro, tomado pelo espírito de um capitalismo selvagem, saqueador e aventureiro se arvorou desatinadamente das nossas riquezas naturais. Desta forma, confrontando-se com as ideias e vivências milenares dos nossos povos indígenas em relação ao trabalho e a toda sorte de riquezas da relação escravocrata que se estabeleceu entre o “colonizador” e os nossos povos. Tudo isso significou um abismo cultural entre os nossos povos e os nossos algozes “visitantes”. Essa percepção errônea se traduz em reações sistemáticas de discriminação em todos os aspectos, condenando-nos assim ao ostracismo e ao degredo coletivo, mal costume que se arrasta até os dias atuais. Significado do termo “BUGRE”: a origem da palavra vem do francês bougre; de acordo com o dicionário Houaiss possui o primeiro registro no ano de 1172 e significa 'herético', que por sua vez vem do latim medieval (século VI) bulgārus. Como membros da igreja greco-ortodoxa, os búlgaros foram considerados heréticos, e o emprego do vocábulo para denotar a pessoa indígena liga-se à ideia de 'inculto, selvático, não cristão' - uma conotação de forte valor pejorativo. O termo bugre originou-se num movimento herético, na Europa, durante a Idade Média, representando uma força contrária aos preceitos ditados pela ortodoxia da igreja. Surgiu no século IX, na Bulgária, tendo sido batizado como bogolismo inspirado no nome do padre Bogomil, considerado fundador da seita herética. O 'bugre' vai reaparecendo na lembrança do europeu, com uma identidade já construída, acompanhando a ideia da infidelidade moral, porém com novos elementos, próprios da nova situação. Os bugres surgiram de uma sociedade muito fechada e de fundamentação radicalmente religiosa. Não parece verossímil uma história tão complexa e antiga para um personagem alcunhado e tratado, hoje, em diversas cidades do Brasil, como "João-Ninguém". Fica claro que o termo é pejorativo, para identificar aqueles que apresentam alguns traços físicos específicos - "cabelo de flecha, liso, escorrido"; "olho rasgado, nariz meio achatado"; "escuro sem ser negro" - que estão associados a aspectos culturais, sociais, psíquicos e econômicos também específicos: "o bugre é rústico, atrasado"; "o bugre verdadeiro é do mato, aquele que está escondido, mais agressivo e arredo"; "o bugre que está na cidade é mais dócil, pode ser trabalhador, mas é traiçoeiro".

nem com essas características tão evidentes eu me reconhecia como índio, já que nunca morei em uma aldeia, sempre usei roupas de não índio, sendo socializado como um civilizado, aprendi a pensar como tal. Bisinotto (2000)³ traz considerações importantes que podem acrescentar a essa reflexão pulverizada de sentimentos tão intensos: "Por que as pessoas se ofendem?"; "Porque o bugre é o cacerense que não se adaptou à nova realidade do mundo? Um coitado que ficou marginalizado pela própria forma de ação do Estado."; "Porque bugre para eles [as pessoas de fora] é uma pessoa que não tem nada, é quem não tem valor"; [a palavra bugre] "tem um sentido negativo, acredito que pela cor da pele"; "porque a própria sonoridade [da palavra] não é bonita, e, a acepção está muito ligada a cara chata, cabelo escorrido (...)".

Recuperando tantas memórias⁴, pensei em um título para esse relato: "O Indiozinho". Mesmo que para mim faça todo sentido, explicarei o que se passou com essa criança, que teve seu contato com indígenas apenas por meio dos ensinamentos das professoras do primário, por ocasião das comemorações do dia 19 de abril.

A saga em busca de compreender melhor minha raiz tem início na cidade onde nasci e fui criado: Porto Esperidião, situada a 400 km de Cuiabá, Mato Grosso, cidade habitada por bugres (mistura de índios com bolivianos) também denominados de chiquitanos. O contato pessoal entre os povos chiquitanos e os brancos era raro, visto que os não índios tinham a concepção de que os povos tradicionais eram nativos, não pertencentes à sociedade. Como eu estava inserido no meio dos brancos, também herdava esses julgamentos e, ainda que incipientes, já havia resquícios de racismo com o diferente nessas comparações.

Vivi minha infância em uma fazenda, onde ajudava nos afazeres domésticos, dentre os quais: varrer quintal, buscar água de tambor na cacimba para encher os potes de barro, levar marmita aos peões etc. Sempre ouvia as pessoas dizerem: primeiro vem o serviço e depois a brincadeira. Mas, geralmente havia mais e mais serviços a serem feitos. Por conta disso, há poucas ocorrências de brincadeiras em minhas lembranças. A cada etapa aparece a negação de uma parte da minha vida.

³ Ver BISINOTTO. (2000) ATITUDES SOCIOLINGÜÍSTICAS EM CÁCERES-MT: efeitos do processo migratório. O conceito de bugre cacerense.

⁴ Ver Pollak (1992) Memória e Identidade Social.

Minha mãe teve sete filhos, era uma senhora indígena da etnia Bororo, oriunda de Mato Grosso do Sul, analfabeta, não tinha condição de criar seus filhos dando-lhes a vida com dignidade como todos mereciam. Teve de abrir mão e, em nome do amor materno e com dor no coração, entregou-me para uma família de brancos. Trabalhei para eles, sem receber pelos serviços, apenas em troca de moradia e alimentação. Essa família me criou como um agregado, não como um integrante legítimo, eu era alguém que dormia no quarto dos fundos da casa grande. Naquele momento, era tudo que eu, um menino índio, tinha. Era uma nudez de alma, provocada pelo meu destino incerto. Jogado ao vento me sentia nu, vulnerável, frágil. Fragilidade que ecoa até hoje, pois, mesmo sendo um homem feito, ainda consta no meu registro de nascimento: pai ignorado.

Pelos caminhos da vida, até os 12 anos de idade, eu tinha um único desejo: ter uma família. Até então, esta era uma coisa aparentemente simples e fácil de resolver; todavia não era, porque quando se trata de uma família para uma criança indígena, a questão é ainda mais complexa. Quando o menino se pergunta: seria pedir muito ter uma família? Afinal, o que é família? É ter pai, mãe e irmãos? Não obtendo respostas, seu sentimento de rejeição e abandono é ainda maior.

Hoje, mais amadurecido, eu, um homem indígena ou ainda, em processo de autorreconhecimento, comecei a perceber que em minha caminhada sempre tive a presença da família, mesmo não sendo a ideal: por um abraço que chegava dali, de um olhar que chegava de lá, de um que criticava daqui, de outro que sorria de lá, de um que brigava, de outro que amparava, de um que exigia, de outro que se preocupava, de um que cedia, de outro que orientava. Então, fui observando e sentindo que, ora era filho, ora era pai, ora era irmão, ora era mãe, mas estava e ainda estou percebendo o papel da família em cada instante da minha vida, hoje, talvez, eu seja para alguns a família que não tive.

Em 1985, surgiu em minha vida uma família; apesar de institucional, era a educação que me acolhia e fazia as vezes da mãe ou do pai; pude sentir isso quando ingressei no ensino fundamental na Escola de 1º e 2º graus Treze de Maio, em Porto Esperidião-MT, onde também concluí o ensino médio no ano 1993. Mesmo com a ida para a escola, o trabalho ainda estava presente na minha trajetória, e não me esquivava dele. Naquele período, eu vendi bolo, salgados e geladinhos na rua, de segunda a segunda. Essa era a rotina que me aguardava todos os dias. Foram

muitas vezes em que me perguntei: “Porque as outras crianças brincavam, tomavam banho de rio e eu tinha que trabalhar?” A resposta eu mesmo me dava: “Para você ter um lar é preciso trabalhar”.

Dentre as tantas tarefas que eu realizava, uma das lembranças recorrentes que tenho é a feitura do bolo de arroz. O arroz era colocado de molho na água no dia anterior para no dia seguinte ser socado no pilão. O bolo era feito e assado no forno a lenha na folha de bananeira; todo esse processo, muito artesanal, era uma constante. Depois de tudo pronto o bolo era vendido de porta em porta, nos horários após a aula.

Sempre estudei em escolas públicas e, naquele momento de tantas incertezas, não sabia muito bem o caminho profissional que iria seguir na vida. Durante esse tempo, envolvi-me com a prática de esporte, jogando vôlei pela equipe da escola e depois para o time da cidade. Hoje percebo que o esporte foi decisivo para que a minha vida mudasse de sentido. Na infância, não tive tempo para brincadeiras, lazer e outras coisas que uma criança precisava para se desenvolver; em compensação, encontrei nos jogos de vôlei, que comecei a praticar na adolescência, a persistência para vencer o adversário e quebrar o paradigma do desânimo. Assim, tracei o meu caminho, que sempre foi permeado por interesses e objetivos claros, galgados com persistência.

Aos 16 anos, em 1994, mudei-me para a cidade de Cáceres-MT, já com uma meta a cumprir: fazer o curso técnico em contabilidade na Escola Estadual Raimundo Cândido dos Reis. Mesmo contrariando o destino comum para um indiozinho, persisti na busca por um futuro ainda incerto, mas que me desafiava a enfrentar o meu próprio medo de fracassar. Nos entremeios da insegurança, mais uma vez, o sentido do jogo se fez presente: às vezes, se ganha, outras, se perde, e neste movimento constante, o importante não é chorar a derrota, mas erguer a cabeça e seguir em frente. Vence quem persiste!

Vividas essas experiências de ter precocemente tantas responsabilidades, esbarrei num primeiro obstáculo: não consegui trabalho na cidade de Cáceres para me manter. Entretanto, outra possibilidade se mostrou: recebi uma proposta para trabalhar em um escritório de contabilidade de uma fazenda, no município de Araputanga, Mato Grosso, a 320 km de Cuiabá, no ano de 1995. Foi, a partir

daquele momento, que adotei essa cidade como a minha terra natal. Foi em Araputanga que nasci novamente e tudo começou a dar certo.

Durante os cinco anos vindouros, trabalhei, estudei e consegui me sustentar, até que, no ano de 2000, surgiu na cidade de Araputanga/MT, a Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) e tive a oportunidade de ingressar em um curso superior, algo que o indiozinho de Porto Esperidião temia não conseguir. Escolhi o curso de Ciências Contábeis e o concluí no ano de 2004.

A atuação na área do ensino superior deu-se em seguida, tanto no exercício do magistério, quanto na assessoria das coordenações de cursos superiores; talvez seja essa atuação, marcante em minha vida profissional, um dos fatores motivadores para a busca constante pelo conhecimento, o gosto pela pesquisa e pela formação continuada. Tornou-se enfática a necessidade de buscar novos horizontes, partindo então para um mestrado, feito em Belo Horizonte entre 2012 e 2013, na Faculdade de Estudos Administrativos – FEAD.

Em 2013, fui aprovado no concurso público da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat, onde atualmente sou professor efetivo do curso de Administração do *Campus* Universitário de Juara/MT.

Hoje, talvez como eco da minha história, o propósito das minhas escolhas é tornar-me sujeito ativo de minha contínua construção social e assim contribuir com o desenvolvimento de pessoas e da instituição acadêmica, o que me permitirá engajamento junto às questões sociais, em vista dos inevitáveis enfrentamentos e lutas junto aos menos favorecidos.

Com esse propósito, lanço-me no enfrentamento de mais esse desafio no doutorado em sociologia, na escolha da temática a ser desenvolvida na pesquisa, profundamente imbricada no reconhecimento de minha identidade como indígena. O movimento de retornar⁵ ao passado, tem feito eu me olhar profundamente tentando reconhecer-me, assim, coloquei-me como protagonista da minha trajetória de vida. E, nesse momento, ao trabalhar com a etnia indígena Munduruku, não mais me ausentei das minhas raízes.

Em mim, o indiozinho de futuro incerto, é apenas lembrança do que fui, pois como lembra Sayad (2000), o passado não pode jamais tornar-se novamente presente, pois a irreversibilidade do tempo não permite. No entanto, hoje, o

⁵ Ver Sayad (2000) O Retorno elemento constitutivo da condição do imigrante.

indiozinho é um homem e não me restam dúvidas de que o reconhecimento das origens engrandece o homem, faz com que ele se desenvolva, se perceba como agente social na transformação do seu cotidiano, e isso torna-o mais capaz de compreender o outro, seus limites e suas possibilidades, bem como as dinâmicas no contexto onde vive.

Após a contextualização do meu lugar de fala, começo adentrar à temática mais específica da tese.

INTRODUÇÃO

Desde épocas mais remotas, as civilizações lutam, inclusive entre si, para terem garantido o acesso à água, afinal, ela é essencial para a manutenção da vida em diferentes dimensões; exemplo disso são os grandes impérios descritos pela história que se desenvolveram sempre em territórios ricos em água; essas arenas são espaços de conflitos das sociedades e das formas de relação entre os agentes sociais e seus interesses.

Nos Estados modernos, essa questão não mudou. Apesar de os modelos de acesso ao bem hídrico terem evoluído, dando lastro para o aproveitamento da água como recurso essencial na produção de energia, sem a qual o desenvolvimento industrial, pilar da economia capitalista, não acontece, os arranjos continuam a atender os grandes empreendimentos que pouco se conectam com as necessidades populares. Portanto, as iniciativas de uso da água na geração de energia se multiplicaram pelo mundo todo no intuito de dar condições para que cheguem a termo o tão esperado desenvolvimento e justiça social presentes nos discursos neoliberais que querem legitimar tais empreendimentos e que, até hoje, muitas populações esperam que aconteçam.

Por isso, a problemática que envolve os empreendimentos energéticos não é apenas ambiental, mas também de ordem sociológica, uma vez que, na extensão dos seus efeitos, atinge a vida dos agentes sociais – no caso estudado, os povos indígenas Munduruku, ribeirinhos⁶ e pescadores – que dependem da terra, da água e da pesca para sobrevivência física e cultural, pois constituem suas identidades,

⁶ Ver MAGALHÃES, CUNHA (2017) A organização social dos ribeirinhos está ancorada nos grupos domésticos, nas relações de reciprocidade, cooperação econômica e comensalidade. A divisão do trabalho é do tipo familiar. Os ribeirinhos costumam se identificar a si mesmos pela família e pelo “lugar”. Essas são suas unidades sociológicas mínimas, os grupos de vizinhança e de ajuda mútua.

isto é, seus modos de ser e estar no mundo, a partir das trocas que estabelecem entre si e com o ambiente.

Nesse contexto, o Estado de Mato Grosso, caracterizado pela abundância de rios de água doce, com uma grande capacidade de geração de energia, atraiu investimentos do PAC. Assim, estão em fase de estudos de viabilidade e instalação de 22 usinas na bacia hidrográfica do rio Juruena, sendo um desses projetos a UHE Castanheira, conforme o inventário, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 2010. (RIMA, 2017, p.18)

O processo de construção de uma usina hidrelétrica passa por diferentes etapas: inventário hidrelétrico; estudos de viabilidade; elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA; Relatório de Impacto Ambiental – RIMA; audiência pública; análise pelo órgão responsável; licença prévia; licença de energia; projeto básico ambiental; licença de instalação; início da construção; licença de operação; e, por fim, operação da usina. A UHE Castanheira, foco dessa pesquisa, está em fase de audiência pública, mas salienta-se que todas as etapas afetam direta ou indiretamente os atingidos pela barragem, que nesse estudo, serão os indígenas Munduruku, os pescadores e os ribeirinhos da região do Vale do Arinos.

Nesse contexto, delinea-se como objetivo principal dessa tese a compreensão dos impactos sociais e identitários na vida dos futuros atingidos, provocados pela provável instauração da barragem da Usina Hidrelétrica Castanheira (localizada em Juara/MT). Complementarmente, apresentam-se como objetivos específicos: a) mapear os espaços e as relações sociais dos agentes sociais atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Castanheira (UHE), no município de Juara, Mato Grosso; b) identificar quais os impactos identitários e territoriais que podem atingir os povos indígenas Munduruku, pescadores e ribeirinhos; c) analisar a participação dos agentes sociais nas diferentes etapas do processo de planejamento da UHE Castanheira no município de Juara/MT; d) levantar, junto aos órgãos públicos, no caso a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema), as políticas públicas relacionadas aos impactos socioambientais que poderão atingir os agentes sociais.

Acredita-se que as etapas da investigação possam auxiliar a verificação da hipótese de que a construção da UHE Castanheira, no município de Juara, promoverá não apenas desigualdades ambientais características desse tipo de

investimento hídrico, mas também será indutora de novas modalidades de racismo ambiental para com os agentes sociais da área atingida, dada a participação desses agentes durante o processo de discussão da viabilidade do empreendimento.

Esse raciocínio se estabelece motivado por indícios de que os indígenas, ribeirinhos, pescadores não tomam parte, de fato, na elaboração dos documentos, especificamente no Estudo de Impacto Ambiental/EIA e no Relatório de Impacto Ambiental/RIMA, ambos importantes e necessários para o licenciamento ambiental. Tampouco, há evidências de que é buscada a permissão ou contribuição destes agentes sociais ao desenvolvimento de pesquisas, por parte dos técnicos da empresa, em seus territórios; mesmo sendo sabido que os moradores são os que mais conhecem a região e serão os mais atingidos pela futura barragem. Nesse caso, seria interessante agregar o conhecimento técnico ao conhecimento desses agentes, a fim de construir pareceres pertinentes, que estejam de fato relacionados ao empreendimento em questão.

Esse é mais um meio de configuração do racismo ambiental imposto aos povos indígenas, ribeirinhos e pescadores que, mesmo antes da construção da UHE Castanheira, já são atingidos, no que tange ao enfraquecimento de suas vozes e participação no planejamento desses empreendimentos. Com isso, traz à tona um discurso de que essas populações sejam incapazes de decidir o que é melhor e mais adequado para os agentes impactados, dentro de suas tradições e cultura. A questão não é que os agentes não tenham voz, eles a têm, entretanto, necessitam ser efetivamente ouvidos, isto é, suas demandas devem ser consideradas verdadeiras na reflexão a respeito da ampla viabilidade do empreendimento.

Do ponto de vista da forma de abordagem, essa é uma pesquisa social qualitativa, em que é estudado o espaço social e nele as relações dos agentes, seus *habitus*, anseios, angústias, desejos e lutas em meio ao processo de serem atingidos em suas terras e/ou territórios. O princípio de delineamento foi o estudo de caso, pois o recorte da investigação concentrou-se no município de Juara, na região Centro-Oeste, no Estado de Mato Grosso. Para a geração de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas junto a dois representantes da etnia Munduruku, a cinco ribeirinhos e a dois pescadores.

O itinerário metodológico é apresentado no capítulo I, onde, são descritos os grupos de interesse da pesquisa, compostos pela etnia Munduruku, pelos ribeirinhos

da comunidade Pedreira e pelos pescadores da Colônia Z16. Há ainda exposição de como se deu o processo de produção e coleta de dados junto a esses agentes, bem como a caracterização e o contexto histórico do município de Juara, *locus* da pesquisa e o território das populações que poderão ser atingidas pela implantação da UHE Castanheira.

No capítulo 2 é exposto um estudo descritivo sobre a implantação e prospecção dos impactos da UHE Castanheira, embasado e fundamentado em documentos de ordem geral, disponibilizados em sítios de acesso público, que ajudam a compreender as etapas da implantação, complementado ainda com diferentes relatórios disponibilizados pela Sema, com posicionamentos e pareceres ambientais sobre a viabilidade do empreendimento. Ainda neste capítulo, são apresentados aspectos teórico-conceituais a respeito do racismo ambiental, ressaltando sua origem e desenvolvimento, da mesma forma a atualidade e aplicabilidade do conceito em diferentes relações do indivíduo com o ambiente. Ressalta-se o alijamento de alguns agentes sociais – principalmente aqueles que representam classes minoritárias e em situações de vulnerabilidade – do direito de determinar-se em relação às imposições. Tais imposições nem sempre são fundamentadas na proteção dos direitos e liberdades individuais, mas por vezes são encampadas pelo Estado, na defesa de interesses, que muitas vezes não são propriamente aqueles imprescindíveis aos cidadãos.

A concepção da construção do espaço e suas relações sociais vêm a seguir, no capítulo 3, onde se encontra uma reflexão sobre o espaço como a instância em que se dão as relações de transformação e mediação; o território como o espaço em que se configuram as relações de poder; e uma breve reflexão sobre a identidade e sua relação com a construção de referências e de legitimação social.

Os capítulos 4, 5 e 6 têm a missão de descrever os agentes sociais implicados no processo de implantação da UHE Castanheira. Neles também se apresentam as relações entre indígenas, ribeirinhos e pescadores da região, com o ambiente, com as experiências de ocupação do espaço, com a constituição dos territórios e com a construção das identidades. Isto é, com os diferentes modos de ser e estar no mundo, a partir das relações que esses grupos mantêm internamente com os seus próprios membros e com os demais agentes que estão na mesma localidade.

Para finalizar, o capítulo 7 traz uma reflexão sobre o jogo de poder e de interesses que se estabelecem nos atos preparatórios para as audiências públicas. Atividade cercada de procedimentos que devem ser acatados, dentre eles a efetiva participação dos agentes sociais e normatizada por leis, que descrevem todo o processo de licenciamento ambiental para a implantação de um empreendimento hídrico como o da UHE Castanheira. Nesse capítulo, há ainda a descrição de episódios que confirmam muitos indícios percebidos desde o início dessa pesquisa, tais como as posturas que desrespeitam o direito dos agentes, deslegitimando-os, de forma direta ou indireta, nos debates acerca do futuro e as tentativas de silenciamento das vozes.

Portanto, a tese que ora se apresenta é uma síntese que visa chamar a atenção para o efetivo processo de apagamento de direitos e tolhimento de liberdades, não propriamente no aspecto legal, pois a lei garante o direito de participação nas decisões aos agentes implicados, mas no que toca ao aspecto material e simbólico, ou seja, ao que de fato se garante a esses agentes como sujeitos de direitos, frente aos interesses de um mercado que os desconsidera como agentes sociais em seus territórios.

1. ITINERÁRIO METODOLÓGICO

O presente capítulo visa apresentar o caminho percorrido para o levantamento das informações, tanto no que diz respeito aos conteúdos bibliográficos e documentais abordados, como aos dados resultantes das observações e entrevistas feitas aos agentes sociais.

Para tanto, a metodologia utilizada na tese foi o levantamento bibliográfico da legislação pertinente ao Meio Ambiente ao Estatuto da Terra à Constituição Federal, assim como a literatura impressa e em formato eletrônico. Também foram acessados jornais, cartilhas e *folders* elaborados pela UHE Castanheira.

Em relação aos documentos importantes para a pesquisa depositados junto aos órgãos públicos, foram feitas análises documentais em atas das reuniões com os agentes sociais, e em pareceres do representante da Secretaria de Meio Ambiente – Sema, sobre o Estudo de Impacto Ambiental/EIA e sobre o Relatório de Impacto Ambiental/Rima, alcançando a legislação vigente do setor hídrico.

Outras importantes fontes documentais foram: a) inventário hidrelétrico; b) estudos de viabilidade e licença prévia; c) leilão de energia; c) projeto básico e licença de instalação; d) projeto executivo e obras; e) operação e licença de operação. O projeto de planejamento de construção da UHE Castanheira encontra-se, atualmente, na etapa de estudos de viabilidade e licença prévia, que é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, Sema-MT, nas audiências públicas.

Utilizaram-se, ainda como fonte de pesquisa, matérias divulgadas em meios de comunicação, como rádios, canais de televisão e sites, uma vez que esses são os veículos de comunicação, cultura e entretenimento existentes na região da instalação da usina de Castanheira. Dentre eles, a divulgação de avisos da igreja sobre horário das missas, transmissão da missa, nota de falecimento, documentos perdidos e/ou encontrados, oportunidades de emprego, anúncios de propaganda de lojas, supermercados, sorteio de brindes etc. Apesar da restrição de seu alcance, os mesmos seguem atuantes como principal meio de fazer chegar às pessoas da região as notícias que dizem respeito ao cotidiano delas. Nesse sentido, buscou-se levantar os meios de comunicação que registraram a chegada da notícia do

empreendimento energético no município de Juara, especificamente, a construção da UHE Castanheira, detalhada na Figura 2.

Para saber como os futuros atingidos poderiam se informar a respeito desse assunto, foram utilizadas para a busca, no buscador Google, quatro palavras-chave: UHE Castanheira, Usina, Hidrelétrica em Juara/MT e atingidos pela UHE Castanheira. Foram encontradas seis notícias com a primeira palavra de busca, 13 com a segunda palavra, oito com a terceira palavra e nenhuma com as palavras “atingidos pela Usina UHE Castanheira”.

Em certa ocasião, a rádio Tucunaré divulgou a seguinte chamada noticiosa: “Indígenas são contrários à construção da usina UHE” e, ainda que tenham aparecido como insatisfeitos, não ficou claro, em momento nenhum, que eles eram agentes sociais atingidos pela construção da barragem da usina Castanheira.

Os meios de comunicação dão ênfase à chegada da usina em Juara, por meio de reportagens que relacionam essa construção a questões de desenvolvimento⁷ econômico e “progresso”, expressos pela expectativa de geração de empregos e renda. Contudo, a perspectiva das pessoas que terão que deixar suas casas, suas terras, seus territórios e locais sagrados, rios e outras fontes de renda não foram citados por nenhum dos registros jornalísticos.

Pensar questões nessa direção, apontando apenas para o aumento do índice de desenvolvimento econômico, e progresso, sem se preocupar com a mitigação dos impactos sociais aos atingidos, a saber: os indígenas da etnia Munduruku, os ribeirinhos e os pescadores, são formas de mascarar a verdadeira intenção do sistema capitalista, que defende os interesses daqueles que possuem mais poder aquisitivo, em detrimento, principalmente, de grupos marginalizados.

Por isso, é importante nesse momento dos estudos de viabilidade da construção da UHE, oportunizar a participação, dando voz a quem de direito deve fazer uso de seu espaço e, sobretudo, dar ouvidos ao que essas populações têm a

⁷ Ver Zhouri; Oliveira (2007) No Brasil, o regime da mundialização se faz através do atendimento à demanda crescente das economias centrais pela exploração das fontes de recursos naturais e/ou exportação de produtos intermediários de baixo valor agregado, mas de alto consumo energético. Essa dinâmica manifestada pelo perfil de desenvolvimento brasileiro supõe a acentuação das desigualdades relativas à distribuição das vantagens econômicas, impactos e riscos ambientais decorrentes dessa modalidade de organização do capital.

dizer. Afinal, em nome do direito à autopreservação e autodeterminação, a etnia Munduruku, os Ribeirinhos e os Pescadores, populações tradicionais que habitam as terras que serão afetadas devem ter a possibilidade de se manifestarem, efetivamente, em relação ao que entendem como uma forma de preservar a cultura, as tradições e as lendas.

No planejamento de uma usina constam as etapas, conforme Figura 2, e as condições para a participação dos agentes que serão atingidos pela barragem.

Figura 2 - Estágio do planejamento da UHE Castanheira



FONTE: RIMA (2017)

A UHE Castanheira está na fase das audiências públicas, período correspondente à etapa importante para a pesquisa, uma vez que, é nesse momento, com a finalidade de elaborar os pareceres dos atingidos pela construção da UHE no rio Arinos, que se espera que sejam dados voz e direitos aos agentes sociais desse estudo.

Já foram agendadas duas audiências públicas, no tocante à UHE Castanheira: a primeira foi publicada no Diário Oficial, de 29 de janeiro de 2018, no entanto, sem que houvesse nenhuma justificativa, a audiência foi cancelada pela Sema, conforme Diário Oficial de 19 de março de 2018. No mesmo ano, foi remarcada a nova data para o mês de outubro de 2018, também publicada no Diário Oficial de 18 de outubro de 2018, página 66, porém, no Diário Oficial do dia 28 de novembro de 2018, foi comunicado o cancelamento e, até o momento, não foi remarcada a nova data, conforme será explicitado no capítulo das audiências públicas.

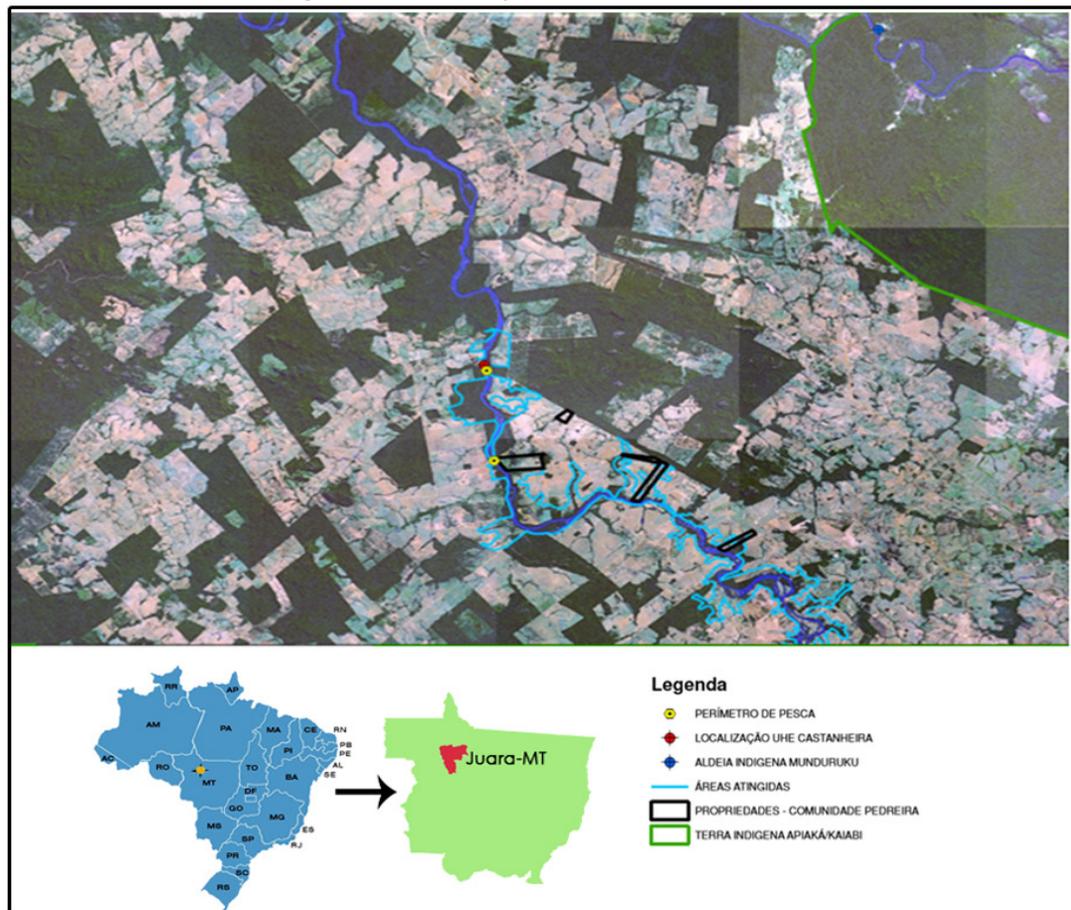
Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa social qualitativa, considerando as relações dos agentes sociais que foram

escolhidos em vista da acessibilidade oferecida ao pesquisador. A compreensão das interações, organização de vida, seus espaços, territorialidades e suas identidades, dar-se-ão a partir do método de história de vida. Para Ferraroti, *apud* Barrozo (2007, p. 10) a “história de vida”, para não ficar simplesmente numa imitação da literatura, deve levar em conta o contexto econômico, social e cultural onde se inserem as autobiografias.

No tocante ao método aplicado, será o estudo de caso, já que o universo da pesquisa contemplou a compreensão das relações e das interações dos agentes a partir do planejamento da construção da UHE Castanheira, situada no município de Juara/MT, na região do Vale do Arinos.

A usina está localizada a 120 km da sede do município de Juara e terá capacidade de geração de 140 megawatts de energia. O empreendimento seguirá o modelo de construção fio d'água, o qual na visão dos técnicos causa menos impactos ambientais e socioambientais, uma vez que utiliza a mesma estrutura da correnteza do rio para a geração de energia. Estas informações estão detalhadas no mapa presente na Figura 3 como segue.

Figura 3 - Localização da UHE Castanheira



FONTE: EPE (2015) adaptado pelo autor

O mapa da Figura 3 demonstra as coordenadas geográficas da área: latitude $11^{\circ}13'05''$ e longitude $57^{\circ}26'50''$, com extensão territorial de aproximadamente 21.407 km². O clima da região é classificado como equatorial quente e úmido, com apenas três meses secos, no período de junho a agosto, apresenta temperatura média anual de 24°C e precipitação total anual de 2.500 mm.

Outro dado relevante é que na vegetação central e oeste há características de Floresta Ombrófila, densa ou aberta, enquanto as porções sul, leste e nordeste constituem sistemas de tensão ecológica, ou de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado, apresentando elementos de ambos os ecossistemas, simultaneamente, conforme nos informa o Plano Diretor do Município de Juara/MT do ano de 2017. Atualmente, observa-se que boa parte da cobertura florestal primitiva do município foi erradicada, estimando-se que restam apenas 60% dessa cobertura.

Conforme o Rima de 2017, o reservatório a ser formado pela barragem ocupará área de 9.470 hectares (94,7 km²) e se estenderá por 67 km. A maior parte

da área do reservatório (99,96%) estará no município de Juara e o restante no município de Novo Horizonte do Norte (0,04%). As cidades de Juara e Novo Horizonte do Norte ficam distantes, em linha reta e respectivamente, cerca de 30 km e 60 km do local da barragem.

O mapa demonstra a área que será alagada com a vazão da água, compreendendo parte dos municípios de Juara, Novo Horizonte do Norte e Porto dos Gaúchos. Ainda, de acordo com o Rima (2017, p.48), na área de influência direta da UHE Castanheira (AID) foram identificados, por meio do levantamento censitário, 225 imóveis, sendo 156 nas margens do rio Arinos e 69 nas ilhas, e residem cerca de 555 pessoas, distribuídas em 208 famílias. Sendo que 87% delas são compostas por pai, mãe e filhos. Além dessas foram identificadas 31 famílias de pescadores profissionais que atuam na área. Excetuando-se quatro etnias indígenas, Apiaká/kayabi e Munduruku, com 803 indígenas que vivem a 19 km de distância; as demais etnias ficam a aproximadamente 50 km da área da usina, como a etnia Rikbaktsa, com 1.088 indígenas; e a etnia Japuíra, com 398 indígenas, que não serão deslocados, porém, serão atingidos de forma direta ou indireta pelo alagamento da represa da UHE Castanheira, conforme dados levantados junto ao Rima (2017) e que serão tratados a seguir.

1.1 Os grupos de interesse da pesquisa

Vale salientar que a pesquisa trabalhou com representantes de três grupos: os indígenas da etnia Munduruku, ribeirinhos da comunidade Pedreira e pescadores da Colônia Z16, que foram escolhidos por acessibilidade ao pesquisador e o aceite para participarem da pesquisa. Os grupos aqui identificados fazem parte do conjunto de pessoas que serão atingidos pelas futuras instalações da UHE Castanheira.

1.1.1 Comunidade Nova Munduruku

O primeiro grupo a ser estudado foi o dos indígenas da aldeia Nova Munduruku, localizada em terras indígenas dos povos Kayabi no município de Juara, Mato Grosso. Conforme Ferreira (2014), essas terras somam 109.245 hectares,

onde se concentram as aldeias. Algumas delas ficam próximas da área da construção da usina, que são: Apiaká/kayabi e Munduruku, com 803 indígenas que vivem a 19 km de distância; as demais etnias ficam a aproximadamente 50 km da área da usina, como a etnia Rikbaktsa, com 1.088 indígenas; e a etnia Japuíra, com 398 indígenas.

Vale salientar que a pesquisa foi realizada apenas com a etnia Munduruku, que conta com uma população de aproximadamente 135 indígenas residentes na aldeia. A escolha desta etnia se deu pela acessibilidade do pesquisador em vista da liberação dos representantes indígenas para a realização da pesquisa. Um outro fator da escolha foi a localização estratégica da aldeia, que está na beira do rio dos Peixes, afluente do rio Arinos, que será afetado pela construção da usina.

A pesquisa em aldeias indígenas requer o estabelecimento de redes de contatos e relacionamento com quem já conhece o espaço. Ainda assim, são restritas a algumas visitas. O contato com as representações indígenas ocorreu por intermédio de um professor da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Juara, que já havia contatado indígenas da etnia em questão. Ele agendou uma reunião com o representante da comunidade Munduruku para apresentar a proposta do projeto dessa tese.

Após esse primeiro contato, mediado pelo professor, teve início a imersão do pesquisador no campo. A primeira visita aconteceu no mês de agosto de 2016 e gerou grande ansiedade, visto se tratar, de certa maneira, do reencontro do presente pesquisador com algumas das tradições de suas origens, fato gerador de expectativas e propulsor de uma miscelânea de sentimentos.

Antes de sair de Juara para a visita, surgiu um desejo de levar um presente ao representante da aldeia, já que seria o primeiro contato com o representante da etnia Munduruku. Nesse caso, levar o quê? Então, pensou-se em algo que poderia contribuir com seus afazeres com a terra, e assim, resolvi levar um facão que é uma ferramenta que pode ajudar no cultivo da terra, na caça e na pesca.

A chegada na aldeia foi muito interessante, pois foi vislumbrada a figura indescritível e de tamanha beleza que é o rio dos Peixes. A experiência foi bela e refrescante, já que para tal empreitada foi experienciada a travessia para a aldeia em um barco a motor, conduzido por um integrante da comunidade.

O primeiro contato com o cacique da aldeia Munduruku foi ótimo e, ao mesmo tempo, tímido, pois ainda estava na expectativa da visita. A entrega do facão que, após longas dúvidas, escolhido como presente, foi um momento importante, tendo em vista o acerto do presente, comprovada pela fala da esposa do cacique, que disse que já estavam pensando mesmo em comprar outro facão, pois o dele estava muito desgastado.

Passada a cerimônia de recepção, o cacique fez o convite para um café em sua casa. Momento em que ocorreu a apresentação da proposta de Planejamento da UHE Castanheira e a exposição da necessidade de visitas à comunidade para realização de entrevistas com alguns representantes e tiragem de fotos do espaço. Como já foram feitas outras pesquisas, no âmbito da comunidade, o cacique liberou, pois já sabia como funcionava esse processo.

Na opinião do cacique, a temática dessa tese é muito relevante para eles que estão na luta pela valorização de seus direitos de sobrevivência e de manutenção de suas raízes. Vale ressaltar a importância do assunto para os representantes da aldeia, pois, diga-se de passagem, os mesmos estão com viagens agendadas para encontros no município de Sinop e no Estado do Pará, locais onde abordarão o futuro da construção das usinas em MT, principalmente em terras indígenas e nas suas proximidades, caso da UHE Castanheira.

Após esse primeiro contato e por sugestão do cacique, foi protocolado um ofício, no qual foi anexado o projeto da pesquisa solicitando autorização da subseção da Fundação Nacional do Índio/Funai, de Juara. O mesmo foi protocolado e recebido pelo representante local, que explicou que tal documento não passava de mera formalidade, já que quem autoriza a entrada de pessoas na comunidade é o cacique ou seus representantes.

Foram feitas cerca de seis visitas, entre agosto de 2016 a setembro de 2018. Todas foram registradas num caderno de campo, que ficou repleto de anotações sobre os projetos desenvolvidos pela comunidade, mostrando a arte, a dança tradicional e a semana cultural dos Munduruku, além de descrições sobre os projetos: Sentinelas da Floresta e Poço de Carbono Juruena; e sobre outras atividades da aldeia objetivando a união das crianças, jovens e adultos em torno do fortalecimento da cultura, das tradições e dos costumes.

Como instrumentos da pesquisa de campo e para geração de dados foram utilizados, primeiramente, um questionário semiestruturado (Apêndice A⁸), aplicado junto aos representantes dessa comunidade indígena. Os entrevistados foram denominados Marcelo - Munduruku e Joaquim - Munduruku. Na sequência, aconteceram entrevistas em locais de convívio dos indígenas, de preferência onde não houvesse interferência no cotidiano dos pesquisados, além de fotos e caderno de campo, como já mencionado. Todos esses fatores contribuíram para aproximar o pesquisador da cultura, das tradições e dos costumes deste povo.

O professor Marcelo - Munduruku, 35 anos, casado, tem um casal de filhos, possui graduação em línguas, artes e literatura pela Universidade Estadual de Mato Grosso (2016), pela Faculdade Intercultural Indígena, Pinturas Corporais do Povo Munduruku (MT): Significados e mudanças no patrimônio imaterial indígena e é um dos representantes da comunidade, que articula com os agentes sociais externos; participou da elaboração do Programa de Redução de Programa de Redução de Impactos Socioambientais e Culturais Aldeia Nova Munduruku, Juara, Mato Grosso, para empresa Hidrelétrica e foi indicado pelo cacique para participar da pesquisa.

Joaquim – Munduruku, 78 anos, casado, tem sete filhos, é cacique fundador da Comunidade Nova Munduruku, foi criado no colégio do padre Franciscano, e estudou quinta série. A entrevista gravada com Marcelo – Munduruku durou cerca de 58 minutos, que se transformaram em nove páginas de transcrição. Enquanto a de Joaquim - Munduruku durou 01h03minutos, que contabilizam 11 páginas transcritas, ambas realizadas por um professor de informática sob a supervisão do pesquisador.

⁸ Ver Questionário aplicado nas entrevistas com os representantes indígenas.

1.1.2 Comunidade Pedreira

A comunidade da Pedreira, segundo grupo de agentes selecionados, conta com 156 imóveis localizados nas margens do rio Arinos, a serem atingidos pelas futuras instalações da UHE Castanheira; as cinco famílias participantes como agentes sociais desta pesquisa foram escolhidas mediante a acessibilidade, e o primeiro contato estabelecido foi via telefone, com a senhora Marta, casada com o senhor Alex. Ela participou de várias reuniões sobre a construção da usina, inclusive por ocasião, no ano de 2018, quando foi apresentada a proposta de planejamento da Usina Hidrelétrica Castanheira, juntamente com a necessidade de visitas constantes à comunidade para realização de observação, entrevistas com alguns representantes e coleta de fotos do espaço.

As entrevistas tiveram como roteiro um questionário semiestruturado, conforme apêndice B⁹ e foi realizado com o casal Marta, 39 anos, e Alex, 40 anos. As mesmas ocorreram na sua propriedade de terra, sítio São Francisco, que fica a 18 km de Juara, uma das propriedades a serem alagadas com a futura instalação da usina.

A propriedade tem 40 alqueires, divididos em áreas de pastagem, pois a família trabalha com gado leiteiro. A propriedade é cercada, possui porteira com cancela, curral feito em madeira, caixa d'água de fibra plástica e bretes para facilitar o carregamento de bois e aplicação de vacinas. A casa rústica é feita de madeira, num lugar plano, fresco e cercado por árvores frutíferas (coqueiro, pé de ata, abacateiro etc.), flores da região, pequenas plantações de mandioca, cana-de-açúcar, dentre outras coisas próprias de quintais.

O casal foi muito acolhedor, ofereceu água, café, bolo de cenoura cobertura de chocolate, bolinho frito com cobertura de açúcar e canela, suco de maracujá natural. Enfim, a recepção fez acalorar as lembranças do tempo em que ainda vivia no campo e pensar em como as recepções nas propriedades rurais continuam sendo mais simpáticas, mesmo na contemporaneidade.

Após a recepção, iniciou-se a gravação da entrevista. Importante frisar que, apesar de toda a acolhida realizada, o casal ainda estava apreensivo com a

⁹ Ver questionário aplicado nas entrevistas com os ribeirinhos Comunidade da Pedreira.

gravação, pois se diziam tímidos. No entanto, aceitaram falar e a entrevista durou 29 minutos. Uma observação importante é que, enquanto o gravador estava ligado, o casal pensava muito nas respostas e, às vezes, respondiam apenas com um sim ou não. Na sequência, utilizou-se o caderno de campo para registro de aspectos não revelados pelo casal na entrevista gravada, bem como de outras observações da pesquisa. A transcrição gerou seis páginas.

Por indicação da senhora Marta, chegou-se ao senhor Zaqueu, proprietário rural de 58 anos, casado, para quem também foi explicado o teor da pesquisa e a importância de sua participação, como um dos agentes a serem entrevistados. Após o aceite, foi agendada a entrevista. Perpassando esse processo de indicação, iniciou-se um tipo de pesquisa denominada “pesquisa bola¹⁰ de neve”. De acordo Baldin e Munhoz (2011), é uma técnica com forma de amostra não probabilística, utilizada em pesquisas sociais, na qual os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, e estes, por sua vez, sugerem novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto.

O encontro para a entrevista com o senhor Zaqueu aconteceu na propriedade dele, Estância Paraíso, localizada a 38 km de Juara. Sua casa é de alvenaria e possui um pomar com goiabas, acerola, abacaxi, manga, além de mandioca. Durante a entrevista, senhor Zaqueu contou que fez parte de uma leva de imigrantes vindos do Paraná para Mato Grosso, em busca da “terra prometida”, vendida como terra fértil e pronta para a prosperidade. Antes de chegar a Mato Grosso, foi com a família para São Paulo, de lá vieram com a esperança de realizar o sonho de ter a terra própria para plantação e criação.

A recepção do senhor Zaqueu aconteceu em forma de almoço, que mais parecia um banquete. No cardápio havia: carne de porco, carne de carneiro, frango caipira, arroz, salada de alface etc. e, o melhor, tudo produzido pela própria comunidade. Uma observação que parece ser pertinente é a de que, apesar dessas propriedades produzirem principalmente para sua subsistência, há uma quantidade

¹⁰ Ver Albuquerque (2009). A limitação se refere ao fato de que as pessoas acessadas pelo método são aquelas mais visíveis na população. Em se tratando de populações ocultas, as pessoas acessadas serão aquelas que assumem determinados comportamentos e atitudes que as tornam membros dessas populações. Deve ainda ser considerado que, visando assegurar a privacidade daqueles que realmente se escondem, algumas informações sobre as pessoas conhecidas podem ser, deliberada ou involuntariamente, suprimidas.

de excedentes, que torna possível o fornecimento de alguns produtos para venda na cidade.

Após o almoço, foi feita a entrevista com duração de 01h23minutos. Na oportunidade, o senhor Zaqueu contou sua trajetória de vida, inclusive a ida para o Japão, momento em que ele objetivava conseguir recursos para investir na propriedade em Juara. Contou sobre a dificuldade em deixar os filhos e a esposa para ficar três anos trabalhando no Japão. Porém, tal sacrifício foi revertido para o bem-estar da família e a melhoria da propriedade que, para ele é seu “pedaço de chão”.

Após a entrevista com o senhor Zaqueu, a “bola de neve” e o número de sujeitos da pesquisa foi crescendo. Da mesma forma que foi indicado pela senhora Marta, este também indicou que fosse feita entrevista com a família do senhor Carlos Kolinski.

O senhor Carlos de 69 anos e senhora Dirce de 59 anos formam um casal que mora em uma casa de madeira, coberta de telha de amianto¹¹, cercada de flores. Eles residem nesta comunidade há 35 anos, mas moram na região desde a década de 70, quando chegaram em uma comitiva de 14 famílias vinda do Paraná. Dentre elas, 12 famílias eram de irmãos do senhor Carlos Kolinski.

Procuramos o senhor Carlos, explicamos a proposta e o mesmo aceitou participar; logo agendamos a entrevista na sua propriedade, sítio Santa Luzia, onde fomos recebidos com suco de acerola, além de pão, manteiga e doce de leite caseiros, tudo produzido na propriedade; aspecto que reforça a importância das pequenas propriedades rurais na comunidade.

A entrevista foi feita com o casal ao mesmo tempo. No início da gravação, ambos ficaram apreensivos e não conseguiam responder às perguntas. A entrevista começou a fluir quando a senhora Dirce iniciou a mostra das fotos de quando a família chegou à comunidade. Ao manusear o antigo álbum de fotografias, as lembranças começaram a aflorar e a entrevista, que teve duração de 48 minutos, deslanchou-se.

¹¹ Ver Carvalho (2009) sobre o estudo de Amianto. A lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que “Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”, estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente brasileira. Posteriormente, a lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, incluiu o Anexo VIII, que lista atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, dentre as quais, aquelas que envolvem exposição ao amianto.

Encerrada a entrevista, pedimos ao senhor Carlos que indicasse outra família da comunidade, e foi assim que chegamos à senhora Maura, 75 anos, viúva. A entrevista foi realizada no sítio São Miguel, onde fomos recebidos com café, suco de acerola, pão caseiro, bolo de chocolate e leite. O sítio mantém duas casas, uma de madeira coberta por telha de amianto, construída quando iniciaram suas trajetórias de vida no sítio e outra de alvenaria.

O contraste daquelas duas casas trouxe reflexões sobre os momentos de dificuldades de trabalhar com entrevistas que tocam nas histórias de vida dos sujeitos. Quando se trabalha com pessoas, os sentimentos, as lembranças e as emoções podem ser questões bastante delicadas, transformando-se, muitas vezes, em momentos complicados para o pesquisador. Quando a senhora Maura começou a falar do seu companheiro, suas lágrimas vieram à tona. E então, surge a dúvida: o que fazer? o que falar? continua a gravação ou para? São decisões que temos que tomar em segundos. Diante do seu choro, perguntei à senhora Maura se ela desejava continuar ou não. Ela me disse: “- Filho, todas as vezes que lembro do meu velho, a emoção vem e bate a vontade de chorar, mas estou bem, podemos seguir”.

Outro momento muito sensível foi ao final da entrevista, quando falamos da usina e da possibilidade de a senhora Maura sair de sua terra. Naquele momento, vieram novamente as lágrimas e a senhora Maura, entre alguns soluços, disse que em conversa com seu falecido esposo, eles desejavam sair daquelas terras apenas com os “pés juntos”. Essa expressão, usada pela senhora Maura, refere-se à morte, pois seu desejo e o de seu esposo era o de saírem dessa terra apenas com a chegada da morte.

Para encerrar o contato com a senhora Maura, foi indicada uma pessoa para participar da pesquisa e assim girar a “bola de neve”. Ela indicou o senhor Divino, casado, 60 anos, residente no sítio Nova Esperança. A entrevista com o senhor Divino foi a única que não conseguimos fazer no *locus* da pesquisa, pois ele estava com viagem marcada. Então, agendamos a entrevista que teve a duração de 35 minutos e foi concedida na sede do Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais.

1.1.3 Colônia Z16 Pescadores

O terceiro grupo de agentes sociais está vinculado à Colônia Z-16¹² de pescadores de Sinop da qual Juara faz parte. A ida a campo para as entrevistas com os pescadores ocorreu mediante contato com a representação da categoria, por meio da senhora Adriana e seu esposo senhor Gilberto, ambos pescadores registrados na Secretaria da Agricultura e Pesca. Foram feitas duas visitas, a primeira em novembro de 2017, cujo encontro foi na casa e também no local de venda dos peixes. A conversa foi muito produtiva e acolhedora. Depois de explicar o objetivo do trabalho ao senhor Gilberto, ele falou de sua experiência de mais de 20 anos na pesca, desde que moravam na beira do rio Arinos.

O segundo contato com os pescadores foi na reunião com a representante da Colônia Z-16, momento em que foi realizado o cadastramento dos pescadores com as guias de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para que pudessem receber seus direitos, uma vez que ficariam sem poder pescar durante o tempo da piracema, que corresponde ao período entre 01/10/16 a 01/02/2017. O atendimento aos pescadores foi feito na sede da Igreja Presbiteriana no Jardim América, no município de Juara/MT.

As entrevistas tiveram como base um questionário semiestruturado de acordo com apêndice C¹³ e foram realizadas com dois pescadores, o primeiro a ser entrevistado foi Betão, apelido do senhor Gilberto, casado, tem três filhos, 49 anos e 18 anos de carteirinha profissional como pescador. A entrevista ocorreu em sua residência e local de venda dos peixes, na cidade de Juara, teve duração de 38 minutos com transcrição em 13 páginas.

O segundo entrevistado foi o senhor Bento, casado, 48 anos, indicado pelo senhor Betão, por ocupar o cargo de presidente da subseção da Colônia Z16, em Juara. A entrevista foi realizada em sua casa, no bairro Porto Seguro, teve a duração de 24 minutos com transcrição em dez páginas.

Feitos os esclarecimentos do percurso da pesquisa, os métodos e técnicas de coleta dos dados que foram realizados, faz-se necessário caracterizar o espaço que

¹² A Colônia é regida em conformidade com um estatuto (2016) na alínea b, art. 7º títulos I e V do decreto-lei 5.452 (CLT), pelo Código Civil e lei federal nº 11.699/2008 (Lei das Colônias) obedecendo ao princípio de livre organização previsto no art. 8º, parágrafo único da Constituição Federal de 1988, bem como pela lei nº 11.959/2009 (Lei da Pesca Federal), pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

¹³ Ver questionário aplicado nas entrevistas aos Pescadores.

poderá receber as futuras instalações da usina, no município de Juara, onde 99% da UHE Castanheira estará situada.

1.2 Caracterização e contexto histórico do município de Juara

A área em estudo tem sua trajetória de ocupação fundamentada no movimento dos povos indígenas que já habitavam a região. Porém, seu sítio urbano inicia-se por volta da década 1970, tendo sua emancipação em 1981. O município de Juara está localizado na microrregião do Vale do Arinos, noroeste de Mato Grosso e sua população, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), é estimada em 33.851 habitantes distribuídos em uma área territorial correspondente a 22.622,350 km².

Atualmente, as principais atividades econômicas desenvolvidas no município são a pecuária, a extração de madeira e a agricultura. Vale ressaltar que a pecuária de corte dispõe de um expressivo rebanho bovino de aproximadamente 590.651 cabeças (IBGE, 2006), sendo considerado um dos maiores municípios do Estado do Mato Grosso.

Historicamente, um dos desbravadores da região, onde hoje está localizado o município de Juara/MT, é o senhor Zé Paraná. Contudo, a Sibal - Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica, que tinha por objetivo colonizar a região e como lema “integrar para não entregar”, foi muito eficiente na divulgação da imagem de Juara como um lugar de progresso, com muita madeira, terra boa para produzir café e outros produtos, conforme nos informa Filho (1979).

Em 1976, de acordo com Alves (2002), o colonizador José Pedro Dias foi eleito prefeito de Porto dos Gaúchos, então distrito de Porto dos Gaúchos e que havia se tornado município. Senhor Zé Paraná, como era conhecido o prefeito, foi eleito para um mandato de quatro anos que findaria em 1980. Na época, houve o denominado “mandato tampão” de dois anos, prorrogando os mandatos dos prefeitos e vereadores daquela gestão, mas o prefeito eleito declinou do direito de continuar a governar o então município e entregou a prefeitura de Juara ao vice-prefeito José Alves Bezerra.

A ocupação das terras de Juara em relação aos municípios do Vale do Arinos foi acelerada, de acordo com Filho (1979), principalmente por pessoas da região Sul

do Brasil, mas também migrantes paulistas e cariocas. O autor diz ainda que isso ocorreu pela disponibilidade e facilidade de acesso às terras, mas também pela possibilidade de financiamento por parte do governo federal para aquisição das mesmas e, sobretudo, pela abundância na área madeireira, ao que se agregou a pouca fiscalização da atividade exploratória.

Por meio dessas configurações históricas de ocupação das terras, o governo federal programou políticas públicas para o desenvolvimento do município. Sr. Zé Paraná, historicamente conhecido como desbravador de Juara, e as demais pessoas que estavam à frente desse movimento, notavam o desenvolvimento do município em relação à região, bem como todas as ações que ainda deveriam ser implementadas para que houvesse o acesso aos serviços públicos básicos para atendimento digno da população.

Frente a esse relato informativo, escrito por não índios, pode ser dito que o espaço geográfico de Juara, na época da migração e de sua “ocupação”, não estava desocupado. Alí viviam etnias indígenas, havia pessoas que ocupavam um dado espaço social e com ele mantinham relação. Mais do que espaço desocupado, era um território, pois naquela porção de terra, não vazia, havia uma troca dinâmica entre seus elementos naturais e o que estes significavam para os seus habitantes. As relações ali travadas entre seus agentes comportavam estruturas de organização complexas e, por isso, um reflexo do que pode se denominar de sociedade. Havia papéis sociais, uma língua característica que era usada para a comunicação, havia rituais sagrados de vida e morte, havia técnicas de caça, pesca, coleta, plantio e produção de alimentos. Havia uma vida pungente de seres sociais que ocupavam a região, portanto, ela não era desabitada, ao contrário, era farta de vida.

O território estava ocupado. Era território indígena, e não apenas um espaço desabitado. Se o território estava ocupado, o lema que arrastou milhares de pessoas para diferentes regiões de Mato Grosso e outros destinos no denominado Portal da Amazônia não se sustenta. “Ocupar para não entregar” foi apenas um engodo desenvolvimentista usado pelo governo federal para retirar dos maiores centros alguns conflitos iminentes pela terra e apaziguar os ânimos de uma população que necessitava ser atendida em seus anseios de desenvolvimento econômico.

Assim, o uso do verbo ocupar não pode ser feito sem que haja a devida reflexão em torno do seu significado. Portanto, não se ocupa o que já está ocupado,

quem ocupa o que está ocupado, invade. A invasão das terras indígenas, onde hoje se situa o município de Juara-MT, foi uma clara manifestação de um apagamento proposital; o apagamento da existência de fato e de direito de seres humanos indígenas que tinham uma relação de troca com seu espaço geográfico. Essas trocas, realizadas durante centenas de anos, não faziam daquele espaço apenas um lugar, mas um território, pois ele era marcado cotidianamente pela presença dessas etnias, enquanto marcava em suas vidas as características dessa interação mútua do homem indígena com seu meio.

A invasão do território indígena pelos não índios foi afastando-os cada vez mais. A preservação da fauna e da flora foi substituída pela extração desenfreada de madeira e, como não havia fiscalização, a geração de riqueza de modo quase que instantâneo culminou em imensas áreas desmatadas. A preservação da natureza, própria dos indígenas, foi substituída pelo desmatamento, o uso dos recursos naturais era feito para a geração de riqueza e não apenas para a subsistência. As culturas de mandioca foram substituídas pela pecuária de corte e pela monocultura. A invasão do espaço que se pensava desocupado geraria a descaracterização total do território indígena, e o desnudamento de seus habitantes que eram vistos não como seus legítimos ocupantes, mas apenas como estorvos a serem evitados, driblados ou extirpados em nome do desenvolvimento.

Assim aconteceu e as comunidades indígenas que habitavam desde tempos imemoriais a região não foram imediatamente incluídas nas políticas públicas buscadas pelos desbravadores para que o empreendimento de “ocupação” lograsse êxito. Mais uma vez, a invisibilidade intencional dos povos indígenas, durante o processo de ocupação salta aos olhos. Deixados de lado pelas políticas públicas que, além de não serem atendidos, foram negligenciados de sua condição de habitantes da região. Os índios tiveram que ser submetidos a habitarem outros espaços que não eram os seus espaços. Não eram os seus lugares, não era o seu território, pois lá, para onde foram, não havia história a ser contada e nem planos a serem feitos, não havia identidade comum capaz de evidenciar pertencimento. O sentimento de pertença, próprio da condição da territorialidade, não existia. Expulsos de suas terras, esses povos amarguravam um exílio forçado.

Considera-se que o percurso metodológico da tese, auxilie a compreender a trajetória de vida dos indígenas, ribeirinhos e pescadores, no seu território e

perpetuação do racismo ambiental. E talvez seja a história de Juara que os livros não trazem e que os historiadores não contam, pois, o não índio conta apenas a visão de um ponto e não é o ponto de vista daquele que foi destituído de seu território, mas daquele que o invadiu, sob o pretexto de “ocupar para não entregar”. Dessa forma, um tanto quanto controversa, se olhada sob outro ângulo que não o ponto de vista do não indígena, a história do surgimento de Juara deve ser considerada como algo complexo e que precisa ser compreendido sob o prisma conceitual, uma vez que o espaço ocupado por etnias indígenas, ribeirinhos e pescadores não estava desabitado e, por isso, é um território e, como tal, abriga diferentes relações sociais. Sendo assim, esse território poderá tornar-se um espaço de disputas e conflitos entre agentes sociais atingidos e os grandes empreendimentos hídricos.

2. USINA HIDRELÉTRICA DE CASTANHEIRA: PLANEJAMENTO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Esse capítulo objetiva apresentar um breve histórico sobre a política energética no Brasil, para ser possível compreender o contexto em que se insere o processo de planejamento para instalação da usina de Castanheira em Juara-MT, e a prospecção dos impactos do racismo ambiental que a população indígena Munduruku, ribeirinhos e pescadores poderão sofrer, uma vez que seus territórios estão na área de abrangência de tais impactos. Dentre os teóricos que subsidiam as discussões feitas nesse capítulo estão Sigurd (1992), Vainer; Araujo 1992, Vainer (2007), Martins (2007), Zimmerli, Siena, (2013), Derrosso e Ichikawa, (2014), Leff (2015), Fainguelernt (2016), Zhouri, Oliveira, (2017).

2.1 Breve histórico do setor energético no Brasil: uma análise da criação da EPE - Empresa de Pesquisa Energética.

No Brasil esse contexto não se deu de forma diferente, sob o regime do Código de Águas de 1934¹⁴, que perdurou até o ano de 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã. O final da década de 1980 e início dos anos 90 também foi um tempo marcado pela política de caráter desenvolvimentista, contudo, esta não tinha verdadeiro interesse pela qualidade do mundo natural, conforme expressam as leis, políticas e ações dos órgãos governamentais, à época, especialmente os dedicados às questões ambientalistas, conforme Buriti e Barbosa (2014).

Em 1964, quando o regime militar assumiu o poder com um golpe de Estado, a proposta era de estabilizar a economia brasileira, iniciando um novo ciclo de expansão do setor elétrico, o que suscitou investimentos das próprias empresas, do governo e financiadores externos.

A Eletrobrás, embora constituída em 1962, apenas a partir da década de 1970, assumiu posição ativa no setor elétrico nacional. Nesse período, houve

¹⁴ Código de Águas Federal no Brasil, lei nº 24.643 de 1934.

mudanças significativas no setor elétrico e nas atividades de planejamento energético em todo o mundo, ocasionadas pelo choque mundial do petróleo, em 1973 e outro em 1979, tendo reflexo direto no Brasil.

As perspectivas de mudanças horizontais nas políticas energéticas são fruto de uma sociedade que pouco participou do planejamento do setor elétrico nos anos 1950 e 1960, talvez, nem mesmo tendo ciência de que nele estaria a gênese do processo de privatização presente nos anos 1990, quando a participação da sociedade civil, principalmente na esfera político institucional, continuou frágil. Leme enfatiza que

As ações do Estado estiveram, na maior parte das vezes, subordinadas às agências multilaterais, às elites supranacionais e elites empresariais nacionais, que não representavam o público que potencialmente iria sofrer os eventuais impactos negativos da privatização. (2009, p. 102)

Com claro efeito da não participação para o exercício da cidadania, uma vez que, no Brasil, o processo de desenvolvimento das políticas energéticas “foi marcado por dois atores e um espectador, os primeiros sendo o Estado e o capital privado (internacional ou nacional) e o espectador, a sociedade civil, caracterizada por possuir pouco peso político e pouco poder de negociação no processo”, conforme afirma Leme (2009, p. 103).

Ao longo da década de 1950, em decorrência do êxodo rural, iniciado após a segunda Guerra Mundial, o processo de urbanização deflagrou uma série de racionamentos, forçando a realização de mais investimentos em novas usinas hidrelétricas, levando o governo federal, em 1957, a criar a Central Elétrica de Furnas, para atender o sudeste e, em 1961, a Hidrelétrica do Vale da Paraíba. Entre os anos 1960 e 2000, o setor de geração e transmissão de energia elétrica, em particular, obteve ganhos de produtividade. Conforme consta na Figura 4, pode-se verificar as fases de políticas implementadas pelos governos no setor elétrico brasileiro:

Figura 4 - Fase do Setor Elétrico Brasileiro

FASES DA ESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

| Período | 1880 | 1930 | 1960 | 1990 | 2003 |
|---|---------------------------------|--|---|---|--|
| Propriedade de ativos | Privada | Privada | Estatal | Privada | Semiprivada |
| Principal objetivo | Implantação e consolidação | Institucionalização | Crescimento | Introdução de competição | Universalização do acesso |
| Contexto político | República Velha | Estado Novo | Autoritarismo | Democracia | Democracia |
| Economia | Agroexportadora | Industrialização (substituição de importações) | Grandes companhias | Desestatização e neoliberalismo | Desenvolvimentismo |
| Financiamento do setor | Capital agrário | Empréstimos externos e autofinanciamento | Financiamento público e tarifas | <i>Project-finance</i> | Vários modelos, principalmente financiamento público |
| Processo de regulação tarifária | Contratos bilaterais | Cláusula Ouro | Custo do serviço | Preço-teto incentivado | Preço-teto incentivado |
| Maior demanda | Iluminação pública e transporte | Urbanização e industrialização | Indústria e urbanização | Diversificação da matriz energética | Indústria, transportes |
| Tecnologias e fontes primárias de maior destaque | Pequenas usinas | Distribuição | Transmissão interligada, geração de grande escala | Desverticalização G/T/D/C, diversificação, combustíveis fósseis (gás natural) | Fontes renováveis (eólica, solar fotovoltaica, biomassa) |

Fonte: MERCEDES, RICO, POZZO (2015).

As políticas de planejamento do setor energético no Brasil têm forte dependência do Estado, isso fica evidenciado quando se analisa a Figura 4. Todavia, a partir dos anos 1980, pela escassez de crédito nacional e internacional, os investimentos foram praticamente interrompidos. No início do processo de estruturação do setor, a demanda era para atender a produção em escala, o fortalecimento da indústria e a superação das barreiras tecnológicas. Com o processo de globalização da economia, o Estado passou a rever suas formas de desenvolvimento no setor hídrico e criar mecanismo de regulação, produção e, principalmente, distribuição. Essas políticas desenvolvimentistas foram implementadas na década de 1990, na gestão de Fernando Henrique Cardoso e incrementadas nos anos 2000, nos governos de Lula e Dilma Rousseff, e apesar de ter um componente de participação do Estado, atendem ao mercado capitalista,

que privilegiam os grandes conglomerados energéticos, em detrimento dos agentes sociais atingidos pelas barragens.

Com o claro efeito da não participação para o exercício da cidadania, uma vez que, no Brasil, o processo de desenvolvimento das políticas energéticas “foi marcado por dois atores e um espectador, os primeiros sendo o Estado e o capital privado (internacional ou nacional) e o espectador, a sociedade civil, caracterizada por possuir pouco peso político e pouco poder de negociação no processo”, conforme afirma Leme (2009, p. 103).

O impacto da percepção mundial da dependência do petróleo levou o mundo todo, pela primeira vez, a abordar o planejamento energético por uma ótica multissetorial, ou seja, integrando o setor elétrico e de petróleo. Esse panorama levou o Brasil a realizar uma canalização de investimentos para exploração, produção nacional e maior uso de hidreletricidade, sem muita preocupação com outras formas de produção energética. Coube à Eletrobras e à Petrobras realizar as tarefas para, respectivamente, os setores do elétrico e do petróleo e gás, restando ao Ministério de Minas e Energia o papel de homologá-los.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi implantada a livre concorrência para promover a eficiência no setor, uma regulação e fiscalização, em busca de transparência para atrair de diferentes formas o capital privado, quando foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) como agente regulador do setor. Nesse contexto, percebe-se um movimento horizontalizado na definição dessas políticas que uma vez estavam nas mãos do governo e agora passam a ser geridas por interesses de mercado, o que culminou na década 1990, em plena “onda neoliberal”, em amplo processo de privatização.

[...] os novos arranjos político-institucionais da década de 1990 para o setor elétrico, essa estrutura começou a mudar para um modelo de integração horizontal, ou seja, houve uma mudança da estrutura estatal hierarquizada para outra estrutura baseada em empresas privadas e na livre concorrência do mercado de energia elétrica (LEME, 2009, p. 99).

Como consequência desses arranjos, houve crescente processo de privatização sem que a sociedade fosse chamada à discussão, mesmo sabendo-se que tais empreendimentos a serem geridos pela iniciativa privada poderiam não conjugar seus próprios interesses mercantilizados com interesses de populações atingidas, como no tocante dessa pesquisa: os indígenas, ribeirinhos e pescadores

que, basicamente, utilizam seus territórios para a própria sobrevivência e de seus familiares. Como afirma Leme

[...] o processo de privatização não foi uma opção de política nacional planejada e discutida publicamente com toda sociedade civil na intenção de consolidar mecanismos democráticos na gestão do setor elétrico brasileiro em sentido estrito e do Estado em geral (2009, p. 101).

Portanto, na ordem prática, o Estado entra no “jogo” para garantir o desenvolvimento energético e o cumprimento dos interesses das agências empreendedoras, com pouco eco decisório em relação ao que a comunidade, no exercício de sua cidadania, poderia considerar.

Com a privatização em um estágio mais avançado, o governo decidiu criar a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em substituição ao antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). A nova agência foi criada com o objetivo de analisar novas concessões, licitações e fiscalizar serviços prestados à população pelas empresas recém-privatizadas (MME BRASIL, 2003). Todavia, o consumo aumentou em torno de 56%, enquanto que a oferta de energia foi de apenas 33%, o que levou a constantes racionamentos.

Nessa perspectiva, Leme (2009, p. 102) afirma que o setor público tem seu acento no campo da energia elétrica apenas como uma proposição pragmática, “(...) voltada para a promoção do desenvolvimento a partir de alavancagens produtivas e financeiramente custeadas pelo Estado”.

A percepção sobre as reformas produzidas nas políticas energéticas, reflexo do entendimento de como o Estado deveria gerir os processos de desenvolvimento do setor, é que as mesmas passaram pela adesão, por parte do Estado, aos planos de desenvolvimento centrados nos princípios neoliberais e não no desenvolvimento de políticas, inclusive energéticas, que sustentassem as necessidades de justiça social, próprias de um estado de bem-estar social. Essa postura, até o momento, vem determinando quando, onde e que modelos de empreendimentos¹⁵ devem ser instalados e, sobretudo, quem arca com o ônus do desenvolvimento energético, sendo claramente os atingidos pelas barragens

¹⁵ Segundo Leme (2018), a geração/produção de energia elétrica constituiu-se predominantemente por hidrelétricas estatais (federais e estaduais), implantadas pelas cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), usufruindo do grande percentual de águas interiores que o Brasil possui com a implantação de grandes centrais hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas espalhadas pelas bacias hidrográficas brasileiras.

e a quem são destinados os benefícios, numa clara inscrição do Estado nas fileiras dos interesses que servem ao capital.

O setor elétrico brasileiro passou por um conjunto de reformas e reestruturações durante os anos 90. Este movimento marcou uma relação complexa na redefinição de atuação do Estado, principalmente as praticadas no setor elétrico. Cada vez mais se construía o discurso e a ideologia de que o Estado Desenvolvimentista que vigorou no passado estava fracassado e, que havia necessidade de realização de um conjunto de reformas orientadas para o mercado. (LEME, 2018, p. 7).

Portanto, a partir de 1990, quando se percebe claramente a privatização do setor elétrico brasileiro, acontece também a mercantilização dos recursos territoriais, uma vez que é nesses locais que estão os recursos hídricos que precisam ser liberados para o valor comercial.

Se o setor elétrico havia consolidado a sua hegemonia nos processos de uso, controle e apropriação dos recursos hídricos desde a constituição do setor produtivo estatal de energia elétrica, o processo de mercantilização da água permitiu que tal hegemonia passasse a ser exercida por grupos privados, cujas decisões se tornaram determinantes no processo de apropriação dos recursos hídricos no país (ACSERALD, 2012, p.170).

Leme (2018) contribui para a discussão quando afirma que as questões das políticas para o setor elétrico atingem uma série de setores, não apenas a dimensão meramente burocrática, uma vez que estão imbricadas nesses processos diferentes relações sociais que não existem e que passam a fazer parte do cotidiano de diferentes pessoas. Os empreendimentos energéticos podem ser constituídos em seu território, dando margem à resistência das populações atingidas.

O setor elétrico como um complexo de organizações e papéis sociais é estruturado em torno de um conjunto de atividades compartilhadas. Neste sentido, o setor elétrico pode ser entendido como um subconjunto institucionalizado de relações sociais, tendo atenção privilegiada do Estado e, que contém inúmeras dimensões que podem ser compartilhadas no espaço (territorialidade) (LEME, 2018, p. 9).

A compreensão do desenvolvimento das políticas energéticas no Brasil com foco no campo elétrico, e por isso vinculado à gestão dos recursos hídricos, consolidam as práticas de um Estado que mercantilizou parte de seus territórios

à revelia de quem os ocupa e neles expressam suas formas de ser e estar no mundo. As populações atingidas, parte integrante do processo, são como seus territórios, tratados de forma mercadológica, isto é, obstáculos a serem driblados e vencidos na nova ocupação de territórios que já estão ocupados e que cumprem um papel social.

Estes elementos estão presentes na geografia histórica do capitalismo liberalizado contemporâneo e a privatização e a liberalização dos mercados foram a justificativa para transformar a expropriação de recursos comunais e bens públicos em objetivo de políticas de Estado. A terra, as florestas, a água são ativos vendidos como se fossem estoques a empresas privadas num processo de despossessão em grande escala (ACSERALD 2013, p.116).

Uma vez que o Estado é denominado pelo mercado do capital a integrar seus projetos e aceita o convite, as bases de suas políticas, que deveriam vislumbrar ações que priorizassem a justiça social, acabam tendo inúmeras lacunas. O conflito de interesses no direcionamento dessas políticas proporciona que as contradições sejam exploradas pelos investidores em detrimento das populações a serem atingidas, desprotegidas em sua vulnerabilidade pelo próprio Estado. Uma clara menção ao que podemos denominar de racismo ambiental no que toca ao ônus assumido por essas populações frente às investidas do capital. Assim

(...) as privatizações do setor elétrico brasileiro sendo portadoras de muitas contradições, muitos foram os atores internacionais e nacionais que souberam se aproveitar deste processo, principalmente às empresas/atores requerentes de novos espaços de investimentos para manterem a lógica de produção e reprodução dos seus respectivos capitais (LEME, 2018, p. 22).

Inscrita num contexto em que a atividade de planejamento não tinha uma importância capital, as políticas do setor elétrico sofreram muitas mudanças ao longo da existência dessa indústria. Ressalta-se que, mesmo em período de grande mercantilização das fontes de energia e seus correspondentes territórios, houve nos governos de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, segundo Mercedes, Rico, Pozzo, 2015, p. 15) “[...] planejamento integrado e estratégico (empresa de pesquisa

energética); participação pública (consultas e audiências); fontes renováveis que são consideradas “complementares”, ao invés de “alternativas”.

Diante de tantos desafios, incluindo o setor energético, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, foi instituída, através do decreto nº 5.184, a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, regulada pela lei nº 10.847/2004 que objetivou, dentre outros tópicos, resgatar a responsabilidade do Estado em assegurar as condições de infraestrutura do país na área energética, na reestruturação do planejamento energético nacional, de modo a conciliar estrategicamente pesquisa, exploração, uso e desenvolvimento dos insumos e recursos energéticos.

Dessa forma, temos a clara impressão que foi um período em que a expansão meramente mercadológica do setor energético foi refreada, dando margem a uma estratégia mais condizente com as necessidades do setor, um planejamento¹⁶ feito em vista de demandas bastante específicas de Estados e municípios que exigiam decisões, conforme Mercedes, Rico e Pozzo (2015), correspondentes às características de cada empreendimento e de cada empresa. Essa tarefa coube à Eletrobras que,

[...] ao assumir o financiamento, a organização, o planejamento, a coordenação, a fiscalização e a operação do setor, tornou sistemática a atividade planejadora no Brasil, criando e mantendo a estrutura técnica e institucional necessária para que o país chegasse ao domínio da mesma, tanto na expansão da oferta, quanto na operação do sistema interligado (MERCEDES, RICO, POZZO, 2015, p. 18).

A nova estruturação da política energética do Brasil ganha forma na criação do novo Ministério de Minas e Energia, sob o comando da futura presidente do Brasil. Mercedes, Rico e Pozzo (2015, p.18) comentam que o ministério desenvolveu uma proposta baseada em arranjo preconizado pelo Banco Mundial: *multiple buyers, multiple sellers in bilateral markets* (múltiplos compradores, múltiplos vendedores em mercados bilaterais).

Para Tolmasquim (2016), o mercado de energia era monopolizado pelas empresas Eletrobras e Cemig, sendo seu plano de expansão determinativo, ou seja, o que era planejado seria implantado, mesmo com diferenças e modificações

¹⁶ O consórcio Canambra foi responsável pela realização do primeiro planejamento integrado de longo prazo e pela determinação detalhada, rio por rio, do potencial hidrelétrico do país, conforme Mercedes, Rico, Pozzo, (2015).

necessárias para adequação às disponibilidades financeiras e às demandas sociais do país.

O sistema globalizado e a forte expansão da economia demandavam pesquisas de inventário e viabilidade de geração de energia no país, bem como suporte para diversas tomadas de decisões, visto que o gestor público não pode buscar apenas uma política de manutenção, como no passado, mas precisou assumir uma postura desenvolvimentista, de cunho econômico, financeiro e, sobretudo, social.

Esse modelo fez emergir uma entidade denominada de Administradora da Contratação de Energia (ACE) –, sob controle público, que tinha como função planejar e determinar as novas licitações necessárias para atender à demanda prevista, continuam os autores.

O uso da energia elétrica, desde que se tornou parte intrínseca do modo de vida urbano e industrial, é capaz de determinar a existência da maior parte dos seres humanos do planeta, por isso o seu caráter de essencialidade. Todavia, “[...] a prestação do serviço e dos custos associados, a não provisão de energia, sobretudo elétrica, pode determinar a inclusão social dos indivíduos e, em certos casos, sua própria sobrevivência”. (MERCEDDES, RICO, POZZO, 2015, p. 18).

Nessa perspectiva de futuro e de previsão antecipatória das demandas do crescimento dos empreendimentos de geração de energia elétrica, por meio de usinas hidrelétricas, é necessário buscar as melhores formas de produzir energia sem causar impactos à natureza, bem como reconhecer as fontes favoráveis para a expansão do setor energético no país. Inquietações que devem fomentar as políticas de governo a serem pensadas e estabelecidas.

As condições de funcionamento do setor elétrico brasileiro estavam se deteriorando e as soluções alternativas encontradas foram se delineando, até que, em 1992, o governo Collor lançou o Plano Nacional de Desestatização (PND), que teve como objetivo privatizar as empresas estatais a começar pelo setor de energia elétrica.

O investimento do Estado brasileiro em grandes usinas hidrelétricas é um assunto polêmico no Brasil, em especial no que tange à sua estreita relação com o capital privado de diversas origens, respeito à legislação ambiental e o debate

democrático com efetiva participação das populações atingidas pelos projetos. (Fainguelernt, 2016).

Nessa perspectiva, a EPE é a empresa pública federal responsável pelo planejamento do setor energético, incluindo diversos estudos ambientais. Sua finalidade é prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras. Os estudos e pesquisas que são realizados pela EPE subsidiam a formulação, o planejamento e a implantação de ações do Ministério de Minas e Energia – MME. (TOLMASQUIM 2016).

Na Figura 5 é apresentada a viabilidade hídrica presente no território brasileiro, incluindo, por exemplo, o Estado de Mato Grosso, com vários projetos de planejamento de viabilidade de usinas hidrelétricas. Percebe-se que, no período de divulgação, a UHE Castanheira já estava incluída no mapa de estudos sobre viabilidade hídrica, o que demonstra o interesse do governo federal em implementá-la na região Noroeste de MT.

Figura 5 - Mapa de estudos de viabilidades hídricas no Brasil PAC 1 e 2



FONTE: <http://noticiasderoraima.blogspot.com/2011/02/o-governo-federal-incluiu-no-programa.html>

Dentre os estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas e de viabilidade técnico-econômica no país está o levantamento da bacia hidrográfica do rio Juruena, que consta no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento 1 e 2 desenvolvido pelo governo Lula.

O PDE - Plano Decenal de Expansão de Energia é um estudo de responsabilidade da EPE e configura-se como um instrumento para conhecer a evolução da demanda e da expansão da oferta de energia e assim orientar os investimentos em infraestrutura e na indústria. Ressalta-se que esse tipo de levantamento é de suma importância, uma vez que o ambiente energético nas sociedades modernas, em que a sobrevivência não constitui mais a principal razão para se trabalhar, está gerando novas demandas associadas ao consumo de energia.

Essa complexidade, segundo Tolmasquim (2016), apresenta-se em intensas articulações entre representantes da população, principalmente aquelas afetadas pela implantação dos projetos de geração de energia, com órgãos governamentais municipais, estaduais e federais. O foco dessas discussões diz respeito às atividades sociais, ambientais e econômicas dos projetos que serão instalados.

Assim, a EPE foi idealizada para ser um maestro dessa orquestra denominada matriz energética brasileira, incumbindo-se de combinar os interesses de todos os agentes envolvidos na elaboração dessa matriz – governo, entes públicos e privados, empreendedores nacionais e internacionais –, de modo a tirar o melhor proveito dos recursos energéticos nacionais, atraindo investidores. Dessa forma, proporciona aos brasileiros a energia necessária para o seu bem-estar e o crescimento do país (TOLMASQUIM, 2016).

Nesse caminho, percebe-se que há um fenômeno importante no setor hídrico, quase uma redescoberta de tendência do mercado, que privilegia as expertises dos profissionais ligados à Diretoria de Estudos de Energia Elétrica (DEE) para elaborar os estudos para o desenvolvimento dos planos de expansão da geração e transmissão de energia elétrica. Além disso, a DEE realizava estudos de viabilidade técnico-econômica dos empreendimentos de geração e transmissão; estudos para determinar o melhor aproveitamento possível dos potenciais hidráulicos e outras pesquisas para definir os parâmetros de planejamento para realização dos leilões de expansão do sistema de geração e transmissão (TOLMASQUIM, 2016).

Os estudos de inventário no âmbito hídrico englobaram levantamentos planialtimétricos, hidrométricos e geológico-geotécnicos, entre outros, e estudos de engenharia, tais como cartográficos, hidrometeorológicos, geológico-geotécnicos, energéticos e ambientais, como informa Tolmasquim (2016).

Todos esses instrumentos, mediados pelas relações sociais nos espaços de planejamento do setor hídrico do Brasil e na estrutura de planejamento energético, são capazes de antecipar e tratar questões de interesse da sociedade, de modo a garantir o pleno abastecimento da energia que o país precisa para crescer.

Importante considerar que a criação de organismos institucionais para que a questão energética fosse pensada, não somente pensada, mas realizados os devidos investimentos, demonstrando clara preocupação no estabelecimento de políticas energéticas, não foram capazes de evitar alguns conflitos sérios produzidos

a partir da efetivação desses projetos - em que etnias indígenas, ribeirinhos, pescadores, Estado e companhias energéticas são os principais personagens desses embates, pelos impactos causados, apresentados na sequência.

2.2 Implantação e prospecção de impactos da UHE Castanheira

A implementação da construção da UHE Castanheira está na fase de audiência pública – necessária para obtenção da licença prévia junto ao órgão responsável, no caso, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, Sema-MT. No momento da audiência pública, os atingidos pela barragem devem ser ouvidos e suas preocupações, receios e objeções devem ser levados em consideração. Contudo, o que outros processos de implantação de empreendimentos similares apontam é que essas vozes não são consideradas de fato, não são ouvidas, não são produtoras de realidade, uma vez que há total negligência em considerá-las na decisão de autorizar ou não a instalação da usina.

Não há um enfrentamento direto entre as empresas hidrelétricas e os índios, ribeirinhos e pescadores, tampouco entre o Estado – claro defensor dessas empresas e seu perfil capitalista, e as populações atingidas. O que há, na verdade, é um conflito entre a população dessas regiões que, ideologicamente influenciadas pelos meios de comunicação e suas campanhas desenvolvimentistas, são colocadas contra os agentes sociais que habitam as regiões que serão inundadas, fazendo-os se voltar contra eles na defesa do suposto “desenvolvimento” da região, como foram doutrinados. Nesse tocante, Guimarães Neto (2002) se pronuncia afirmando que para atender os anseios dessa parcela da população o Estado, aliado às empresas particulares de colonização, lança mão de uma ostensiva propaganda que aponta a Amazônia como um espaço vazio a ser incorporado aos demais centros produtivos, e que estimula os agricultores de áreas empobrecidas a se tornarem colonos nos projetos de colonização do Incra e das cooperativas de colonização na Amazônia. O prêmio para os que aceitassem era a possibilidade de explorar as riquezas da Amazônia.

Assim, percebe-se que a população urbana não identifica esses grupos como pertencentes à comunidade local, pois os interesses desses grupos não são

considerados de fato nas tomadas de decisão, apesar das perdas apontadas pelos relatórios de impacto ambiental, como segue:

Este empreendimento vai atingir nossa forma de vivência de vários aspectos especificamente nas atividades que envolvem o meio ambiente, com a perda de espécie de animais e vegetais que fazem parte de nossas práticas culturais, o qual fizemos um levantamento prévio e constatamos em áreas que abrange os seguimentos de Meio Ambiente, Social, Cultural, Saúde e Mobilidade. (Programa¹⁷ de Redução de Impactos Sócio Ambientais e Culturais Aldeia Nova Munduruku, 2016).

Observa-se, então, que operando dentro da visão dominante de “desenvolvimento”, as empresas no setor elétrico no Brasil, durante os processos de licenciamento, atuam gerando tensões que desembocam até mesmo em confrontos violentos, apenas para perpetuar as desigualdades sociais já existentes e, em alguns casos aumentando-as ainda mais. (ZHOURI, OLIVEIRA, 2007).

As leis que normatizam esses empreendimentos regulamentam que durante todo o processo deverá ocorrer a participação da comunidade atingida. Todavia, ao contrário do que impõe a lei, esse estudo teve pouca ou nenhuma participação dos agentes sociais, tais como: indígenas, pescadores e ribeirinhos, ficando a cargo apenas dos representantes do legislativo, executivo do município de Juara-MT o encaminhamento da decisão.

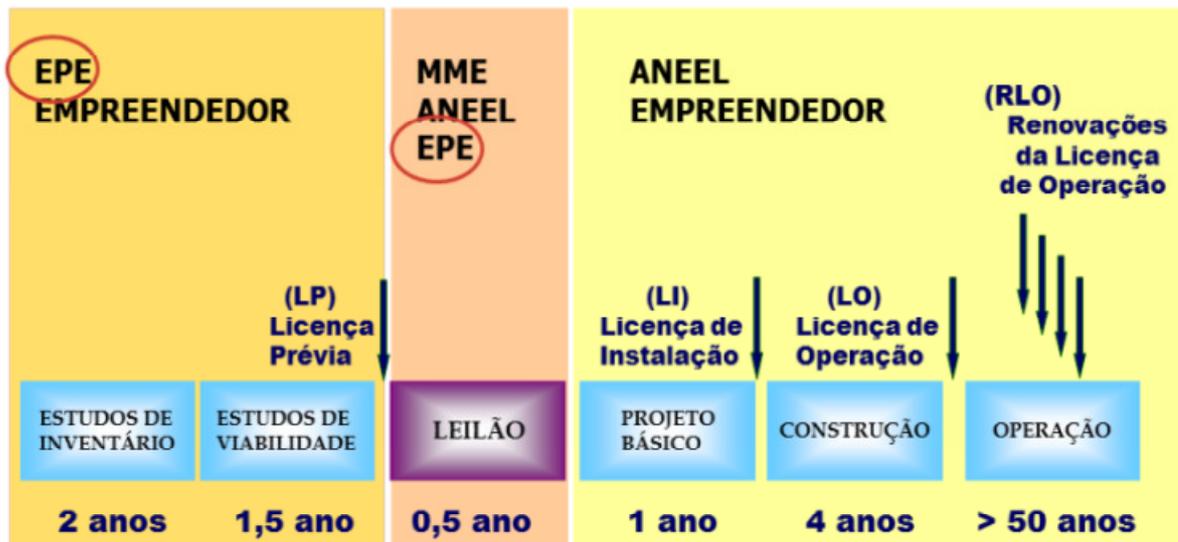
Dessa maneira, o tema da instalação de usinas hidrelétricas está constantemente sendo trazido para o debate público, principalmente pelo projeto do Estado brasileiro em explorar esse tipo de geração de energia, aproveitando o potencial dos rios existentes. Questões sociais, como o impacto ecológico e o deslocamento das populações, são apresentadas, relacionadas ao fenômeno de construção de um grande empreendimento como esse, conforme as reflexões empreendidas por Derrosso e Ichikawa (2014).

Dentre os estudos desenvolvidos para o planejamento de uma obra de construção de hidrelétrica, está o de engenharia, que é realizado para identificar o negócio; os estudos socioambientais, que envolvem os órgãos públicos para

¹⁷ Fruto de uma reunião que aconteceu em Juara, promovida pela EPE – Empresa de Pesquisa de Energia Elétrica que solicitou às lideranças indígenas a realização de um programa de redução de impactos ambientais, que será utilizado como um plano mitigatório desses impactos. Assim, o professor Marcelo, um dos entrevistados, reuniu a comunidade indígena para discutir essas estratégias e depois redigiu esse programa que, posteriormente foi aprovado pela comunidade indígena. Será efetivado na audiência pública que definirá a implantação ou não da usina.

autorização, comunidades das áreas afetadas e o estudo de licença ambiental¹⁸ que visa identificar os impactos ambientais socioambientais e a relações com os agentes sociais envolvidos nesse processo. A Figura 6 demonstra os ciclos de um projeto hidrelétrico.

Figura 6 - Ciclo de um projeto hidrelétrico – participação da EPE



FONTE: (EPE, 2008, p.11)¹⁹

Apesar de todas as fases previstas no projeto, bem como a realização das mesmas em conformidade com os parâmetros legais, os momentos de participação das populações que serão atingidas recebem muitas restrições, certa negligência intencional dos organismos estatais, sinalizando para um jogo de dificuldades e ambiguidades, como afirmam Vainer e Araújo (1992), fazendo da participação uma mera formalidade. Este tipo de artimanha, “[...] não raro [é] utilizada pelo promotor do grande projeto de investimento para construir alianças com as forças locais dominantes em detrimento das populações prejudicadas” (Vainer; Araujo 1992, p. 41).

A presença da lógica capitalista em áreas degradadas que são habitadas por povos tradicionais, em função da busca crescente pelo desenvolvimento e do bem

¹⁸ É uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como uma de suas metas expressivas características da participação social na tomada de decisão (IBAMA, 2015).

¹⁹ Disponível em <<https://slideplayer.com.br/slide/381027/>> acesso em 12/09/2016.

comum, e no caso da construção da UHE Castanheira, pode ser uma ameaça à vida vegetal e animal existente naquela região.

De acordo com Vainer (2007), a violência assim exercida é tanto maior quando se tem em vista que este poder de desapropriação, em nome do interesse público, é transferido pelo Estado a empresas privadas, cujo único e exclusivo fim é a maximização de seus próprios lucros. Para que a construção de uma barragem seja feita, é preciso se atentar às questões ambientais e de direitos humanos, mais especificamente, aos povos tradicionais atingidos.

Conforme Vainer (2007), a ausência de um debate público consistente e abrangente sobre o novo modelo institucional, bem como acerca de suas implicações sociais e ambientais, sinalizou a vontade de relegar ao passado as experiências de participação e negociação, fazendo da privatização também um meio de limitar o controle social. Por isso, é imprescindível que mais conhecimento seja produzido a respeito das relações, crenças, valores, *habitus* e interações dos agentes presentes dentro desses fragmentos e rearranjos territoriais.

Nessa perspectiva, Thompson (1987) afirma que o discurso político-econômico, mesmo quando se refere diretamente aos agentes individuais – como o faz o discurso prático – cai no contexto de um discurso ideológico enganador, o que se aplica às empresas do setor hídrico e aos seguidores dos mesmos interesses. Essa dinâmica, percebida na esfera dos discursos, aplica-se na realidade concreta das etapas do projeto da usina, e remete às possibilidades de elaboração de estudos que possam ajudar esses povos afetados e atingidos, dando voz e vez na discussão de seus direitos às suas propriedades, culturas, tradições e costumes.

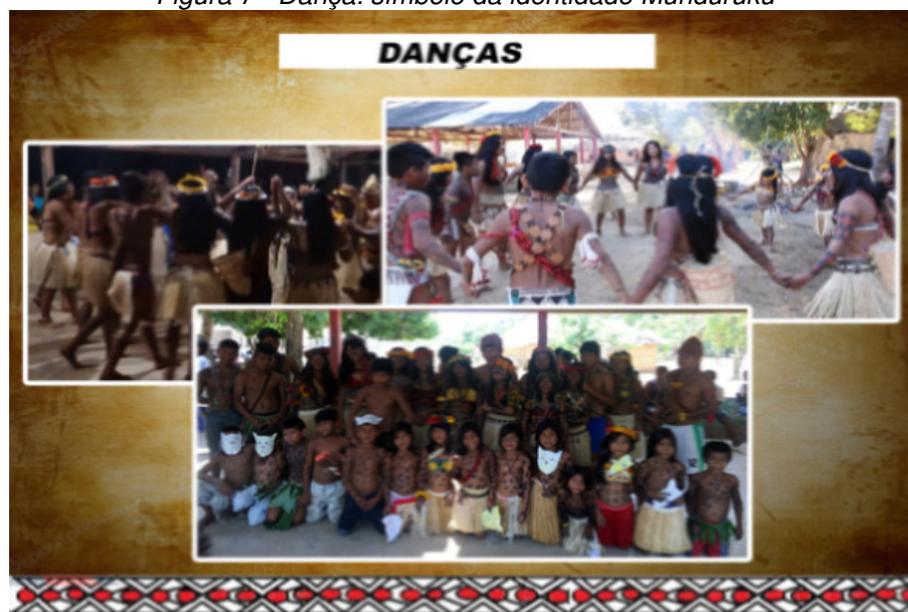
Dubar (2016) contribui para a discussão afirmando que o termo identidade repousa sobre a crença nas essências, nas realidades essenciais, nas substâncias ao mesmo tempo imutáveis e originais. Essa identidade se constrói e reconstrói a todo o momento nas relações dos agentes sociais, assim como suas memórias. As informações que seguem mostram de forma clara o esvaziamento gradativo de valores e tradições dos atingidos pela barragem da UHE Castanheira assim que implantada.

01 - Aceleração da aculturação, 02 - desuso generalizado da língua materna, 03 - desaparecimento da produção de artesanatos, 04 - desvalorização dos usos das pinturas, danças, culinária. Estas e outras demandas visam obter uma estrutura física e de condições para

amenizar as perdas dos valores culturais e conseqüentemente a extinção da identidade do povo Munduruku patrimônio humano do Estado Brasil. É da floresta que tiram sua caça para alimentação, que extraem alguns alimentos e ervas medicinais. É dos rios que pescam os peixes e no território que fazem seus ritos e celebrações. (Programa de Redução de Impactos Sócio Ambientais e Culturais Aldeia Nova Munduruku, 2016).

A Figura 7 retrata um dos momentos símbolo da identidade dos povos Munduruku, a dança; através dela o povo Munduruku busca a manutenção das suas raízes e tradições e resiste às forças que insistem em apagá-los como povo.

Figura 7 - Dança: símbolo da identidade Munduruku



Fotos e montagem: Agilson Poquiviqui (maio de 2017).

O apagamento de um povo não reside no simples fato dele ser privado de seu território. O apagamento se dá porque no território, com quem cada índio se relaciona com um sujeito semelhante, reside a condição da troca simbólica. Nas trocas se constituem as identidades e elas não são permanentes, apesar de guardarem elementos essenciais, elas são afetadas e podem ser modificadas de forma drástica, quando forçadas a novas relações de significação entre seus agentes, no caso os Munduruku e agentes externos ao seu território, com força capaz de impor-lhes formas de interação conflitantes com o seu modo de ser e existir no mundo. Nessa concepção,

[...] que se entre as casas, as ruas, e os grupos de seus habitantes, não houvesse apenas uma relação inteiramente acidental, e efêmera, os

homens poderiam destruir suas casas, seus quarteirões, sua cidade, reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente. Mas, se as modificarem, se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as paredes e os homens. (HALBWACHS, 1990, p. 136)

A ideia que subjaz à citação acima é de que tanto as casas, como um objeto tradicional da cultura²⁰ de um povo, como seus costumes e aspectos imateriais de sua cultura, não têm preço, pois carregam suas memórias, identidades, trajetórias de vidas e, principalmente, suas representações simbólicas. Nessa mesma direção, Pollak (1992) afirma que a memória é, em parte, herdada, e não se refere apenas à vida física da pessoa, mas sofre flutuações em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa.

Fainguelernt (2016) aponta que as análises críticas dos estudos de impactos ambientais indicam que, além de a segurança hídrica da região de instalação do empreendimento UHE Castanheira estar ameaçada, a redução da vazão a jusante da usina acarretará diversos impactos nos espaços aquáticos do rio Xingu e, conseqüentemente, nas populações ribeirinhas, pescadores, agricultores e seus familiares que vivem na região.

Além disso, pode-se interromper ou dificultar o processo de regeneração atual, assim como reduzir gradualmente o fluxo de genes entre as espécies e, por conseguinte, diminuir a produção de alimentação para os ribeirinhos, pescadores, e etnias indígenas das áreas atingidas.

Conforme destaca Fainguelernt (2016), tornou-se evidente no relatório lançado em 2002 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que a partir do qual o governo compreende que a matriz energética brasileira, basicamente apoiada na hidroeletricidade e nas grandes barragens, que acarreta impactos ambientais e sociais na bacia Amazônica como um todo.

²⁰ Em Thompson (1987), a noção de “costume” foi empregada para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra “cultura”. O costume seria a “segunda natureza” dos indivíduos. Bacon escreveu sobre o costume como a conduta inercial, habitual e induzida: “Os homens professam, protestam, comprometem-se pronunciam grandes palavras, para depois fazer o que sempre fizeram. Como se fossem imagens mortas, instrumentos movidos exclusivamente pelas rodas de costume”. Para Bacon, portanto, o problema consistia em induzir melhores hábitos o mais cedo possível. “como o costume é a principal diretriz da vida humana, que os homens procurem ter bons costumes [...] O costume é o mais perfeito quando tem origem nos primeiros anos de vida: é o que chamamos de educação, que, com efeito, não passa de um costume adquirido”.

Um impacto ambiental significa, de acordo com o artigo 1º da resolução 001/86 do Conama, qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
 - II - as atividades sociais e econômicas;
 - III - à biota;
 - IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
 - V - a qualidade dos recursos ambientais.
- (RESOLUÇÃO CONAMA 001/86, ART. 1º)

O planejamento da execução das etapas da construção da usina pode auxiliar de maneira direta ou indireta os atingidos pelo empreendimento Castanheira, sobre os impactos sociais às etnias indígenas, pescadores e ribeirinhos da região do Vale do Arinos e traçar toda a trajetória do passado, do presente e os impactos no futuro em relação a essa comunidade.

Além dos conflitos de ordem pessoal e que atingem o sentimento coletivo do povo diante das iminentes mudanças de vida do povo Munduruku, com o advento da construção de uma usina hidrelétrica, torna-se necessário compreender o contexto do exercício de poder explícito no processo de implantação dessas usinas hidrelétricas e que trazem, sem dúvida alguma, prejuízos diversos para as populações atingidas, conforme o que segue:

- 01- diminuição do pescado e assoreamento do rio dos peixes que banha a Aldeia em virtude do vazão repentina fora de período, 02- redução ou esterilização das castanheiras nativas por extinção ou descontrole de pragas nocivo a essa espécie de árvore, 03- descontrole das pragas por mudanças em seu habitat, 04- diminuição das águas no leito do rio, 05- aumento da umidade e, conseqüentemente, as queimadas, 06- desaparecimento de espécies animais que dependem do ciclo das águas, animais terrestres e aquáticos, animais estes que fazem parte do alimento tradicional de nosso povo. (Programa de Redução de Impactos Sócio Ambientais e Culturais Aldeia Nova Munduruku, 2016).

Conflitos socioambientais se caracterizam como o movimento de grupos sociais que se mobilizaram em torno da defesa de suas posições, neste caso, aqueles inerentes à afetação de suas vidas como cidadãos como apregoam Zimmerli e Siena (2013).

De acordo com Vainer (2007), ao declarar a utilidade pública para fins de desapropriação das áreas necessárias à implantação de instalações concedidas,

destinadas a serviços públicos de energia elétrica, autoprodutor e produtor independente, a lei n. 9.074, artigo 10º, determina que o Estado utiliza do poder para autorizar a construção de usinas e a desapropriação dos atingidos com a justificativa de atender o bem comum, mas na verdade, atende ao desenvolvimento capitalista, quando usa desse artifício é para privilegiar a elite dominante do setor hídrico.

Nessa perspectiva, Zhouiri e Oliveira (2007) afirmam que o conflito estabelecido pela implantação de projetos hidrelétricos exemplifica a luta pela justiça ambiental, revelando a disputa em torno da reapropriação social da natureza e sua busca pelo reconhecimento de projetos produtivos e sociais alternativos, incluindo os vários significados do que seja riqueza e desenvolvimento. Contudo, de forma controversa, projetos desse tipo, apesar de atenderem às demandas energéticas, não visualizam as necessidades dos atingidos, pois atendem a interesses meramente econômicos e políticos dos grandes conglomerados do setor energético. Resumindo, os interesses nunca coincidem com o bem comum e muito menos com os interesses dos povos que habitam nos territórios afetados.

A natureza e lógica dos grandes aproveitamentos hidrelétricos não deixam dúvidas: trata-se de explorar determinados recursos naturais e espaços, mobilizar certos territórios para uma finalidade específica produção de eletricidade. Tudo o que contraria ou escapa a esse fim aparece como obstáculo e surge, no cronograma financeiro, sob a rubrica de custos. (Vainer; Araujo 1992, p. 41).

Percebe-se que a lógica capitalista respalda e incentiva o uso desenfreado dos recursos naturais pelo ser humano e pelo poder público. Ao considerar o aumento populacional, percebemos que também crescem e expandem-se as necessidades humanas quanto à moradia e alimentação, o que torna a preocupação ainda maior, pois essas demandas podem ser geradoras de outros conflitos como acontece em diferentes partes do mundo.

Assim, às regiões de implantação, de modo geral, tem restado a “[...] desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental” (Vainer; Araujo 1992, p. 33).

A utilização das riquezas naturais apenas para a geração de capital é sinalizada pelo esgotamento dessas riquezas, muitas delas não renováveis, que apontam, por sua vez, para a busca de novas fontes e o previsto conflito de interesses entre quem as detém e quem as deseja possuir. Dentre esses bens

naturais, encontram-se a água e todas as possibilidades de seu uso. Nesse viés, os empreendimentos que se apropriam, de diferentes formas, de recursos naturais e humanos em diversos pontos do território, “[...] guiados pela lógica estritamente econômica, respondendo a decisão e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos” (Vainer; Araujo 1992, p. 34).

Conforme ressalta Fainguelernt (2016), a magnitude dos impactos de grandes centrais hidrelétricas na região amazônica, o *lobby* hidrelétrico e os interesses das grandes empreiteiras associadas ainda não permitiram uma ruptura do modelo de grandes barragens no Brasil. Percebe-se, além disso, que a extração, produção de alimentos e a pecuária em áreas próximas de Área de Preservação Permanente (APP) e, principalmente, perto das comunidades indígenas podem acarretar danos na matriz florestal, o que altera o bioma local e, conseqüentemente, interfere na qualidade dos recursos hídricos.

Segundo Rempel, Suertegaray e Jasper (2001), o estudo de áreas com vegetação nativa mostra-se muito importante, pois pelo progressivo desgaste dos recursos naturais, torna-se necessário preservar o que ainda resta e procurar recuperar o que for possível.

Para Porto, Pacheco e Leroy (2013), as situações de injustiça ambiental configuram-se, nessa perspectiva, como o planejamento e a execução de projetos e aplicações dos recursos nos territórios, assim como o uso do poder para impor esses projetos. Em nome de um desenvolvimento para toda a sociedade, o capitalismo avança sobre os mais fracos e invisibilizados.

Nessa mesma direção, ressaltam ainda, Porto, Pacheco e Leroy (2013), que identificar, sistematizar e publicizar os conflitos ambientais por meio das lutas contra as injustiças e o racismo ambiental representam, sobretudo, uma estratégia de democratização das informações, explicitando não só impactos sociais e ambientais como outras faces perversas do modelo de desenvolvimento econômico, político e cultural dominante no Brasil e no mundo.

Com isso, é possível entender o processo de dominação exercido pelo capitalismo e de seus agentes se alastrando sobre a etnia Munduruku, por isso, é possível e necessário discutir acerca dos sujeitos atingidos pela construção da

usina, com vistas a verificar seus rearranjos e os deslocamentos desses agentes sociais.

Essa dinâmica suscita para Abreu (2013) a reflexão de que a dignidade humana e a igualdade são direitos fundamentais contrapostos ao Estado de exceção que se caracteriza pela exclusão de cidadãos, em especial, a exclusão ambiental e o conseqüente racismo ambiental, que ferem diretamente os direitos dos povos tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, as religiões de terreiros, e de modo especial, os indígenas Munduruku aqui problematizados.

As múltiplas e perenes formas de desenvolvimento como das comunicações, novas bases tecnológicas e de geração de energia elétrica, por meio das grandes usinas, fazem com que os conflitos entre os povos e/ou países atingidos por barragens alimentem uma forma de racismo, o racismo ambiental, para impor a lei dos mais fortes. Quando são pensados os conflitos, a ideia limitadora de grupos armados e prontos a entrar em confronto corporal pode surgir na imaginação; todavia, os conflitos mais intensos se dão no dia a dia, no cotidiano das relações em que não são usadas armas de poder letal. Em seu lugar, são usadas atitudes que segregam os grupos atingidos, rotulam suas atitudes e seu modo de ser e julgam seus comportamentos como algo que contraria o movimento de desenvolvimento para a região como, por exemplo, quando os indígenas são vistos como preguiçosos por não cultivarem a terra nos moldes da agricultura ostensiva praticada na região, conforme o relato do professor indígena:

Somos contra a construção da usina, mas a gente não fica falando muito porque o povo da cidade não gosta muito da gente e se a gente for contra essa usina aí que eles vão falar da gente. (Depoimento de Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

Por isso, além de serem vistos como uma ameaça para o desenvolvimento econômico da região, os agentes sociais afetados pelos impactos ambientais são vistos como sujeitos de menor importância e vivem numa espécie de ostracismo, alijados de seu direito de conviver com a diversidade e de expressar sua forma de perceber a realidade, podendo opinar sobre seu próprio futuro.

Entende-se, nesse contexto, que racismo ambiental seria, assim como postulam Porto, Pacheco, Leroy (2013), a negação aos grupos sociais, independentemente de quaisquer aspectos da participação efetiva nas decisões sobre acesso, ocupação e uso dos recursos naturais em seus territórios,

configurando-se em um contexto de injustiça social e ambiental. Nega-se a oportunidade de discutir e decidir o seu próprio destino, sendo-lhe relegado o lugar de alienação para o uso de sua capacidade decisória frente a interesses que lhes são próprios, inclusive, do que fazer de seu próprio território. Nesse aspecto, esse conceito aplica-se de modo eficiente no contexto da construção de usinas hidrelétricas, uma vez que a participação dos povos atingidos é apenas protocolar.

Desde a década de 1940, a geração de energia se dá através de usinas hidrelétricas, o que ocasiona sérios danos à natureza, mas também danos sociais e culturais, conforme salientam Zimmerli e Siena (2013), ao dizerem que os impactos sociais e ambientais causaram e ainda causam confrontos entre grupos de interesses diferentes ou divergentes. São confrontos alimentados por altas cifras monetárias e diferentes percepções dos afetados por tal empreendimento. No caso dos Munduruku, quem são esses agentes, que interesses representam?

Historicamente, a geração hidráulica tem papel preponderante na matriz energética nacional, especialmente pelas suas características de renovabilidade e ao elevado potencial disponível no país. De acordo com Rosa, Sigaud e Rovere (1995), normalmente, as hidrelétricas são construídas em lugares de correnteza rápida, pois estes oferecem as melhores condições para gerar energia elétrica.

Para fazer cumprir as etapas de construção de barragens, apenas por mera formalidade, alguns aspectos negligenciados podem causar vários danos conforme aponta Sigaud (1992). O precedente que faz do processo de avaliação ambiental uma mera formalidade simbólica, talvez seja o impacto de maior alcance desse projeto altamente questionável.

No viés da rapidez dos processos e do cumprimento das burocracias, Leff (2016) afirma que a capitalização do mundo se efetuou pelos diferentes processos de acumulação de capital, etapas de crescimento e estilos de desenvolvimento, de acordo com suas “vantagens comparativas” e estratégias político-econômicas, alcançando diferentes estratos sociais em diversos lugares do planeta.

No que toca às interferências no meio ambiente e no modo de vida das populações, deve-se ressaltar que a UHE Castanheira se situa em uma região bastante antropizada, ocupada basicamente pela pecuária extensiva de gado de corte com baixa população residente no local.

As desapropriações de terras e deslocamentos dos atingidos por barragens são pontos conflitantes entre o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo em função de um desenvolvimento para todos, mas que, na verdade, abrange apenas um grupo seleto de capitalistas ligados ao setor energético e ao setor agropecuário. São eles que têm grande interesse em “otimizar” áreas indígenas em proveito de seus empreendimentos.

Siguad (1992) afirma que na medida em que controlavam politicamente as prefeituras, as elites locais, constituídas pelos grandes fazendeiros, controlavam também o acesso àquelas terras, por isso, nesse processo, há disputas entre diferentes setores sociais. A autora prossegue, frisando que é nesse sentido que os casos contrastados são reveladores de que o curso dos acontecimentos depende não apenas da decisão de geração de energia, mas das relações reais que se estabelecem entre as empresas, a população e os grupos de interesse.

Conforme a autora, o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis para a geração de hidroeletricidade tem sido, no Brasil, uma alternativa privilegiada para equacionar a questão posta pela necessidade de fornecer uma infraestrutura básica para a expansão da economia, nos moldes do modelo vigente no país.

Ademais, a lei brasileira assegura o direito à propriedade privada, no tocante à água, sendo que fica salvaguardado ao Estado a responsabilidade da gestão e da utilização de acordo com a Constituição Federal de 1988. A Constituição ainda estabelece que todas as águas são públicas, sendo que, em função da localização do manancial, elas são consideradas bens do domínio da União ou dos Estados, sendo também competência exclusiva da União legislar sobre águas e energia, segundo o artigo 22, IV, CF/88.

Nos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental/RIMA constam as justificativas técnicas, econômicas e socioambientais para a proposição do empreendimento, levando em conta a importância da operação da UHE Castanheira em conjunto com outras hidrelétricas existentes ou previstas. A descrição do item foi baseada no Plano Decenal de Energia – PDE 2023 (MME), no Estudo de Viabilidade da UHE Castanheira e nos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Juruena.

Apesar dos argumentos que justificam o empreendimento, há conflitos. Para Zimmerli e Siena (2013), a principal causa identificada nesses conflitos é a disputa

pelo controle dos recursos naturais, sendo utilizada a estratégia de gestão como meio de tratamento. Assim, em relação à construção das hidrelétricas, constatou-se a formação de blocos de resistência em torno de redes mais experientes e de maior poder de influência.

Siguad (1992) ressalta que a contribuição possível da reflexão aqui apresentada consiste em apontar, a partir do caso das hidrelétricas (e em qualquer análise que vise dimensionar com precisão os efeitos da inundação de um território), para o peso das relações da população com esse território; mas também para a importância do modo como o projeto é implantado, para o estudo das relações entre os interessados no projeto e as populações e para a relevância das condições sociais da área próxima ao reservatório, em termos das alternativas que abrem à população deslocada.

Dessa maneira, Zimmerli e Siena (2013) apontam que as discussões deixam de ser uma questão apenas ambiental, tratada pelas áreas de estudo de impactos, e passam a migrar para as áreas de geografia social, sociologia, administração, psicologia, entre outras, transcendendo uma única vertente. Afinal, os efeitos de um acontecimento como o avanço das águas (especificamente os que incidem sobre as condições sociais de produção) não estão contidos apenas no acontecimento em si mesmo, mas são mediatizados pelas relações que os grupos sociais concretos mantêm com o território, complementa Siguid (1992).

Por outro lado, o que representa os interesses dos grupos investidores, as informações contidas nos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental/RIMA, além dos benefícios diretos como a produção de energia para o SIN – Sistema Interligado Nacional, que poderá contribuir positivamente para o controle de tensão (importante recurso operativo para a região), o empreendimento trará benefícios indiretos, como a dinamização socioeconômica da região. E ainda afirma que as comunidades atingidas serão beneficiadas pelos impostos da geração de energia e pela compensação financeira a ser paga ao Estado e aos municípios atingidos pelo reservatório. Contudo, cabe, após a efetivação do empreendimento, se este realmente vai acontecer, que esses benefícios sejam avaliados e conhecidos os seus efeitos sobre a população. Pois o Estado tem o braço que deveria abarcar a todos os seus povos em seus territórios e proporcionar a participação ativa nas decisões que afetam sua vida social.

2.3 O racismo ambiental: aspectos conceituais e suas implicações na vida dos atingidos por barragens

Parece-nos muito evidente que o racismo ambiental manifesto no Brasil e que atinge inúmeras populações minoritárias e fragilizadas, como acontece em outros lugares do mundo, tem sua origem em atos comissivos do Estado, ou mesmo em atitudes de ordem omissivas, quando o Estado não se manifesta, ou não se manifesta tempestivamente, observando o tempo razoável, nas ocasiões de claro desrespeito aos direitos fundamentais dessas populações, deixando-as cada vez mais vulneráveis no exercício de sua cidadania.

Na década de 1970, nos Estados Unidos, surge a sigla racismo ambiental para discutir o esvaziamento dos direitos de diferentes etnias²¹. Conforme salienta Acserald (1999),

Foi a partir desta pesquisa que o reverendo Benjamin Chavis cunhou a expressão “racismo ambiental” para designar “a imposição desproporcional - intencional ou não - de rejeitos perigosos às comunidades de cor”. Dentre os fatores explicativos de tal fato, alinham-se a disponibilidade de terras baratas em comunidades de minorias e suas vizinhanças, a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa e carência de recursos políticos das comunidades de minorias [...]. Acserald (1999, p.3).

E ainda, de acordo com Porto, Pacheco, Leroy (2013), as discussões vinculadas ao racismo ambiental, além de combater práticas de apagamento de formas de serem ligadas à diversidade étnica, estão ligadas à valorização das diferentes formas de viver e produzir nos territórios, reconhecendo a contribuição que grupos de indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, agroextrativistas, agricultores e familiares dão à conservação dos ecossistemas.

O conceito de racismo ambiental, segundo Porto, Pacheco, Leroy (2013) refere-se ao tratamento justo e ao envolvimento pleno de todos os grupos sociais, independente de sua origem ou renda, nas decisões sobre acesso, ocupação e uso

²¹ Ver Porto, Pacheco (2009), que inicialmente, o foco foi à luta contra o racismo ambiental, a partir da presença de populações negras em regiões altamente poluídas por indústrias químicas ou próximas a áreas de depósito de lixo tóxico. Mas, já em 1991, o movimento se ampliou para além das questões ligadas aos rejeitos químicos e se tornou mais propositivo.

dos recursos naturais em seus territórios. Esses direitos são negados aos povos indígenas, aos ribeirinhos e aos pescadores, por exemplo, quando se trata de decidir em nome de um desenvolvimento imposto pelo Estado, em benefício da melhoria de uma elite da sociedade e em detrimento desses grupos minoritários que não são consumidores no mercado da produção desenfreada, mas são meros produtos, na lógica capitalista. Em outras palavras, as discussões apontam para um modelo brasileiro de desenvolvimento que insiste em “[...] destinar as maiores cargas de danos ambientais às populações socialmente mais vulneráveis, os setores mais pobres e miseráveis da sociedade [...]”, conforme Porto e Pacheco (2009, p.5). Certamente, esse modelo reflete o demasiado poder de concentração de território e das riquezas nele contidas por uma elite, um traço característico do modelo de desenvolvimento brasileiro que assevera ainda mais as desigualdades sociais.

[...] o conceito de injustiça ambiental foi definido como o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (PORTO, PACHECO, 2009, p.5).

Não podemos deixar de atentar para uma dinâmica perversa que aponta para o reconhecimento da vida das minorias apenas como uma mercadoria, o que permite caracterizar a problemática racial e étnica tanto como fator de produção das injustiças que tais grupos enfrentam, quanto como elementos da constituição dos poderes políticos e culturais dominantes, que controlam a implementação e o funcionamento das atividades econômicas geradoras de conflitos. Segundo Porto, Pacheco, Leroy (2013), as situações de (in)justiça ambiental são compreendidas, nessa perspectiva, como consequência de disputas políticas - públicas e simbólicas - envolvendo distintos projetos e aplicações dos recursos nos territórios, assim como o uso do poder para impor esses projetos; o que pode ser percebido na fala de Marcelo da etnia Munduruku, quando reflete sobre o enfrentamento ao processo de desenvolvimento imposto pelo Estado como claro representante do sistema capitalista.

A etnia Munduruku está resistindo ainda, nesse ponto de vista, elas querem adentrar nisso, mas o que nós temos que fazer, nós estamos encontrando um meio de nos adaptarmos e garantir que as nossas identidades, nós

possamos desfrutar daquilo que o desenvolvimento traz pra nós, Mas a gente pode desfrutar isso sem perder nossa identidade, sem perder aquilo que é nosso, nossa essência de Munduruku, a nossa forma de viver, o nosso jeito de conversar, a nossa maneira de organização, de resolver nossos problemas de desenvolver a forma da nossa vivência. (Depoimento de Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

Nesse cenário acima descrito, a partir do olhar de alguém que é atingido por essa dinâmica de relativização e apagamento de direitos, percebe-se que as forças do mercado se manifestam no discurso hegemônico das empresas e de alguns setores do Estado que insistem em transformar o espaço e seus recursos em plena mercadoria, passível de apropriação privada para geração de riqueza destinada à exportação, isto é, uma riqueza que nunca será acessada pelos agentes locais. O que podemos observar na fala do senhor Divino “e para a gente deixar assim, a troco de nada, então a gente tem que lutar pra ver se, pelo menos, a minha intenção não é sair dali, porque ali foi uma vida minha, minha e da família”, deixar seu sítio significa deixar parte de sua vida.

Um bom exemplo seria tocar na questão da monocultura da soja que, enquanto ela se desenvolvia com toda a sua força, e enquanto os “gaúchos” ainda estavam a caminho, a Colonizadora Sorriso vendia também lotes a outros trabalhadores, que buscavam um lugar na agropecuária que explodia na região. Ainda, o senhor Divino ressalta que

não é fácil para depois você deixar jogar fora, o meu lá mesmo, se Deus o livre acontecer essa usina, eu tenho um baixadão lá que vai dar uns 20 alqueires, vai ficar tudo debaixo d’água, porque é bem no leito do corgo, tem a reserva mas o corgo desce pelo meio, e quando enche, uma enchente boa que dá, vira aquele mar d’água, então a usina vai ficar mais ou menos daquele tipo, vai ficar daquele tipo, daí para mais. O capim vai ficar debaixo d’água, pedaço ilhado (depoimento senhor Divino, Juara, 2018).

Mas se reservava o direito de escolher a quem e onde vendê-los. Dentre os fatores explicativos de tal fato [racismo ambiental], alinham-se a disponibilidade de terras baratas em comunidades de minorias e suas vizinhanças, a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa e carência de recursos políticos das comunidades de minorias [...]. Acserald (1999, p.3).

Essa dinâmica tomou de assalto, por exemplo, o povo Kayabi que sofria (e sofre ainda) os efeitos espúrios do racismo ambiental que os instituiu como personagens da história, vítimas de preconceito racial: a empresa sugeria aos

colonos não contratar os trabalhadores negros que acorriam em busca de emprego, dando um novo viés étnico à atividade agrícola, segundo o que informa Pacheco (2008b).

Mas, “[...] em oposição ao discurso hegemônico do desenvolvimento, a noção de justiça ambiental pretende superar a racionalidade meramente econômica, propondo uma noção de justiça que não compreende apenas distribuição equânime das partes” (ZHOURI, OLIVEIRA, 2007. p.132). Por isso, em conformidade com as ideias de Pacheco (2008), a percepção de indícios que indiquem a existência de práticas que denunciam a presença de racismo ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, “[...] por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia” (PACHECO, 2008a, p.11).

A reflexão acima contribui de modo essencial para o entendimento da forma de racionalidade das grandes empreiteiras do setor hídrico, que defendem o capitalismo como um dos pilares da globalização e não medem esforços para superar os obstáculos que se sobrepõem à sua realização. Derivada dessa condição, há ações concretas e simbólicas do extermínio da diversidade, como o assassinato de tribos inteiras por envenenamento relatado nas histórias “não oficiais” do Brasil; mas há outros modos de dizimar populações que não coadunam com os projetos neoliberais, dentre eles a padronização de costumes e comportamentos, largamente empregados pelos mecanismos do mercado globalizado, e no apagamento completo da diversidade dos modos de ser e existir no mundo, inclusive o apagamento gradativo de grupos que constroem sua identidade no convívio com seu território e que são alijados desse direito, como índios, ribeirinhos e pescadores.

O modelo de desenvolvimento hegemônico no mundo atual cada vez mais trata a maioria da humanidade como objetos: uns, a serem usados a serviço do lucro; outros, considerados supérfluos, a serem sumariamente descartados. Ou somem das estatísticas a partir de causas “naturais” decorrentes da desnutrição ou de doenças causadas pela miséria absoluta, ou são expulsos de seus lares para que mega-projetos se estabeleçam, ocupando e arrasando o território para “implantar empregos, progresso, desenvolvimento sustentável e cidadania” (PACHECO, 2008a, p.11).

Para Porto, Pacheco, Leroy (2013), a negação da discriminação faz com que, muitas vezes, as desigualdades raciais sejam tratadas apenas como consequências das desigualdades de classe, sonogando do debate público as diferentes formas de interdição cotidiana às pessoas negras, indígenas ou não brancas, da participação política, econômica e cultural, autônoma e em iguais condições.

A identidade étnica tem ditado o valor do ser humano que se vê reduzido em sua importância como tem acontecido com os Murunduku. A atitude de atribuir menor valor ao humano Munduruku arrasta atitudes ligadas às relações do homem com as coisas, tais como medir, ordenar, atribuir qualquer valor ou nenhum valor, conforme sua utilidade na complexa engrenagem do capitalismo. No relato da senhora Dirce Kolinski, esposa do senhor Carlos Kolinski, participante da pesquisa, quando diz “ele”, está referindo-se ao seu esposo senhor Kolinski.

ele nem gosta de escutar falar dessa usina, que diz que dá uma coisa ruim nele que diz que tem que sair fora, ele não gosta de ouvir essas palavras, não pode porque ele fica muito triste, ele fala a não aonde nos vai? Eu falo a não sei, tem que ver. Tem que ter pensamento positivo né, que Deus arruma um outro lugar se tiver que sair né, mas que nos quer que sai não né, mas a gente não manda nada né. (Depoimento de dona Dirce Kolinski, Juara, 2019).

Por isso, a humanidade precária das minorias as reduz objetivamente a unidades de valor em moeda, como se faz com produtos. Os produtos de algumas marcas valem mais do que outros; assim, seres humanos marcados pela sua identidade indígena, ribeirinha ou pescadora no mercado do consumo valem menos do que os que não possuem esses rótulos.

Quando um indígena é morto, um pescador assassinado ou um ribeirinho destituído de suas terras, quase nada é feito para apurar os culpados e aplicar a legislação; são vidas descartáveis, sem valor, conforme relato de um dos representantes Munduruku a respeito da sua percepção sobre o que a sociedade pensa sobre os povos indígenas.

O etnocídio continua, na forma como as pessoas olham para nós, na maneira como querem que sejamos como elas, subjugando nossas organizações, na maneira como dizem que nossa religião não tem valor e que a deles é que importa, na maneira como dizem que nosso comportamento é impróprio. Estão destruindo a identidade dos índios enquanto seres humanos. (Depoimento Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

O racismo, bem como a permissão para que o mesmo se instale nas relações institucionais geridas pelo próprio Estado, dá-se não apenas por tirar a vida, o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser configurado como um assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou de, simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, o apagamento cultural, a negação aos direitos de suas próprias vidas. “O racismo ambiental extrapola as questões meramente raciais e étnicas, abarcando as injustiças, os preconceitos e a desigualdade que afligem populações e grupos vulneráveis” (ABREU, 2013, p.89).

“A motivação para exclusão de brasileiros tem as mais variadas nuances, seja cor da pele, local de nascimento, tipo de trabalho ou ausência deste, local de residência, escolaridade, conta bancária, e, o que se destaca, a questão ambiental” (ABREU, 2013, p. 91). Esses diferentes elementos motivadores, mas nunca justificadores, evidenciam que, quando há uma suspensão, mesmo que temporária dos direitos, está formado um espaço que permanece fora da normalidade legal. Assim, nesse âmbito em que não há direito, ou que ele não é efetivamente aplicado, emerge a possibilidade da violência, por isso, tudo é possível, tal como os campos de concentração nazista. Assim, conforme ABREU (2013), o racismo deixa de ter apenas impacto racial estendendo-se a preconceitos e injustiças ocorridos com grupos vulneráveis, sejam históricos, econômicos, sociais ou ambientalmente desprotegidos.

No cotidiano, o assassinato de um índio, ou de qualquer outro representante de minoria, não traz tanta comoção ou repercussão como o assassinato de um não índio, por exemplo; assim, nesse caso concreto, há uma exceção do Estado no trato do caso, há maior complacência no trato dos processos, maior alargamento dos prazos, menor disponibilidade de agente para apurar fatos etc. Da mesma forma, as garantias dos direitos desses povos tradicionais, assim como de quaisquer das reconhecidas minorias, apesar de bastante bem amparados, constitucionalmente, inclusive, são relativizados pelos poderes instituídos e constituídos. O executivo, quando não prioriza as ações que efetivam as políticas públicas; o legislativo, que cotidianamente estabelece novos marcos legais para diminuir direitos em nome dos interesses de grupos econômicos; e o judiciário quando não percebe a prioridade

desses povos e emperram por anos as suas demandas legais, remetem essas populações a um lugar de invisibilidade.

Estão alijados do exercício de sua cidadania, pois possuem vozes, mas de fato não são ouvidas, ao contrário, são apagadas deliberadamente por inúmeros subterfúgios usados pelos organismos estatais que, apesar do que manda a lei, age em regime de exceção, usando seus atributos legais, em detrimento desses grupos que sofrerão diretamente os impactos socioambientais do empreendimento.

O tratamento desigual em relação aos grupos ambientalmente excluídos é vergonhoso. Seja pela atitude permissiva do poder público ao não impedir que estes grupos sejam diretamente afetados por empreendimentos poluidores, seja pela omissão com a ausência de políticas públicas eficazes no combate a injustiça ambiental, seja pelo descumprimento do princípio da informação, seja com a inexistência de efetiva participação dos interessados/afetados nos atos decisórios [...]” (ABREU, 2013, p.93).

Os projetos hidrelétricos, da forma como são conduzidos, têm a capacidade de negar o direito de os agentes sociais envolvidos em seu processo de efetivação, seja em quaisquer de suas etapas, manterem uma relação com o seu ambiente, pois lhes impõe outro modo de ser como condição de sua existência. A negação das relações dos indivíduos com o seu ambiente pode ser compreendida como racismo ambiental; essa afirmação está subscrita na forma de olhar e de conduzir os processos que envolvem a relação socioambiental de etnias ou grupos vulnerabilizados e outras minorias que, em relação a outros grupos sociais, os atingem de forma desproporcional, alijando-os de suas conquistas e beneficiando outros agentes. Portanto, percebe-se, sem resquício de dúvida, que esse processo acaba configurando-se muito mais como injustiça por parte do Estado, do que como uma ação crivada de equidade, reflexo de como o Estado deve tratar seus cidadãos.

Ao abdicar de aprofundar o debate acerca das consequências de seus grandiosos planos de expansão sobre a organização territorial brasileiro e sobre os desequilíbrios regionais, o setor elétrico contenta-se em servir de suporte de sustentação e reprodução do padrão histórico vigente, concentrador e escludente social. (VAINER, ARAUJO, 2008, p. 1992).

Enfrentar a injustiça e o racismo ambiental é um desafio para todos nós, independentemente das cores das nossas peles. Pacheco (2008b) ainda afirma com veemência que as raízes culturais que os alimentam são fundas, entranhadas nas luzes ofuscantes e enganadoras do “espírito do capitalismo”. Ter clareza desse fato

e combatê-lo é base fundamental para a construção do processo democrático e da verdadeira cidadania, uma vez que

Os mecanismos e processos sociais movidos pelo racismo ambiental naturalizam as hierarquias sociais que inferiorizam etnias e percebem como vazios os espaços físicos onde territórios estão constituídos por uma população que se caracteriza por depender estreitamente do ecossistema no qual se insere. Em suma, trata-se aqui da construção e permanência de relações de poder que inferiorizam aqueles que estão mais próximos da natureza, chegando a torná-los invisíveis. Herculano (2008, p. 17).

Essa invisibilidade construída pela negação de direitos, inclusive de decidir sobre seu próprio futuro, atinge diretamente as populações marginalizadas, as menores populações e os direitos que as assiste. Nesse viés, destacamos a expropriação de seu território, que se configura como o potencializador comum das diferentes formas de existir no mundo e, no contexto das interrelações de coexistir.

Contudo, é ainda mais do que isso, uma vez que o território tem sido palco de conflitos de poder, mas, ao mesmo tempo, é o objeto almejado por quem não detém, nem de direito nem de fato, a sua propriedade, mas que pretende subverter essa ordem e apossar-se de todas as suas riquezas e também de todas as suas potencialidades de lucro. Para aqueles que estão na iminência de serem deixados sem seu território, ele é muito mais do que a simples possibilidade de enriquecimento, é sua condição de existir no mundo.

O território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros. Ele é, também, o repositório final de todas as ações e de todas as relações, o lugar geográfico comum dos poucos que sempre lucram e dos muitos perdedores renitentes, para quem o dinheiro globalizado aqui denominado 'real' já não é um sonho, mas um pesadelo" (SANTOS 1999, p.5).

Considera-se que essas reflexões nos fazem tentar entender como as relações socioambientais desenvolvidas pelos agentes sociais, sejam eles indígenas Munduruku, pescadores ou ribeirinhos, bem como o seu direito de autodeterminarem-se, impactam na sua capacidade e no seu direito de prospectar o futuro, uma vez que todos os agentes são afetados pela realidade do planejamento da UHE Castanheira e seus atos preparatórios. Tal panorama, afeta diretamente a "[...] dignidade humana e a igualdade como direitos fundamentais frente ao significado biopolítico do Estado de exceção: a exclusão de cidadãos, em especial, a exclusão ambiental e o conseqüente racismo ambiental" (ABREU, 2013, p.96).

Em relação ao que foi tratado nesse tópico, sobre planejamentos no setor energético e racismo ambiental, considera-se que os atingidos pela barragem da UHE Castanheira - indígenas, pescadores e ribeirinhos, foram tratados como invisíveis, e, como tal, não podem ser vistos como agentes participantes de fato nesse processo de planejamento e futura implantação da usina. Esse fato fica evidente pela pouca comunicação, falta de acesso aos espaços de debates, nenhuma condição de participação em audiências públicas.

Por isso, deve-se estar atento, uma vez que o racismo ambiental se configura por várias formas e com diferentes prejuízos às suas vítimas, que suportam um impacto ambiental negativo muito maior que as outras pessoas. É nessa direção que a escuta atenta desses agentes, que adiante será apresentada, quer caminhar, em relação aos seus territórios, espaços e identidades desses agentes sociais.

3. A CONCEPÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO E AS RELAÇÕES SOCIAIS

O tópico que segue objetiva empreender reflexões a respeito do que é espaço, sua construção e ocupação, que subsidiarão a compreensão do que vem a ser territórios e os elementos que compõem essa territorialidade e assim compreender a relação de identidade que os indígenas da etnia Munduruku possuem com seu território.

3.1 Espaço: relações de transformação e mediação

Há diferentes concepções sobre o espaço e sua abrangência; e é justamente fundada nessa afirmação que agora serão desenroladas algumas reflexões sobre as diversas imbricações do conceito de espaço. Assim, dentre as perguntas que envolvem esse tema, estão: o que é o espaço e o que ele contém? O que o forma? Apesar das indagações, sabe-se que ele é uma necessidade de abstração humana enquanto reflete a respeito da organização e estruturação das sociedades humanas. Sem dúvida, há inúmeras questões, mas a fonte dos questionamentos converge para a certeza de que o espaço é tão complexo e abrangente quanto o mundo.

Quando J. Munduruku chega ao seu espaço

A aldeia Mayrobi não tinha ainda naquele tempo, no fim de setembro, subimos onde é a aldeia Mayrob, tinha até aberto, tinha uma casa, mas era só para fazer borracha, trabalhar de fazer borracha, depois fomos para lá e fiz duas casas lá, quando eu cheguei eu morava na casa dos outros, depois de três meses mandei fazer minha casa de palha e injá, e depois fomos levando a vida. Em 26 de agosto de 1984 retornamos ao estado do Pará, fui visitar meus filhos que tinha ficado lá, era para retornar no mesmo ano, mas aí passei um ano com eles e depois passei quatro anos para lá, trabalhei ainda na castanha e no tempo da seca trabalhei na borracha, então ficamos lá até chegar o mês que retornamos para Mato Grosso, veio mais uma família para cá, dia 18 de setembro retornei para Mato Grosso (Joaquim - Munduruku, Juara, 2018).

No espaço, é possível encontrar todos os elementos que compõem o que denominamos de mundo: aspectos concretos, mas também simbólicos, como as

relações culturais, artísticas, religiosas, perpassando por questões de ordens beligerantes e econômico-produtivas. O espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço vinculado a estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida. (BOURDIEU, 1986, p.160).

O espaço é o elemento essencial para que se compreendam as relações sociais, tornando-se, por conseguinte, aparato indispensável para as reflexões sociológicas. Nesse viés, ampliam-se os estudos com enfoque no lugar, na região, e surgem outros conceitos, tais como o de território, considerado como sendo uma importante dimensão que perpassará toda esta pesquisa, e que será tratado de modo especial mais adiante, no decorrer desse estudo.

A Figura 8 demonstra o espaço da etnia Munduruku um dos agentes sociais do estudo e suas relações.

Figura 8 - Espaço de estudo da pesquisa



Foto: Registro fotográfico do pesquisador (agosto 2016).

No coletivo de imagens dispostas acima podem ser vistos mais do que espaços geográficos, mas territórios que guardam identidades diversas. A placa do governo federal informando sem nenhum tipo de equívoco que se trata de uma área sob proteção do Estado; a estruturada comunidade que, mesmo sendo construída pelo povo que ali habita, traz claras características da perda da identidade original,

pois as formas e os materiais denunciam as proximidades dos padrões das estruturas usadas nos centros urbanos; o rio dos Peixes, caudaloso e resistente, margeado por matas que sobrevivem, mas com claras indicações de uma ação de desmatamento, própria dos não índios; o cacique da tribo, que mesmo em meio a tantas influências não indígenas, ainda resiste e deixa claro sua identidade étnica com a pintura facial que exhibe, tendo ao fundo uma pequena aglomeração estrutural que, se não fosse sua presença na foto, poderia ser de qualquer periferia urbana. No mesmo espaço, identidades se entrecortam e coexistem.

Hissa (2009) traz uma contribuição bastante relevante para que possam ser compreendidas as várias imbricações do conceito de espaço.

Paisagem, território, limites, fronteiras, região, lugar, mundo, rede: em muitas circunstâncias, esses conceitos se entrecortam, não sendo incomum, portanto, o esforço malsucedido de delimitar, com precisão, cada um deles. Todos estabelecem estreitas relações, próximas o bastante para construir não só imagens teóricas de superposição como, também, de atravessamentos. Todos ainda podem ser interpretados como derivações de um conceito-matriz: o espaço. (HISSA, 2009, p. 60)

Outra reflexão bastante oportuna no contexto do espaço diz respeito ao que é local e ao que é global.

O local (enquanto o que é próprio do lugar) aparece como ponto de convergência, gerador e receptor dos ciclos (modelos econômicos e padrões culturais), que compõem o espaço global (como o que é próprio do mundo). O local está relacionado ao cotidiano, à vivência, à maior interação entre os sujeitos (e suas particularidades como: habitat, fenótipo, forma-apropriação dos recursos, crenças e costumes) com outros indivíduos e grupos. Cada local apresenta, por sua vez, especificidades qualitativas e quantitativas dos modos de produção que impactam na organização do espaço em escala global e, ao mesmo tempo, recebe diretrizes — que resultam em formas e funções — dos espaços centrais dominantes. Não representam em espécie relações de ação e reação, mas de interdependência, ou melhor, de complementaridade. Poderíamos escalonar (temporalmente e espacialmente) as relações do espaço local com o global da seguinte maneira: os lugares estruturados através de uma mesma função produtiva adquirem formas que são complementares. (COLUCCI; SOUTO, 2011, p. 116)

Ultrapassando a esfera meramente geográfica, na sociologia e em outras ciências sociais, por ser um termo de largo emprego atual, ao espaço têm se dado as mais variadas tentativas de conceituação. Assim, espaço designa ambientes físicos naturais delimitados geograficamente até contextos econômicos, políticos e culturais. Portanto, a noção de espaço tem sido designada de diferentes formas.

Em relação ao papel do espaço na organização das sociedades, a abordagem é bastante controversa. Essa diversidade na forma de considerar o espaço não gerou respostas plenamente satisfatórias acerca do conceito de espaço geográfico, e isso se deu por razão dos desencontros na forma de sua percepção no pensamento sociológico clássico.

No decorrer do século XIX, refletindo sobre a interação necessária entre sociedade e natureza, essa foi feita tendo como fundamento o olhar das ciências naturais, abordando o papel do espaço apenas de modo implícito. Contudo, no contexto do século XX, a superestimação dos processos econômicos, culturais e psicológicos levou ao encobrimento do papel do espaço nas abordagens dos processos sociais.

Todavia, a teorização da sociedade sem deixar de considerar questões como experiências históricas e diferenças culturais, bem como outras ligadas aos recursos naturais e sua exploração, condições climáticas e densidade populacional, tem se mostrado impossível. Pela relevância dessas questões, nenhuma reflexão teórica pode deixar de estabelecer conexões mais ou menos explícitas entre a construção da sociedade e estes elementos.

Os seres humanos vivem em sociedades e criam culturas. Os aspectos simbólicos da cultura, como Parsons os descreve, são vitais para a adaptação. O "símbolo" substitui o gene como principal componente organizador da evolução social. Embora baseadas num conjunto de capacidades orgânicas gerais, as qualidades simbólicas dos sistemas sociais tem de ser aprendidas de novo por cada geração. (GIDDENS, 1989, p. 311).

Um bom exemplo do tratamento do espaço está na obra de Max Weber, "A ética protestante e o espírito do capitalismo", quando o autor se propõe a analisar a relação entre religião e capitalismo, e logo no início da obra faz questão de delimitar os espaços, destacando as diferenças entre civilizações do ocidente e do oriente e as religiosidades que lhes são peculiares. Max Weber salienta ainda as dessemelhanças entre as organizações políticas e sociais existentes nesses dois lados do mundo. Portanto, a discussão do espaço, mesmo não se dando como o objeto principal, acontece subliminarmente, pois alavanca as reflexões e pontuações sociológicas weberianas. Conforme corrobora:

Se esta noção de racionalidade permite pensar a significação dos diferentes processos sociais que dão coerência e eficácia à apropriação e uso dos recursos naturais por grupos e classes sociais distintas, a mesma possui

limites para a interpretação de condutas sociais cujo cálculo ou estratégia não implicam em resultados tão instrumentais (MARTINS, 2014, p. 78).

Ainda, refletindo sobre o papel que o espaço possui na reflexão sociológica, é importante lembrar que nas sociedades a questão do espaço sempre esteve imbricada nas disputas pelo poder, ou mesmo na afirmação do poder dos grupos sociais. Assim, podemos encontrar diferentes exemplos que consolidam o uso da força, em algumas estruturas, em função da expansão do poder sobre outros territórios, incorporando-os ou tornando-os dependentes, o que é mais comum, ou mesmo defendem-se para não perder seu território, mantendo-o longe de domínios estranhos. Esse movimento, que traz em seu foco a ocupação do espaço geográfico, desdobra-se em estruturas de poder voltadas para o exterior, expansivas, ou por outro lado, algumas outras, isolacionistas, que mesmo sem o ímpeto expansivista, querem manter-se no espaço que já ocupam, o seu território.

O olhar Weberiano lançado para este contexto da expansão do capitalismo na sociedade rural alemã traz contribuições significativas ao debate sobre a noção de território nos estudos rurais e socioambientais. Isto por que é sabido, muitos trabalhos têm recorrido aos esforços de delimitação de contextos territoriais para estudos de governança dos espaços rurais e de seus recursos. (MARTINS, 2014, p. 78).

Ao empreender uma reflexão sobre causalidade, deveriam ser consideradas as circunstâncias singulares ou mesmo aquelas consideradas regulares que provocam os fenômenos, pois é praticamente impossível deixar de estabelecer relações com elementos de natureza geográfica, uma vez que muitos conflitos, por exemplo, ocorrem pela busca de espaços estratégicos, sagrados e ricos em minerais.

Em uma importante análise trazida por Martins (2014, p. 85), Weber questiona os diferentes modos de desenvolvimento do espírito do capitalismo verificados ao leste e ao oeste do rio Elba. No oeste, os proprietários de terras continuaram como senhores dos espaços físico e social, mas não por meio de sua dedicação ao cultivo das terras. Esse fato faz perceber o papel da economia na expansão territorial das grandes potências ou mesmo na sua limitação em relação aos projetos econômicos que possuem. Em diferentes momentos, ainda segundo Martins (2014), Weber também aponta para a hipótese de uma influência geográfica na organização do mundo, mas essa tese não é claramente levantada. Da mesma forma, não toca na

questão da influência direta das sociedades nas alterações sofridas pelo meio ambiente. Sendo assim, percebe-se que o espaço em si mesmo figura apenas como o palco de ocorrências e não como um de seus agentes.

Portanto, para a validade de uma análise, não é possível deixar de englobar aspectos essenciais para a compreensão de uma realidade, tal como o espaço onde eles ocorrem, isto é, o meio físico, sem, contudo, prescindir das demais inter-relações compartilhadas pelos indivíduos.

O meio físico é sinalizado pelos recursos disponíveis na natureza e que são necessários para que o ser humano subsista e se desenvolva, em uma busca permanente de aprimoramento. Contudo, este aperfeiçoamento depende das relações empreendidas entre os indivíduos que compõem um mesmo grupo.

Para Martins (2014, p. 89), isso permite aproximar, sob o olhar sociológico, aquilo que por vezes é dissociado como espaço físico e espaço social. Do ponto de vista da teoria social, e em particular da acepção weberiana das ações e das relações sociais, esta dissociação é pouco significativa, visto que é na significação das práticas que se localiza o núcleo do objeto sociológico.

Esse espaço, por essa ação intencional, é delimitado territorialmente e acaba por ser gerador de novas relações de produção. A espacialidade não requer nenhum tipo especial de atributos físicos ou mesmo um singular arranjo social para consolidar-se como um novo território.

As instituições são, por definição, os aspectos mais duradouros da vida social. Ao falar das propriedades estruturais dos sistemas sociais refiro-me as suas características institucionalizadas, proporcionando "solidez" através do tempo e do espaço. Uso o conceito de "estruturas" para chegar às relações de transformação e mediação que constituem as "chaves de circuito" subjacentes as condições observadas de reprodução de sistema. (GIDDENS, 1989, p. 28).

Dentro de um macrossistema, as espacialidades podem ser compreendidas como relações de produção da existência humana segundo determinados interesses construídos historicamente. Como a história humana tem se delineado em muitos momentos, como a história do conflito de interesses, não se pode deixar de dizer que as possibilidades humanas de construção de seus modos de vida e produção foram grandemente dificultadas, uma vez que os interesses dominantes, utilizando-

se largamente de seu domínio, impunham e continuam impondo seus modelos de vida.

A evolução social diz respeito às relações entre sociedades humanas e o ambiente material, assim como entre tais sociedades. A caracterização de "evolução" não pode ser corretamente atribuída a esses fenômenos, nem uma dada sequência de mudanças pode ser explicada em termos "evolucionistas", a menos que se demonstre a operação de mecanismos similares. (GIDDENS, 1989, p. 319).

Durante o século XIX, um bom exemplo disso foi as iniciativas das metrópoles europeias e dos EUA quando impuseram legalmente o seu modo imperialista de ser à África e à Ásia empunhando o discurso moralista de que o desenvolvimento técnico e científico deveria ser disseminado mundialmente. Essa atitude, amparada pelo advento hegemônico do capitalismo em esfera global, atrelada às ideias de bem-estar social, democracia e nobreza do trabalho e principalmente da necessidade de crescimento econômico, configura-se como legitimadora da sistemática vigente.

Assim, é evidente uma associação entre o sistema social e um local ou território específico, uma vez que os locais ocupados por sociedades não são necessariamente áreas fixas; basta perceber-se que as sociedades nômades eram em percursos tempo-espço de tipos variáveis. (GIDDENS, 1989, p. 194).

Percebe-se que é nesse momento que se faz necessária a presença de um terceiro desinteressado, o Estado, para equilibrar as relações entre os indivíduos entre si e com o meio, quando buscam sua subsistência material e simbólica.

No decorrer desse tópico, é evidente que a conceituação de espaço traz consigo diferentes formas de abordagem, indo de sua configuração apenas como algo vinculado a aspectos físicos, quando lembramos as descrições feitas tanto pelos pescadores, como ribeirinhos e mesmo pelos mundurukus, acerca da terra onde habitam, até chegar a uma dimensão que se rearranja em vista de interesses muito diversos dos agentes que habitam o mesmo espaço e o significam.

Cada um dos agentes relaciona-se com a terra onde habita de forma diferente, com ela interage de forma peculiar, seja na dimensão espiritual, cultural ou econômica. Essas múltiplas relações dão-se no seio de uma comunidade organizada por meio de normas e regras reguladas pelo Estado, é ele que intermedeia as relações de interesse entre esses vários atores entre si, e deles com

outros interesses que não são originários daquele grupo ali constituído em sua diversidade. Mas são interesses alienígenos, como o do empreendimento hidrelétrico, nessa pesquisa configurada. Cabe a ele mediar os conflitos gerados pela posse dos espaços que não mais se configuram apenas como dimensão geográfica, mas se evidenciam como territórios, pois excedem a significação do mero geográfico e natural, sugerindo claramente sua dimensão de poder, como será visto adiante.

3.2 Território: relações de poder sobre o espaço

Dada a evidente evolução da reflexão do espaço como mera ocupação geográfica, na sequência do raciocínio será percebido que o conceito de território vem no arrasto do desenvolvimento humano, forjado no desenrolar das relações humanas em um determinado espaço. Considera, pois, as especificidades socioculturais e a disposição e uso dos recursos naturais, até chegar às relações de poder institucional que incidem sobre este espaço, uma vez que ele delimita o processo de apropriação dos recursos necessários à produção, ao desenvolvimento de relações produtivas e reprodutivas da existência humana.

A utilização da noção de território, por exemplo, é uma constante nos estudos. Seu emprego estende-se desde as formas materiais da produção e do consumo até os elementos e significados imateriais do poder, envolvendo estética e ética, novas visões e construções simbólicas da ruralidade e das possibilidades de desenvolvimento rural. A noção de território articulado a identificação de um contexto físico e social, na qual os processos são vividos, bem como as relações com os direitos de uso e propriedade, percorre a construção deste debate. (MARTINS, 2014, p. 78).

Nesse sentido, tem-se que espaço e território são elementos que estão necessariamente interconectados. Por isso, pode-se afirmar que o espaço está relacionado à dinâmica da produção social e o território, por sua vez, estabelece a extensão do poder sobre esta dinâmica. Importante estar atento a essa dinâmica, uma vez que a participação dos agentes na decisão dos destinos de seu território está intimamente ligada ao poder que exercem sobre o mesmo, ou que não exerce.

A vida em comunidade para Joaquim Munduruku

O pessoal se reunia na minha casa e dizia onde ia; eu vou caçar, eu vou pescar, eu vou trabalhar; agora não, cada um vai para um lado, um vai

pescar, outro vai para não sei onde, outro vai fazer serviço, ou vai limpar roça. (Joaquim - Munduruku, Juara, 2018).

Contudo, por um lado, ainda ocorre por parte de alguns agentes uma comum inconsistência sobre o significado do conceito de território, levando ao entendimento de que a simples existência de uma área de terra é suficiente para que seja utilizado o conceito de território. Por outro lado, em outro extremo, posições apontam para a presença, essencialmente necessária, do Estado para que haja a configuração do que se entende por território.

Apesar de outros entendimentos povoarem as discussões a respeito do tema, destaca-se uma reflexão bastante importante a respeito da configuração do território. Dentre outros tantos posicionamentos, há aquele que percebe como condição para haver território a constatação de uma forma de controle de alguns agentes sociais sobre outros. Nessa percepção de território se destaca a ideia de relações de poder entre os distintos agentes, sendo esta a condição que fundamenta e dá suporte ao referido conceito.

Portanto, a territorialidade implica em considerar que esses agentes seriam capazes de, sistematicamente, produzirem ou mesmo organizarem territórios, segundo um projeto especialmente conduzido por um agente dominador.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos suma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 2005, p. 6).

Assim, o território humano torna-se fruto das relações entre agentes diversos, mediados por alguns deles que exercitam seu poder sobre outros, efetivando-se em determinado espaço geográfico. Contudo, somente afirmar que o território é resultante de relações de poder que se estabelecem entre os agentes não desenvolve a reflexão sobre o significado do conceito. Por outro lado, sem ela não há superação das teses iniciais que imbricam a relação de poder e o conceito de território. É clara a combinação entre poder e território, quando Raffestin (1993, p. 58) escreve: “O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações [...]”.

O aspecto fundamental que dá sustentação à relação de poder entre os agentes que se submetem a dadas relações sociais não é a submissão, mas o consenso (ARENDETT, 1994). Apesar de não serem simétricas, pois se mostram movidas por conflitos de interesses e raras vezes por igualdade de pretensões, essas relações não prescindem de um poder de dominação, isto é, um agente hegemônico que assume o papel de líder. Como ação de liderança entende-se quaisquer ações desenvolvidas legitimamente por um agente social capaz de avocar tal posição. Nesse sentido, os territórios são reproduzidos de acordo com um processo de cooperação que, segundo Marx é “[...] a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (1988, p. 374).

As ações que se originam em lideranças hegemônicas resultam na construção da identidade desses territórios, uma vez que sofrem a ação intencional desses agentes que propõem de forma explícita ou tácita um rol de metas cuja realização será por eles mediada. Contudo, há a aceitação dessa agenda por parte dos demais sujeitos, uma vez que ela reflete, além dos interesses próprios de seus agentes hegemônicos, os seus próprios interesses, ou, idealmente, os da coletividade.

Dominação e controle, bem como seus termos correlatos, não possuem o mesmo significado de poder. A imposição de vontades não caracteriza a relação de poder, mas de dominação, como pode ser exemplificado claramente em relação ao período ditatorial no Brasil (1964-1985). Certamente, esse não é exemplo de relações de poder, mas apenas de dominação ou controle de alguns agentes que, mesmo sem contar com a adesão autônoma dos cidadãos, impunham seus interesses pessoais ou de seu grupo, tirando-lhes a autonomia decisória nas relações sociais que empreendiam.

As reflexões ora empreendidas confirmam a tese de que a territorialidade permite compreender a coexistência de diferentes especificidades sociais que não coincidem, necessariamente, com aspectos físico-naturais.

Deste modo, as territorialidades delimitam extensões do espaço nas quais as relações de poder antes consolidadas sofrem diluições, por assim dizer, e perdem sua funcionabilidade. Desse modo o poder incidente sobre uma determinada extensão de um território não consegue, por motivos bem distintos, se impor e ser reconhecido como hegemônico. (COLUCCI; SOUTO, 2011, p. 118)

Tal perspectiva concretiza-se, por exemplo, na organização de movimentos que reivindicam sua identidade nacional própria, em busca de consolidar seu próprio território e, portanto, evidenciando suas territorialidades, o que não deixa de ser a negação da relação de poder que se estabelece entre as lideranças e os liderados.

Arendt (1994) acreditava que compreender o poder em uma relação apenas verticalizada é fruto das vivências históricas do homem e de seu desejo de querer sempre dominar o próprio homem. A autora acrescenta ainda que os múltiplos significados atribuídos ao poder e a aparente confusão com outros termos correlatos servem apenas como estratégia para o alcance de objetivos próprios de agentes sociais, governamentais ou não, que fazem com que os demais agentes atendam seus interesses por persuasão ou coação.

Por detrás da aparente confusão subjaz a firme convicção à luz da qual todas as distinções seriam, no melhor dos casos, de pouca importância: a convicção de que o tema político mais crucial é, e sempre foi, a questão sobre 'quem domina quem'. Poder, vigor, força, autoridade e violência seriam simples palavras para indicar os meios em função dos quais o homem domina o homem; são tomados por sinônimos porque têm a mesma função. (ARENDR, 1994, p. 36)

Mesmo que haja controvérsias etimológicas acerca da origem e da evolução da palavra território, não é possível driblar a sua associação com as ideias de área, superfície ou extensão de terra, sob o controle de uma dada jurisdição político-administrativa e, em outros termos, seria a base geográfica da soberania de um Estado.

Coelho Neto (2013, p. 25) afirma ser possível apontar elementos presentes ao conceito de território que não estejam ligados diretamente às relações de poder ou de limites bem demarcados, ou outros elementos que configurem algum tipo de controle social. Conforme Santos

O território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação. A força desses núcleos vem de sua capacidade, maior ou menor, de receber informações de toda natureza, tratá-las, classificando-as, valorizando-as e hierarquizando-as, antes de as redistribuir entre os mesmos pontos, a seu próprio serviço. Essa inteligência das grandes empresas e dos Estados não é, porém, a única. Em níveis inferiores, o fenômeno se reproduz, ainda que com menos eficácia mercantil. (SANTOS, 2006, p. 154).

A reflexão aqui empreendida, debate a ideia de durabilidade da concepção predominante de territorialidade como algo estático e sem flexibilidade. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede, mas não deixam de ser os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. “São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas” (SANTOS, 2005, p.7).

Pensar na formação de territórios em múltiplas escalas espaciais e temporais e, não somente nos moldes da linearidade do Estado-Nação, pressupõe que há outras formas de poder que não apenas o poder soberano do Estado. Isso inclui as relações de poder, tais como instâncias complexas operadas pelos mais variados agentes nas mais variadas escalas em que o poder ousa se manifestar e ser exercido.

Assim, percebe-se que as discussões sobre as fronteiras territoriais são amplas e não se limitam a elementos razoavelmente estáticos como o espaço geográfico ou mesmo a presença de um poder institucionalizado, configurado na presença do Estado, mas devem considerar outros elementos de legitimação social que constroem entre seus agentes sociais, e mesmo para além deles, as referências de pertencimento identitário.

A continuidade dessa reflexão requer que sejam acrescentadas considerações sobre identidade, afinal a relação dos agentes sociais com seu território a reclamam como condição de compreensão dos aspectos de pertencimento e legitimação, como será visto a seguir.

3.3 Identidade: construção de referências e legitimação social

Ao avançar na reflexão sobre espaço e território, necessariamente, se alcança o universo da significação própria que a vivência desses conceitos atinge para seus agentes. Por isso, na relação do homem com o território, a reflexão sobre a identidade é bastante significativa e será feita a seguir. Para uma identificação conceitual, compreende-se identidade como a “expressão de traços diferenciadores

e distintivos da população pertencente a um espaço o que a converte no espírito essencial, básico e estruturante do território” (PERICO, 2009, p. 10)

A questão da identidade está inserida de modo essencial no fenômeno da territorialidade, tomando espaços de discussão revestida como identidade cultural, religiosa, econômica, dentre outras possibilidades. A territorialidade tem na identidade cultural um traço de sua condição de existência, pois representa um modo próprio de organização territorial.

Por estar em um determinado lugar e tempo, o sujeito pode participar de redes de sociabilidade capazes de viabilizar a construção dos referenciais com os quais ordenará o mundo. Entretanto, a identidade não está posta, construída e acabada. Ao contrário, está sempre em processo, visto que acontece em meio às relações sociais com outros atores, com os quais há trocas permanentes.

Há várias definições sobre os conceitos de território e de identidade, uma vez que são frutos dos avanços das ciências sociais, e por isso foram sendo reformulados tentando aproximar-se daquilo que se entende como mais importante para a compreensão da importância do território e suas identidades

Território e identidade são conceitos interligados, uma vez que emergem de relações sociais que não são neutras, mas cheias de tensões e conflitos, pois ecoam as relações do poder exercidas em distintos níveis sociais. Uma das maneiras de manifestação do poder nas relações está ligada aos modos de ocupação e uso dos espaços sociais. Tal perspectiva faz compreender que o território é político enquanto organiza esse espaço para alcançar objetivos concretos e comuns, e por isso exige mobilizações concretas que definem os limites de atuação dos seus sujeitos.

A diversidade das relações sociais se expressa nas identidades pessoais e de grupo, sendo que são elas que condicionam as formas de percepção de nós mesmos e de outros sujeitos em relação ao que é estabelecido como sendo uma forma de ver própria do grupo. Da mesma forma, os sujeitos se afirmam positivamente quando reconhecem características próprias do grupo em outros sujeitos; e, da mesma forma o fazem, ao identificarem características, modos de ser e de inter-relações diferentes dos seus, identificam outros grupos e os compreendem como algo distinto de si mesmos. Assim, o distinto da identidade de um determinado grupo reforça aquilo que une e identifica outro grupo, pela negação do que são, uma vez que apresentam características que os distinguem.

Na construção dessa identidade, os recortes ambientais, geográficos, étnicos, econômicos, culturais, políticos são apropriados e significados pelos sujeitos em seus respectivos espaços e os constituem, formando aquilo que se entende como identidade. São essas interações, ocorridas em distintos tempos, locais e com diferentes atores, que garantem a multiplicidade de expressões e, ao mesmo tempo, aproximam os sujeitos quando significados comuns são atribuídos a essas experiências.

As identidades são atravessadas por alterações nos cenários onde estão, e por outras que se dão em outros contextos, mas que de alguma forma, sua influência chega a esses sujeitos. Portanto, as identidades devem ser reconhecidas em contextos específicos, de modo a ser compreendido o seu movimento ao longo do tempo e do espaço. A compreensão de como são estabelecidas as inter-relações entre distintos aspectos territoriais, por exemplo, permite verificar se o sentido de pertencimento a um território é de um sujeito ou é de um grupo de atores.

Esse sentimento de pertencimento está relacionado ao reconhecimento das origens do território, das formas como seus espaços foram ocupados e da forma como acontecem as interações no contexto social. Perico (2009, p.100) afirma que tais fatores podem ser denominados de aglutinadores, uma vez que são eles que permitem reconhecer e valorizar a diversidade ali presente, ao mesmo tempo em que mitigam os conflitos de interesses, somando para a convergência de objetivos comuns.

Perico (2009, p.102) ainda afirma que “A dimensão identitária ou territorial caracteriza-se a partir das identidades como a fonte de significado e experiência de uma coletividade [...]”, com isso reafirma que as identidades são uma fonte para a construção desses significados, que servem para orientar os comportamentos. É por isso que as identidades devem ser identificadas em seus contextos específicos, pois neles a identidade ganha uma expressão política, uma vez que os grupos se organizam para ocupar, defender ou integrar seus territórios. Essa expressão política da identidade de diferentes atores sociais pode ser compreendida como territorialidade

Fatores dinâmicos estão presentes na composição territorial; isso pode ser percebido na construção de uma identidade social, por ser esta essencialmente dinâmica, forjada na sua capacidade dialógica e, levando em conta sua dimensão

simbólica, essencialmente múltipla de significações e ressignificações. Araújo e Haesbert (2007, p. 43) ainda ponderam que uma das bases do poder simbólico dos diferentes grupos em sua construção identitária está relacionada às referências do espaço material, tanto presentes como relacionadas ao passado.

É nesses espaços de significação que surge a identidade cultural como uma referência simbólica a grupos que, dinamicamente constituídos, compartilham história, origem e costumes vinculados à língua, modos de produção e outras práticas cotidianas. Assim, as identidades estão ligadas aos territórios na medida em que são territoriais, escolhem-se ou reconstroem na memória os espaços e tempos, que constituirão sua identidade, de modo a dar aos habitantes de um determinado território a possibilidade de se reconhecerem como partícipes de um espaço e de um grupo comum. (ARAÚJO; HAESBERT, 2007, p. 44)

Uma identidade caracterizada como territorial traz consigo os traços da identidade social, das formas de relação e das significações próprias dessas relações com toda a sua simbologia; contudo, não se reduz a ela. Para Araújo e Haesbert (2007, p. 45), a identidade territorial efetiva-se pela reivindicação política, em uma clara referência de ocupação espacial, própria da dimensão material, que se torna referência para a construção ou mesmo reconstrução dessas identidades. Essas reivindicações trazem consigo imagens de tempos e espaços territoriais relacionados simbolicamente com determinadas identidades regionais. No entanto, para além dos atributos naturais, há também a influência da densidade histórica sobre os lugares.

Vale a pena trazer para a discussão a denominada relativização das identidades culturais, assim denominado por Stuart Hall na obra "A identidade cultural na pós-modernidade". Nela, o autor aponta para o fenômeno da mudança das identidades, anteriormente configuradas como centradas e fechadas, em relação a uma dada cultura, para um caráter claramente ligado à criação de novos laços identitários, dada a possibilidade de interação possível. Vale questionar nessa reflexão se essa interação com novos marcos culturais é feita de modo espontâneo ou se os sujeitos são obrigados a tanto. Portanto, novas interações ou contatos com novas formas culturais exigem que os padrões identitários se reconfigurem dando origem a formas híbridas de identidade; nesse processo, alguns traços podem se perder.

Nas sociedades tradicionais, bem como em outros modelos sociais, à identidade são incorporados a tradição e os costumes. Entretanto, não há um lugar específico para sua produção, pois ela se dá no dia a dia das interações. Todavia, Nora (1993, p. 07) afirma haver “lugares de memória”, usados como “uma estratégia inventada pelas sociedades contemporâneas, para o problema da perda de identidade dos grupos sociais e da ausência de rituais mnemônicos”.

Parte essencial da construção da identidade, a memória pode ser entendida como um fenômeno que se edifica social e individualmente, tanto de modo consciente, como inconsciente, e configura-se como recriação do tempo passado que legitima o imaginário, construindo sentidos e identidades. Há uma ligação fenomenológica, apontada por Pollak (1992), muito estreita entre memória e o sentimento de identidade. Segundo ele, a memória é [...]

um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

A ideia de que sujeitos e instituições são detentores de uma identidade única vigorou por muito tempo nos debates das ciências sociais. Todavia, há algumas décadas, a ideia de sujeitos plenamente integrados, quase que lineares, tem sido questionada, mas essa compreensão ainda não foi sepultada. Na atualidade, há um deslocamento ou descentração dessa ideia em relação aos sujeitos que passam a ser pensados como fragmentados e dotados de várias identidades, por vezes contraditórias. Por isso, é possível entender a identidade como construída na diferença ou por meio dela, e não como algo fixo e não passível de mudanças. Como afirma Hall (2000), a identidade não é algo hermético, é uma convenção construída socialmente, que parte de um todo da cultura e está inscrita em determinado modo de representação.

No mesmo viés da construção identitária, Hall (2000) afirma que a construção das identidades é produto de contínuas interações das pessoas com outros sujeitos e como essas pessoas se posicionam frente a esses outros sujeitos, diferentes de si mesmos. Por isso mesmo, há a necessidade de se afirmar que as identidades sociais não são fixas, pois estão em perene processo.

As identidades não prescindem de uma origem histórica, real ou imaginária, com a qual detêm correspondência. Para ser compreendida, é necessário examinar como elas se inserem culturalmente e de que forma são representadas.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões 'quem somos nós' ou 'de onde nós viemos', mas muito mais com as questões 'quem nós podemos nos tornar, como nós temos sido representados' e 'como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios'. (HALL, 2000, p. 108-109)

Portanto, uma identidade mantém uma relação de dependência de outra identidade que não é ela, diferente da sua, mas que possibilita as condições para que ela exista. Nas relações estão presentes diferenças simbólicas e sociais que se configuram a partir de sistemas classificatórios. São eles que aplicam um princípio de diferença a dada população, promovendo uma divisão, a exemplo do que ocorre com os indígenas e não indígenas.

É a partir das relações de poder existentes nas sociedades que se define quem faz parte do grupo ou não. Assim, não basta ao sujeito reconhecer sua identidade com o grupo, há de se compreender que o grupo também deve reconhecer nele os predicados que o identificam com o grupo. Nessa tensão simbólica do exercício do poder entre incluídos e excluídos, os sujeitos sociais se confrontam e constroem práticas significativas que se agregam às suas identidades.

A compreensão da construção da identidade territorial parte de uma perspectiva de construção histórica, relacional, formada por elementos materiais e simbólicos. A identidade, sob essa perspectiva, é definida por Castells (2008, p. 22) como “[...] o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significados”, podendo haver “múltiplas identidades para determinado sujeito ou ator coletivo”.

Essa perspectiva histórica e processual da construção da identidade individual ou coletiva, segundo Cruz (2007, p. 97), não se confunde com as ideias de originalidade, tradição ou de autenticidade, pois os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto por aspectos pretéritos, configurado

nas ideias de herança, memórias e raízes, bem como nas perspectivas de futuro, como estão relacionados aos rumos que o grupo quer tomar, em que deseja transformar-se. Assim, continua o autor, os grupos sociais organizam-se em função dos projetos enraizados em sua estrutura social, estes, por sua vez, tomam parte de sua identidade comum, atuando como fonte de mudanças, traduzindo anseios, lutas, novas rotas e outros rumos.

A organização dos significados depreende-se das identidades e estas são responsáveis pelos papéis sociais desempenhados pelos atores sociais. Esses significados, de acordo com Castells (2008, p. 23), são construídos “[...] em torno de uma identidade primária (identidade que estrutura as demais), auto-sustentável no tempo e no espaço”. Todavia, as ações desses sujeitos somente poderão ser direcionadas a partir da internalização dessa identidade e da construção de seus significados, configurando-se para além da tradição.

O processo de significação posicionará os sujeitos dentro de um grupo, dando sentido àquilo que são e também àquilo que podem ser como continuidade de uma trajetória. Dessa forma, a identidade reafirma o pertencimento do sujeito vinculado não apenas a um passado, mas também a estratégias futuras dentro de determinado contexto social. Castells (2008) afirma que esse caráter transformador da identidade é percebido, sobretudo, quando grupos sociais que se encontram em condições desvalorizadas constroem uma resistência baseada nos próprios ideais e princípios, sendo capazes de construir uma nova realidade, redefinindo seu papel na sociedade.

Esse caráter mutável da identidade, em contraste com uma identidade fixa, permite compreender a natureza política da identidade, uma vez que pode ser construída e desconstruída de acordo com a conjuntura histórica. Esse aspecto permite ao sujeito assumir diferentes identidades, pois a cada sujeito ou grupo social é dado o direito de construir-se identitariamente em função dos processos sociais estabelecidos em cada território. Portanto, Castells (2008) aponta para as identidades e sua capacidade de serem criadas pelas instituições dominantes, pela resistência ou mesmo por um processo de reconstrução, resultando em identidades legitimadoras, identidades de resistências e identidades de projetos.

Nesse sentido, dependendo do papel do sujeito na construção das identidades e do contexto histórico, elas podem dar-se tanto em vista da legitimação

de uma ordem estabelecida, quanto para protagonizar a ruptura com uma estrutura de dominação. Destarte, “[...] nenhuma identidade pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra, per si, valor progressista ou retrogrado se estiver fora do seu contexto histórico” (CASTELLS, 2008, p. 24).

A territorialidade é a expressão de um comportamento que tem como referência o lugar, o território, que se apoia em uma relação interna de representações e simbologias e externa com o espaço natural, oscilando continuamente entre o fixo e móvel, e circunscrevendo-se entre as características das relações de poder e da identidade. O território pode ser um “abrigo”, “lar” e/ou “segurança afetiva”, mas pode também ser expresso num sentido funcional, como “[...] controle físico, a produção e o lucro” (HAESBAERT, 2005, p. 67-77).

Nesse contexto, são vários os modos de ser na comunidade que integram a identidade de um povo; pode ser destacada a sua religião, seus ritos, suas formas de lidar com a vida e com a morte, bem como a forma de preparar a terra, plantar, colher e preparar o alimento. Portanto, a alimentação também é um traço que identifica a organização dos povos indígenas Munduruku, uma vez que possuem traços próprios no cultivo do alimento, na sua produção e nos ritos que integram essas ações.

O espaço social possui agentes dotados de diferentes propriedades ligadas entre si de modo sistemático e que são percebidas somente por agentes dotados de capacidades perceptivas capazes de entender as diferenças que existem entre os sujeitos a partir dos locais que eles ocupam e que eles possuem signos próprios que os remetem a esses lugares. Um bom exemplo é a firmação comum entre os não índios que afirmam: “Plantar mandioca é coisa de índio”. Ao proferir tal discurso, é estabelecido um lugar para este sujeito. Nesse caso, há dois lugares distintos que instrumentalizam diferentes conjuntos de signos identitários: o lugar do não índio que não planta mandioca e o lugar do índio que planta mandioca.

Figura 9 - Alimentação dos Munduruku



Foto e montagem: Agilson Poquiviqui (agosto de 2016).

A Figura 9 mostra uma atividade bastante corriqueira no dia a dia da etnia Munduruku, descascar mandioca e fazer beiju; contudo, ela faz parte da construção do jeito de ser e estar próprios deste povo e, junto com outros signos, integram a identidade Munduruku. Neste fragmento da vida da etnia Munduruku, nessa simples prática estão presentes elementos de identidade desse povo que refletem um pouco do seu modo de ser e estar no mundo. Nessa, e em outras ações cotidianas, afirmam-se as relações entre diferentes sujeitos e os papéis que lhes cabem na organização social como aqueles que plantam, os que colhem, os que preparam o alimento em suas diferentes etapas, cada qual com sua importância e seu significado simbólico. A participação nessas tarefas da vida diária dá a cada um a possibilidade de participação na organização social da comunidade.

São esses traços, conforme afirma Bourdieu (1989), que estabelecem os lugares dos diferentes agentes nas configurações e arranjos sociais, distinguindo quem faz parte ou não dos diferentes grupos.

[Essas associações] funcionam na própria realidade da vida social como signos: as diferenças funcionam como signos distintivos - e como signos de distinção, positiva ou negativa -, e isso inclusive à margem de qualquer intenção de distinção. (BOURDIEU, 1989, p. 160)

Nesse contexto, pode-se inferir que a distribuição das propriedades demarca o mundo social fazendo-o emergir como um sistema simbólico que segue a lógica da diferença de estilos de vida, o que permite perceber o mundo social como produto daquilo que Bourdieu (1989) denomina de dupla estruturação: do lado objetivo, as

propriedades atribuídas aos agentes lhes permitem acessos mais proveitosos do que aos demais agentes não alcançados por essas propriedades. Do lado subjetivo, os esquemas de percepção e apreciação exprimem o estado das relações de poder simbólico, e ambos concorrem para produzir consenso mínimo acerca do mundo social.

No entanto, os objetos do mundo social podem ser percebidos de diferentes formas porque não são absolutamente determinados e fluidos. Ao contrário, permitem certa maleabilidade de significação que também varia. Por isso, esses objetos se encontram em constante expectativa e são relativamente indeterminados, fornecendo a base para a pluralidade de visões de mundo compartilhadas por determinados grupos e de pontos de vista expressos pelas individualidades nesses grupos. Essas diferentes visões constituem-se como “[...] base para as lutas simbólicas pelo poder de produzir e impor a visão de mundo legítima” (BOURDIEU, 1989, p. 161).

Nesse contexto, é importante salientar que as posições intermediárias de indeterminação e incerteza entre as práticas e as posições fornecem o terreno privilegiado para o desenvolvimento e atuação do poder simbólico e de suas lutas.

As lutas simbólicas acontecem por meio de ações de representação, individuais ou coletivas, com foco na oferta insistente de determinadas realidades. De forma coletiva, a cooptação de pessoas para defenderem a causa indígena, por exemplo, e em um aspecto individual, as estratégias para fazer crer uma imagem de si mesmo no espaço social, como ambientalista, por exemplo. Do lado subjetivo, o foco está na mudança de percepção e apreciação do mundo social, uma vez que a ação se depreende rumo às estruturas cognitivas e avaliatórias: atingindo as “[...] palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo, ou seja, pelo exercício legítimo do efeito de teoria” (BOURDIEU, 1989, p. 162).

Do mesmo modo, ao nível da luta de classes cotidiana que os agentes sociais travam de maneira isolada e dispersa, estão os insultos, enquanto tentativas mágicas de categorização [...] os mexericos, os boatos, as calúnias, as insinuações, etc. Ao nível coletivo, mais propriamente político, há todas as estratégias que visam impor uma nova construção da realidade social rejeitando o velho léxico político, ou que visam conservar a visão ortodoxa conservando as palavras, que muitas vezes são eufemismos [...] destinadas a designar o mundo social. As mais típicas dessas estratégias

de construção são as que visam reconstruir retrospectivamente um passado ajustado às necessidades do presente [...] ou construir o futuro, por meio de uma predição criadora, destinada a delimitar o sentido, sempre aberto, do presente. (BOURDIEU, 1989, p. 162-163)

Lutas simbólicas, individuais ou coletivas, têm autonomia real em relação às suas estruturas de origem, uma vez que o capital simbólico é o mesmo capital econômico ou cultural na medida em que estes são conhecidos e posteriormente reconhecidos. Na medida em que as categorias de percepção que ele impõe são usadas, as relações de força encontradas nessas lutas reforçam a estrutura do espaço social.

A legitimação da ordem social não é fruto de imposição simbólica, mas resulta da percepção e apreciação advindas das relações sociais e que são aplicadas às estruturas objetivas do mundo social percebendo-o como evidente. Portanto, as relações de poder simbólico se espelham nas relações objetivas de poder. Assim, explicita Bourdieu (1989, p. 163) “Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomenclatura legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e que pode ser juridicamente garantido”.

A ordem simbólica não é uma somatória das ordens individuais, ao contrário, há uma classificação objetiva e hierárquica dos valores que se atribuem tanto aos indivíduos como aos grupos, valorando diferentemente alguns juízos que expressam maior ou menor capital simbólico. Em decorrência disso, aqueles que são conhecidos e reconhecidos têm condição de impor uma escala de valores mais favorável a seus produtos. Contudo, esse mesmo capital simbólico pode ganhar chancela de legitimidade que é dada pelo Estado ou por seus mandatários e que constituem o verdadeiro monopólio da violência simbólica legítima.

A legitimação oficial do capital simbólico, a exemplo dos títulos acadêmicos, liberta aquele que o detém da luta simbólica de todos contra todos, pois estabelece a validade da perspectiva oficialmente aprovada, isto é, do ponto de vista das autoridades, aplacando outra perspectiva que estabelece a relatividade do ponto de vista particular ligado ao senso comum. Porém, a luta continua acontecendo porque os agentes estão equipados de modo desigual, mas com o mesmo objetivo de aumentar a sua perspectiva, o seu ponto de vista, até configurá-la como uma visão absoluta, fazendo-o coincidir com o discurso oficial.

O discurso oficial é o ponto de vista que foi universalmente instituído, enquanto ponto de vista legítimo, isto é, todos se obrigam a reconhecer, pois ganham uma espécie de reconhecimento transcendente em relação aos pontos de vista singulares.

O Estado aparece assim como o banco central que garante todos os certificados. Pode-se dizer do Estado, nos termos que Leibniz empregava a propósito de Deus, que ele é o "geometral de todas as perspectivas". É por essa razão que se pode generalizar a famosa fórmula de Weber e ver no Estado o detentor do monopólio da violência simbólica legítima. Ou, mais precisamente, um árbitro, porém muito poderoso, nas lutas por esse monopólio. (BOURDIEU, 1989, p. 165)

Na luta pela produção e imposição da visão legítima do mundo social, os detentores de uma autoridade burocrática nunca obtêm o monopólio absoluto, pois sempre existem conflitos entre poderes simbólicos, uma vez que os mesmos são formados a partir de pontos de vista distintos de sujeitos oriundos de diferentes lugares sociais, que visam construir grupos e impor suas visões de mundo.

Nesse contexto, o poder simbólico opera a construção do mundo ao mesmo tempo em que organiza sua percepção. Em relação a isso, Bourdieu (1989) percebe o poder simbólico como um poder de constituição apto a conservar ou transformar os princípios objetivos que atuam no mundo social. Dentre eles, podem ser citadas as classificações utilizadas para designar ou descrever os indivíduos, os grupos ou as instituições. "Para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, isto é, a visão de mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos" (BOURDIEU, 1989, p. 166).

Numa tentativa de síntese desse tópico, pode ser dito que há uma tensão constante entre os agentes na construção de referências para fazer valer sua visão de mundo. Os estudos apontam os benefícios econômicos e financeiros da implantação da usina na região do Vale do Arinos, mas os impactos sociais aos atingidos pela barragem representam uma fonte significativa de estudos e análise, o que ainda não foi feito pelos segmentos oficiais envolvidos na confecção desses relatórios, uma vez que a voz Munduruku ainda está calada e não possui representatividade de fato no conteúdo desses relatórios. Em virtude desta importância, o escopo desse estudo aborda esses impactos sob a ótica da etnia indígena Munduruku.

Essa visão configura-se como uma forma de exteriorizar os significados atribuídos às experiências vivenciadas no seu grupo de pertencimento e que buscam legitimação social, expressas no território, história e trajetória do povo Munduruku, conforme será discutido no próximo capítulo.

4. TERRITÓRIO, HISTÓRIA E TRAJETÓRIAS DA ETNIA MUNDURUKU

O presente capítulo objetiva evidenciar o lugar em que será travada a discussão a respeito dos impactos que podem ser causados à vida da etnia Munduruku, resgatando a sua história e trajetória como povo que habita um território, bem como evidenciando as peculiaridades de seu espaço, seu modo de vida como constitutivos de sua identidade enquanto povo.

4.1 O povo Munduruku: breve histórico

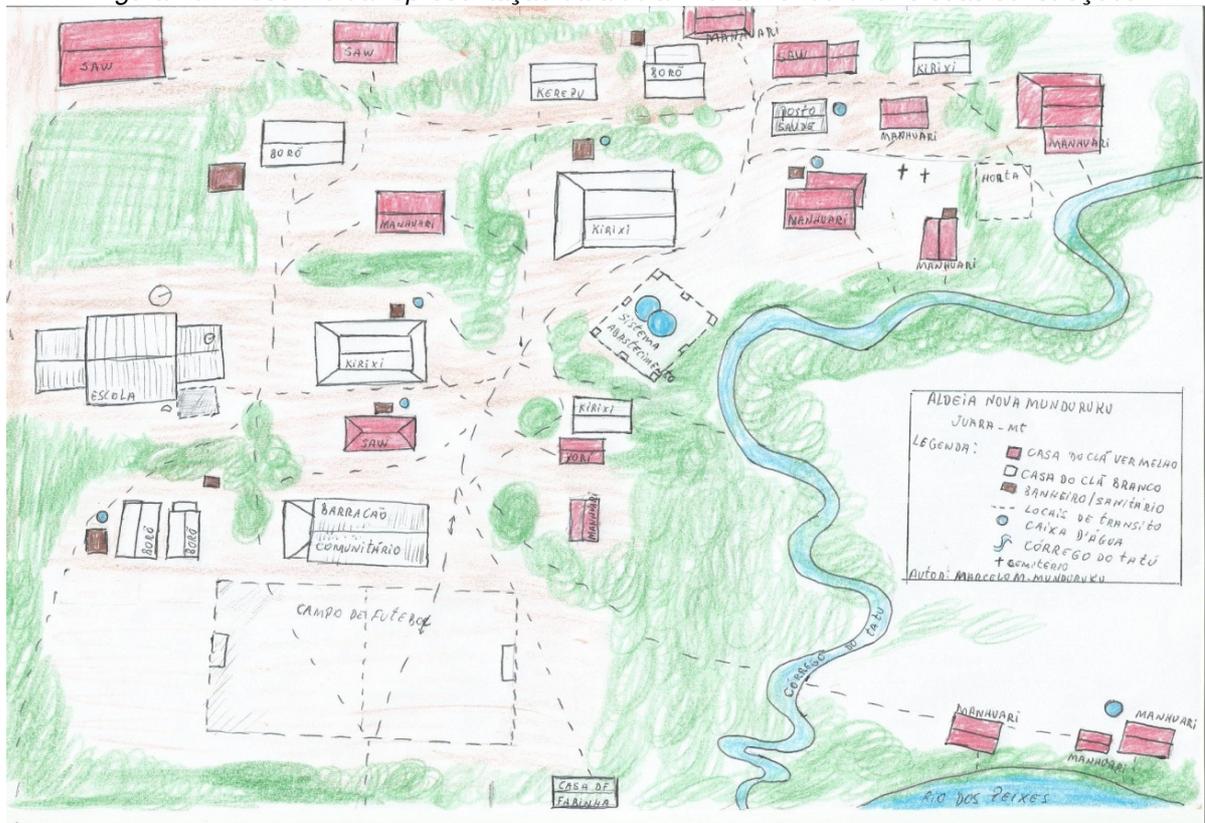
A aldeia Munduruku situa-se a 60 km da sede do município de Juara. Esse grupo indígena, no final da década de 1970, migrou pelo rio Juruena desde a região do Alto Tapajós, no Pará, motivado pela atividade de exploração dos seringais para a extração do látex que invadia seu território. Atualmente, os povos indígenas das etnias Apiaká e Kayabi são seus vizinhos e enriquecem e fortalecem as tradições e a cultura indígena local. O conjunto das três etnias (Munduruku, Apiaká e Kayabi) denomina-se Terra Indígena Apiaká-Kayabi que pertence ao tronco linguístico Tupi. Ainda esclarecendo, entende-se por terra indígena:

XII- terra indígena: a) áreas ocupadas por povos indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado por ato da FUNAI, publicado no Diário Oficial da União; b) áreas que tenham sido objeto de portaria de interdição expedida pela FUNAI em razão da localização de índios isolados, publicada no Diário Oficial da União; e c) demais modalidades previstas no art. 17 da Lei no 6.001, de 19 de dezembro de 1973; (PORTARIA, 060/2015).

A aldeia Munduruku está localizada às margens do rio dos Peixes e nela foram observadas as seguintes características do espaço:

Ao chegar ao local, à primeira vista, o que nos salta é o rio com sua beleza exuberante. A água corrente em tom esverdeado proporciona paz interior e remete ao contato com a natureza. O barulho da correnteza e o som dos pássaros ajudam a compor a sala de visitas dos Munduruku na sua aldeia. A entrada da comunidade fica do outro lado do rio e pode ser acessada de barco, canoa de madeira ou, para aqueles que atreverem, pode ser a nado. (Depoimento de Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

Figura 10 - Desenho da representação da aldeia “Nova Munduruku” e suas construções



FONTE: Marcelo - Munduruku (2017).

Após atravessar o rio dos Peixes, surge a casa da farinha, um lugar comunitário, onde as famílias trituram a mandioca, torcem na prensa, retiram o soro, o polvilho e fazem farinha e biju, iguaria saborosa e nutritiva para todas as refeições do dia.

Logo à frente, há um espaço aberto, de chão batido, denominado campo de futebol, constituído de duas traves de madeira que delineiam o gol e com as visíveis marcas da natureza. Nesse espaço, essencialmente de sociabilidade, ocorre poeira na época da seca e no período da chuva transforma-se em lama, mas é um lugar de lazer muito importante para as festividades da comunidade e para o desenvolvimento de suas atividades: tiro com arco e flechas, jogos de vôlei, futebol de campo, cabo de guerra.

Depois, vem o barracão comunitário, local onde são realizadas as reuniões da comunidade, as mesmas que eram feitas na porta das casas dos indígenas mais antigos. Ao final da tarde, antes de dormir, ali eles se sentavam e ficavam conversando. Chegava um e depois outro, e outro, até que já estavam quase todos

reunidos; então se ouviam as histórias dos mais velhos, os ditados, os conselhos e também se discutiam as questões importantes da comunidade. O espaço também serve como local de apresentação de danças e consumo de alimentos em eventos comemorativos da comunidade, confecção de pinturas, construção dos artefatos de pesca e caça, mas também como um lugar onde são feitas atividades da escola.

A casa mais antiga da comunidade foi construída nos anos 2000 e é feita de barro e possui cobertura de “tabinha”²²; é a única que ainda resta na aldeia em relação às casas típicas, que possui aspecto simbólico, isto é, remete à lembrança das habitações originais que eram mais rústicas do que aquelas que hoje estão na aldeia.

A escola representa para a comunidade um espaço de aprendizado do mundo moderno, mas os processos de ensinamento das tradições ainda são feitos pelos mais velhos da aldeia. Assim, o estar na escola para os Munduruku é um momento de adaptação ou mesmo de ressignificação de suas identidades, pois nela estão presentes o novo e o antigo, o tradicional e o moderno. Como, por exemplo, o uso das tecnologias necessárias para acessar o meio digital por muitos membros da comunidade traz a necessidade do aprendizado da língua portuguesa como condição de interação com o mundo exterior.

Como todas as organizações sociais, as aldeias, apesar de assimilarem algumas formas modernas de organização, mantém os traços tradicionais que ajudam na formação de sua identidade e sentimento de pertença. Assim, as famílias da comunidade estão divididas em clã vermelho que representam os animais da natureza, e suas representações variam de famílias a famílias, porém, prevalece a formiga, que está expressa nas pinturas no corpo e nas pulseiras dos indígenas. A pintura do jabuti está ligada à resistência e sabedoria. Já ao clã branco fica a representação da flora, que com a representação do cacique é a seringueira do campo.

Dentro da aldeia há, ainda, o Instituto Munduruku, uma organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 2005 com o intuito de representar a Terra Indígena APIAKÁ-KAYABI junto ao governo federal e seus órgãos. Situa-se em território indígena como proponente de políticas públicas que permitem a

²² “Tabinha” é a designação coloquial utilizada pelos indígenas, pescadores e ribeirinhos para designar uma pequena tábua usada para a cobertura das casas.

melhoria das condições de saúde, de educação e do meio ambiente relativo à região das aldeias.

Desde sua criação, o Instituto Munduruku²³ buscou disseminar a cultura indígena local objetivando resgatar e manter seus costumes e tradições vivas, assim como minimizar os estereótipos acerca dos indígenas. O instituto tem atuado ativamente na organização e na proposição de ações e de atividades, que contribuem para o desenvolvimento da comunidade, associando-se à consolidação e a afirmação de suas identidades tradicionais. Desse modo, o Instituto mantém vivo, diversifica e enriquece o patrimônio cultural brasileiro.

Além disso, o instituto é uma organização que incentiva estudos do processo histórico do povo Munduruku e há três anos apadrinha um grupo de jovens Munduruku da aldeia Nova Munduruku na divulgação e difusão da cultura Munduruku no Estado de Mato Grosso. Esse grupo, denominado Grupo Munduruku Wuyjuyu, tem papel fundamental na formação²⁴ de jovens Munduruku, começando a partir dos cinco anos de idade até os mesmos constituírem família. O grupo tem reconhecimento do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Juara.

O fundamento das ações do Instituto Munduruku²⁵ são legítimas e necessárias, uma vez que os territórios indígenas, desde os primeiros contatos com os não índios, sempre estiveram no meio de alguma disputa e precisaram ser protegidos de sucessivos ataques. As relações de poder que se estabelecem em seu entorno acabam por delimitar as formas de relação empreendidas entre índios e não índios, configurando muitos dos conceitos e preconceitos que se estabelecem frente aos povos indígenas e sua cultura. Além dos conflitos claros pela disputa de terra, ainda se estabelecem conflitos simbólicos que se evidenciam no trato dispensado aos povos indígenas, tanto por parte do poder público, como nas relações entre diferentes grupos ou outras interrelações.

²³ O Instituto Munduruku não possui uma sede própria, mas existe como uma entidade de personalidade jurídica. As reuniões que tocam o instituto são feitas em diferentes lugares, todavia com maior frequência no centro comunitário da aldeia.

²⁴ A formação oferecida tem a ver com a necessidade de a comunidade acessar recursos externos que podem se traduzir em benefícios para a comunidade. Assim, por exemplo, alguns editais que preveem recursos para festas tradicionais ou outros eventos culturais somente poderão ser acessados por intermédio de uma personalidade jurídica.

Não poucas vezes, o ser humano oriundo de uma etnia indígena tem seus direitos cerceados, negligenciados ou apagados e sua própria trajetória humana fica invisibilizada, deixando sua humanidade desnuda dos atributos que alcançam a maioria dos outros seres, menos eles mesmos, colocando-os numa situação de vulnerabilidade total, uma vida matável, como diz Agamben (2002).

Nesse contexto de conflito permanente, há reiteradas tentativas de silenciar a voz indígena, minimizando os espaços de escuta e de diálogo. Aqueles que teriam a tutela do Estado para defender seus interesses, são vilipendiados pela negligência estatal em relação às suas obrigações constitucionais. Num eterno jogo de faz de contas quando se fala em terra, o Estado não garante a participação efetiva dos povos indígenas nas decisões de assuntos que os afetam, relegando-os ao esquecimento, quando a respeito de seu território deveriam ser ouvidos e suas decisões acatadas. Ao contrário, o Estado abraça os interesses do capital que ecoa nos projetos neoliberais alavancados pelo modo de produção capitalista do lucro pelo lucro; esses interesses que almejam mais do que um desenvolvimento que atinja toda a população, desejam para si a terra dos índios e as riquezas nelas contidas. Levam, não apenas a terra, mas as tradições, os costumes, a história, os espaços simbólicos e apagam o sentimento de pertencimento a um espaço, seu território, sua identidade; aos poucos, sem que muitos percebam, um povo vai se apagando da existência.

A relação do não índio com os povos indígenas foi tensa desde o início do processo de colonização, pois o Brasil já era habitado por povos indígenas em várias regiões, inclusive na beira da bacia amazônica. Houve muitos conflitos armados que resultaram na morte de índios e não índios; afinal, os índios, que não queriam a presença daqueles que não eram índios, defendiam seus territórios e os não índios os viam como um empecilho para a realização de seus desejos de domínio.

Apesar de as comunidades indígenas nunca manterem com a terra uma relação verticalizada, que a percebe como propriedade, na lógica do capitalismo, os índios eram os “donos da terra”, e nela viviam de forma nômade movimentando-se na beira do rio Arinos, principalmente de canoa. Nesse período, para aproximarem-se dos indígenas, os não índios lhes deixavam presentes para estabelecer alguma comunicação. O açúcar, desconhecido pelos índios, era muito apreciado por eles e

provocar alterações na vida dos povos indígenas e suas tradições, já que o seu espaço social, tanto material como imaterial, será atingido conforme demonstrou o mapa apresentado pela Figura 11 acima.

Conforme a representação cartográfica do mapa de localização da área investigada, Figura 11, nota-se que a UHE está situada nas proximidades de três territórios indígenas: a nordeste com a aldeia Apiaka/Kayabi, na porção noroeste com a aldeia Japuirá e no setor sudoeste com a aldeia Rikpatsa; inclusive, a área marcada por uma circunferência aponta justamente a distância dos 40 km que deveria ser respeitada conforme documentos legais que balizam a distância dos empreendimentos hidrelétricos em relação a áreas indígenas. Tal situação contraria o que estabelece a portaria interministerial 060/2015 em seu anexo I que afirma que todos os aproveitamentos hidrelétricos UHEs e Pequenas Centrais Hidrelétricas PCHs devem ficar a 40 km de terras indígenas, se estas estiverem na Amazônia Legal.

Art. 3º - No início do procedimento de licenciamento ambiental, o Ibama deverá, na FCA, solicitar informações do empreendedor sobre possíveis intervenções em terra indígena [...]

I - em terra indígena, quando a atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em terra indígena ou apresentar elementos que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra indígena, respeitados os limites do Anexo I; Aproveitamentos hidrelétricos (UHEs e PCHs): 40 km ou reservatório acrescido de 20 km à jusante (PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 60, DE 24 DE MARÇO DE 2015).

Assim, a referida área abrange terras com presença significativa das populações indígenas o que, do ponto de vista social, cultural e ambiental, ocasiona muitos desafios legais e operacionais para a instalação desse empreendimento, já que as terras indígenas ficam a 19 km do local das futuras instalações da UHE Castanheira. A Figura 11 ainda destaca no mapa que a região possui distintas coberturas e diferentes usos da terra²⁶, ou seja, há dilemas socioambientais, que podem provocar conflitos e problemas para a área em questão para prejuízo das comunidades que ali se circunscrevem.

²⁶ A terra na região é utilizada no cultivo de pasto para gado de corte e leiteiro, e para a agricultura de soja, milho e arroz, o que se verifica em franca expansão. Começou com extração de madeira e produção de café, passando ao gado. Essa mudança no perfil da atividade econômica da região, ao que se acrescenta a visão capitalista da exploração máxima dos recursos naturais, gera tensão imensa entre empresários de diferentes setores e os habitantes mais antigos da região em vista do uso da terra.

Por meio dessas informações, verifica-se a inserção da problemática e complexidade social e ambiental da área em estudo, que apresenta dilemas territoriais. A interpretação da Figura 11 aponta para esses dilemas, caracterizados principalmente pela consolidação da agropecuária, a fragmentação e desterritorialização dos territórios indígenas e possíveis consequências sociais que surgirão após a construção da UHE.

Evidencia-se a tentativa de apagamento de direitos de uma etnia indígena, mesmo quando um aparato jurídico de inequívoca expressão garante sua proteção, como o são a Constituição da República Brasileira e mesmo o Estatuto do Índio. Há, portanto, uma continuada tentativa de apagamento material e imaterial de toda uma etnia que se alastra e se estende a outras em iguais condições. O que pensar de um Estado de Direito que afronta as regras que ele mesmo cria para proteger seus cidadãos, ao invés de garantir-lhes direitos, deles os alija? As palavras são duras, mas as ações ou omissões são de um total descompromisso com o cumprimento dos preceitos legais que atingem diretamente a moralidade dessas relações entre o Estado e as comunidades afetadas.

A ação do Estado, por meio de suas inúmeras instituições, fundada na necessidade de desenvolvimento econômico, não traz a mesma preocupação em relação ao desenvolvimento social. Assim, as ações se tornam claudicantes, pois não dão às populações atingidas a possibilidade do mesmo desenvolvimento, uma vez que as desrespeitam em sua história e tradição. Como falar em desenvolvimento social e ao mesmo tempo promover o apagamento cultural de um povo? É dessa forma que o Estado, na proteção dos interesses neoliberais, alia-se a grandes conglomerados empresariais para, em detrimento de povos tradicionais, como mostra o caso em tela, atender às necessidades de setores específicos da sociedade. Ao negligenciar essa parcela da população, talvez uma das mais vulneráveis pela sua trajetória histórica, pois alijada em muitos dos seus direitos, o próprio Estado dá margem para que ela seja tratada por pessoas, grupos ou instituições como descartável, isto é, seus clamores não são ouvidos, seus interesses são desconsiderados, suas tradições apagadas, suas identidades trocadas, sua vida está nua.

4.2 Por onde caminha o povo

Os povos indígenas Apiaká, Kayabi e Munduruku²⁷ dispõem de uma área de 109.245,3822 hectares (FUNAI, 2002) e vêm sofrendo contínua pressão do setor madeireiro e agropecuário que almejam suas terras. Esse clima de disputas territoriais é permeado pela invasão de culturas diferentes, incluindo a forma pejorativa com que os não índios percebem o uso que os índios fazem da terra. Um discurso é produzido pelos não índios, em que se afirma que a produção indígena apenas para o consumo, isto é, para sua subsistência, seria um fator que justificaria a ocupação dos territórios, pois neles poderia haver uma produção maior, mais eficiente e geradora de lucros. Tais setores baseiam-se em um modelo insustentável de produção, caracterizado pelos monocultivos, uso intensivo de insumos e desflorestamento, tanto para a extração e comercialização de madeira, quanto para a implantação de pastagens para os rebanhos bovinos.

Vale ressaltar que ser índio é viver as profundas desigualdades no Brasil.

Entre os mitos que povoam o imaginário dos brasileiros sobre a população indígena no país, há aquele que diz que ser índio é gozar de inúmeras benesses e privilégios e viver sem qualquer esforço. Uma falsa ideia – muitas vezes incrementada por setores que têm interesse direto no desapossamento de suas terras e bens – que contrasta com a dura realidade cotidiana em que vivem tais povos, no contexto das formas de dominação colonial a que foram e são submetidos. (LACERDA, 2012, p. 51).

Muito oportuno esclarecer, para que se possa compreender a vulnerabilidade presente nas relações entre índios e não índios, é o que aponta Pacheco e Leroy (2013), quando afirmam que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1989, que regulamenta os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais, só foi ratificada no Brasil em junho de 2002. Mais importante ainda é o fato de ela não ter sido até hoje regulamentada pelo governo, o que permite ao Estado desconsiderar, quando lhe apraz, as garantias por ela estabelecidas.

Esta lógica antagônica entre povos indígenas e os não índios é atenuada pela Constituição de 1988, uma vez que, em seu artigo 231, a lei estabelece que são

²⁷ A aldeia Munduruku situa-se a 60 km da sede do município de Juara, Mato Grosso e, segundo estimativa do IBGE (2013), possui 33.353 habitantes, IDHM de 0,682 (IBGE, 2010), com área total de 22.641.187 km² – equivalente a 2,5 % do Estado do Mato Grosso.

reconhecidos aos índios sua organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Acrescenta ainda que compete à União demarcá-las, e também proteger e fazer respeitar todos os seus bens, aspecto corroborado pelo artigo 225 que afirma que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Face ao dever de preservação e proteção que se estende às comunidades indígenas por parte de toda coletividade, sem excetuar-se o Poder Público, algumas alternativas de manutenção e preservação dessas comunidades, frente aos desmedidos ataques que têm sofrido, têm-se configurado como frentes de resistência pela garantia da ocupação e permanência em suas próprias terras; uma vez que a identidade do povo indígena também é garantida constitucionalmente pela ocupação de sua terra.

Para Feldman-Bianco e Huse (1995), a identidade é algo que se reinventa e reinterpretada a cada geração; assim, os jovens indígenas precisam ter condições de guardar suas lembranças e recordações dos antepassados e, mesmo que isso esteja na lei, é preciso que os representantes do Estado deem efetividade às ações dos povos tradicionais, de uma forma propositiva.

Conforme salientam Porto, Pacheco e Leroy (2013), a Constituição de 1988 reconheceu a identidade cultural dos povos indígenas como própria e diferenciada, assim como o direito originário ao usufruto de suas terras. Contudo, o novo Estatuto que regulamentaria esse direito está, desde 1994, paralisado para análise na Câmara Federal, gerando grande insegurança jurídica. Essa situação dá margem para que constantes atentados a esse direito sejam realizados; alguns se estabelecem por iniciativas particulares, outros por grupos de interesses e ainda contam com a mitigação dos olhos do Estado que afrouxa a fiscalização e permite que os territórios indígenas sejam invadidos, dando a esses povos a condição de serem chamados de atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos.

Nessa direção, pode ser dito que o conceito de atingidos ganha novos contornos, pois, além dos bens materiais, esse processo de mudança alcança também os bens imateriais que fazem parte dos costumes, tradições e simbologias indígenas.

Entender o processo como mudança social implica, igualmente, considerar que há dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais. Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações prevaletentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais). Assim, por exemplo, a dispersão de um grupo familiar extenso, ou a inundação de lugares com importância simbólica – religiosa, por exemplo - para um determinado grupo social. (VAINER, 2002, p. 05)

Como visto, a etnia Munduruku migrou pelo rio Juruena na década de 1970, afastando-se de seu território original pela exploração dos seringais. Fugindo dos conflitos, ocuparam novas áreas, mas os conflitos não pararam. Conforme Sant’Ana (2009, p. 139), os indígenas resistiram à presença dos novos habitantes no Vale do Arinos.

Nessas disputas, os não índios, com a intenção de manter o domínio sobre os povos indígenas, propuseram-se manter uma relação que impunha a superioridade da sua raça. Numa perspectiva foucaultiana, podemos dizer que tinham por objetivo docilizar os corpos (FOUCAULT, 2003). Ainda nessa direção, Sant’Ana (2009, p. 139) diz que os índios simbolizavam os não civilizados, os que deveriam ser mantidos sob controle, aqueles a quem era preciso “amansar”, reelaborando alguns métodos de aproximação utilizados pelos colonizadores portugueses quando chegaram ao Brasil.

Já na concepção de Porto, Pacheco e Leroy (2013), é o caráter etnocêntrico da formação da nação brasileira que contribui no entendimento do porquê, nos dias atuais, os povos indígenas e as comunidades tradicionais são considerados e tratados como povos “atrasados” e estão fadados à transição para a cultura e aos modelos desenvolvimentistas que marcam o capitalismo no seu estágio atual.

Para a etnia Munduruku, a sua identidade, conforme um dos representantes, assim se delinea.

Munduruku é ter uma identidade. Munduruku é ser uma pessoa, um ser vivente que tem suas alegrias de viver em família. E a família não é apenas o irmão, o pai, a mãe, o avô, mas a família é algo tão grandioso que ela ultrapassa as barreiras da nossa própria casa. É o rio, é o mato, são os animais, é a brisa do rio vindo no nosso rosto, isso causa uma identidade pra nós, a nossa língua, o nosso acreditar no Deus como criador de todas as coisas que existe; são ensinamentos que não se aprende numa sala de aula, são ensinamentos que aprendemos com a vivência, não apenas com as pessoas, mas uma vivência de estar naquele ambiente. (Depoimento de Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

A identidade Munduruku está na natureza e configura-se em suas famílias e na representação do seu criador, Deus, concebido como tendo infinita bondade. Nessa configuração, os indígenas têm os animais como seus semelhantes. Para Appiah (2016), o termo identidade repousa sobre as crenças nas essências, nas realidades essenciais, nas substâncias ao mesmo tempo imutáveis e originais. Essa identidade pode ser percebida nos relatos do representante indígena quando fala das suas raízes, suas crenças e valores.

A definição do ser Munduruku está arraigada em suas memórias, pois a memória não é nata, os acontecimentos “vividos por tabela” também constituem a memória individual ou coletiva. Lembrar é um processo de reconstruir o passado no presente. A memória, como um processo revolucionário, na visão de Pollack (1992) se constitui de um determinado tempo e/ou de vários tempos, das relações com os grupos, do pertencimento ao grupo.

No contexto histórico delimitado pelo conflito entre índios e não índios e que perdura ao mesmo tempo que o Brasil tem como nação, o processo de colonização sempre esteve pautado em conflitos e disputas de terras, poder, alimentos e outras formas de convivência entre o homem branco e os povos nativos. Esse aspecto não se dá de modo diverso na colonização da região do Vale do Arinos, onde estão localizadas as terras indígenas Munduruku.

Conforme salienta Sant’Ana (2009, p. 138), sob o prisma do não índio, a relação entre eles é marcada pela precariedade da vida em um lugar selvagem, terra inóspita lembrada pela falta de comida decente e pela presença dos índios que poderiam “atacar” a qualquer momento na margem do rio. Da mesma forma, os índios têm suas lembranças da relação que mantêm com seu lugar, seu espaço, sua terra.

Memórias que temos como Munduruku é isso, a infância. Quando nós somos crianças estamos diretamente em contato com o chão; a terra é o nosso irmão, é com ela que brincamos, e com ela que nos sujamos, e nós temos essa forma de estar em contato com a terra. Não seria apenas como instrumento, com objeto, mas como vivência, como se tocar, sentir seu frio, sentir seu calor, a nossa forma de viver, o nosso jeito de conversar, a nossa maneira de organização, de resolver nossos problemas de desenvolver a forma da nossa vivência, de fazer realmente a nossa educação, a educação munduruku não é a educação escolar, não é a educação para a escola, mais sim uma educação munduruku que começa desde quando sai do leito da mãe, ou alias quando está no leito da mãe, quando está a mamando, quando esta vai andar com o pai na roça, no mato caçando, pescando, e

pra muitos munduruku eles tiveram essa vida. (Depoimento de Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

Enquanto o não índio percebe a terra como selvagem e inóspita, o indígena a percebe como sua irmã, estabelecendo uma relação de amistosidade com ela. O sentido atribuído à terra, à sua terra, fica alinhado ao pertencimento à natureza, suas lembranças de infância, suas memórias dos antepassados e a relação de conviver em harmonia com seus semelhantes. Não há separação entre homem e natureza na cosmologia indígena. O depoente Marcelo aborda o significado de viver em comunidade.

Alguns jovens Munduruku quanto mais anônimos, melhor pra eles, porque é nesse momento em que ele está distante, longe do aglomerado é que se enxerga mais, e que se tem uma visibilidade de comportamento, de palavras, e da forma de se portar com as outras pessoas. Aí a gente faz essa leitura e se aproxima dos nossos amigos que estão no nosso dia a dia, que circula na nossa convivência, e quando adulto e nos parcialmente temos uma leitura de cada jovem, de cada colega, que vive na comunidade. Então, o adulto passa a ser aquele que tem que ter a leitura do comportamento de cada membro de sua comunidade, isso é ser um munduruku adulto, quando o adulto, o munduruku adulto não consegue ter essa visibilidade, ele ainda não conseguiu perpassar por todos os percursos que um munduruku tem que passar ou ainda está passando, de repente por uma questão de vivência ou de contexto ele ainda não tenha se permitido essa oportunidade. E essa convivência, essa convivência dentro da comunidade. (Depoimento de Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

O depoimento acima deixa perceber o processo de amadurecimento de um jovem da etnia Munduruku, sobre o qual ele fala quando indagado sobre a vida em comunidade, suscita uma reflexão sobre, naquele momento, a vida na comunidade estar associada ao seu próprio amadurecimento, um processo de passagem da vida de jovem para a vida adulta que não é dimensionado apenas pela idade, mas por este processo de afastamento para se reconhecer e conhecer os outros. Contudo, como se trata de uma percepção de um jovem do sexo masculino, cabe a pergunta se as jovens Munduruku percebem esse processo da mesma forma. Se não, como esse processo é vivenciado pelas mulheres mundurukus? Infelizmente, no acesso às informações, o pesquisador se viu limitado pela permissão do cacique para o contato com outras pessoas da comunidade, o que ainda não aconteceu.

Visto por outro ângulo, também pode ser percebida a gradativa perda dos valores culturais, processo que caminha para a extinção da identidade do povo Munduruku, patrimônio humano do Brasil. É no contexto do desenvolvimento de um Estado

capitalista, em detrimento das garantias dos povos indígenas, gradativamente deixadas de lado ou mesmo sendo reduzidas, que Leff (2015) afirma que o crescimento econômico se alimenta de um processo de extração e transformação destrutiva de recursos naturais, de degradação da energia nos processos de produção e consumo de mercadorias. Acrescente-se ainda que esse mesmo processo gera o apagamento de muitas culturas tradicionais que se perdem como referência frente ao avanço capitalista.

Nessa concepção, Castro (2014) ressalta que:

Que 414 das 691 terras indígenas brasileiras estão na Amazônia. Em extensão territorial isso representa 98,47% do total de terras indígenas no Brasil, perfazendo 111.108.392 hectares. Tal fato mostra que esse mesmo cenário abordado aqui com o caso de Belo Monte, se concretizadas as intenções expressas nos planos de expansão de energia, se repetirá diversas vezes, o que corrobora a importância de nos debruçarmos sobre essa questão. (CASTRO, 2014, p. 70).

Convergindo com esse olhar, percebe-se que a construção da hidrelétrica poderá ocasionar a diminuição do pescado e assoreamento do rio dos Peixes que banha a aldeia, em virtude de vazão repentina fora de período e a consequente diminuição das águas no leito do rio. Com o descontrole nas estações do ano, haverá redução ou esterilização das castanheiras nativas por extinção ou mesmo por descontrole das pragas, uma vez que pelas mudanças em seu território elas poderão se tornar nocivas a essa espécie de árvore.

Para Castro, situações de expropriação de território já ocorreram com os indígenas Munduruku, em função de um desenvolvimento capitalista, conforme se destaca:

O caso de Belo Monte é emblemático, pois além de ser o carro chefe do maior programa de desenvolvimento em curso no país, se insere num contexto territorial que coloca em evidência questões cruciais para o desenvolvimento na atualidade, a saber, a questão ambiental e o direito de populações locais aqui representado pelo direito dos povos indígenas de perseguir seu desenvolvimento de forma autônoma. (2014, p. 70).

Para um povo essencialmente ligado à natureza, as suas relações estreitas com ela demandam uma forma de ser e existir no mundo. Quando a natureza ao seu redor for transformada, o seu modo de ser também irá mudar e, certamente, será afetado, podendo chegar até à extinção, pois as etnias indígenas têm valores divergentes dos preconizados pelo capital e quem os representa. Leff (2015) contribui nessa reflexão afirmando que o *habitat* é físico e a trama, ecológica. Assim,

para o autor, o *habitat* é o lugar onde se constrói e se define a territorialidade de uma cultura, a espacialidade de uma sociedade e de uma civilização, onde se constituem os sujeitos sociais que protegem o espaço geográfico apropriando-se dele, habitando-o com suas significações e práticas, com seus sentidos e sensibilidades, com seus gostos e prazeres.

De acordo com Castro (2014),

Advogamos o respeito aos indígenas não por serem frágeis vítimas, abstratas e universais, de uma sociedade que esmaga avassaladoramente seus “direitos humanos”, senão primeiro por serem herdeiros de uma dívida histórica tão real e concreta quanto o processo terminado de apropriação de seus territórios e o não acabado aniquilamento de suas existências enquanto etnias. Castro (2014, p. 32).

Para os povos indígenas, o território se constitui com princípio ligado à integração comunitária com a natureza, a conservação das matas, a preservação do solo e das espécies. É da floresta que eles retiram sua caça para alimentação, que extraem alguns alimentos e ervas medicinais. Neste dizer, Joaquim Munduruku relata que

A alimentação era fartura, tinha bastante peixe, tinha a bastante de caça e hoje em dia está cada vez mais difícil, caça menos agora, de primeiro era muito bom, até fruteira também, tinha açaí, buriti e com desmatamento está diminuindo demais, e não é só isso aí, as plantas e as fruteiras estão acabando, isso aí que eu preocupo muito, não sei como é que vai ficar, a minha preocupação é isso aí. Em relação a Coleta, a gente vive com castanha, castanha do Pará, no tempo de castanha, a gente pesca um pouco, não tem salário. (Joaquim - Munduruku, Juara, 2018).

A comunidade indígena Munduruku, nesse viés, tem uma vivência muito próxima e dependente dos recursos naturais, sendo que qualquer mudança irá atingir diretamente o modo de vida dessa população. Por isso, precisa-se organizar uma estrutura capaz de garantir a perpetuação de suas gerações e seus modos de ser, seu jeito de fazer a vida acontecer, sua forma de existir na comunidade e fora dela, que vão desde o modo de plantar a mandioca até o jeito de construir suas moradias. Sobre esse afazer, Marcelo Munduruku contou como isso tem mudado.

Um barraco não de palha como é tradicional Munduruku, mas coberto com tábua, isso me chamou a atenção, e não somente o barracão, mas todas as casas eram cobertas com tabuinhas, esse modelo de cobertura das casas, segundo eles, fazia ficar a casa mais fresca, assim como quando se cobre com palha, não fica quente, fica bem confortável, e de fato era isso mesmo

porque havia algumas casas que eram de material de *eternit*²⁸, e elas eram quentes, mas na casa onde era de tabuinha era bem mais confortável em relação ao clima. (Depoimento de Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

Os costumes indígenas não podem ser desprezados, levando-se apenas em conta sua representatividade para o não índio, uma vez que o povo indígena constrói sua história e o sentido da vida sobre esses costumes. Exemplo disso, para o povo Munduruku é o hábito de navegar à noite de canoa. No decorrer da entrevista, surgiu o relato dessa prática, dando margem para que se fosse relatado o que significa navegar à noite de canoa para os Munduruku.

Andar à noite também de canoa é uma arte que não há nada que possa explicar, nem os melhores escritores não conseguiram traduzir aquilo que o Munduruku sente quando anda de canoa à noite. É uma coisa que nós não conseguimos traduzir, é um sentimento que não tem uma palavra que possa definir tudo isso, e tudo isso nós identificamos; a partir daí nos identificamos, nos identificamos com outro povo, com outra pessoa do mesmo povo. Como se diz hoje, nós encontramos uma raiz no tio, no primo, no vizinho que também é Munduruku e vamos buscando, buscando e temos. E chegamos à conclusão que temos a mesma origem, gostamos de algumas coisas, somos parecidos geneticamente, algumas aparências quase são idênticas dos Munduruku. (Depoimento de Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

Complementarmente, Leff (2015) salienta que o *habitat* é o espaço onde se forja a cultura, se simboliza a natureza e se constroem os cenários do culto religioso, constituindo-se como sendo o livro no qual são escritos os sinais da história, onde se imprimem as marcas do poder das civilizações, a geografia que submerge nos sulcos e estrias da terra os sinais da fome e da fartura do alimento conquistado como dádiva da terra, como relatado abaixo:

Nas comunidades Munduruku, nas mais tradicionais, está pautada na natureza, nos espíritos do peixe, da caça, dos pássaros, no espírito dos animais como das plantas, então tudo isso nos qualifica como Munduruku,

²⁸ Cf. informação disponível em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2017/11/29/supremo-tribunal-federal-proibe-uso-do-amianto-em-todo-o-pais.htm>> Acesso em 13 jun 2019, "O Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2017, proibir em todo o país o uso do amianto crisotila --usado na fabricação de telhas e caixas d'água. Até então, esse era o único tipo da fibra, "reconhecidamente cancerígena", que podia ser comercializada no Brasil. A decisão dos ministros foi tomada para resolver problemas que surgiram após a decisão da Corte que declarou a inconstitucionalidade do artigo da Lei Federal 9.055/1995 que permitia o uso controlado do material. Agora, não há mais essa possibilidade".

tudo isso, essa forma de observar traz em nós essa identidade. (Depoimento de Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

Nessa concepção, as lutas pela manutenção dos seus costumes e tradições nos seus *habitus*, também ajudam a fortalecer os seus hábitos comuns como, por exemplo, quando o indígena faz uma cesta, uma canoa, não está apenas fazendo um produto, mas reproduzindo a cultura dos seus ancestrais, como explica conceitualmente Bourdieu (2007).

Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: e o que faz com que o conjunto das práticas de um agente - ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes - são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos ou mutuamente convertíveis - e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida. (BOURDIEU, 2007, p. 170).

A cultura e a natureza são um elemento essencial para isso acontecer, como observado na Figura 12 com a tradição das pinturas corporais.

Figura 12 - Pinturas corporais indígenas



Fotos e montagem: Agilson Poquiviqui (agosto de 2016).

A perpetuação da cultura, por meio dos trajes e de seus costumes, é um meio de resistência da etnia contra o não índio e da permanência dos seus *habitus* junto à

natureza. As pinturas da Figura 12 representam para as crianças Munduruku, a sua identidade, cultura, tradição, é um momento de alegria, festa, comemoração com a dança, para agradecer a mãe natureza, os sons do vento entre as folhas das árvores, o cantar dos pássaros, a correnteza do rio, todos esses sons são músicas para o viver do indígena Munduruku. Acerca disso, a importância dos trajes para os povos indígenas ganha uma especial significação e, mesmo que os trajes mudem, pois, outros elementos podem a eles ser agregados, conforme os habitats onde se manifestam. O fato de a comunidade Munduruku fazer o traje e o usar em determinadas situações configura a manutenção, a resistência da cultura.

Os trajes são formas de se juntar à natureza, quando os homens fazem seu traje, ele está pegando natureza e colocando nele a pintura, pegando natureza e colocando nele as penas que são das aves, pegando natureza e colocando nele. Ele também quer ser igual à natureza, ou nós queremos ser iguais à natureza. (Depoimento de Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

Nessa ótica, para o povo Munduruku, a natureza é tida como um elemento sagrado, e isso é perceptível com o *habitus* da pintura corporal, conforme depoimento sobre os significados das pinturas.

As pinturas Munduruku elas são muito cheias de traçados, poligonais como dizem, traçados verticais, horizontais e representam o seu parceiro, representa o seu irmão que são os animais, a pintura do jabuti ou da formiga retrata bem isso, as danças têm os seus passos, o desenho de juntar forças, o desenho de mãos de uma visão circular de comunidade. (Depoimento de Marcelo - Munduruku, Juara, 2016).

As entrevistas revelam a grande quantidade de significações elaboradas pela etnia Munduruku. Da mesma forma, outras comunidades e povos também o fazem, o que demonstra a sua capacidade incontestável de atribuir sentidos e criar identidades e, portanto, de serem capazes de decidir sobre seus destinos e opinarem sobre eles, e isso não lhes pode ser negado. Contudo, essa negação ocorre quando suas manifestações a respeito do próprio destino – afetado por empreendimentos hidrelétricos – não são levadas em consideração para a efetivação do projeto hídrico.

Pacheco e Leroy (2013) argumentam que a negação das identidades étnicas é a negação da capacidade das populações envolvidas nos conflitos de decidirem

sobre seu destino, gestão e usufruto dos bens ambientais, fortemente atrelados aos seus modos de vida, trabalho, tradições e práticas religiosas ancestrais.

Esse é apenas um exemplo do impacto gerado à vida daqueles que ocupam um território e que são desnudados do direito de opinarem sobre seu futuro. Em meio a tantas vivências e significações do cotidiano, ao longo de sua trajetória e do processo de colonização de sua região, a etnia indígena Munduruku vem sofrendo com as ameaças físicas e verbais dos não índios nas disputas pelos seus territórios.

4.3 A vida nua dos Munduruku

O processo de colonização brasileiro já foi carregado desde o início por lutas e conflitos entre os povos nativos e os não índios; os motivos foram vários, mas o ponto comum foi sempre sua ligação com as riquezas: ouro, pedras preciosas, alimentos, madeira e agora a própria terra. Na concepção de Porto, Pacheco, Leroy (2013), na formação da sociedade brasileira, os povos indígenas, negros e suas ascendências sempre tiveram e continuam situados de forma desprivilegiada. Por essas lutas, muitas vidas já foram perdidas e ainda se perderão, principalmente dos povos indígenas, considerados por alguns segmentos sociais como, por exemplo, aqueles que representam grupos econômicos ligados ao extrativismo vegetal, à exploração de minérios e à agropecuária, como uma espécie de não ser, apenas uma extensão da natureza e por isso dizimável, descartável, substituível.

Para Foucault (2003), o Estado compreende seu direito de soberania como sua capacidade de fazer viver ou de deixar morrer. Contudo, há uma lógica perversa em vista das minorias, quando o Estado atua inversamente fazendo morrer e por isso liga-se diretamente às possibilidades de impor penas capitais, que atingem largamente as minorias sociais e que, apesar de estarem ainda em voga em alguns Estados soberanos, no Brasil não se aplica; por outro lado, o deixar viver vincula-se a uma não interferência do Estado no bem-estar social de seus cidadãos, algo que beira ao liberalismo nas relações, um estado de mínima interferência, mas o direito de fazer viver e deixar morrer, assumido como um princípio, que o não índio utilizava para reforçar seu poder sobre os indígenas para amansá-los. Em outras palavras, seguindo a lógica foucaultiana, o Estado assume posturas de promoção da vida,

sustentando-a e alavancando sua qualidade, como protagoniza a Constituição Federal. Contudo, não estende o acesso de benefícios para todos os setores sociais, basta perceber como as políticas públicas atingem as comunidades indígenas, por exemplo, de forma muito precária ou mesmo não as atingem.

A pouca interferência do Estado nesses mesmos setores promove, mesmo que passivamente, a morte; é o deixar morrer por omissão ou falta de ação eficaz. Não precisamos ir longe para compreender como o Estado, pela sua ausência em relação aos cidadãos que tutela por força de lei, promove seu apagamento e paulatina extinção, ora por não qualificar sua existência ora por não combater quem, por interesses escusos, os exterminam.

Conforme Agamben (2004), a vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou a uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente que está ligado diretamente à vida do agente social. A vida pura e simples é um produto da máquina e não algo que pré-existe a ela, assim como o direito, não tem nenhum fundamento na natureza ou no espírito divino. A sacralidade do corpo em sua relação com aquilo que não é apenas material é esquecida, assim como as crenças e costumes do povo Munduruku são negligenciados em favor dos interesses do capital. O capital tem alma, os índios não. O capital tem quem o defenda, os índios, poucos.

Nessa concepção, estendemos o que Agamben (2004, p. 148-149) afirma como "vida indigna de ser vivida" à existência dos Munduruku. A vida deles não é, com toda evidência, abordada como um conceito ético, que concerne às expectativas e legítimos desejos do indivíduo; ao contrário, é, sobretudo, um conceito político, no qual está em questão a extrema metamorfose da vida matável sobre a qual se baseia o poder soberano. Frente aos interesses do capital, alguém deve ser sacrificado, deixar de existir, abrir mão da existência.

A vida matável que acena Agamben se mostra repulsivamente na colonização de Mato Grosso e em específico na região do Vale do Arinos, *locus* da instalação da usina e território dos indígenas Munduruku, conforme relata Alves (2001).

Até agora ninguém sabe explicar porque em determinado dia um grupo de seringueiros decidiu envenenar com estriquinina vários pacotes de açúcar, alimento apreciado pelos índios, num gesto selvagem e, até que provem o contrário, desnecessário. Eles comeram o açúcar tomaram água e começaram a passar mal. Se debatiam, rolavam pelo chão. Gritavam estrebuchando. Caiam no rio, em estado de agonia sendo carregados pelas

águas. Ao todo, se fala na morte de 15 índios, entre adultos e crianças neste episódio que, apesar dos tempos, ainda é comentado na região como uma grande barbárie. (ALVES, 2001, p. 28).

Nesse meandro, a etnia Munduruku luta pela manutenção de suas tradições, cultura e costumes, mas continua sendo golpeada pelas políticas governamentais, anteriormente por seringueiros e agora por fazendeiros que querem aniquilar com a raça dos mais fracos e ampliar seus territórios e suas plantações de lavoura e criação de gado. Parece que a prática dos genocídios tão combatida, ainda precisa de fato ser superada, pois tomou formas que compreendem a dissimulação dos propósitos. Apesar de ser repudiada pelo Estado brasileiro, signatário de tantos tratados internacionais de direitos humanos, toda forma de violação de direitos deve ser combatida com ações e políticas protetivas desses direitos fundamentais, principalmente quando está em jogo o direito de minorias.

Agamben (2004) mostra o direito em sua não-relação com a vida e a vida em sua não relação com o direito, isso significa abrir entre eles um espaço para a ação humana que, há algum tempo, reivindicava para si o nome "política". A vida nua dos Munduruku, portanto, confunde-se com um tipo de vida biológica desqualificada, reduzida; uma sobrevivida, disforme, descartável como querem parecer ser todas as minorias, inclusive as étnicas raciais. Com isso, facilmente é possível manipulá-la de forma racional, objetiva, instrumentalizá-la como coisa, supérflua.

Chegou o momento, sem dúvida, para Agamben (2004, p.111), de tentar compreender melhor a ficção constitutiva que, ligando norma e anomia, lei e estado de exceção, garante também a relação entre o direito e a vida. Mas, o povo Munduruku não pertence às classes, raças dos brancos, por essa razão seus interesses são distintos nos momentos de disputas por territórios, prevalecendo a lei dos mais poderosos. Mas, se é possível tentar deter a mão do Estado, mostrar sua ficção central, é porque, entre violência e direito, entre a vida e a norma, não existe nenhuma articulação substancial. Resultado: o indígena fica numa seara sem nenhuma proteção efetiva contra os desmandos dos brancos possuidores de terras, gado e outros meios de produção do capitalismo. Numa sociedade onde capital tem alma e o índio não, está claro quem perderá a disputa, se algo não for feito, denunciado continuamente.

Portanto, como toda e qualquer forma de vida vista sob o prisma do capitalismo, a vida dos Munduruku vislumbrada apenas como uma única forma de

vida, a simples vida nua; como tal, ela pode ser não apenas gerida, controlada, mas também medida, valorada, determinada de acordo com o melhor discurso, ou o mais útil, aceito pela decisão soberana que legitima contra essas vidas as práticas mais bárbaras de desrespeito.

Entenda-se que para além da utilização da força direta, o poder sobre essas vidas nuas dos Munduruku é exercido por meios econômicos, políticos e simbólicos em diferentes instâncias, gerando diferentes formas de injustiça social imposta de modo contundente a cada membro que compõe a etnia e afetando, certamente mesmo as gerações futuras. Esse paradoxo da biopolítica moderna deixa evidente que a noção de soberano é inseparável da sua condição original de exceção, cuja ordem jurídica suspensa tornou-se a regra, e não mais o conteúdo da lei passa a ser preponderante, mas a decisão como pura força de lei, mas sem lei. Em outras palavras, a lei que determina a proteção das comunidades indígenas, sua cultura, território e tradição passa a ser vista de modo subjetivo, mais ou menos valorada em função de quem a instrumentaliza; inclusive, a suspensão de sua validade para em seu lugar, outras determinações lhe tomarem o lugar com status de lei. Relembremos a proposta de instalação da UHE Castanheira a 15 km de uma comunidade indígena quando a lei é imperativa ao determinar 40 km.

Segundo os conceitos utilizados por Agamben (2004), no contexto atual, muitos cidadãos, majoritariamente aqueles que pertencem às minorias étnicas, raciais, ou sociais, como o são os índios Munduruku, que têm sua vida como um bem a ser protegido, podem, a qualquer momento, ser aniquilados. Talvez não se possa evocar a imagem tradicional do aniquilamento, uma vez que a identidade de um povo, sejam eles índios, pescadores ou ribeirinhos podem ser gradativamente apagados, sem que a vida seja retirada, basta que os elementos essenciais de sua identidade sejam retirados e substituídos para que, num futuro não muito longínquo, um grupo desapareça. São como alguém que está dentro e fora da lei, simultaneamente; são sujeitos de direitos, mas não o são. Assim, essas pessoas têm a sua vida pautada por uma ambivalência em que vigoram a impunidade de sua morte e o veto do exercício pleno de sua dignidade.

Considera-se que a comunidade Indígena Munduruku tem uma vivência muito próxima dos recursos naturais e dos bens imateriais disponíveis no meio ambiente. Dessa maneira, qualquer mudança vai atingir diretamente o modo de vida dessa

população, por isso, precisa de uma estrutura capaz de garantir a perpetuação de suas gerações, vivências e significações da sua cultura e identidade ao longo de sua trajetória. Na sequência, abordaremos os ribeirinhos, agentes que serão e/ou já estão atingidos pela usina.

5. MAPEAMENTO DA MEMÓRIA AFETIVA DA COMUNIDADE PEDREIRA: TRAJETÓRIA DE VIDA DOS FUTUROS ATINGIDOS PELA UHE CASTANHEIRA

O objetivo desse capítulo é apresentar as relações sociais que se estabelecem no âmbito da comunidade Pedreira (Juara/MT) e tentar descrever como elas são constituídas. A proposta é, por meio do relato das memórias, compreender as principais características identitárias da população que será atingida pela construção da UHE Castanheira. Ressalta-se que a metodologia utilizada para a construção dessa tese é calcada na história oral dos agentes envolvidos, aspecto que tem sido evidenciado no campo acadêmico por autores como Silva, Melo e Moraes (2016). Tal metodologia é baseada em dados qualitativos, entrevistas semiestruturadas e observação direta.

Com base nesses elementos, foi possível elaborar uma espécie de memória coletiva dessa comunidade, o que se deu principalmente pelo estímulo das memórias individuais em relação à chegada desses migrantes a Juara. Esse processo apresenta, de maneira bem distinta, os espaços sociais, as pessoas, a cultura, bem como as cenas e os cenários das sociabilidades que existem e existiram no tocante às diferentes formas de apropriação e uso da área. Para colaborar com essa estratégia, utiliza-se o pensamento formulado por Andriolli (2006), quando afirma que é possível reconstruir o espaço para a retomada da memória, via objetos, fotos ou qualquer outro elemento que faça as pessoas se lembrarem do que viveram.

Após a imersão no trabalho de campo, três eixos de análise despontaram. O primeiro é intitulado “Terra, comunidade e memória”, que descreve como os habitantes se relacionam com a terra no sentido de propriedade, como eles chegaram até a referida comunidade e, principalmente, que sonhos os motivaram a sair de seus locais de origem e partir rumo ao desconhecido. O segundo eixo, cujo título é “Meios de produção, fontes de vida, lavoura, roçado, criação de animais”, surge a partir da observação do território dos agentes sociais e de seus hábitos e do modo como eles forjam suas fontes de subsistência²⁹ e recursos. Já o terceiro eixo

²⁹ Ver Candido (2010) “os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das ‘reações culturais’, desenvolvidas sob o estímulo da ‘necessidades básicas’”. A obtenção dos meios de subsistência é cumulativa e relativa ao equipamento técnico; de

está centrado na exposição dos aspectos socioculturais percebidos na comunidade, por isso intitula-se “Festas religiosas, comidas, culturas”.

É importante ressaltar que esses eixos foram forjados visando ao embate que certamente acontecerá quando se iniciar a construção da UHE Castanheira, que afetará

[...] imóveis em áreas rurais, industriais e de interesse social, sendo a maioria em Juara. O número de propriedades afetadas será de 156, [incluindo] fazendas, sítios, chácaras, ranchos, jazidas minerais, assentamentos, áreas públicas, entre outros. Nestas, foram identificadas 208 famílias moradoras, compostas por 555 pessoas. Dentre as atividades praticadas nestas propriedades estão a pecuária, pequenas produções agrícolas e de criação de animais, retirada de areia e cascalho, entre outros. (RIMA, p. 67, 2017).

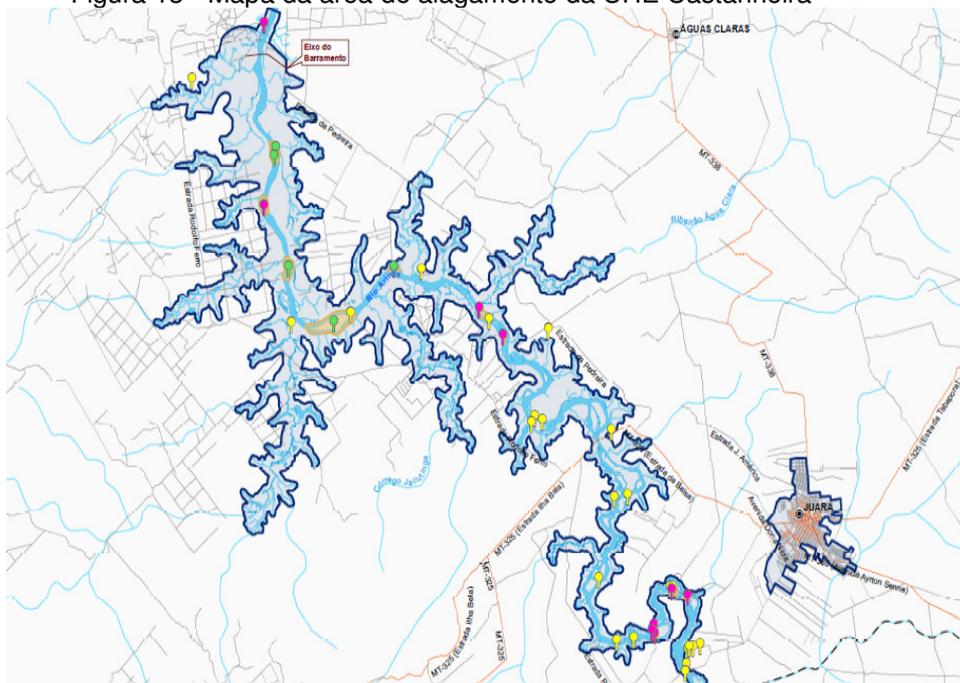
Ao tensionar os sonhos, as lutas, a lida com a terra e as formas de sobrevivência dos habitantes locais, é possível que a construção da UHE Castanheira fomente formas de resistência e mesmo de enfrentamento por parte da população atingida. Afinal, não se trata apenas de deixar o território, as terras onde investiram parte de suas vidas, mas esses agentes sociais que serão atingidos pela barragem, terão de abdicar-se de um espaço de significados que estão ligados à geração de vida, de subsistência, de história e de identidade.

São casos em que populações e movimentos sociais estejam se mobilizando contra a implementação de políticas e empreendimentos que gerem situações de injustiça ambiental, como hidrelétricas, fábricas poluentes, aterros de lixo, incineradores, grandes empreendimentos turísticos no litoral e condomínios residenciais, ou ainda a não demarcação de terras indígenas, de quilombolas ou para a reforma agrária. Porto, (PACHECO, 2009, p.9).

Na perspectiva de valorização dos agentes que estão na comunidade, para fazer parte do quadro de sujeitos desta pesquisa, foram selecionadas cinco famílias de ribeirinhos. A Figura 13 explicita a área de alagamento da UHE Castanheira.

outro, que ela não pode ser considerada apenas do ângulo natural, como operação para satisfazer o organismo, mas, deve ser também encarada do ângulo social, como forma organizada de atividade.

Figura 13 - Mapa da área de alagamento da UHE Castanheira



Fonte: EPE Mapas (EIA, 2015).

Pode-se verificar na figura as propriedades que serão atingidas pela formação do lago da usina, inviabilizando não só os meios de produção, mas também o deslocamento da população, já que a estrada que dá acesso à comunidade será alagada em dois pontos. Em virtude disso, acessos precisarão ser refeitos, podendo aumentar a distância entre a localidade e a cidade, como previsto. A situação descrita acima evidencia claramente as várias formas como o desrespeito às comunidades e aos seus agentes pode se configurar. Não se trata aqui da caracterização de uma violência física direta, como a que sofrem muitas minorias tradicionais, mas trata-se de uma forma de desrespeito que atinge a comunidade, impondo-lhes uma realidade com a qual não querem conviver.

O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. [...] O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma

sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia” (PACHECO, 2008a, p.11).

O processo de implantação da usina afetará as relações sociais e de sociabilidade, as formas de vida dos moradores da região e as relações de vizinhança, visto que as pessoas se comunicam, se visitam, interagem e se integram em trocas de cuidado e de afeto. A estrada, as terras e as roças que serão alagadas não simbolizam apenas um espaço físico, mas são referências na vida das pessoas da comunidade, e como tal representam parte de suas identidades. Conforme ressalta Andriolli (2006), os locais nutrem um sentimento de que não há mais memória espontânea, uma vez que, pelo tempo que ali vivem, criam e recriam suas trajetórias de ir e vir à cidade e os passeios pela vizinhança, estabelecendo não apenas memórias, mas também mapas afetivos que os conectam uns aos outros e ao território.

Na mesma direção, Santos (2007) aponta o território como “o lugar onde se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. (SANTOS, 2007, p. 13).

É interessante notar como todos os elementos citados pelo autor aparecem nos depoimentos coletados ao longo do processo desta pesquisa e que corroboram com o que Pacheco (2008a, p.11), denomina de racismo ambiental, caracterizando-o como “[...] as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis”.

Esses aspectos são melhores delineados nos tópicos a seguir, quando se empenha um esforço para demonstrar como as relações sociais desses agentes, que criam suas memórias a partir de ações de recordação vistas de dentro de “seus pedaços de chão”, tornam-se relevantes para a continuidade da comunidade.

5.1 O sonho do “pedaço de chão”: memórias da construção da comunidade Pedreira

A comunidade Pedreira é uma gleba localizada a 20 quilômetros da cidade de Juara/MT. Ao redor da localidade, emaranham-se pedras, morros e planícies, a tal ponto de se tornar difícil distinguir onde termina um relevo e começa o outro.

A escolha dessa comunidade como *locus* de pesquisa ocorreu em função do planejamento dos estudos do EIA e RIMA da UHE Castanheira, que apontam o local como um dos que serão alagados pelo reservatório da usina. A previsão é de que, após a implantação da lagoa da usina, algumas áreas possam ter entre 50% e 100% de seus espaços inundados. Um segundo aspecto que determina a escolha da comunidade como foco de estudo é o fato de ser um local ocupado por ribeirinhos, ou seja, por famílias que necessitam da terra como meio de sustento familiar. A família, portanto, conforme Menezes, Thibes (2017, p.15), “[...] é a base que justifica os esforços, garante a dignidade e estrutura a divisão dos papéis entre homens e mulheres”.

A comunidade existe praticamente desde a fundação do município de Juara, que surgiu entre o final da década de 1970 e meados da década 1980. A maioria dos fundadores migrou do Paraná ao Mato Grosso em busca de um “pedacinho de chão” na “terra prometida”. A região era assim conhecida por apresentar terras férteis ofertadas a baixíssimos valores e por oferecer incentivos governamentais, o que nos faz remeter às palavras de Milton Santos, em (1999), quando ele afirma

O território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros. Ele é, também, o repositório final de todas as ações e de todas as relações, o lugar geográfico comum dos poucos que sempre lucraram e dos muitos perdedores renitentes, para quem o dinheiro globalizado aqui denominado ‘real’ já não é um sonho, mas um pesadelo. (Santos, 1999, p. 5).

Esses imigrantes, esperançosos por realizar o sonho de ter a sua terra para plantar e criar, compõem o quadro de sujeitos dessa pesquisa. Por meio de depoimentos, é possível compreender a trajetória de vida dessas famílias, que trilharam um estreito caminho para dar vida à comunidade Pedreira que, embora tenha mais de 30 anos de existência, ainda permanece em construção.

Adentrando ao mato pelas estradas de terra vermelha e muitas pedras, o primeiro contato com a região é justamente com as grandes rochas que dão nome à comunidade, Pedreira. Diante de tantas pedras no caminho, tanto simbólicas quanto reais, é impossível não fazer alusão imediata ao poema³⁰ de Carlos Drummond de Andrade

No meio do caminho tinha uma pedra
 tinha uma pedra no meio do caminho
 tinha uma pedra
 no meio do caminho tinha uma pedra.
 Nunca me esquecerei desse acontecimento
 na vida de minhas retinas tão fatigadas.
 (ANDRADE, 1930, p. 15).

O poema de Drummond torna-se importante aqui, na medida em que colabora com o processo reflexivo, suscitado pela interessante correlação entre o nome da comunidade e a experiência que os habitantes têm vivenciado com o Estado e as empreiteiras, que desejam a implantação da UHE. Desse modo, é preciso pensar: quais são as verdadeiras pedras? Quem elas representam? Essas pedras são obstáculos? E, finalmente: quem, de fato, é a pedra no caminho? No caminho de quem estão as pedras? Ou melhor, quais são as pedras no caminho? Os atingidos pela barragem ou as empreiteiras construtoras do setor hídrico?

No percurso trilhado em busca de tais respostas, uma rota desponta como adequada. Por ela transitam os habitantes locais, carregados de narrativas, que auxiliam compreender o processo de constituição da comunidade. A partir do relato coletivo da família do senhor Divino, por exemplo, é possível construir uma imagem do cenário encontrado pelos imigrantes no final dos anos 70. Pode-se visualizar, no trecho a seguir, algumas das dificuldades enfrentadas pelas famílias ao chegarem a Mato Grosso, como as condições de moradia e de transporte.

Então, quando nós chegamos ali, para começar nós fiquemos (sic) debaixo de um barraquinho de lona. Hoje não pode, mas naquela época podia, então debaixo de um barraquinho de lona [...]. Há foi lá em 82, nós chegamos em Juara em 79, aí fomos para o Jau e não deu certo, e acabamos indo para a Pedreira, só que era tudo mato, fomo (sic) de bicicleta até conseguir [*trajeto de 20km era feito de bicicleta para cidade de Juara*], de 84 até 2000 e pouco era na bicicleta, não tínhamos condições, e assim que nós cheguemos (sic) lá, fomos para debaixo da lona. (Depoimento do senhor Divino, Juara, 2019).

30

O poema de completo de Carlos Drummond de Andrade consta no Anexo I.

Tal rota parece adequada porque a voz da própria comunidade é um elemento fundamental para compreender melhor o contexto de constituição desse território e da sua institucionalização como distrito. Além disso, por meio dos depoimentos dos moradores ribeirinhos, compreende-se quem são, de onde vieram e qual foi e é o modo de vida dessas pessoas desde o início da comunidade até hoje.

Conforme Fleury e Almeida (2013),

O conflito em torno na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, pode-se observar a longevidade de um conflito que expressa a incompatibilidade entre a concepção modernizante de desenvolvimento, na qual a geração de energia para o crescimento industrial e econômico é apresentada como prioridade nacional, e a concepção de comunidades locais, “povos da floresta”[...]. (FLEURY E ALMEIDA, 2013, p.154).

Configura-se, de modo claro, que os agentes fixaram-se na comunidade como uma forma de vivenciarem um processo que lhes proporcionassem acesso a terra, uma clara experiência de justiça social, onde é proporcionado àqueles que necessitam a terra para que sobrevivam e se desenvolvam. Essa mesma terra, fonte de vida, necessita ser protegida para que continue tendo a função social que até agora tem cumprido, tal qual os que nela habitam. Aí se dá a junção estratégica entre justiça social e proteção ambiental: pela afirmação de que, para barrar a pressão destrutiva sobre o ambiente de todos, é preciso começar protegendo os mais fracos (ACSERD, 2010, p.114).

Por meio do relato do senhor Divino, que se percebe na condição dos mais fracos, consegue-se ter uma ideia, ainda que vaga, das precariedades com as quais conviviam as famílias no momento em que chegaram à localidade, que somente mais adiante se tornaria uma comunidade. De acordo com o senhor Divino, naquele momento, a esperança era o ponto crucial da materialização do seu pedaço de chão. Na ocasião, dormiam, ou melhor, viviam em um barraco de lona³¹, e o único meio de transporte era uma bicicleta, que conduzia a família entre o campo e a cidade. Para o senhor Divino, aquele foi um momento difícil, porém a recompensa foi a conquista da terra.

³¹ Segundo senhor Divino, esse tipo de moradia hoje é proibido, mas naquele tempo ainda era permitido.

Depois de adquirido o “pedaço de chão”, o modo de vida se consolida. No relato do senhor Carlos Kolinski encontra-se, mais uma vez, o barraco de lona, quando o entrevistado aborda a chegada dele e da família à comunidade.

Nossa vinda foi em 85, e nós chegamos no barraco, aí colocamos umas loninha ali e ficamos. Depois roçamos o mato e derrubou né, derrubou queimou, aí nós fazíamos barraquinho, não era casa era barraco, que tirava no mato, tabuinha, lasca e fazia, com facão tirava tabuinha e cobria, com essa brincadeira nós fizemos uma colônia, colônia dos paranaenses. (Depoimento de Carlos Kolinski, Juara, 2019).

Em sua fala, o senhor Carlos Kolinski destaca, ainda, o estilo de colonização da comunidade Pedreira. É possível perceber, por exemplo, que predominavam os imigrantes sulistas. Segundo ele,

[...] essa colônia paranaense era tudo irmão, tinha 11 casas, nós somos em 14 irmãos, 11 homens e 3 mulheres. Era, colônia dos paranaenses, mas os vizinhos que tinha lá, todo mundo se dava bem, quando precisava de ajudar, ajudava também, era muito bom, depois nos desceu para cá, faz 21 anos, em janeiro agora fez 21 anos que nos veio para cá, também aqui. (Depoimento de Carlos Kolinski, Juara, 2019).

Mesmo não estando explícito na fala do senhor Carlos Kolinski, esses migrantes, de algum modo, trouxeram consigo suas culturas originárias. A maioria deles era sulista, sendo pessoas muito dedicadas ao trabalho, aos avanços do campo e ao progresso da região onde estivessem. Ainda que fossem famílias diferentes, constituídas de maneiras diversas, a chegada ao espaço, à colonização, as formas de organização social e as relações eram muito parecidas, desde a moradia em barracos até as dificuldades de transporte e acesso à cidade, culminando com a similaridade das constituições familiares.

Dona Maura, uma das entrevistadas, põe em pauta como se constituíam as famílias dos que migraram para a região em questão.

Bom, eu cheguei em Juara em 1988, no dia 11 de outubro, e quando nós chegamos aqui em Juara, viemos de caminhão boiadeiro na gaiola, dentro da gaiola, de lá da gleba união perto de Arenópolis. Vim com meu marido e 5 filhos. Meu velho tinha na base de uns 68 anos, e eu estava com 45 anos, tinha uma filha com 15 anos, um filho homem com uns 14 anos, um com 12, e tinha outro com uma base de 11 anos mais ou menos e tinha uma filha caçula que estava com 8 anos. (Depoimento de dona Maura, Juara, 2019).

Como nos relatos anteriores, percebe-se a imensa dificuldade com relação ao transporte, elemento que aproxima esses migrantes de uma narrativa graciliana³², pois a imagem de dona Maura e de sua família em uma gaiola boiadeira é muito próxima à situação de nordestinos em um caminhão pau de arara. Aliás, o número de filhos também conecta esses dois universos. O relato da senhora Maura contribui para entender a estrutura familiar vigente à época, a saber, um conjunto composto por pai, mãe e filhos, cujo papel materno excede ao tradicional da figura doméstica e invade a lida fora de casa, como afirma Carneiro (2001, p. 37): “Todas elas exerceram ou exercem um papel fundamental na administração doméstica. Pertencentes a famílias de prole numerosas, essas mulheres auxiliam (ou mesmo substituem) a mãe nas tarefas domésticas e participam igualmente das tarefas produtivas junto com o pai e os irmãos”.

A seguir, apresenta-se a narrativa do senhor Zaqueu, que como a fala de dona Maura contém características das famílias fundadoras. No depoimento, ele demonstra os principais atrativos da região segundo a sua opinião e relata como decidiu ficar e se instalar definitivamente na comunidade.

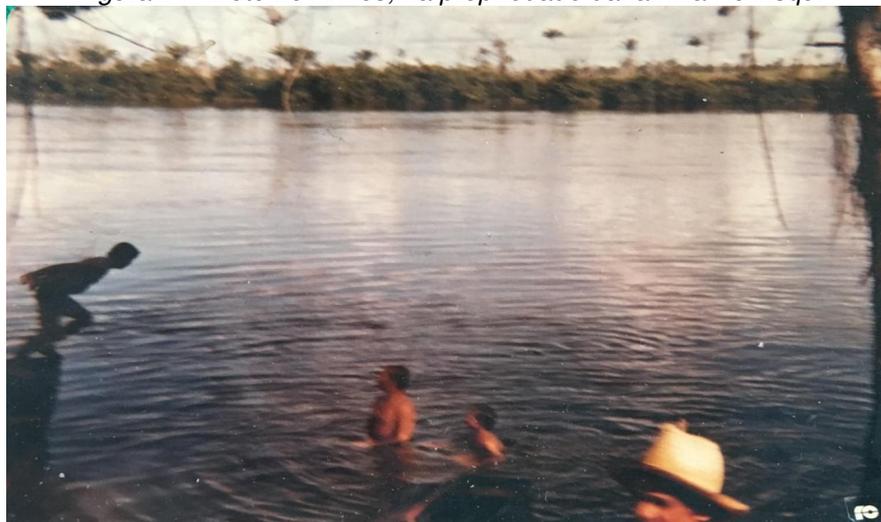
[...] eu vi aquele matão, aquele mato, eu nunca tinha visto uma beleza, um mato desse, uma coisa dessa. Aquilo me chamou muito a atenção, aquela beleza, aquele mato, e aí me comoveu, eu fiquei, eu achei muito importante. Minha família é minha esposa e meus filhos né. [...]. Ele [*um conhecido*] falou “*Vish* a terra aqui no Simione é muito barato Zaqueu, aqui tem uma pessoa que tem 150 alqueire, ele vende barato”, aquele tempo 7 mil real mais ou menos na época [...] geralmente Mato Grosso é uma coisa assim, quando a gente chegava na época, até hoje é assim, um povo muito prazeroso, ficavam muito contente, a gente podia sair do interior de São Paulo e do Paraná e podia vim aqui, já casado, e arrumar uma terra pra nós, e eu acabei comprando 15 alqueires na gleba pedreira, da Comunidade Pedreira. (Depoimento do senhor Zaqueu, Juara, 2018).

Essas trajetórias de vida, ainda que de famílias oriundas de espaços diferentes, entrelaçam-se por um objetivo comum: o tão sonhado pedaço de chão, a terra prometida, que a princípio era lema do crescimento do Estado de Mato Grosso (“integrar para não entregar”). Nessa perspectiva, Leff (2015) enuncia que o *habitat* é um lugar onde se constrói e se define a territorialidade de uma cultura e a espacialidade e de uma civilização, onde se constituem os sujeitos sociais. Com isso, é possível pensar que a comunidade Pedreiras se constitui como um *habitat*.

³² Referência ao autor brasileiro Graciliano Ramos, autor, dentre outras obras, de *Vidas Secas*.

Abaixo, destaca-se uma fotografia do acervo pessoal da família Kolinski, em que se pode ver o rio Arinos na década de 1980. Na Figura 14, os imigrantes tomam banho de rio, se refrescam, mas, acima de tudo, estreitam relações.

Figura 14 - Foto rio Arinos, na propriedade da família Kolinski



Fonte: Acervo família Kolinski, 2019.

Introduzido pela divertida foto, o relato do senhor Carlos Eduardo Kolinski apresenta parte da sua trajetória e das lutas travadas por ele e sua família em busca de sobrevivência.

[...] essa cabecinha branca aqui já passou muita coisa já, carregava mala de vassoura na cabeça, ia para Juara a pé, eu levava vassoura para Juara, chegava lá, o cara descarregava lá, aí eu ia lá na bela vista, aquele mercado Bela Vista, sabe onde que é né? Dali eu ia lá, na rodoviária ia lá, com duas malas de vassoura na cabeça, no meio do caminho eu parava, descansava, ia de novo (Depoimento de Carlos Kolinski, Juara, 2019).

Novamente sobressai o problema da locomoção. O relato, no entanto, assim como o de dona Maura, exalta a determinação e a força de vontade em continuar acreditando no potencial da região e, mais especificamente, da comunidade. Percebe-se, que os entrevistados se consideram vitoriosos por terem se estabilizado por meio das produções de suas propriedades, e também se pode dizer que os depoimentos são de esperança. No caso específico do senhor Kolinski, sua primeira e provavelmente mais difícil atividade econômica foi a venda de vassouras de palha produzidas por ele e a família para o sustento. A venda desses produtos em um universo rodeado por monoculturas e pela criação de gado é a configuração clara de resitência que exige um esforço hercúleo na luta contra forças de mercado

que objetivam violar cada centímetro dos ambientes dessas comunidades, tentando transformá-las em mais uma fonte de lucro.

As lutas por justiça ambiental, tal como caracterizadas no caso brasileiro, combinam assim: a defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos – comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado (ACSERALD, 2010, p.114).

Contrastando com os grandes investidores do mercado, as comunidades em questão são constituídas por pequenos sítios, e a subsistência das famílias advém da agricultura familiar. O que pode corroborado pela

[...] a alimentação ilustra o caráter de sequência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um veículo entre ambos, um dos fatores de sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da natureza, é o seu primeiro e mais constante mediador, lógica e por certo historicamente anterior a técnica. (CANDIDO 2010, p.33).

Os moradores vivem em propriedades de pequeno porte e as famílias, em geral, são compostas por três ou quatro pessoas (pai, mãe e filho, além de nora e netos). Alguns casais vivem sós, porque os filhos se mudaram para a cidade e visitam os pais somente nos finais de semana.

O Quadro 1 apresenta os agentes sociais entrevistados que residem e mantêm a propriedade e a relação com a terra.

Quadro 1 - Famílias que participaram da pesquisa e suas gerações

| Nome das famílias | Idade | Filhos | Netos | Bisnetos |
|-----------------------------|--------------|--------------------------------|---------------------|-----------------|
| Divino* Amilta | 60 | Fernando | Érica | |
| | 61 | Rosangela (esposa) | | |
| | | Adriana | Natielle | |
| | | Valdivino | | |
| | | Leandro** Samara (esposa)** | Pedro** lasmin** | |
| Carlos Kolinsqui* Dirce* | 69 | Luis** | | |
| | 59 | Romoaldo | Maria | |
| | | Domícios** | João | |

| | | | | |
|-------------------|----|----------------------------------|----------------------|-----------|
| | | Elza | | |
| Maura* (viúva) | 75 | Valter | | |
| | | Valtair Neide | Pâmela | |
| | | Valmir | Talia | |
| | | Valdeci | | |
| | | Saulo | Tatiele Cristiele | Taylisson |
| | | Valdir** (Esposa)**; (Ana)**. | | |
| | | Isael | | |
| | | Valdete | Ricardo Roberto | |
| Zaqueu* Cleusa | 58 | Vitor | Arthur | |
| | 54 | Júlio** (Danieli)** | Augusto** Ana** | |
| Alex* Marta* | 40 | Gustavo** | | |
| | 39 | Amanda** | | |

FONTE: Elaborado pelo pesquisador, 2019.

*Agentes da pesquisa

**Agentes que residem na propriedade

Para além da terra como provedora de produtos e como “pedaço de chão”, os sujeitos apresentam em suas falas a preocupação com o destino dela, visto a questão da construção da usina e, conseqüentemente, a saída da população de suas propriedades.

[...] onde vamos levar todas essas criações, porco, o tanto de galinha, eu nem sei pra onde vai e o que vai fazer com isso porque, se iam arrumar outra terra, que for pra gente levar as coisas tudo bem se não, senão não sei como que a pessoa vai fazer, porque é muita coisa pra desloca de um lugar, vai dá muita, mesmo que for pagado vai dar muito transtorno, não compensa, para nós não compensa [...]. (Depoimento de Carlos Kolinski, Juara, 2019).

Nas falas fica evidente a interligação entre a terra e a constituição das subjetividades dessa população. Dona Maura relata sua aflição com a possível mudança: “a terra, para mim, é tudo na minha vida [...], eu gosto de ver o verde das árvores aonde eu moro, eu fiz só duas mudanças, casei fui para um sítio, depois fui para a gleba união e aí viemos aqui, só essas duas mudanças”. Para esses sitiantes, a comunidade é um território simbólico que, nas palavras da família Kolinski, “não tem preço, é a vida nossa, começou bem aqui e vai acabar aqui”.

Para tal população, de maneira geral, manter o cultivo da terra significa dar prosseguimento à história de suas famílias e valorizar as trajetórias de lutas dos avós e pais. Mesmo não reconhecendo de forma clara a importância de seus papéis,

as mulheres são protagonistas no desenvolvimento da sua comunidade, tanto na ação que empreendem junto com seus pais, como depois junto com seus maridos e filhos, subvertendo a lógica da mulher relegada ao ambiente domésticos, conforme o que nos afirma Carneiro (2001, p. 33), quando diz que “O casamento implicava, assim, na extinção dos direitos das mulheres à terra e na sua reclusão ao espaço doméstico, dentro da lógica da simbiose que se estabelece entre mulher e família e que determina a supremacia dos papéis de mãe e esposa sobre todos os demais”. Alex, esposo de Marta, reforça essa perspectiva machista ao relatar que se vê como um sucessor, já que herdou a terra do pai.

Na Figura 15, pode-se verificar o amor pela terra e pelas plantações passado de geração a geração.

Figura 15 - A produção de café



Fonte: Acervo da família Kolinski, 2019.

A questão da sucessão familiar é muito importante para o senhor Carlos Eduardo Kolinski, tanto que ficou emocionado ao falar do neto de três anos que mora na cidade e que todo o final de semana o visita no sítio. Segundo ele, quando os dois se falam ao telefone, o menino diz: “Avô, pescar, avô quero sítio”, e seu Carlos, então, fica muito feliz. Em sua fala, demonstra muita esperança de que o sítio não seja inundado ou atingido pela construção da usina e de que o neto consiga desfrutar do espaço, resultado da luta de aproximadamente 40 anos.

5.1.1 A representação da terra e suas simbologias na vida da comunidade

Pedreira

Seu Zaqueu, já citado anteriormente, é um imigrante que veio de São Paulo para a região de Juara também com o sonho de conquistar a terra, de produzir, de constituir uma família, de ter uma propriedade etc. Para ele, a terra é o bem maior do ser humano. Desde que chegou à região, conservou suas terras no local. Zaqueu é casado com dona Cleuza, uma descendente de japoneses e, após quatro anos morando em Juara, surgiu a possibilidade de o casal ir morar no Japão para trabalhar e juntar economias.

O sítio do senhor Zaqueu e senhora Cleuza na comunidade, naquele tempo, somava 15 alqueires. Como queriam comprar mais terra e mais gado, os dois resolveram partir para trabalhar no Japão, onde permaneceram por três anos. De acordo com o senhor Zaqueu, esse é o preço que se paga para se ter um “pedaço de chão”, porque, segundo ele, há que se estar disposto a se sacrificar, porque dinheiro não é simplesmente dinheiro, mas também tempo e suor. A ida para o Japão foi difícil porque tiveram que deixar os filhos e porque durante esse tempo trabalharam com muito sacrifício. No entanto, segundo senhor Zaqueu, esse é o preço que pagaram pelo “pedaço de chão”.

Para o senhor Zaqueu, a propriedade tem uma história, tem vida, o pedaço de chão vale não só dinheiro, mas o que guardam nas lembranças e memórias. Magalhães, Cunha (2017) relatam que no caso dos ribeirinhos atingidos por Belo Monte, a territorialidade é ainda identificada com a mobilidade rio/cidade, havendo a condição da dupla moradia como pressuposto da manutenção do modo de vida ribeirinho com acesso aos serviços básicos como saúde e educação.

O território foi conquistado, isso tudo faz parte de uma luta não de um ano, mas de uma vida inteira. Muita esperança foi depositada para que houvesse a construção dessa comunidade, e isso fica claro para ele quando vê o neto, que também frequenta a propriedade, e os dois filhos, que cresceram lá. Segundo ele, tudo o que fez e ainda faz é pensando no neto e nos filhos. Portanto, almeja que eles tenham um sentimento de herdar e continuar esse sonho.

Apesar disso, o entrevistado salienta que é a favor da realização de um estudo para a implementação da usina, mas ressalta que isso deve ser feito com cuidado, com dedicação, com respeito, com amor pelas pessoas, porque não se pode simplesmente chegar na propriedade e dizer: “A usina será instalada, vocês serão indenizados e terão que ir embora”. Para Magalhães, Cunha (2017), os ribeirinhos que habitavam a região do médio Xingu, onde hoje se encontra o reservatório da Hidrelétrica Belo Monte, desenvolveram saberes e práticas ao longo dos anos em um processo de experimentação e interação com o ambiente, transmitidas e enriquecidas ao longo de gerações no dia a dia do beiradão.

Essa forma de conduzir o processo de implantação da usina se torna uma expressão de injustiça, uma vez que o poder de decisão, que também cabe àqueles que são atingidos, é claramente desconsiderada, restando aos atingidos apenas arcar com o ônus do empreendimento.

Considerando que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria que se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos. Acserald (2010, p.89).

Dessa forma, não pode ser pensado um processo democrático, de exercício de cidadania, em que os maiores interessados não são considerados nas decisões, uma vez que o bem mais precioso que lhes pertence e que garante o acesso a uma forma digna de vida, pode lhes ser usurpado. Essa situação, da forma como se configura, suscita que pensemos a justiça social, conforme diz Abreu (2013, p.97), “[...] como forma de buscar a distribuição equânime dos recursos naturais entre as pessoas humanas, tentando evitar que o meio ambiente seja um fator de discriminação e preconceito, rechaçando o racismo ambiental”.

Senhor Carlos Kolinsqui mora há 35 anos na região. Chegou a Juara na década de 1970, em uma comitiva composta por 14 famílias, das quais 12 eram de irmãos dele. Isso significa que a família inteira veio para Juara. No início, eles moravam em barracos de lona, e somente depois de algum tempo construíram casas, de modo rudimentar. Para tanto, retiravam madeira da natureza para as paredes e também para o telhado, que era feito de tabuinhas, ou seja, pedaços pequenos de madeira cortados em quadrados medindo entre 30x15 e 30x30.

Naquele momento, a alternativa era utilizar a madeira, recurso mais abundante em Juara. Entre as décadas de 1970 e 1990 o acesso a esse bem era muito mais fácil, assim como a liberação de uso. E foi justamente essa falta de controle que propiciou a degradação do meio ambiente presenciada atualmente.

A esse respeito, a comunidade faz *mea culpa*, muito embora, naquela época, não houvesse instrução suficiente, nem noção das consequências do desmatamento. A população não se exime da culpa de ter desmatado para construir, mas essa era a cultura da época. Hoje há mais cuidado, mais conhecimento, um exemplo é a preservação das beiras dos rios por meio da implantação de Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Senhor Zaqueu trabalha com a produção de gado leiteiro e com plantações de banana e de mandioca. A produção feita na propriedade é de subsistência, e é importante salientar que isso tudo faz parte das lembranças do pedaço de chão. O pedaço de terra, o território, o espaço não tem valor apenas financeiro, mas tem valor baseado no amor, no conhecimento, na esperança de dias melhores, questões que se percebem conversando com o senhor Zaqueu.

Nessa direção, Magalhães, Cunha (2017) destacam que:

[...] as famílias ribeirinhas que viviam no trecho do rio Xingu que no ano de 2015 deu lugar ao reservatório principal da UHE Belo Monte [...] desenvolveram um modo de vida caracterizado pelo uso disperso e de baixo impacto de recursos naturais (florestas e rios), por grupos domésticos conectados por redes de parentesco, compadrio e amizade. (MAGALHÃES, CUNHA, 2017, p. 43).

Outro ponto importante foi a visita feita pelo pesquisador ao senhor Carlos Kolinsqui, que ressalta, em sua fala, a questão da alimentação. Aliás, esse é um ponto de referência para essa pesquisa porque, em todas as visitas, três ao total, o ponto alto da recepção foi a comida oferecida e que inspira o próximo tópico.

5.2 Os cultivos no pedaço de chão: lavoura, roçado e criação de animais como fontes de vida

Nosso serviço foi constante, começamos e já tinha uma derrubada, e nessa derrubada, começamos a desencoivara, plantar arroz, plantar feijão, plantar milho, plantar amendoim, plantar essas coisas, ali era junto, eu e meu velho, desde cedo até a noite (Depoimento de dona Maura, Juara, 2019).

Na comunidade Pedreira, muitas famílias trabalham com gado de corte, mas o forte é mesmo o gado leiteiro. A região entrega aproximadamente 10 mil litros de

leite por dia. No início, as ordenhas eram feitas de forma manual, mas hoje as ordenhadeiras mecânicas agilizam o trabalho. As famílias contam, ainda, com postos estratégicos nos quais há um sistema de refrigeração, o que conserva o leite de um dia para o outro. Nos dias de coleta, entregam o produto ao caminhão que o transporta até o laticínio. De acordo com o senhor Kolinsqui, “é um lugar rico de leite, produção de gado e de tudo, a cada dois dias o caminhão passa buscando leite”. A respeito da importância da terra e da criação de gado, o senhor Zaqueu conta que

Jamais na minha vida eu pensava em ter uma terra, porque nós éramos de família bastante pobre, aí eu falava para minha esposa: ‘se nós conseguíssemos mais 15 alqueires e comprar umas 50 vaquinhas, para nós não precisava nada mais’. Mas vale muito o homem lutador, homem corajoso, e um dia deu certo de eu comprar ela [*a terra*], mas era tudo mato, e aí Sr. Olavo cedeu um pedaço ali daquela comunidade, meio alqueire de terra ali para o pessoal, e o pessoal foi abrindo e fez aquela comunidade, aquela comunidade ali, ali tinha festa, campo de bola, e, mas até mesmo eu, são muito meus amigos o pessoal. (Depoimento do senhor Zaqueu, Juara, 2019).

As propriedades em geral mantêm criações de porcos, galinhas e plantações de banana, mandioca, milho, feijão, arroz etc. Os habitantes produzem quase tudo para consumo próprio, e ainda há produção excedente que é vendida na feira na cidade de Juara.

Eu consegui assim, trabalhando na roça, trabalhava juntava um dinheirinho aí eu comecei a trabalhar na época para o Damata. Aí eu ganhei o sustento, eu ganhei o sítio, trabalhando no motosserra, aí eu já vi muita tragédia, pois é perigoso, aí o que acontece, eu vi muito companheiro acidental no trabalho, e você vai fazer o que, tinha que ficar lá, é o jeito mais fácil de ganhar dinheiro, aí eu fui juntando e guardava dinheiro, aí falei para mulher, nós tem que dar um jeito, chegou uma hora de comprar um pedacinho de terra, aí eu falei o seguinte: “vamos comprar umas bezerrinhas”. E, compramos as bezerrinhas e graças a Deus foi dando certo e foi criando, daqui a pouco foi aumentando, quando foi um dia apareceu um vizinho lá, um abençoado que Deus ajudou. (Depoimento do senhor Divino, Juara, 2019).

Os depoimentos levam a refletir sobre essa comunidade e a entender quem são essas famílias e como contribuem para o sustento do município por meio da economia alimentícia regional. A produção de arroz, feijão, leite, queijo e ovos não faria parte das trocas locais se não fosse pela agricultura das comunidades rurais. Senhor Zaqueu explica o processo de construção de sua propriedade:

Construí essa propriedade, eu ainda estou fazendo ela, ela era uma área de quase 100 alqueires, e de primeira ela tinha uns 8 pastos, 8 a 10 pastos,

hoje ela está com quase 40 pastos piqueteados, eu fiz caixa d'água porque, quando os nossos magistrados, homens da lei, IBAMA, enfim os órgãos, esses órgãos falam que gado não pode beber água do rio, que não bebe água em córrego, que não faz isso, o que eu fiz. (Depoimento do senhor Zaqueu, Juara, 2019).

Essas propriedades colaboram para a manutenção da alimentação tradicional, também conhecida como caipira, dentro do município de Juara, por meio dos produtos comercializados principalmente nas feiras da cidade. Cultiva-se também mandioca, banana, cana, feijão etc. A esse respeito, senhor Divino relata que

O que eu fazia: plantava roça. Cansei de trazer mandioca na garupa da bicicleta para vender, para ter o sustento da família. Deus foi dando certo e foi criando, daqui a pouco foi aumentando, quando foi um dia, apareceu um vizinho lá, um abençoado que Deus ajudou, falou: "Vizinho você não quer comprar um pedaço da chacrinha? É 10 alqueires eu te vendo 5 alqueires". Eu falei: "Olha agora no momento eu não posso, mas eu espero". Quando passou um ano e pouco, eu tomei fôlego, e comprei 5 alqueires, fui juntando e aumentando, plantei banana, olha como é que era as coisas, plantei banana, pegava a banana e levava na beira da estrada para ir vender lá em Juara. (depoimento do senhor Divino, Juara, 2019).

Dona Dirce, esposa do senhor Kolinski, durante a entrevista, prontamente ofereceu suco de acerola, pão, manteiga, doce de leite, tudo caseiro, produzido por ela na propriedade e oferecido com muito orgulho, fruto de quem não apenas ajuda seu esposo, mas empreende junto com ele. Esse duplo protagonismo nos remete à reflexão feita por Silva quando diz que o espaço das mulheres é, sobretudo, o interior destas casas. Aí, se desdobram na execução das tarefas domésticas e acumulam a dupla jornada de trabalho. Para a mulher, fora do momento do trabalho no espaço reprodutivo, a casa é o espaço do seu enclausuramento para o trabalho doméstico de limpar, passar, cozinhar. (1999, p. 232).

Isso reforça a ideia de autossuficiência das propriedades rurais, posto que nos sítios pouco se compra e muito se produz.

De acordo com Fleury e Almeida (2013),

Os agricultores, ribeirinhos e pescadores que reforçam sua resistência à obra se posicionam no debate apresentando elementos concretos como argumentos de sensibilização contra a construção da barragem: registros da quantidade de cacau que produzem nas terras que serão atingidas, o arroz colhido, a castanha, o peixe, a caça e os frutos. (FLEURY e ALMEIDA, 2013, p.146).

Apesar disso, o senhor Zaqueu, em sua entrevista, ponderou que não se consegue mais viver sem a cidade, pois há uma interdependência entre o meio urbano e a comunidade rural, o que é uma realidade. Esse fato é demarcado pela narrativa da dona Dirce que relata sua experiência com as trocas, como era feito antigamente, e que imprimia uma identidade às famílias da comunidade, um modo de ser próprio. Ela afirma que agora, quando vai à cidade, leva a produção de ovos, de frango e de galinha e vende para comprar outras misturas necessárias ao cotidiano familiar na comunidade.

Ao proceder dessa forma, pudemos perceber que, a despeito do modo diferente de narrar, de lembrar e de estruturar as identidades, os discursos são partes de um único projeto: a família. Esse é o pilar que estrutura a formação das identidades de homens e mulheres e lhes confere um sentido maior para seus esforços, dentro e fora de casa (MENEZES, THIBES, 2017, p.3)

Ela lembra que, no passado, um frango era trocado por um litro de óleo. Hoje, porém, é necessário vender o frango para comprar o óleo. Todavia, na opinião dela, ainda assim existe uma base de troca, porque um item produzido no sítio é vendido para comprar algo não produzido na propriedade. Ela diz, saudosa: “a gente tem ainda essa base de experiência para essa produção”.

Mulheres inspiradoras e determinadas como dona Dirce são o destaque do próximo tópico, que se dedica a evidenciar a importante e fundamental contribuição feminina para a constituição da comunidade.

5.2.1 Mulheres da comunidade Pedreira: rochas de contenção das tensões, entre a manutenção da tradição e as preocupações com o futuro

Ainda que não seja o objeto de estudo desse trabalho, a mulher possui papel importante no âmbito da comunidade em questão. Desse modo, é difícil não tangenciar minimamente a temática de gênero. As mulheres, além de se dedicarem aos afazeres do lar, participam ao lado dos companheiros e/ou dos filhos das atividades da agricultura familiar e do processo de gerenciamento das propriedades.

Encarregam-se, ainda, da manutenção, limpeza e organização da igreja da comunidade nos dias de missas e de festas.

O (re)conhecimento da dupla jornada faz que ela, mesmo a firma exigindo o contrário, empregue as mulheres que faltam por problemas domésticos. Ela, como mulher, "sabe" dos problemas das mulheres: crianças que não dormem à noite, trabalho doméstico; conhece seu corpo: as cólicas, a moleza. São estes os meandros pelos quais se produzem as relações sociais. Além da verticalidade das relações de classe, as relações de gênero determinam a identidade de gênero entre as mulheres. Silva (1999, p.100)

Senhora Maura conta que, além de cumprir atividades na propriedade, trabalhava com o esposo o dia inteiro na roça, não parando nem mesmo na hora do “almoço”.

[...] tinha roupa para mim torcer, trazer pra casa e estender, para mim ir almoçar, mas almoçar nada, só mexia aquela comida, deitava um pouquinho debaixo da mesa com um pano forrado ali, descansava um pouco. Dalí eu ia fritar uma batata – toda vida eu plantei batata e mandioca, inhame –, fazia café, colocava na vasilha e ia para onde estava meu velho, aí que era meu almoço, lá eu ia comer aquela batata frita, tomar aquele café, junto com ele e voltava à tardezinha, que minha filha já tinha vindo da escola, e a janta estava pronta, porque ela fazia. Eu chegava escurecendo, e ainda vinha com um saco de abóbora nas costas, cortava e colocava para cozinhar, para tratar de uns porquinhos. Não tinha banheiro dentro de casa, era lá numa mina que tinha, lá que eu ia banhar, já tinha escurecido, aí que eu ia jantar. Aquela janta era um almoço, que eu não tinha almoçado, e aquilo era constante, e eu não sei como eu sou forte dessa maneira. Eu vivia quase sem comer, porque não tinha condições de eu comer, aquele sol que estava, nós não se guardava de sol não, pegava o dia todo, até aí foi assim. (Depoimento dona MAURA, Juara, 2019).

Mesmo com todos esses afazeres, no lar e fora dele, a mulher ainda cuida, junto com outras pessoas, do espaço comunitário de maneira geral, não ficando adstrita apenas aos afazeres do lar, comumente realizados.

A força de trabalho feminino nos sítios, ademais de ser responsável por trabalhos essenciais para o desenvolvimento das culturas, contradizendo as afirmações de que as mulheres realizam tão somente as atividades consideradas “reprodutivas” (aquelas que se referem ao cuidado da casa e dos filhos) desobrigam, conseqüentemente, as famílias de contratar outras pessoas para as atividades produtivas (SILVA, MELO, MORAES, 2016, p. 191).

Essa participação ativa coloca algumas das mulheres em posição de liderança não apenas na comunidade, uma vez que elas se tornam referências e porta-vozes da localidade na cidade, na prefeitura, na câmara de vereadores e até

mesmo no comércio, ao fazerem pedidos de prendas para festas e ainda em outras circunstâncias.

Senhora Dirce Kolinsqui narra alguns eventos festivos vivenciados em sua propriedade.

É muito bom né, quando reunia todo mundo, até para ir assar uma leitoa, nós assava frango no forno e leitoa, leitoa e frango era tudo no forno. Forno era de casa, aqui mesmo, então assava [...], e quando assa no barro fica mais gostoso, a carne tem outro sabor. Ali era tudo no tipo mesmo, os frangos, coisa fina mesmo, minha cunhada chegou, eu mudei em um dia e no outro dia minha cunhada veio de São Paulo, a irmã dele [*senhor Kolinsqui*], aí nós foi limpar frango, nós estávamos morando naquele ranchinho, lá que era minha cozinha, já está com 20 anos isso aí, fez agora em janeiro 21 anos, aí nós estava limpando frango para fazer almoço. (Depoimento de dona Dirce Kolinsqui, Juara, 2019).

A arte de fazer a comida na comunidade remonta à lembrança dos antepassados, com a limpeza do frango (escaldado em água quente para retirada de penas com as mãos) para as festas da igreja, batizados e casamentos, conforme Figura 16, que ilustra essa atividade.

Figura 16 - Limpeza do frango no sistema tradicional



Fonte: Acervo família Kolinsqui, 2019.

A comunidade celebra diversas datas festivas, dentre as quais estão o dia das crianças, dia das mães, dia dos pais etc. Esses são eventos pelos quais as mulheres também se responsabilizam diante da comunidade, no sentido de zelar pelo cumprimento de todas as ações para a concretização das comemorações. Essas iniciativas ilustram novamente o papel fundamental da liderança feminina na comunidade, uma vez que as mulheres são “[...] agentes importantes não apenas

para a garantia da produção doméstica e mercantil, como também para a preservação do patrimônio material (terra) e imaterial (festas, memória e tradições) e para a solidificação dos laços identitários”, conforme afirmam Silva, Melo, Moraes (2016, p. 179).

Além disso, é claro, são um esteio da lavoura, como se pode ver no relato do senhor Divino, que descreve o companheirismo de sua esposa.

[...] vinha eu e a mulher de bicicleta e mais uma criança, depois vinha nós três de bicicleta na rua, então foi difícil, e aí o que acontece, chegava nos domingos, o que eu ia fazer? Não sei se você conhece, o engenho de madeira, eu e a mulher, rodava aquilo na mão para fazer a garapa, fazia rapadura, vendia para comprar alho, para comprar uma banha, para comprar um óleo, porque banha a gente às vezes quando a gente engordava um porco tinha, mas quando acabava tinha que vim comprar o óleo. Comprei uma carroça, aí a menina Adriana carregava a carroça de banana, forrava de paia da banana e levava na estrada, chegava na estrada o que eu fazia, amontoava lá e ficava esperando uma carona, os Dalpiaz lá embaixo que é prejudicado também, quantas vezes passou lá estava amontoadado, colocava em cima da tora, trazia para a rua entregava, para pegar um dinheirinho e juntava para comprar uma bezerrinha, em um piquetinho, pois era só 2 alqueires. (depoimento do senhor Divino, Juara, 2019).

Outro ponto percebido durante a estadia em campo foi a preocupação das mulheres com a questão da implantação da usina. Há muito medo, angústia e questionamentos porque ninguém sabe o que irá acontecer após a implantação, nem o que será da população que vive na área de entorno, ou ainda, quais serão as medidas adotadas pelo governo e órgãos competentes para solucionar o fato da diminuição ou – em alguns casos – da perda total do território de moradia e do meio de sobrevivência.

Se de fato a usina for implantada, a propriedade de Alex e Marta, por exemplo, poderá ter entre 20% e 50% de sua área alagada, o que leva o casal a imaginar o que fazer com os 50% restantes, uma vez que os custos para manter uma propriedade produtora de leite poderão se tornar maiores com a diminuição da extensão (pasto). Nesse caso, o que fazer? Mudar, ir embora, deixando tudo, toda a história e vivência dos avós e dos pais, que tiveram todo um cuidado com a família?

A maioria dos integrantes da comunidade não parou a vida por conta da ideia da construção da usina, todavia, o contexto é bastante preocupante e desafiador, visto que diante desse impasse a população também não pode realizar planejamentos de longo prazo. Qualquer investimento que almejem fazer deve levar

em consideração as seguintes questões: e se, de fato, a usina for instalada? Ou, caso contrário, se a usina não for instalada? Essas são perguntas sem respostas até o momento que geram angústia e preocupação. De acordo com relatos de Marta e Alex, em alguns momentos, quando estão conversando, imaginam-se indo embora. Tamanha é a incerteza que o casal já colocou a propriedade à venda duas vezes. Durante a negociação, porém, os compradores desistiam ao saber que, com a instalação da usina, parte da propriedade seria inundada. Essa situação é mais um motivo de frustração. Se por um lado é doloroso planejar ir embora e deixar o passado, por outro lado é igualmente sofrido o fato de que a possível construção da usina impeça o fechamento de qualquer negócio no momento atual. Tudo isso afeta o emocional, o psicológico e até mesmo o planejamento familiar.

A representação do mundo rural foi expressa pela interação entre mulheres e natureza, trabalho e liberdade, fazeres coletivos, saberes do mundo rural e festas religiosas típicas desse espaço social. Durante as narrações, as mulheres tomaram alguns elementos como referências para reconstruir a memória social. (BANDINI; SILVA, 2011). Dona Cleuza, esposa do senhor Zaqueu, por exemplo, recebeu esses pesquisadores servindo suco de maracujá da própria região.

5.3 Festas religiosas, culinária, tradições: a cultura vivenciada neste pedaço de chão

O amor pela terra é fruto da busca dos sitiantes pela sobrevivência, bem como reflexo do estilo de criação que tiveram e repassaram aos filhos. Conforme Thompson (1987), o aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. Foi por meio da terra que conseguiram tudo o que possuem hoje. A terra é, pois, um elemento identitário do/a sitiante. A terra é uma figura de valor, um símbolo socialmente aprendido, transmitido por várias gerações. (SILVA; MELO; MORAES, 2016). Talvez ela seja o principal símbolo da cultura dessas comunidades, visto que o valor emocional da terra constitui uma forma de resistência, por exemplo, quanto à entrada da cana-de-

açúcar na comunidade. (SILVA; MELO; MORAES, 2016). Além disso, a terra significa memória, lembrança dos pais e dos tempos de infância. O costume de amar a terra foi transmitido pelos pais e intensificado ao longo da vida.

5.3.1 Festas e suas relações sociais no espaço da comunidade

A conservação da terra significa, também, a conservação dos costumes, como as festas, por exemplo. Esse assunto é evidenciado no depoimento do senhor Kolinski.

[...] muito bacana [*a festa*] e o povo tudo animado, nossa não via a hora de sair essas festas, nos mesmo não divertia, porque quem trabalha com festa não tem como divertir, o pessoal que vem que se diverte. Essa aqui e da igreja, é quando a igreja está pronta, essa aqui é da primeira eucaristia, também já estava na igreja, não, aqui está na escola ainda, não tinha nem igreja ainda, esse menino aqui é meu filho, no dia da primeira comunhão dele, era bem pequenininho, aqui nós não tínhamos a igreja ainda, estava celebrando na escola ainda, agora essa daqui é aqui em casa. Colocava as toras de lenhas assim cortada, a e coloca uma forquilha de lata aqui e põe o pau em cima, a e põe o espeto por cima, que nem está aí. (Depoimento do senhor Carlos Kolinski).

As festividades também são um ponto que chama a atenção do senhor Kolinsk e da dona Dirce, que foram representantes da Igreja Católica por 15 anos, ajudando em festas, em cuidados com a igreja, em terços etc. Esse aspecto é corroborado pelas reflexões de Silva, Melo e Moraes (2016, p.179) quando afirmam serem as mulheres não só agentes de preservação da terra, mas também da memória e das tradições, o que tornam mais sólidos os laços de identidade entre as pessoas da comunidade.

A comunidade mantém as tradições religiosas. Nas celebrações de Santo Antônio, há reza na casa de um dos fiéis, já na de São João o evento ocorre em outro festeiro. Isso porque cada família tem devoção a um santo. Assim, naquele período, ou naquele dia, faz-se o terço na casa daquela pessoa, onde se juntam todas as pessoas da comunidade. Essa tradição, preservada até hoje, é importante para a manutenção e o enraizamento dessas famílias que compartilham o

acolhimento, ainda que nem todos participem, como se verifica na fala da senhora Maura.

Agora da igreja e da festa, eu não sei te contar nada, 30 anos, e dentro da minha propriedade, na igreja eu fui uma vez, eu sou de dentro da minha casa, só saio à hora que tem uma necessidade de ir lá pra Juara arrumar qualquer coisa, dali é aqui dentro, e era assim quando eu tinha meu velho, era de dentro de casa para a roça, eu passava 3 anos sem ir em Juara, que era ele que comprava, fazia as compras e eu era aqui, ele saía pra ir comprar e eu ficava lá na roça trabalhando até de tarde. Eu não passeio, nunca passei na minha vida, sou uma pessoa que só aprendi trabalhar e respeitar pra ser respeitado, e a única coisa que meu pai me ensinou. Não me deu doutrina religiosa, nem católica, sou batizada porque os filhos nasciam levava lá e batizava, mas dizer que deixava ir em igreja não, nunca, naquele tempo as crianças tinha que estudar o catecismo, eu nunca soube o que é isso, meu pai não deixava, sou uma pessoa assim, eu tenho inteligência na minha mente, porque eu nunca vi nada nesse mundo nem nada, mas eu entendo de tudo, só não tenho leitura, não tenho sabedoria, porque a leitura da muita sabedoria a gente. (Depoimento de Dona Maura, Juara, 2019).

A comunidade também faz uma festa de consagração a Nossa Senhora, a virgem Maria, onde as mulheres assumem um total protagonismo que deve ser registrado, pois elas são figuras, muitas vezes, esquecidas nas narrativas, não porque são invisíveis ou porque possuem papel menor, mas porque foram invisibilizadas. “Ao lado (e não detrás) do homem caipira, rústico, há a mulher caipira, rústica, que se movimenta não apenas dentro da casa e do quintal, mas também na roça, na indústria doméstica, nas feiras, nas festas e nos rituais religiosos”. (SILVA, MELO, MORAES 2016, p. 184).

A organização da festa envolve alguns rituais, como ir para o mato cortar as palhas, depois os troncos, colocar os caibros todos do mato, fazer o barracão. São os homens que vão para o mato e cortam as palhas de bacuri, fazem a cobertura, fincam os mastros e os postes, fazem os caibros, trançam as palhas e as colocam no teto.

As festas da igreja em comemoração a Nossa Senhora da Consagração são momentos comunitários para festejar e agradecer pela produção e colheita do ano, para reunir os familiares e amigos, para dançar e beber. A celebração envolve um conjunto de atividades, como reza do terço, missa, coleta de prendas para o leilão realizado na festa, preparação de comidas típicas, tempero da carne. Inicialmente, a festa acontecia em barracões feitos de palhas, que eram trançadas e amarradas com cipó, e de madeira retirada da mata. Conforme salienta Silva, Melo, Moraes

(2016), essa organização implicou também a conservação do modo de vida, dos valores, assentados nos laços familiares, na religião, nas festas e na conservação das tradições. O ambiente era decorado com bandeirolas de papel crepom confeccionadas pelas mulheres e com balões de papel, itens coloridos que davam o ritmo da festa, sempre animada por sanfona e violão. A Figura 17 retrata esses festejos.

Figura 17 - Festa da igreja em barraco de palha



Acervo da família Kolinski, 2019.

Durante os preparativos, homens e mulheres possuem tarefas distintas. As mulheres ficam a cargo da comida e da decoração, baseada principalmente na confecção de bandeirolas. Essa preparação é um momento importante porque a construção de tais adereços representa a participação ativa da mulher nas atividades culturais e festivas da comunidade. Esse aspecto comunitário, confirma que os [...] os processos de socialização, segundo Silva, Melo, Moraes (2016, p. 191), vivenciados por homens e mulheres são os responsáveis pela construção social da diferença e pela valorização diferencial das características atribuídas a uns e outros.

Elas executam a atividade de maneira tradicional, da mesma forma que se fazia antigamente, com papel de seda e cola de polvilho de mandioca, apesar de, por vezes, já usarem cola de mercado, o que facilita o processo. O corte, no entanto, ainda é feito da mesma forma, as mulheres preferem comprar o papel e fazer, porque é uma tradição. Esse tipo de atividade comunitária é relevante, pois conserva um modo de trabalho coletivo, em contraposição ao individualismo que predomina na sociedade contemporânea.

Na mesma linha de raciocínio, outro ponto relevante são os mutirões que acontecem em todas essas festas religiosas. As famílias se juntam para fazer mutirões para os fins que julgam necessários. É um trabalho em conjunto, uma tradição mantida pela comunidade, que reforça a ideia de trajetória, de identidade, de comunidade. Nas palavras de Thompson (1998), os costumes tradicionais “[...] são mantidos, apesar da avalanche de tecnologias e novas formas de encarar a vida, porque não é tão simples separar a moralidade e a economia, ela significa adotar um tipo particular de moralidade no interesse particular de economia”. (THOMPSON, 1998, p. 21).

Esse tipo de organização implica também na conservação do modo de vida, de valores assentados em laços familiares, da religião, das festas e das tradições. Essa opinião é compartilhada por Silva, Melo e Moraes (2016, p. 183), expressa, sobretudo, no ato de cozinhar, que para os autores é atividade humana por excelência, visto que significa transformar algo que vem diretamente da natureza em um produto diferente.

A comunidade Pedreira ainda mantém alguns traços da comida tradicional, feita em fogão a lenha e forno de barro, pois se acredita que o sabor e os temperos fazem bem à saúde mental e emocional e que resguardam tradições.

5.3.2 A cozinha como espaço de memória e celebração da comunidade

E eles: ah, então nós vem (sic) inaugurar a casinha da senhora, foi leitoa, foi carne de porco, foi tudo que eu tinha. Galinha, ali eu matei galinha, até aquele tempo eu fritava frango, falam assar, eu falo frita porque eu era na banha de porco e enche o frango e faço aquele frango frito, aquela coisa, isso no fogão à lenha, e a e o povo junta mesmo (Depoimento de dona Maura, Juara, 2019).

Para os sitiantes Marta e Alex, a comida é sagrada. Eles têm orgulho da fartura e a ideia de que comida não pode faltar à mesa; tanto que, no dia da entrevista havia carne de porco, de carneiro, de frango caipira, arroz, salada, alface, tudo produzido na própria comunidade com o esforço produtivo de ambos, mas com o tempero de Marta, afinal, ela foi para a cozinha fazer tudo o que foi servido. Essa passagem corrobora o que Silva (1997) e Silva, Melo e Moraes (2016) insistem em dizer sobre as mulheres: elas realizavam uma dupla jornada de trabalho, desenvolvendo atividades, tanto no trato das plantações, como no trabalho

doméstico que nem sempre é “leve” como alguns insistem em dizer, pois podem incluir tarefas como buscar água e lenha. Também são as mulheres que cultivam produtos para a subsistência como as hortas nas proximidades da casa, enquanto os homens são responsáveis somente pelo trato das plantações e outras atividades produtivas.

Para Nora (1984), a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível a longas latências e repentinas revitalizações. Ao término do almoço, o senhor Zaqueu, que é uma pessoa muito vivida e viajada, contou muitas histórias. Sobre isso, Lucena lembra que

os hábitos alimentares fazem parte de um domínio que implica representações e imaginários; as pessoas, ao se deslocarem, transportam sua bagagem suas práticas culturais e *maneiras de fazer* e as utilizam para ganhar seu sustento [...], práticas essas que fazem que atividades do passado e do presente se entrelacem, com base em uma tradição que se atualiza nos pratos que elaboram [...]. (LUCENA, 2008, p. 68).

Os sabores fazem renascer as memórias no paladar das pessoas – dos quitutes da vovó ao bolo da mãe – e esses gostos são transmitidos de geração em geração, assim como os modos de fazer, os meios de produção dos alimentos e o forno de barro (Figura 18), que, com suas brasas quentes, aquece a alma e alimenta o corpo dos agentes em suas memórias.

Figura 18 - O forno de barro



Fonte: Acervo família Kolinski, 2019.

Para Nora (1984), a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A casa da família Kolinsqui exemplifica o argumento de Nora (1984), com suas paredes de madeira rústica feitas com tronco de árvore. O quintal, com pomar repleto de plantas frutíferas (coqueiro, ata, abacate, cana e até mandioca) que servem para alimentar a família, carrega outras tantas memórias. As plantas e flores variadas, que colorem e dão mais vida à paisagem da propriedade, também servem como disparadores concretos de memórias familiares.

Os pesquisadores foram recebidos por Marta, uma senhora receptiva, casada com Alex, proprietário do sítio São Francisco. É interessante salientar a acolhida ao longo da entrevista. A alegria da família era evidente, expressada pelo café³³, feito na hora, pela água gelada, pelo suco de maracujá que, aliás, é proveniente da plantação local, tudo isso acompanhado por bolo de cenoura com cobertura de chocolate e cueca virada³⁴. Para Lucena,

A natureza dos produtos utilizados na elaboração das comidas parece ser menos importante do que a maneira de prepará-los e, sobretudo, de consumi-los, se pensar no modo de servir, apresentar, oferecer e partilhar. (LUCENA, 2008, p. 69).

Senhor Divino relata sobre as rezas e os terços realizados nas casas.

[...] cada um levava um prato e acabava, comia um bolo, uma torta, aí vamos supor, dia de missa sempre tem, antes era assim, o padre ligava para Adriana, “Você vai preparar a missa?”. “Vou”. “Vou jantar hoje na casa de fulano”, então já sabia. Quando o padre vinha, jantava na minha casa, quando era na outra missa, jantava na casa do outro, então ele falava, não quero jantar na casa só de um, quero jantar na casa de todo mundo, então jantava na casa de um, na casa de outro, então assim sempre era. Aí foi passando, passando e foi diminuindo as casas, vamos fazer o seguinte, vamos juntar no barracão, vamos supor, acabou a missa, cada um leva seus comes e bebes, um leva um salgado, um leva o bolo, um leva um guaraná, um leva um suco, chá, suco natural que a gente tem no sítio, então sempre era assim, então sempre dia de missa, vamos supor tem uma reunião, sempre ajunta e faz. (Depoimento do senhor Divino, Juara, 2019).

³³ Bolo frito feito de farinha de trigo, que leva cobertura de açúcar e canela. Tem esse nome pela forma semelhante a uma roupa íntima virada.

³⁴ Ver Candido (2010). Hoje, quando oferecemos café às visitas ou damos um almoço de aniversário, prolongamos de certa forma práticas imemoriais, em que a ingestão de alimentos obtidos com esforço, e irregularmente, trazia uma ponderosa carga afetiva, facilmente transformada em manifestações simbólicas.

Para Nora (1984), os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, de que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É nesse ensejo que as famílias da comunidade Pedreira fazem suas rezas de terço, comemoram datas e criam relações sociais por meio da comida.

Aqui mais era o negócio de matar frango mesmo, fazer carne essas coisas, macarronada, e que lá no Paraná nós já fazia também né, nos seguiu o ritmo de lá né, a mãe dele era assim, todo domingo, agora uma polentinha com carne também não é ruim não viu (risos) a e também varia de comida, conforme a nação né, que a mãe dele era macarronada, enquanto a minha mãe gostava de fazer polenta, matar frango e fazer polenta, gostava de fazer macarrão direto mas era dia de festa assim, mas polenta não podia faltar. (Depoimento de dona Dirce Kolinsqui, Juara, 2019).

Para Andriolli (2006), a memória é uma construção social, e o ato de rememorar é estimulado pelos denominados quadros sociais da memória, pelos espaços, sons, cheiros e sabores. A família Kolinsqui relembra dos tempos de festas, de fins de semana com a família e amigos e da comida como simbologia das relações sociais.

Aqui é eles que faz pra mim, essa casinha mesmo quando eu fizer não ia inaugurar nada porque eu não tinha com o que inaugurar, a e os vizinhos falou, dona Maura a senhora não vai inaugurar a casa não? Não eu não posso inaugurar, essa tinta foi um vizinho que comprou quase na metade e ele mesmo pintou pra mim sem cobrar nada, mas a retribuição eu sei que quem trabalha, se sabe né, tem a contribuição, eu sou assim, a pessoa fez o bem pra mim, me ajudou eu contribuo, mesmo pouco, e assim. Mas é assim mesmo porque eles gostam da minha pessoa, porque eu não vou na casa de ninguém, tem vizinho ali que está com 2 anos que eu não vou lá, e sempre ela está aqui. (Depoimento de dona Maura, Juara, 2019).

Para Andriolli (2006), é possível recuperar a memória coletiva desse grupo social principalmente pelo estímulo dos quadros sociais da memória. Ao percorrermos os espaços físicos das ruínas das colônias, foram-nos apresentados os espaços sociais, as pessoas, as cenas e os cenários das sociabilidades que existiram ao longo de diferentes formas de apropriação e uso daquela área. Nesses locais, há uma dinâmica própria de ocupação e de readequação dos espaços, sentida pela comunidade; nada lhes é imposto por projetos que não são seus; ao contrário, a dinâmica da ressignificação dos espaços, empreendida naturalmente

pela comunidade, é fruto de suas próprias necessidades e interesses. Todavia, o que se verifica na iminência da modificação desses espaços pela presença da usina pode ser entendido como injustiça, conforme o que é afirmado por Acserald (2010, p.110) “A estratégia ancorada na noção de justiça ambiental, por sua vez, identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos.”.

Considera-se que as transformações sociais, principalmente, quando se trata dos seus impactos no território dos Ribeirinhos, que serão atingidos pela UHE Castanheira, e o que poderá alterar o cotidiano e as relações à gestão da economia doméstica das famílias nos seus espaços de trabalho e vida, material e imaterial nesse sentido; o capítulo buscou compreender por meio dos relatos de memória dos ribeirinhos suas aflições, angústias, e seus sentimentos materiais e imateriais em relação à terra como bem maior de seus sustentos familiares. Em seguida, a abordagem recairá sobre os pescadores, que utilizam o rio Arinos para a pesca artesanal, e que serão atingidos pela barragem UHE Castanheira.

6. VIDA DE PESCADOR: RESISTÊNCIA OU SOBREVIVÊNCIA DOS ATINGIDOS PELA UHE

“É com a pescaria que a gente vira pescador, porque é ela quem faz com que os pescados sejam pegos por nós” (RAMALHO, 2016, p. 392).

O contexto ambiental onde estão inseridos os sujeitos dessa pesquisa é condicionado pelos ecossistemas em que se reproduz o trabalho, neste caso baseado em atividades extrativas tradicionais, tais como a pesca artesanal (representada neste trabalho pelos pescadores), a agricultura de subsistência (representada pelos ribeirinhos) e a extração vegetal (representada pelos indígenas).

Nesse capítulo, os pescadores estarão em evidência. Desse modo, apresentaremos alguns indicadores a fim de contextualizar a situação destes profissionais em âmbito nacional, regional e local. De acordo com os números fornecidos pela Secretaria de Agricultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, até o ano de 2014, cerca de 3,5 milhões de pessoas no Brasil viviam, direta ou indiretamente, da renda obtida com a atividade pesqueira. Informações que complementam dados do IBGE, divulgados em 2013, que indicam que o país produziu 474,3 milhões de quilos de peixes e o Estado de Mato Grosso ocupava, até então, o segundo lugar com 12,8%, perdendo apenas para Rondônia, que contava neste momento com uma produção de 15,8%. Vale ressaltar que os dois Estados fazem parte da bacia amazônica.

Os dados fornecidos pelas instituições supracitadas vão ao encontro da reflexão de Freitas e Rodrigues (2015, p.756), para os quais “A pesca artesanal tem uma importância econômica fundamental na manutenção de arranjos produtivos locais de modo extrativo”. Foi esse mesmo quadro que encontramos no município de Juara, onde os pescadores, ainda que em pequeno número, contribuem para os arranjos produtivos econômicos locais. Todavia, ainda que a atividade pesqueira se encontre em um momento de evidência e crescimento e tem boa participação na economia, um dos enfrentamentos infligidos à classe dos pescadores, sobretudo aos pescadores artesanais, é o crescimento das usinas hidrelétricas, em seus territórios de pesca. Esses empreendimentos, apesar de prometerem benefícios que são

projetados numa esfera global, a comunidade local arca apenas com os efeitos da desordem em suas vidas, o que desorganiza suas atividades de subsistência, fazendo com que a vida digna procurada por muitos e alcançada naquele espaço como expressão de justiça, seja desconstituída, conforme aponta.

O conceito de desigualdade ambiental permite apontar o fato de que, com a sua racionalidade específica, o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. (ACSERALD, 2012, p.165).

Esses empreendimentos geralmente são planejados e construídos em espaços consolidados pela comunidade de pescadores, como redutos de pesca, fator que pode vir a inviabilizar a manutenção e permanência dessa profissão, tão antiga quanto à própria civilização, nestes locais.

6.1 O rio como fonte de vida do pescador artesanal

Os rios dos Sangues, dos Peixes, Matrinxã, Apiakas, do Jaú, córrego Malária e Arinos, que banham o município de Juara, além de tornarem a cidade um reduto pesqueiro, também fornecem aportes turísticos. As ilhas que aparecem nesses rios são espaços de lazer para famílias de moradores locais ou de turistas, que desejam passar seus finais de semana praticando, dentre outras atividades, a pesca esportiva. Segundo consta no relatório elaborado pela equipe responsável pela implantação da UHE,

Apesar de poucos praticantes, a pesca é fundamental na composição da renda dessas famílias. A pesca amadora e o lazer se destacaram como atividades desenvolvidas principalmente pelos residentes das ilhas, que em geral as utilizam como moradia secundária. A pesca esportiva também é realizada na região e atrai turistas de diferentes regiões, especialmente durante os festivais de pesca no rio Arinos. (RIMA, 2017, p. 51).

No entanto, tendo em vista o contexto local, para além do desporto e lazer, há um número significativo de pescadores profissionais. De acordo com o processo censitário realizado pela UHE são 40 pescadores profissionais, registrados na

Secretaria Nacional da Pesca, vinculada ao Ministério de Meio Ambiente, que mantém essa atividade como principal fonte de sustento da família. A princípio, este número pode parecer pouco significativo, todavia, como já mencionado acima, dentro da realidade do município, não pode ser ignorado, até porque estes profissionais são responsáveis por parte do movimento da economia local. Por outro lado, não se pode deixar de considerar o impacto na vida pessoal de cada um dos pescadores com a diminuição ou cessação das atividades pesqueiras. Não se trata apenas da relevância da atividade num contexto nacional ou regional, mas trata-se da subsistência de pessoas, de famílias, de comunidades inteiras que não têm, efetivamente, seus interesses considerados nas decisões.

Destaca-se, assim, o caráter autoritário dos mecanismos de instalação de empreendimentos hidrelétricos: ignora-se a participação dos grupos tradicionais no processo decisório, desconsideram-se os impactos sociais e ambientais e inviabiliza-se o direito de reprodução sociocultural desses povos. (ACSERALD, 2012, p.170).

Nesse sentido, a obstrução destas atividades, causada pela futura construção da UHE Castanheira, pode atingir não apenas a atividade pesqueira, como também a turística, ambas fontes geradoras de renda para o município.

Neste contexto, esse capítulo tem como objetivo compreender as relações sociais dos pescadores artesanais locais, bem como suas opiniões e práticas adotadas em relação ao planejamento da UHE Castanheira. Para tanto, o contato com a classe pescadora teve início a partir da entrevista com os representantes da categoria, que são: senhora Adriana e seu esposo Gilberto, ambos pescadores registrados com posse de carteira profissional, conforme descrição realizada no itinerário metodológico.

Os relatos coletados para esta pesquisa começam com a narrativa do senhor Gilberto, que enfrentou muitas lutas antes de chegar ao status de pescador profissional. No trecho abaixo, extraído da entrevista realizada com ele, o hoje pescador, conta como foi o momento da chegada à cidade de Juara.

Nós chegamos em Juara em 1978, eu tinha uns 8 anos, meu pai morava ali na beira da balsa, comprou uma casinha ali na beira da balsa, e comprou um terreno, lá construiu uma casa, pescava e depois começou a morar em uma ilha ali pra baixo, nós se criamos na beira do rio, nós pescava tinha

carteirinha de pescador pela SUDEPE³⁵, naquele tempo era SUDEPE que mexia com negócio de carteirinha, então a gente se criou ali na ilha, aí com o passar dos anos eu também passei a viver da pesca, casei, criei meus filhos tudo da pesca (Depoimento do senhor Gilberto, Juara, 2019).

Pode-se dizer que sua trajetória no ramo da pescaria começa na juventude, mais especificamente, aos 16 anos de idade. Nessa época ainda pescava apenas por lazer e diversão, pois, como a maioria dos jovens dessa idade, este era um momento apenas de flerte com a responsabilidade, não a tinha por completo, como ele mesmo afirma.

Figura 19 - Senhor Gilberto exibindo um de seus primeiros peixes



Fonte: Acervo pessoal Adriana (Pescadora), 2019.

Esse entrevistado aprendeu a ser pescador profissional, assim como muitos outros companheiros de atividade, recebendo os saberes transmitidos pelos antepassados, ou seja, através de seu avô, que passou para seu pai, até finalmente

³⁵ Cf. informações de Alcides Goularti Filho, "DA SUDEPE À CRIAÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS ATIVIDADES PESQUEIRAS NO BRASIL disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/763/456>> No dia 11 de outubro de 1962, foi criada a Sudepe, com base na Lei Delegada no 10, sancionada pelo presidente João Goulart. A Sudepe resultou na incorporação do Codepe, da Caixa Especial da Pesca e da Divisão da Caça e Pesca, que era vinculada ao Ministério da Agricultura. p. 391-392.

chegar a sua vez. Ocasão simbolizada pela aquisição de uma canoa, herdada de seu pai, assim como a responsabilidade de cuidar dela e do rio. A respeito dos saberes passados de geração em geração e das heranças (sobretudo imateriais) deixadas pelos mais antigos, Thompson (1998) aponta que a criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde, na condição de empregado doméstico ou agrícola. O autor emparelha a transmissão dessas técnicas particulares com a transmissão de experiências sociais ou sabedoria comum da coletividade. Ou seja, ainda que a vida social esteja em permanente mudança e a mutabilidade dos hábitos seja considerável, essas mudanças ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente.

Seguindo esta perspectiva, da mesma maneira que o senhor Gilberto passou pela experiência de seguir a profissão dos seus antecessores, ele também experimenta a satisfação de ter um substituto, visto que um dos filhos optou por seguir a profissão do pai como pescador profissional, inclusive, com carteirinha. Esse filho já colhe alguns frutos adquiridos com a carreira, ele tem um carro, moto, motor, barco de alumínio, tudo adquirido com dinheiro do peixe. Além disso, é casado e tem uma filha.

Diferentemente de seu filho, a estabilidade financeira do senhor Gilberto demorou um pouco mais para ser adquirida. Pois, no momento inicial da constituição da família, ele não tinha condições de pagar aluguel, por isso construiu um barraco para moradia na beira do rio. Ele relembra em sua fala, que: “pescava e a mulher tomava conta da casa e dos filhos”. Diz ainda que as crianças brincavam de corrida, sacudiam no balanço, tomavam banho no rio, catavam frutas etc. Nessa época, as crianças encaravam a pescaria apenas como brincadeira, enquanto que para os adultos, a atividade era uma forma de sobrevivência e sustento da família.

Hoje, senhor Gilberto soma mais de 20 anos na atividade pesqueira. Conta que, após oito anos morando na beira do rio, surgiu a necessidade de colocar os filhos na escola. Pelo difícil acesso e locomoção para a cidade, ele e sua família se mudaram para uma casa na cidade de Juara. Todavia, o casebre a que se referiu ainda serve de apoio para a estadia nos períodos em que ele permanece na beira do rio para pescar. O mesmo foi construído a partir da técnica de pau-a-pique e é coberto com folhas de bacuri, amarradas com cipó. O piso é de chão batido e o local

não possui energia elétrica, nem rede de esgoto. Quando está lá, senhor Gilberto dorme em rede, cozinha no fogão improvisado no chão, que é feito de pedra e abastecido à lenha. A partir de tais descrições percebem-se quais as condições financeiras e de sobrevivência enfrentadas pelo senhor Gilberto e sua família. Fato que, de modo geral, pode ser observado em toda a comunidade de pescadores locais.

Figura 20 - Barraco de apoio para o período de pesca



Fonte: Acervo pessoal de Adriana (Pescadora), 2019.

Senhor Gilberto relembra que antigamente, para colocar comida na mesa, seu avô, pai e tios pescavam. Foi por meio da reprodução dos afazeres dos seus familiares que o aprendizado da pescaria foi se consolidando em sua história, até o ponto de ele se tornar um profissional. Thompson (1998) nomeia esse processo de “experiência social”, ocorrida também com senhor Bento que, a partir do convívio familiar, enveredou-se pelos caminhos da pesca artesanal. Ambos sujeitos foram influenciados pela família, como se pode verificar no relato abaixo.

Então moro aqui na Juara desde os 10 anos a e minha família sempre foi fraca de situação, na época começamos a tirar o sustento do rio, tocava a roça, mas não era o suficiente, aí pescava e vendia, mas naquela época não tinha colônia, era 1981 era difícil aqui, mas conseguia Matrinchá vendia bem, o pintado ainda conseguia vender, e para ajudar no orçamento da família, meus irmãos mais velhos pescavam e eu fui pegando o gosto pela coisa. (Depoimento do senhor Bento, Juara, 2019).

A definição de pesca artesanal, para Freitas e Rodrigues (2015, p.756) centra-se na “captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas”, tendo isto como intuito “os trabalhadores atuam sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada”. Esse conceito traz à realidade o que se passa na vida desses agentes sociais. Suas atividades são realizadas de modo precário, por eles mesmos e por suas famílias, no intuito da sobrevivência de si e dos seus. Suas atividades pesqueiras não objetivam lucro, mas intentam as condições necessárias para a vida digna.

Ramos (2018) destaca:

Que os pescadores estão sendo diretamente atingidos pelas alterações provocadas pela barragem da UHE Belo Monte, na vazão do Rio Xingu, e por isso existe a promessa de serem contemplados com a construção de novos conjuntos de moradias em Altamira, em outras localidades da cidade, mais próximas dos igarapés. (Ramos 2018, p.189).

As pescarias, dadas as inúmeras regras e leis que devem ser observadas, mesmo pelos pescadores artesanais, não impactam no meio ambiente, ao contrário, as atividades pesqueiras que respeitam essas normas, protegem o meio e garantem a sobrevivência dessas pessoas. Portanto, “(...) a proteção do meio ambiente depende do combate à desigualdade ambiental: não se poderia enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social”, conforme afirma Acserald (2002, p. 57).

Enquanto isso, Ramalho (2016, p. 392) ressalta que “todo pescador tem sua pescaria, e toda pescaria tem seu pescado”. O autor explica que o processo epistemológico seguido pelos pescadores se dá em uma continuidade, na qual os pescadores velhos passam aos novos os saberes pertinentes à profissão. Recriando, desta forma, atributos ancestrais que desvelam a natureza, para que esses trabalhadores se apropriem das potencialidades ecológicas.

Ah, a gente acampa na beira do rio, com uma loninha no mato, que nem eu tenho uma casinha na ilha lá. Só que minha casinha alagou por causa da enchente, aí eu tive que ir para o mato, aí estou lá no mato de boa, aí chega lá já vai arrancar minhoca, faz um almoço, já chega perto da hora do almoço, já parte arrancar minhoca, e iscar os anzol e pescar isca e o pau tora, desse jeito, a noite isca. (Depoimento do Senhor Gilberto, Juara, 2019)

Resumidamente, Ramalho define o pescador como um trabalhador singular, cujo “foco é ir lá e pescar o peixe” (RAMALHO, 2016, p. 392). Esse processo é

rotineiro, paciente e ao tempo da natureza. Os indivíduos, todas as semanas, de segunda a quinta-feira, saem de madrugada para o rio e só retornam da pescaria na quinta-feira. Senhor Gilberto e senhor Bento passam o dia e parte da noite, colocando anzol nas árvores com isca, para pegar os peixes, já que os mesmos só utilizam o anzol como ferramenta de pesca, uma vez que a legislação atual proíbe o uso de tarrafas, permitida até o advento da portaria 30/2003³⁶.

Figura 21 - Barco de Pesca da Família do senhor Gilberto



Fonte: Acervo pessoal de Adriana (Pescadora), 2019.

Senhor Gilberto rememora a época que chegaram a Mato Grosso (final da década de 1980) em que os barcos ainda eram de madeira, e quando não havia dinheiro para abastecer e utilizar gasolina, era necessário remar. Quando a pescaria começou a virar profissão e ele começou a ganhar mais dinheiro, comprou um carro e, posteriormente, uma casa, no bairro Jardim América, em Juara.

Conforme seus relatos, a casa tinha o chão feito apenas com a terra batida e as vigas da armação, tinham poucas tábuas nas paredes, “[...] mas pelo menos a casa era nossa”, afirmou senhor Gilberto. Devagar a casa foi sendo construída, apenas por meio do dinheiro advindo da venda do peixe, sua esposa não trabalhava fora, e senhor Gilberto vendia o que pescava aos fins de semana. Na casa simples,

³⁶ Portaria nº 30 de 23 de maio de 2003 estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo território nacional, inclusive competições e cadastros de entidades da pesca amadora junto ao Ibama.

mas valiosa pelo trabalho empenhado para conquistá-la, algo que data de aproximadamente 15 anos, o lema que prevalecia na família era “todos ajudam”, seja a cozinhar, limpar casa ou o peixe.

Desse modo é possível, de certa maneira, compreender como se entrelaçam as tramas de uma cultura, como ela se constrói no dia a dia, primeiro no seio familiar, posteriormente na comunidade local, até atingir a esfera social, de modo mais amplo.

Para Ramos (2018), os pescadores que moravam em localidades que serão alagadas e que estão tendo que deixar suas propriedades o impacto é maior ainda, pois, com essa mudança, eles perdem o seu contato com o rio e com a fonte da sua subsistência: a pesca artesanal.

As amizades construídas na ilha, na opinião do senhor Gilberto, ajudavam a mulher e as crianças, e de certa forma, a ele mesmo. Segundo ele, uma vizinha, que morava em uma fazenda do outro lado do rio, sempre colaborava para o deslocamento de sua família em direção à cidade. Ele conta que, durante seus dias de ausência, pois passava vários dias longe a pescar, sua esposa Adriana e os filhos iam sempre à casa daquela senhora, que morava do outro lado da ilha. Nesse sentido, Menezes, Thibes (2017) enfatiza que a família para essas mulheres, no caso a família da pescadora Adriana, é o pilar que estrutura a formação das identidades de homens e mulheres e lhes confere um sentido maior para seus esforços, dentro e fora de casa. Exemplificando: quando da chegada do senhor Gilberto, a mesma limpava os peixes.

Adriana pegava a canoa e remava com as crianças sentadas no fundo do barco e iam visitar a vizinha com quem mantinha uma intensa relação social, tanto que ela e os filhos chegavam algumas vezes até a dormir na casa desta vizinha. “É tempo bom”, suspira senhor Gilberto. Tempos que ele relembra com saudades, pois afirma que mesmo sem bens e sem qualquer conforto, a felicidade estava em aprender a dar valor às coisas mínimas, bem como ao mais importante, a família.

Senhor Gilberto, em momento diverso da entrevista, afirmou algumas vezes que a vida que tinham naquele barraco traduzia um pouco do seu aconchego à família. Ele via a esposa e os filhos, às vezes, apenas um ou dois dias na semana, ficando o restante da semana a passar frio ou calor no rio onde se dedicava a pescar e onde passava as grandes dificuldades de sua profissão. Nos dias de

solidão pensava no aconchego da família e na perseverança que deveria manter para alcançar seus objetivos. “Quantas vezes pensei em largar tudo e sumir no mundo, mas não consegui porque a família é laço feito, que dificilmente desata”, afirma Gilberto.

Figura 22 - Barraco da família de Gilberto e Adriana



Fonte: Acervo pessoal de Adriana (Pescadora), 2019.

Pelo depoimento desse pescador, verifica-se uma rotina exaustiva em que, por vezes, por conta do cansaço, ele era obrigado a dormir na casa do irmão, ou até mesmo na balsa de transição. Senhor Gilberto conta, por exemplo, que após as feiras ele fazia compra de supermercado e ia para junto da família, para ficar pelo menos um dia com as crianças. Segundo ele, esses eram momentos de grande alegria, quando as crianças ficavam na ponta da ilha esperando por ele e, ao avistarem de longe, saíam correndo em sua direção. Mas essa proximidade durava pouco, pois no mesmo dia, ou no dia seguinte de manhã, já tinha que partir novamente rio abaixo. Nem sempre era o que ele queria, mas tinha necessidade de trabalhar, principalmente quando a lua estava cheia, deixando tudo claro. Percebe-se que a pescaria é influenciada pelas quatro mudanças de lua, sendo duas muito boas para peixes e outras duas não muito. E assim deixava a família e ia em busca do sustento, permanecendo a semana inteira sozinho em uma ilha, no meio do rio, em busca de uma vida melhor.

O pescador é, na visão de Ramalho (2016, p. 410), oportunidade socioeconômica, hábito de classe, costume, ideologia e relações sociais comunitárias em que se produz e/ou reproduz sua singularidade em oposição ou em complementaridade com outros segmentos sociais no tempo e no espaço. Nessa concepção, o ser pescador está ligado a oferta de peixe, boa qualidade dos rios, água potável, dentre outras questões, visto que essas condições são as que propiciam o se tornar pescador; sem elas, a profissão e este modo de fazer pode vir a ser condenado ao desaparecimento, fazendo com que pessoas que sobrevivem da atividade arquem com todo o ônus da implantação de um projeto que diretamente não lhes beneficia em nada, como é comum a esses empreendimentos. Conforme ressalta.

[...] A desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias [...] (HERCULANO, 2008, p. 16).

Corroborando com essa dedução, observamos que os dados coletados da própria comissão de técnicos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que elaboraram o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Castanheira, apontam para reflexos negativos na vida e na profissão dos pescadores que serão atingidos pelas barragens, como se pode constatar no trecho abaixo.

As expectativas podem ser positivas, pelas oportunidades de trabalho e de negócios e melhoria da infraestrutura urbana e regional. Por outro lado, também podem ser negativas, como por exemplo, para pessoas que desenvolvem atividades na região do futuro reservatório, como a pesca, a extração de areia e a agropecuária. (RIMA, 2017, p. 65).

A reflexão a respeito da ocupação do espaço é essencial para que se compreendam as relações sociais estabelecidas pelos pescadores do rio Arinos com a abundante capacidade deste recurso natural de oferecer aos indivíduos os alimentos físicos e até imateriais responsáveis pela sobrevivência.

Então rapaz, eu posso dizer para você que eu vivi minha vida quase toda (em contato) com água. Fui quatro anos balseiro, passava carro, trabalhei no [rio] Teles Pires, antes de sair ponte, trabalhei no Peixoto [cidade de Peixoto de Azevedo] – balsa é de passar carro –, 4 anos em uma firma. Então desde aquela época eu sempre gostei do rio. Aí depois desta situação, eu fui aprendendo cada vez mais a mexer com peixe. Que hoje não é só pescar, você tem que trabalhar com o peixe, e aí fui pegando amor pela pescaria e estou sempre na luta, toda semana, não fico uma semana sem ir para o rio, só se tiver doente, mas graças a Deus a gente é sadio (Depoimento do senhor Bento, Juara, 2019).

Analisando o depoimento do senhor Bento é possível verificar este entrecruzamento de fatores materiais e emocionais, uma vez que o fato de o pescador “trabalhar com o peixe” é bem importante, e pode remeter a uma relação do pescador com o animal que não é meramente funcional. Tem a ver com a experiência e os saberes do pescador com o peixe não apenas como objeto, como produto meramente mercantilizado, como simples objeto de troca, mas como um sujeito também que pode cooperar ou não com ele. Não é trabalhar o peixe (objeto), é trabalhar com o peixe (sujeito), tratando o peixe como um sujeito nessa relação. Segundo seu relato, no rio Arinos, mesmo sofrendo os impactos produzidos pelos pescadores de final de semana que não se relacionam com o rio da mesma forma que os pescadores artesanais, pois não tiram dali o seu sustento, os peixes ainda são fartos em seu leito e proporcionam a sobrevivência. De alguma forma, é a relação dos pescadores com o rio e com os peixes que dá forma aos objetivos de vida, aos sonhos de melhores dias vividos com mais dignidade.

Essa relação muito maior que as relações mercantis ou apenas de lazer vividos aos finais de semana, encontram eco no que diz senhor Bento ao afirmar “eu vivi minha vida quase toda (em contato) com água”. Essa afirmação diz respeito ao fato de o rio integrar seu corpo, mente e coração, pois representa um pedaço de sua morada e é o espaço que o alimenta e faz brotar nele a esperança de um futuro melhor para ele e sua família. A identidade dessas pessoas é forjada e mantida no território onde vivem, fora de lá, poderiam sobreviver? Quem seriam essas pessoas se retiradas de seu território? Portanto, a questão dessas pessoas serem removidas de onde estão não é tão simples, pois implica na perda de suas identidades, uma vez que estão intimamente atreladas ao território que ocupam e à atividade que exercem. Conforme afirma Acserald (2012).

No tempo dos direitos territoriais flexibilizados descaracteriza-se a identidade coletiva, de modo que direitos coletivos, juntamente com as categorias indígenas, quilombolas e ribeirinho, perdem a sua força. Exemplo

desse processo foi o que ocorreu com o conceito de pescador, que sofreu em 2011 um deslocamento: o Ministério da Pesca redefiniu o cadastro de pescadores e passou a classificar como tal aquele que vive exclusivamente da pesca; ou seja, confundiu-se a condição de pescador com um tipo de ocupação – um termo econômico – e menosprezou-se o pescador como identidade (ACSERALD, 2012, p.177).

Este mesmo rio e tudo que ele lhe oferece livrou-o bem como a sua família do fantasma da fome, razão de seu amor e gratidão pelo rio e pela profissão, escolhida a partir da necessidade e abraçada continuamente como sua possibilidade de sobrevivência digna. Campos. *et al* (2016, p. 486) explicam que

A incerteza, com relação a ter o que comer, permeia o cotidiano de um número expressivo de pescadores [...] as famílias sofrem por saber que poderá faltar alimentação, causando-lhes sobressaltos e angústias permanentes. Além dos efeitos psicológicos desse sentimento. (CAMPOS. *et al*, 2016, p. 486)

Apesar de a pesca ser uma atividade milenar, praticada inclusive pelos povos ancestrais como modo de sobrevivência, no Brasil, conforme explicam Freitas e Rodrigues (2015), esta atividade foi formalizada pelo Governo Federal, somente a partir da década 1950, por meio da criação da Confederação Nacional dos Pescadores (CNP), da Federação Estadual dos Pescadores (FEPAS) e das Colônias de Pesca.

Deste modo, as reflexões ora propostas tornam-se importantes para proposições e questionamentos sociológicos presentes e futuros. Porquanto a pesca se constitui, na perspectiva de Campos. *et al* (2016, p. 483), num “conjunto de atividades significativas para a economia local” e se destaca “como um importante vetor para a promoção de emprego e de renda, em especial para as populações mais vulneráveis que subsistem unicamente dessa atividade tradicional” (CAMPOS. *et al*, 2016, p. 483). Além de fonte de sobrevivência econômica, como já relatado, o rio também pode ser visto como fonte de vida.

Senhor Bento, ao contar sobre suas vivências na beira do rio, ressalta que “quem falar que pescaria de anzol, pescando dentro do limite, vai acabar com o peixe, está mentindo”, numa clara menção à mudança da lei da pesca que passou a proibir o uso de tarrafas. O uso de tarrafas otimizava o tempo dos pescadores, pois com menos trabalho poderiam capturar mais peixes, contudo, a lei que disciplinou a pesca a proibiu no sentido de evitar que fossem apanhados peixes em demasia e

fora dos padrões admitidos, caracterizados como pesca predatória. Contudo, os pescadores adaptaram-se às normas e passaram a usar os anzóis de forma mais eficiente, amarrando diferentes linhas ao longo do rio ao mesmo tempo, para assim poderem suprir as práticas do uso das tarrafas. Ele relembra que

no começo quando eu comecei a pescar, para a sobrevivência da pesca mesmo, aí eu já estava casado, já tinha filhos, mas na infância lá, meus pais, meu pai pescou muito no rio Viena, Mato Grosso do Sul, ele tinha uma noção de pesca já mas com ele a gente já aprendeu um pouco, pouco não, foi até bastante, e hoje consigo sobreviver da pesca, porque pescar de anzol é uma ciência, porque tem peixe que tem época que não come, e aí a gente tem que ir mudando a isca, mudando o jeito de colocar o anzol aí pega [...]. (Depoimento do senhor Bento, Juara, 2019).

O depoimento do senhor Bento, de certa maneira, coaduna com a perspectiva levantada por Thompson (1998), quando esse autor afirma que os pescadores e os navegadores devem integrar as suas vidas com as marés, nas palavras do autor, “cuidar das marés”. Isto significa padronizar o tempo social no porto marítimo, observar os ritmos do mar (ou no caso estudado, do rio); fatos encarados pelos pescadores ou navegadores como naturais e compreensíveis, já que a compulsão destes, segundo Thompson, é própria da natureza (Thompson, 1998). Importante salientar que a adaptação dos pescadores ao rio vai acontecendo, não apenas em relação às forças ambientais e sociais que se estabelecem, mas também em relação aos indicadores normativos que devem ser cumpridos. Dessa forma, diante de novas regras legais, a relação do pescador com o rio e com o peixe vai sendo atualizada, numa dialética própria de quem interage permanentemente, não apenas com os limites e possibilidades do próprio rio, mas também nas readequações necessárias de suas práticas em vista da modificação que normatiza a pesca.

Nesse contexto de interação permanente entre o homem, a natureza e a mediação normativa do Estado, a vida segue e aponta para o futuro, como nunca deixou de apontar. O rio, os peixes e todas as experiências vividas nessas relações atravessam gerações³⁷ e se estabelecem como fios condutores de diferentes tempos e espaços. A pescaria também se apresenta como perspectiva de futuro, no caso do senhor Gilberto e de seu filho que o segue na mesma atividade, por

³⁷ Ver Thompson (1998) sobre a transmissão dessas técnicas particulares. Dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade. Embora a vida social esteja em permanente mudança e a mobilidade seja considerável essas mudanças ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente.

exemplo. A pescaria proporcionou a ele condições de provimento e manutenção da residência da família na cidade, a compra das ferramentas de pesca, bem como o próprio alimentar da alma, ativado pelo respeito e compreensão do tempo da natureza e da água, vendo-as sempre como espaço de acolhimento, aspectos reconhecidos por ele e por seu filho.

6.2 O pescador, a comunidade local e o espaço

Parte dos argumentos que justifica a escolha de pescadores como sujeitos dessa pesquisa reside no fato de eles serem um dos grupos que serão diretamente atingidos pela implantação da UHE Castanheira, em Juara - MT. Nesse sentido, é importante destacar também alguns dados da Secretaria Nacional da Pesca, do Ministério da Agricultura (2014), que indicam a pesca artesanal como uma das principais atividades sociais, econômicas e ambientais realizadas no Brasil, com quase 01 milhão de pescadores artesanais³⁸ e aproximadamente 2,5 milhões de pessoas a mais que, apesar de não serem pescadores, estão a dedicar-se a diferentes atividades relacionadas de forma direta ou indireta com as atividades artesanais pesqueiras. E ainda, para Silva (2014), a pesca artesanal brasileira possui numerosas e complexas especificidades e levam em consideração fatores sociais, políticos, institucionais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada local.

Foi possível observar a presença em pequena escala no contexto da pesquisa, de empresas de barcos, de material de pesca e de utensílios para conservação dos peixes, distribuidores de combustíveis, estabelecimentos que fornecem peixe para o consumo direto em mercados e restaurantes, por exemplo.

Em termos sociais e até antropológicos é possível dizer que os pescadores possuem amplo conhecimento da atividade na região e nelas estão envolvidos, aliás, cabe ressaltar, como apontam Daaddy e Ribeiro (2016, p. 363), “tanto a vida

³⁸ Ver Silva (2014) Cf. PLATTEAU, J.P. 1989. The dynamics of fisheries development in developing countries: a general overview. *Development and Change*, 20(4): 565-597. Como nota de esclarecimento, cabe ressaltar que não há um consenso claro sobre o significado do termo pesca artesanal ou de pequena escala. Sua definição se baseia que esta é uma atividade oposta à pesca em larga escala, que utiliza tecnologias sofisticadas e envolve pesados investimentos, acessíveis apenas a uma classe capitalista da qual as comunidades pesqueiras não se incluem.

social, quanto a econômica desta população depende totalmente da pesca artesanal”. Então, expande-se o limite da compreensão para além dos fatores econômicos, podemos dizer que há uma espécie de economia das trocas simbólicas, como conceituado por Bourdieu (2007). Ao comercializarem o pescado nas feiras e/ou em mercados da cidade, os pescadores circulam pela cidade, realizando suas trocas monetárias, mas também as trocas sociais ou simbólicas acontecem. Sobre este entrecruzamento, a fala do senhor Gilberto, pescador, traduz bem essa dinâmica, quando afirma que

[...] o rio dá para você viver, se souber trabalhar, pescar, vender um peixe de qualidade, e, saber negociar. Você vive muito melhor do que trabalhar de empregado, porque hoje se você vai trabalhar de empregado você ganha uma miséria, se não tiver um bom estudo aí para ter um emprego bom é melhor você trabalhar por conta, então essa é a minha motivação maior e eu gosto da barranca do rio. (Depoimento do senhor Gilberto, Juara, 2019).

Com relação às condições de trabalho e aumento da renda dos pescadores, algumas medidas poderiam ou deveriam ser tomadas por parte das autoridades competentes para superar os obstáculos desta atividade no município, tendo em vista que a vida da comunidade local e a economia da região recebem um contributo relevante da pesca. Contudo, o que ocorre na prática, não apenas no território de Juara, mas em vários locais que recebem as UHEs – que, aliás ainda se encontram em fase de expansão ao redor do mundo, apesar de ser uma das fontes geradoras de energia mais danosas ao meio ambiente, como salienta Vainer (2007) – são permanentes impactos negativos às populações. De acordo com os apontamentos de Gegenströmung (2011), é notável e frequente o descumprimento de normas legais nacionais e internacionais por parte das usinas, a implantação desses empreendimentos provoca a desestabilização das relações socioculturais e o desrespeito aos direitos humanos, dificultando e/ou inviabilizando a reprodução socioeconômica no tempo e espaço dos atingidos.

O caso da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes (UHEFG), em que a empresa construtora descumpriu a maioria das medidas mitigadoras, compensatórias ou reparatórias propostas no EIA. Os estudos realizados sobre esta construção apontam que 98% dos pescadores entrevistados reclamaram da incipiente participação no processo de decisão, principalmente na fase de licenciamento ambiental. Vale ressaltar que só a participação dos agentes no processo de

licenciamento não viabiliza a construção de usinas, nem mesmo faz com que seus impactos sejam reduzidos. Esse é um ponto a ser observado pelas autoridades e empreiteiras para o cumprimento e execução do que foi colocado no EIA e no Rima do empreendimento, o que pode facilitar a revisão e adequação das demandas dos atingidos, uma vez que eles serão os mais prejudicados nesses processos.

Essas demandas negativas precisam ser discutidas no processo de planejamento das usinas. Não se pode admitir o engodo do discurso que nega os graves impactos gerados pela implantação de uma UHE, discurso proferido, em alguns casos, tanto pelos empreendedores quanto pelo governo. Santos, Cunha e Cunha (2017, p. 198) reiteram que a literatura científica dedicada a esses estudos tem verificado suas consequências, junto às populações nos aspectos social, cultural, histórico, ambiental, econômico, de saúde e lazer.

A participação dos atingidos, da comunidade local e das autoridades políticas podem, conforme Santos, Cunha e Cunha (2017, p. 202), contribuir para a estabilização da renda dos pescadores após a implantação da UHE. Visto que a ampla participação social no planejamento de construção do empreendimento e de sua gestão estratégica em longo prazo pode ser vantajosa no controle das variáveis, tais como: a vazão de inundação dos reservatórios, os locais mais indicados para pesca e a quantidade capturada, de maneira a privilegiar o uso múltiplo dos recursos hídrico e pesqueiro.

6.3 Pescador versus Estado

A Administração Pública do Brasil está pautada pelos ditames da Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 1º, apresenta “a formação pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal com cinco princípios fundamentais: a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político”. Assim sendo, o Estado democrático de Direito deve seguir alguns princípios (CF 1988, art. 37) na prática da administração pública, sendo eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Bernardi (2012, p. 217) enfatiza que na federação brasileira há três níveis de administração pública: federal, estadual e municipal, cada um deles com competências fixadas na Constituição e em leis. Deste modo, os entes da

federação organizam suas atividades administrativas conforme suas realidades, respeitando as competências que lhes são atribuídas. Ou seja, a administração pública tem como dever zelar pelo bem-estar da população usando dos poderes conferidos pela Constituição Federal do país por meio das leis votadas pelo Congresso Nacional.

Burocraticamente, no Brasil, a atividade pesqueira está vinculada à Secretaria de Aquicultura e Pesca, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e aos seus órgãos de fiscalização, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, à Secretaria de Meio Ambiente em âmbito estadual e às Secretarias Municipais de Meio Ambiente. Esses órgãos de regulação e fiscalização auxiliam o desenvolvimento desta atividade, sobretudo na época de reprodução dos peixes, em que a existência de irregularidades pode vir a afetar a oferta dos recursos pesqueiros em muitas regiões no futuro, uma vez que, se determinadas espécies são capturadas com tamanhos cada vez menores e, no “período de defeso”³⁹ estabelecido pela legislação, a reprodução e continuação das espécies pode ser prejudicada. A lei Nº 7.653/88, em seu § 4º estabelece que

Fica proibido pescar no período em que ocorre a piracema, de 1º de outubro a 30 de janeiro, nos cursos d'água ou em água parada ou mar territorial, no período em que tem lugar a desova e/ou a reprodução dos peixes [...]

Os impactos das políticas públicas que dizem respeito aos pescadores têm resultado, ao longo do tempo, em sérios problemas, como a elevação gradativa da sua vulnerabilidade social, percebida no encolhimento do número de pessoas ligadas à atividade pesqueira, enquanto atividade econômica sustentável. Um bom exemplo disso se reflete na concessão dos benefícios sociais, regulada pela lei nº 10779/2003, na época do defeso. Nesse contexto, não tem havido a devida contrapartida e/ou o acompanhamento por parte do Estado, principalmente no que toca ao aumento da burocracia e na contraprestação correspondente pelo Estado. Há, portanto, um claro descompasso entre as exigências do Estado e as

³⁹ O período do “defeso”, em Mato Grosso também conhecido como Piracema, na atividade pesqueira é caracterizado como o momento em que as atividades de coleta e pesca esportiva e comerciais ficam vetadas ou controladas. Este período é estabelecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de acordo com o de tempo em que os organismos aquáticos, especialmente crustáceos e os peixes levam para se reproduzir na natureza. O objetivo deste período é a conservação das espécies e o uso responsável dos recursos naturais.

possibilidades de resposta dos pescadores, o que revela cada vez maior a fragilidade social diante da máquina do Estado, quando necessitam acessar aos bens da vida, nesse caso o subsídios necessário à sua própria subsistência quando impedidos de pescar.

No caso dos estudos realizados por Santos, Cunha e Cunha (2017, p. 208), a empresa pesquisada também não lidou de frente com os desafios enfrentados pelos trabalhadores da pesca. A partir desse estudo, e comparando com o caso da UHE Castanheira, são geradas as indagações: de que maneira a empresa proponente da usina pretende lidar com a questão dos pescadores e a sobrevivência destes?

Seguindo definição proposta por Ramalho (2016), a pescaria é a síntese do processo de (re)produção social do pescador, seja na forma de ser, seja na sua determinação de existência ecossocial. Neste aspecto, a pescaria como configuração de organização sociocultural e econômica do trabalho, de manejos técnicos e tecnológicos (barcos e armadilhas, relações sociais), anuncia distintos modos de ser e fazer-se pescador. Suas alternativas de apropriação humana (material e imaterial) são coordenadas com a natureza aquática, variando de acordo com os tipos de nichos ecológicos, com os pescados encontrados ou com as mediações históricas e múltiplas dinâmicas societárias, econômicas, que também têm peso importante.

Considerando a organização dos pescadores da região, observou-se que há um grupo ativo, do qual faz parte o senhor Gilberto e o senhor Bento, que objetiva assegurar e resguardar os direitos profissionais de pescadores artesanais do município de Juara e toda região⁴⁰. Fundada em 15 de julho de 2006, a Colônia Z-16 de Pescadores e Aquicultores do Município de Sinop, se organizou enquanto categoria profissional, com nome fantasia de “COPESNOP”, conforme consta no § 1º do Estatuto da Colônia Z-16.

A presidente da associação, senhora Julita, explicita que há proposta de projetos de extensão para auxiliar os pescadores no período de piracema, tais como: o fazer do coxo; aprender a escrever; confecção de bijuterias de sementes. Pois,

⁴⁰ A Colônia Z-16 de pescadores é regida, com preceitos conforme alínea b, art. 7º títulos I e V do decreto-lei 5.452 (CLT), pelo Código Civil e lei federal nº 11.699/2008 (lei das colônias) obedecendo ao princípio de livre organização previsto no art. 8º, parágrafo único da Constituição Federal de 1988, bem como pela lei nº 11.959/2009 (lei da pesca federal), pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. (ESTATUTO SOCIAL, 2006).

neste período os pescadores ficam ociosos e precisam de ocupação, principalmente porque, às vezes, os recursos do governo demoram a ser liberados, e nem sempre contemplam a todos, por questões de documentação. A título de exemplo, o senhor Bento (pescador já mencionado anteriormente) comenta que começou a pescar profissionalmente e, portanto, a comercializar seus pescados no ano de 2004. Todavia, só conseguiu fazer a carteirinha em 2006, porque na época enfrentou alguns problemas com os trâmites da documentação, que foi para o órgão responsável, mas voltou. Assim, até efetivar de vez a carteira profissional de pesca, um tempo considerável se passou.

A este respeito, senhora Julita explica que os pescadores associados pagam oito parcelas de R\$ 35,00 por mês para a associação, valor simbólico utilizado pela entidade para manter registrado o pescador contribuinte. Com esse registro, o sindicato ajuda os pescadores por meio de assessoria no preenchimento dos documentos exigidos pelo governo e auxilia os mesmos com a burocracia para os processos de aposentadoria, uma vez que o Estado se coloca à margem dessa prestação.

De modo geral, os pescadores cadastrados são pessoas com poucas instruções, baixa escolaridade e com muitas dificuldades para compreender as orientações. A senhora Julita tem se desdobrado para explicar o mais didaticamente possível sobre o preenchimento da documentação exigida para o cadastramento.

De acordo com o depoimento do senhor Bento, após a regularização da situação cadastral e já em posse da documentação exigida, ou seja, da carteirinha pescador recebe 04 notas concedidas pelo governo aos pescadores em situação regular, sendo uma por semana, para posterior prestação de contas, mensal. Ele explica ainda que [...] todo pescador tem que ter posse dessa nota para comercializar o peixe, então sem essa nota é pesca ilegal, não adianta a pessoa vir de fora com a carteira lá do outro estado, para pescar aqui, que a pesca vai ser ilegal, sem filiar com a colônia para pegar nota, porque a nota é de graça, não precisa ser filiado da colônia, mas aí tem que buscar lá em Cuiabá. Aí tem que fazer manutenção também, todo ano no RGP, que é o Registro de Pesca. E, isso é feito através da colônia, só que quem não é filiado em colônia tem que ir em Cuiabá para fazer as coisas, esse registro. E, eles não fazem, não estão querendo fazer se a pessoa não estiver através da colônia de pesca, e a colônia tem a taxa que cobra todo mês que é R\$ 40,00 para esses fins que manda a nota aqui, quando é para fazer manutenção ela leva em Cuiabá e faz a manutenção do RGP dos associados. (Depoimento do senhor Bento. Juara, 2019).

No período de defeso/piracema somente os pescadores devidamente cadastrados e que comprovarem que sua única atividade profissional é a pesca,

mediante Declaração de Pesca Individual (Figura 23), mensalmente direcionada ao IBAMA, recebem o seguro defeso, no valor de um salário mínimo.

Figura 23 - Foto de comprovante de declaração de pesca individual

SEMA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE GOVERNO DE MATO GROSSO ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO 72 Federação das Colônias de Pescadores e Aquicultores de Mato Grosso - FEPESC-MT 135603

DECLARAÇÃO DE PESCA INDIVIDUAL
Lei 9.096, de 16/01/2009

Bacia: () Alto Paraguai (X) Amazônica () Araguaia
Nome do Pescador: Gilberto Santos CPF: 942.344.691-019
Colônia: Z 76 RGP: 02909476
Local de Pesca (rios): Armação Município: Guarã
Dias de pesca: 13/05/2019 a 17/05/2019

| DATA | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | | 5 | | 6 | | 7 | | TOTAL DA SEMANA | |
|-------------------|----|-------|----|-------|----|-------|----|----|----|----|----|----|----|----|-----------------|------------------|
| | Un | Kg | Un | Kg | Un | Kg | Un | Kg | Un | Kg | Un | Kg | Un | Kg | Un | Kg |
| Barbado | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Bargada | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Bicuda | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cachara | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cachorra | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caranha | | | 1 | 3 | 1 | 2 | | | | | | | | | 2 | 5 |
| Corvina | 1 | 3 | | | 2 | 4 | | | | | | | | | 3 | 7 |
| Curimbatá | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Piraíba | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Jauá | | | | | | | 2 | 19 | | | | | | | 2 | 19 |
| Jurupensém | | | 1 | 4 | 6 | 2.500 | | | | | | | | | 7 | 2.504 |
| Jurupoca | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Matrinchã | 6 | 10 | 12 | 28 | 11 | 20 | | | | | | | | | 36 | 58 |
| Pacu | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pacupeva | 3 | 1 | 10 | 3 | | | | | | | | | | | 13 | 5 |
| Piabanha | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Piau | 3 | 1.500 | 8 | 2.500 | | | | | | | | | | | 11 | 5 |
| Piavuçu | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pintado | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pirapitinga | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Piraputanga | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pirarara | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pirarucu | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tambaqui | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Trairão | | | | | 1 | 9 | | | | | | | | | 1 | 9 |
| Tucunaré | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL (Kg) | | | | | | | | | | | | | | | | 99 175,50 |

ISCAS VIVAS

| Espécie | Unidade | Espécie | Unidade | Espécie | Unidade | Espécie | Unidade |
|-------------|---------|---------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Acará preto | | Caranguejo | | Jeju | | Traira | |
| Camboatá | | Chimboré | | Lambari | | Tuvira | |
| Caramujos | | Curimbatzinho | | Muçum | | Outras | |

TOTAL (unidades): _____
Local: _____ Data: _____ Assinatura do Pescador: Gilberto Santos
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - VENDA PROIBIDA

Fonte: Acervo pessoal do senhor Gilberto (Pescador), 2019.

Mesmo com toda a documentação, presenciam-se casos em que o pescador não recebe assistência como, por exemplo, de um senhor que estava em afastamento por seu grave estado de leishmaniose, inclusive com ferida aberta. Ele ficou doente por cerca de seis meses, mas recebeu seguro por apenas dois. De acordo com seus relatos, ele não tinha dinheiro nem para tirar uma foto 3x4, necessária para efetivar o seu cadastro, junto ao órgão. Esse senhor possui uma família com três filhos que dependem dele para comer, vestir, comprar remédios etc. Campos. *et al* (2016, p. 486) afirmam que “É o braço do Estado que regulamenta e controla as ações de impactos ambientais (e, nesse caso, também social)”.

Ações governamentais que, para além do assistencialismo, podem se estender até a construção de usinas, tais como a Castanheira que, assim como apontam Freitas e Rodrigues (2015, p.762) pode trazer como “principal consequência econômica [...] a queda na renda mensal das famílias que têm a pesca como principal fonte de subsistência no arranjo produtivo local”. Esse aspecto é percebido nas afirmações do pescador Bento quando fala sobre as suas atividades de pesca, pois várias áreas de terras serão alagadas, o que poderá desalojar muitos pescadores da área habitual. Compartilha dessa opinião o senhor Miguel, um dos pescadores que fez o acompanhamento da equipe da empresa EPE, nas pesquisas sobre a fauna, flora e meio ambiente do rio Arinos.

Figura 24 - O pescado fruto do trabalho



Fonte: Acervo pessoal Adriana, 2019.

A venda do peixe também era uma atividade realizada com certa dificuldade, pois o meio de transporte utilizado era uma bicicleta usada para vir na rua, ou quando levava sorte, conseguia carona. Assim, vinham à cidade e vendiam os

peixes, não era muito e não era caro, vendiam a preço de "banana", conforme relatos do senhor Miguel⁴¹.

Assim, os relatos mostram que foram tempos difíceis, pois o espaço perto das propriedades era “ruim de peixe” e era preciso descer o rio Arinos para pescar em outra ilha. Chegavam a sair na segunda-feira de madrugada e voltavam na quinta-feira à noite, passava duas vezes na semana para ver a esposa e os filhos, quando subia para vir para a cidade vender o peixe.

As atividades relacionadas a uma classe trabalhadora, os pescadores, no caso, estão na base da compreensão das formas organizacionais assumidas por ela; essas, por sua vez, são o produto de uma cultura instituída em relação ao próprio espaço ocupado pelos pescadores, e que se modifica, com influência dos determinantes históricos, sociais, econômicos e culturais. Esses determinantes tornam essas formas de organização mais ou menos capazes de romper com os obstáculos próprios das atividades que lhes são impostos até alcançarem o êxito desejado pelos pescadores.

6.4 Relações sociais e feiras livres

Embora as comunidades de pescadores componham uma totalidade social, os processos de produção e reprodução social ocorrem em situações particulares, “nos atos singulares tecidos por indivíduos e suas comunidades, os quais experienciam determinados contextos alimentados de especificidades socioambientais, econômicas, políticas, históricas e culturais” (RAMALHO, 2016, p. 396). A partir dessa afirmação, surge a necessidade de saber como se desenham as relações sociais dos pescadores entrevistados com os demais pescadores e com a sociedade em geral. A visão do senhor Gilberto ilustra, em parte, como isso se delinea. Ele afirma que

[...] os pescadores profissionais é tudo sozinho, cada um por si, porque pescaria hoje se for pegar pra ir pescar em dois, para você rachar não dá,

⁴¹ Pescador da Colônia Z-16, que acompanhou a equipe de campo da EPE, para coleta da fauna e flora, nas áreas de alagamento pela UHE Castanheira, do rio Arinos.

não vira. Pescaria é sozinho mesmo, senão não sobra muita coisa. Então assim, na questão de amizades tem muitos amigos pescadores, tem muito conhecimento na cidade, na cidade mesmo quem me conhece sabe que eu faço, muita gente me conhece, fala de Betão pescador todo mundo conhece, porque tem muitos anos que eu trabalho aí, e tem muito conhecimento mesmo. (Depoimento do senhor Gilberto, Juara, 2019).

Apesar de o relato do pescador senhor Gilberto deixar clara a solidão de sua atividade de pesca durante o tempo que se mantém no rio, isso não pode ser tratado sob o ponto de vista de uma atividade individualista, uma vez que há outras atividades que envolvem a pesca e que se fazem de forma coletiva ou grupal, forjadas no seio de diferentes relações, sejam elas familiares, de vizinhança ou em espaços comerciais. Para Ramalho (2016, p. 401), “o pescador artesanal é o cara que tem um conhecimento antigo, que vem lá detrás, e trabalha com seus parentes, compadres, amigos mesmo, com aqueles instrumentos simples não tão tecnológicos”. Pensando por este viés, a pesca, mesmo que apresente momentos de atividade solitária, como o senhor Gilberto descreve, é forjada em regime de parceria. Essa relação, aparentemente ambígua, está contida na fala do próprio senhor Gilberto, quando ele relembra os tempos iniciais de sua jornada como pescador.

[...] naquela época, que a gente pescava, a pesca não tinha muito valor, como tem hoje. Hoje o preço já é diferente, naquele tempo, a cidade também era mais pequena e muita gente pescava, vendia a preço baixo, ou às vezes o cara só ia pescar pra diversão, pegava lá um tanto de peixe e acabava vendendo baratinho, então atrapalhava o comércio da gente, mas aí agora hoje em dia está bem diferente. (Depoimento do senhor Gilberto, Juara, 2019).

Essa diferença percebida pelo senhor Gilberto e externada por ele está ligada ao um fenômeno atual em que o pescado tem maior valor quando sofre certo beneficiamento até chegar às mãos dos consumidores, tais como a retirada de escamas e/ou de espinhas, a limpeza, o fatiamento em postas etc. A retirada de espinhos, por exemplo, se tornou uma das habilidades do senhor Gilberto; fato que o fez aumentar as vendas de algumas espécies de peixe e produtos específicos tais como a ventrecha, já que este é um peixe que tem muitas espinhas. Em sua narrativa conta parte de sua rotina como feirante e fala ainda sobre o sistema de funcionamento da mesma.

Todo domingo eu estou na feira, quando eu não estou na feira é porque já acabou o peixe [...]. Eu vendo peixe na feira desde quando tinha uma feira velha lá no comecinho do triângulo, aí depois fechou aquela feira e fizeram essa outra nova, lá na feira sim, lá você tem um caderno lá que você assina, você paga toda semana você paga banca, se você foi lá ou não você tem que pagar do mesmo jeito, aí você paga lá e assina. (Depoimento do senhor Gilberto, Juara, 2019).

Como parte importante das relações sociais que se estabelecem entre os pescadores e a comunidade, está a “Feira Livre”. Ela é o principal local de comercialização do pescado em Juara; está localizada na avenida Mato Grosso e surgiu por volta da década de 1970 e funcionou em um espaço improvisado, cedido pela prefeitura, por aproximadamente 20 anos. Naquela época os feirantes trabalhavam em estandes cobertos com telha de amianto, muitos faziam exposição de seus produtos no chão, ou em pequenas bancadas de tábua. Desde então, essa foi a forma mais eficaz dos pescadores e pequenos sitiantes venderem seus produtos, tais como a mandioca, a banana, o milho, o queijo, os ovos, o leite, o doce, a farinha, na área de hortaliças, a alface, o tomate, a couve. Nesse meio entram também as vendas de galinhas limpas, galinhas ainda por limpar, porcos e pescado.

Senhor Gilberto relata que, no início, os compradores não tinham tantas exigências com os peixes, bastavam estarem frescos e/ou bem conservados, contudo, as exigências têm aumentado, o que o faz crer que, por si mesmo, deve buscar superar seus conhecimentos e implementar novas técnicas que agreguem valor ao seu produto.

Isso aqui eu aprendi sozinho, questão de tirar o espinho, a Matrinchã mesmo, eu vi as pessoas tirar até o lombo, a e só tirava aqueles espinhos do lombo, a e eu comecei a fazer na Matrinchã também só que ficava esse espinho do canto aqui, e não dava pra tirar, e o espinhaço também que fica muito espinho, aí inventei de abrir ela e tirar por dentro, aí eu abria, tirava o espinhaço fora, ela continuava inteira, não separava as bandas, e aí tirava todinha, só ficava a costela, e aí ficou bom rapaz, o trairão também, o trairão inteiro era ruim de vender com os espinhos, aí o filé do trairão foi eu que também inventei, eu que comecei a fazer e pegou, e hoje não tem trairão que chega, hoje eu não tenho filé de trairão senão eu ia mostrar para você como e que é, você já viu filé de trairão? (Depoimento do senhor Gilberto, Juara, 2019).

Importante destacar que a feira teve início com apenas cinco feirantes, mas com o tempo foi se consolidando como espaço de trocas econômicas e simbólicas, uma vez estabelecidas e consolidadas suas relações com a sociedade e com os

novos feirantes que, à época, começaram a frequentar a feira e vender suas mercadorias.

Em 2002, a prefeitura municipal de Juara, por meio da lei 1.602/204, construiu um espaço próprio e mais adequado. Assim, a feira livre de Juara recebeu o nome de Luiz Fernandes de Araújo. Tal espaço é composto por um barracão, com estrutura de ferro e cobertura de zinco, dividido em baias de 2 m², que comportam e auxiliam os feirantes em suas atividades de vendas de mercadorias. Possui energia elétrica, água encanada, balcões com cobertura em cerâmica na cor branca, além de banheiros coletivos, para feirantes e visitantes.

Figura 25 - Peixes expostos para a comercialização na feira do município de Juara MT. No primeiro plano um dos filhos do senhor Gilberto



Fonte: Acervo pessoal de Adriana, 2019.

Para senhor Gilberto, a feira aos domingos é antes de tudo um espaço de encontros com os amigos e fregueses, porquanto ser este o local onde se materializa o resultado de tanto tempo de isolamento e distância da família. Como afirma Garcia-Parpet (2008, p. 71), é na feira que homens e mulheres aproveitam a visita à cidade para encontrar os membros da sua família e trocar ou fazer circular informações.

Ainda falando a respeito da feira, Garcia-Parpet (2008) afirma que os interacionistas se debruçam unicamente sobre as trocas consideradas no quadro

estreito de um feixe de relações comprador/vendedor, isolando o momento da troca, sem se interrogarem sobre as condições sociais que a tornaram possível. Enquanto isso, todos os pescadores entrevistados para esta pesquisa relatam sobre as animadas rodas de conversa entre vendedores e até mesmo alguns compradores, porque como bem esclarece Garcia-Parpet (2008), há na feira uma atmosfera bem particular: enquanto em outros lugares nunca havia muita gente, o interior do galpão é sempre muito cheio de vida. Para o autor, a feira contribui para a organização da vida social, da mesma forma que a igreja, o cinema e a escola.

Em muitas cidades brasileiras, principalmente nos menores municípios, a feira popular aos domingos tornou-se um ponto de encontro das pessoas, dos amigos, da família para, no mínimo, tomar seu caldo de cana com pastel. A compra das verduras e legumes para a semana, a carne do almoço, a troca de informações entre as pessoas que residem na cidade e as da zona rural, em relação a empregos ou a médicos, também são fatos corriqueiros neste ambiente.

A moeda mercantil na feira nem sempre é o dinheiro, existe o hábito da troca entre comerciantes, por exemplo: quem vende carne, troca por peixe, ou bolo por um quilo de farinha. Um ponto importante a ressaltar nesse contexto são as relações sociais de proximidade entre os “barraqueiros”, que aliás também, de modo geral, conhecem seus clientes e muitas vezes os chamam por nomes, sabem como gostam dos produtos etc. tais interações ajudam a aproximar histórias de vidas, muitas vezes dissonantes, bem como trazem certo aconchego à alma.

6.5 Usina e perspectiva de futuro do pescador

Até o momento, contemplamos uma básica descrição, devidamente refletida a partir de empirias e teorias sobre os pescadores, suas atividades e suas relações entre si e com seu contexto de trabalho. O intuito é compreender como essas relações se dão e em que intensidade a relação dos pescadores com o rio está contida em sua forma de ser e estar no mundo, vindo determinar a sua prospecção futura, não apenas em relação à sobrevivência, mas também no que toca ao contato com o rio e com os demais atores que estão nas suas relações por causa do rio. Assim, as memórias que foram retomadas pelas entrevistas aqui transcritas ajudam

a entender o presente dos pescadores e a forma como atualmente eles se relacionam com o rio e com os demais atores sociais à sua volta.

Na perspectiva da continuidade de seu dia a dia, as possibilidades de futuro se inscrevem no contínuo de suas perspectivas iniciais, desde quando chegaram à região, que se configura principlamente pelo desejo de vida digna para si e para a sua própria família. Contudo, a possibilidade da instalação de uma UHE faz com que os rumos de suas vidas fiquem em suspenso. Nenhum deles (pescadores) mudou sua rotina de pesca por causa de uma possibilidade de implantação, mas todos eles têm se detido a pensar no que a instalação vai significar para suas vidas. Talvez, pior do que a certeza, seja a falta de certeza. Talvez ela seja o principal fantasma a se fazer presente no dia a dia dos pescadores, seja no momento solitário da pesca, seja na interação com suas famílias, seja na socialização mais ampla na feira da cidade ou em outros contextos.

Assim, perceber como essa possibilidade de implantação da UHE pode impactar em suas vidas, rouba-lhes o sossego e, em alguns momentos, os assombra, conforme os relatos que seguirão.

Então, a colônia de pescadores é contra a usina porque sai a usina acabou o peixe. Claro que dizem que tem as indenizações, e a gente vai lutar pela indenização, mas que nem a gente que gosta de estar no rio, que vive disso a muitos anos, quer o rio pra pescar (Depoimento do Senhor Bento, Juara, 2019).

Além de uma relação afetiva com o rio, claramente importante para os pescadores, conforme indica senhor Bento, há de se compreender que a usina modificará a vida de cada um que tem suas relações sociais forjadas no contexto da sua relação com o próprio rio, conforme também aponta o senhor Gilberto.

Assim, a gente como vive disso, você tem aquilo como sua renda, você não tem outra opção, eu acredito que vai lógico interferir, atrapalhar, tudo vai mudar não vai ser como antes, apesar que eu nunca vivi essa situação, pelo que os outros falam é o que vai acontecer. Mas com certeza alguma coisa vai atrapalhar e muito. (Depoimento do Senhor Gilberto, Juara, 2019)

A percepção de que a presença da hidrelétrica vai impactar em suas vidas é clara. As especulações são em relação ao que os atingirá diretamente e como imporá modificações ao seu modo de relacionar-se com o rio e de sobreviver. A sobrevivência dos pescadores está ligada ao rio e às suas configurações atuais; os

limites e as possibilidades do rio em suas vidas foram descobertos pelos pescadores no decorrer de décadas e não de um dia para outro. Portanto, compreender o rio e as suas possibilidades, antes de tudo, é estar numa relação de reciprocidade com ele; o rio se dá a conhecer e é conhecido pelos pescadores. A sua modificação, uma vez que suas águas conhecerão os impactos do alagamento que a UHE provocará, exigirá uma nova forma de relação, tanto dos pescadores com o rio, como dos pescadores com os demais atores sociais. A vida será alterada; e quem pode prever que será para melhor?

O povo fala que, até mesmo o biólogo que deu orientação, Matrinchã não vai pegar mais, porque Matrinchã ela gosta de corredeira, então a área vai ficar represada, parada com certeza a Matrinchã você não vai conseguir ver mais, e a questão do transporte que nem nos usa o rio 100% para transporte, para descer e subir, nós não tem acesso por estrada, as estradas que tem e de fazenda, e fazendeiro não deixa você passar, a e que nem aqui onde nos vai, sai na balsa, tem estrada ali só descer, pega o rio descendo a e quando fazer essa usina eu não sei como que nós vamos fazer pra fazer esse transito a e, eu acredito que vão ter que arrumar um canto lá para nos descer [grifo nosso]. (Depoimento do Senhor Gilberto, Juara, 2019)

Outro ponto levantado pelo depoimento do senhor Gilberto diz respeito ao comportamento dos próprios peixes. Esse relato demonstra o conhecimento que o pescador tem acerca dos peixes em seu habitat, construído ao longo de décadas de relação que se estabeleceu em um determinado local e sob determinadas condições e reforçada pelo conhecimento técnico do biólogo. Isto é, as relações deram-se ao longo do rio Arinos em uma dada configuração, formato ou desenho natural, que será alterado. Essa alteração que será provocada pela instalação da UHE, acarretará mudanças na adaptação dos próprios peixes, que são a fonte de subsistência dos pescadores.

Mas uma coisa eu digo, se sair a usina o peixe vai a mísera, não vai, ainda mais se for com comporta de abrir e fechar, porque uma hora ou outra lá em baixo, outra hora lá em cima, o peixe fica louco. [O peixe] não sabe para onde é que vai, a água suja, água limpa, uma hora sobe outra hora abaixa, peixe não pode viver desse jeito. (Depoimento do Senhor Gilberto, Juara, 2019).

Em outro momento da entrevista, o senhor Gilberto questiona os critérios de escolha do local para a implantação da UHE e na disparidade da aplicação das leis ambientais em relação a quem comete alguma infração. Sua forma de pensar, que

soa também como um desabafo indignado, tem relação com a aplicação da lei ambiental que em alguns momentos tem claro rigor, principalmente junto aos pescadores e outras minorias em sua relação de subsistência com a natureza, e rigor, aparentemente menor, com os grandes empreendimentos operados por empresas, cujo objetivo econômico não é sobrevivência, mas acúmulo de capital a partir da geração de energia e sua venda.

Deveriam aproveitar cachoeira que não afeta tanto, mas chega a e e vão represar o rio, desmatar que nem vão fazer, vão desmatar as margens toda, arrancar mato de ilha. Eu falo com tanta questão ambiental que tem, aquelas leis ambientais, tanta gente foi multada porque cortou uma arvore, porque desmatou em local que não era permitido, a e agora os caras vão chegar a e vão limpar vão fazer uma varredura. Que lei que é essa, então os pescador tem que estar se unindo e não deixar esse negócio sair não, que vai atrapalhar nós. (Depoimento do Senhor Gilberto, Juara, 2019).

Em alguns momentos, a reflexão intuitiva do senhor Bento toca numa questão importante que é a definição do equilíbrio entre o benefício que a implantação da UHE trará em relação aos prejuízos que poderão advir com a presença desse empreendimento para as populações atingidas.

A geração de energia vai ser muita pouquinha pelo impacto que vai ter, então a gente não entende disso a e, a gente é pessoas que cresceu aqui na nossa região não entende nada dessas coisas, mas o que a gente escuta falar é que o impacto vai ser mais do que valer a pena a energia gerada, não vai ser compatível, vai ser só prejudicial. (Depoimento do Senhor Bento, Juara, 2019).

Senhor Bento ainda segue dizendo que

Hoje está todo mundo ansioso porque se vier essa usina vai vim muitos benefícios para a cidade, mas pesquise as outras cidades, onde é que foi sair a usina, para vocês veem que não é um benefício para a cidade, pode ser um benefício para a população do Brasil inteiro, mas pra cidade não, para a cidade não tem benefício. Para a cidade é só o fervero da construção, e pode pesquisar em todos os lugares que foi construído. A gente vê o povo só reclamando nessas cidades. (Depoimento do Senhor Bento, Juara, 2019).

Além de compreender a relatividade dos benefícios que a implantação da UHE trará, senhor Bento ainda traduz muito bem a sua condição de minoria quando aponta a sua quase total vulnerabilidade diante de interesses maiores, que são os

interesses do mercado que visam a otimização mercantil de áreas que podem gerar algum tipo de produto (nesse caso a energia) e que não está sendo aproveitada.

Contudo, essa mesma percepção neoliberal de mercado, que se fundamenta na liberdade dos investimentos e na lucratividade, não se alinha com os valores que representam o respeito aos direitos fundamentais, dentre eles o de conviver em um ambiente saudável, livre de iniciativas que desconfiguram formas de ser e estar no mundo e com ele estabelecer relações.

Então nós temos que ver se isso a e vai ser ser benéfico para nossa região, que nem eu mesmo que cresci aqui, meus filhos está tudo aqui se criando aqui, eu falo gente pensem bem porque se tiver jeito de evitar, vamos evitar dessa usina ser implantada aqui, mas se não tiver, paciência, pois quem manda é os forte, nós somos fraquinhos. (Depoimento do Senhor Bento, Juara, 2019).

Ser “fraquinho” é precisar de um poder maior que os defenda frente às investidas do mercado, contra o qual o Estado deveria proteger esses cidadãos cuja vulnerabilidade ainda é maior. Por isso, o apelo final que segue:

Os nossos representantes têm que ver isso a e, tem que caçar o que e melhor pra cidade, não vão só atrás do dinheiro não, porque o dinheiro quando nos morrer não leva nada, mas deixar um legado para os nossos filhos aqui, essas paisagens bonita que tem o Rio Arinos, e vê a Matrinchá nadando nesse rio, vamos tentar deixar isso a e para os nossos filhos e netos. (Depoimento do Senhor Bento, Juara, 2019).

Ao assumir a sua condição de “fraquinho”, o senhor Bento diz também que não há quem o defenda e que a causa em questão – o direito de permanecer em seu ambiente e com ele poder interagir em busca da realização dos seus sonhos e projetos – não será por ninguém, efetivamente, defendida.

Considera-se que, na contramão do acúmulo perpetrado pelas relações de poder emanadas do capitalismo, e com emparelhamento do Estado, cujo comportamento execrante tem sido observado no racismo ambiental, e nas trilhas da exclusão, dos agentes sociais, de seus territórios, aqui nominados ribeirinhos, para ampliação do setor hídrico. A proposta por um verdadeiro Estado de bem-estar social que respeita a diversidade das formas de estar no mundo, urge o comprometimento de interesses públicos e privados em garantir, nas mesmas esferas decisórias, a participação das comunidades indígenas, ribeirinhos e

pescadores em seu próprio destino, o que ocorre na verdade é um jogo de cena, conforme veremos a seguir.

7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: O JOGO DE CENA DE PROCEDIMENTOS DEMOCRÁTICOS E PARTICIPATIVOS

Concebido como espaço de debates sobre a viabilidade dos empreendimentos, na prática este procedimento configura-se tão-somente como uma formalização do processo de licenciamento ambiental, um jogo de cena de procedimentos democráticos e participativos. Programadas para uma etapa do licenciamento já em curso, as audiências acontecem tardiamente, quando decisões já foram tomadas e as dificuldades de acesso à documentação apontadas anteriormente dificultam uma participação informada (ZHOURI, 2008, p. 103).

O objetivo desse capítulo é compreender a participação dos indígenas, ribeirinhos e pescadores nas audiências públicas para implantação da UHE Castanheira, desde as primeiras reuniões de diagnóstico participativo. Para a construção do capítulo realizou-se levantamento quando foram acessadas atas das reuniões; das comunicações fornecidas por diversas mídias; dos áudios das entrevistas concedidas, durante ou após as reuniões, por autoridades dos poderes legislativo e executivo, da empresa EPE; além de narrativas dos agentes sociais que poderão ser atingidos pela barragem.

Nessa pesquisa, os impactos socioambientais na vida e na identidade dos atingidos pela futura instalação da usina é tido como algo preocupante, pois tal ação pode gerar impactos no macro e microambiente. Diante da iminência do processo de construção da usina, parece pertinente questionar e analisar qual, ou quais seriam as posturas dos cidadãos atingidos a respeito dos impactos causados.

7.1 A mobilização para as audiências públicas

O rio Arinos, que banha Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte e Juara, por sua abundância em água corrente, apresentou viabilidade para instalação e construção de uma usina hidrelétrica. Essa primeira etapa (de estudo de viabilidade) é executada mediante política de Estado, para geração de energia. E

não envolve vereadores ou prefeitos, mas a equipe da EPE - Empresa de Pesquisa Energética, que faz parte do governo federal e trabalha para aumentar as possibilidades de matrizes energéticas do país.

Assim, após a definitiva constatação de viabilidade por parte da equipe técnica do governo federal, no ano de 2013, no município de Juara, ocorreram as primeiras reuniões preparatórias, a fim de esclarecer alguns pontos a respeito da construção da UHE Castanheira. No entanto, vale ressaltar que nessa época a cidade passava por uma crise de improbidade administrativa, em relação à antiga gestão⁴². Por este motivo, a sociedade em geral e, até mesmo algumas entidades específicas iam à reunião pensando se tratar deste assunto, ou algo relacionado à Sema. Os verdadeiros interessados (indígenas, ribeirinhos e pescadores da região a ser atingida pela construção da usina), na maioria das vezes, nem compareciam, por falta de informação e esclarecimento sobre a importância de tais reuniões e mesmo sobre os assuntos que seriam tratados.

A primeira de uma série de reuniões preparatórias aconteceu entre os técnicos representantes da EPE e os prefeitos das cidades de Porto do Gaúchos, Novo Horizonte do Norte e Juara. Nessa ocasião, a equipe multidisciplinar da EPE apresentou a proposta de implantação da usina, que sob seus olhares poderia gerar renda, emprego, desenvolvimento e progresso para região do “Vale do Arinos”. De acordo com Fainguelernt, em seu estudo (2016, p. 257), pontos polêmicos, assim como aconteceu durante o processo de implantação da usina de Belo Monte, fizeram surgir diversos anúncios nos principais veículos de comunicação para difundir os possíveis benefícios e impactos positivos da usina.

De acordo com a fala de Diego Almeida, técnico representante da EPE, em sua primeira entrevista concedida sobre o assunto, naquele momento (abril de 2013) a empresa

[...] iniciava os estudos de viabilidade da usina Hidrelétrica Castanheira para futura contratação e integração ao nosso sistema interligado nacional. Com base nos estudos de inventários, que determinaram a partição de queda para o Rio Arinos, o qual a Usina Hidrelétrica Castanheira compõe essa divisão de quedas e hoje é o nosso objeto de estudos. A usina castanheira está prevista para ter uma capacidade de produção de 192 megawatts,

⁴² No ano de 2018, o decreto legislativo nº 265 cassou a prefeita de Juara-MT, Luciane Bezerra. Cf informações disponíveis em <<http://www.juara.mt.leg.br/institucional/noticias/conheca-o-decreto-legislativo-no-265-2018-sobre-a-cassacao-da-prefeita-luciane-bezerra>> Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

seria uma capacidade significativa a qual os nossos estudos irão determinar de maneira precisa a população, tanto industrial, quanto comercial que podem ser atendidos [...] Site Amplitudes News (2013).

Para a construção do diagnóstico participativo, além destas reuniões preparatórias, também foram realizadas oficinas e posteriormente uma audiência pública. A primeira oficina ocorreu em junho de 2014 no Sindicato dos Produtores Rurais de Juara; a segunda se sucedeu no mês de agosto, a terceira em setembro e a quarta oficina em dezembro de 2014. Todas as oficinas aconteceram no espaço da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – Sematur, inclusive uma quinta oficina, ocorrida em abril de 2015. Tais oficinas participativas tiveram como objetivo abrir “espaços de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, dos conflitos e trocas de ideias onde se aprende fazendo junto” (Diagnóstico participativo, 2016, p. 19).

Figura 26 - Grupo de trabalho nas oficinas do diagnóstico participativo em Juara



Fonte: Diagnóstico participativo (2016)

Observando a figura 26 é possível perceber que, a EPE e as empresas responsáveis pela elaboração do material do diagnóstico participativo cumprem as formalidades exigidas por lei, pois de fato, as reuniões de formação aconteceram. Todavia, verifica-se que, conforme Figura 26, somente há presenças de um representante do legislativo e seu secretariado e representantes do comércio local, enquanto os agentes que serão diretamente ou indiretamente atingidos pela

implantação da usina, quais sejam indígenas, ribeirinhos e pescadores estão ausentes.

A configuração da participação presente nas oficinas demanda uma reflexão sobre a priorização da questão econômica e geração de riqueza, expressas como desenvolvimento e progresso, ecoada na representatividade dos agentes que participaram maciçamente da oficina, em detrimento dos aspectos sociais e ambientais, que serão sentidos pela sociedade como um todo, também refletido na ausência de segmentos que representassem esses legítimos interesses. A esse respeito, Fainguelernt (2016, p. 260) ressalta que, no contexto da lógica desenvolvimentista, ainda em curso no país, a participação das populações atingidas em processos decisórios de grandes empreendimentos no Brasil, e em especial na Amazônia Brasileira, é algo polêmico e repleto de controvérsias.

Para Lemos (1999),

Apesar do que estabelece a legislação, os RIMAs quase sempre são redigidos em termos incompreensíveis para quem não tem capacitação técnica para entendê-los. Sendo assim, os RIMAs não servem como subsídio às populações atingidas para a negociação com as empresas ou com órgãos técnicos, e tampouco para prepará-las para a participação nas audiências públicas. (LEMOS, 1999, p. 119).

A esse respeito, o presidente da Associação dos Produtores Rurais das Glebas Pedreiras e Palmital, senhor Lauro, comenta que as coisas acontecem no tempo presente, e que já é possível verificar as consequências disso, em suas palavras: “não iremos ser impactados, já estamos à mercê do mesmo”. Lemos (1999) ressalta ainda que a capacidade potencial de influenciar o parecer final de concessão da licença faz com que as audiências públicas se tornem “arenas” de uma disputa política entre múltiplos agentes sociais, portadores de diferentes concepções e representações sobre o mundo material e sobre a apropriação do território.

A maioria dos agentes atingidos ficou sabendo dos planos de construção da usina hidrelétrica por meio de comentários de rádio e por conversas boca a boca que ocorreram pela cidade. No início, não havia interesse de muitos agentes em participar, pois, por parte dos mesmos, pensavam que tal empreendimento não afetaria suas vidas. Mas, ao tomarem conhecimento da gravidade do problema, por meio de movimentos promovidos pelas associações, os indígenas, ribeirinhos e

pescadores começaram a se envolver. Um deles é o próprio senhor Lauro que, como presidente da associação, ressalta a importância de todos buscarem informações sobre a construção da usina, seus pontos negativos e positivos, da mesma forma que as consequências dela, para que assim possam formar uma opinião consolidada sobre o assunto.

Todavia, o caminho da informação e instrução condiz com o nome da comunidade a ser atingida “Pedreira”, visto que os relatórios apresentados pelos representantes da EPE constavam de três blocos, de aproximadamente 3.000 páginas, denominados EIA e Rima. Frutos dos estudos realizados para a construção da UHE e compostos por diferentes informações técnicas, além de imagens, mapas etc. Como analisou Diegues (1998), em casos envolvendo comunidades de pescadores, as comunidades tradicionais raramente participam de audiências públicas e, quando participam, enfrentam dificuldades para compreender a linguagem científica empregada (DUARTE, FERREIRA, SÁNCHEZ, 2016, p. 1079). Na opinião do senhor Lauro, esses documentos normalmente são “maquiados” e são de pouco entendimento para os atingidos e para a sociedade em geral. Para ele, certamente haverá muitas implicações, tais como o aumento da umidade na cidade, o atingimento do lençol freático, além de outras coisas.

Figura 27 - Oficina de levantamento das potencialidades de Juara.



Fonte: Diagnóstico participativo (2016)

A Sema – Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso é responsável pela análise e posterior parecer dos documentos protocolados referentes a empreendimentos que dependem de licenciamento ambiental e

acompanhamento das audiências públicas conforme consta na resolução Conama nº 9 de 1987

Art. 1º A audiência pública referida na Resolução CONAMA nº 1/86, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito. § 1º O Órgão de Meio Ambiente, a partir da data do recebimento do RIMA, fixará em edital e anunciará pela imprensa local a abertura do prazo que será no mínimo de 45 dias para solicitação de audiência pública. (CONAMA, 1987).

Nesse sentido, concorda-se com Derrosso e Ichikawa (2014) para quem os grandes projetos como, por exemplo, a construção de usinas hidrelétricas continua portadores de um grande potencial de organização e transformação dos espaços e de um grande potencial para decompor e compor regiões, muito embora o poder de fazer isso tenha “trocado” de mãos. Nessa concepção, Lemos (1999) salienta que as audiências públicas fazem parte de um “campo político” onde se desenvolve uma complexa articulação de discursos que acionam diferentes lógicas de concepção e apropriação do território e de seus recursos, por meio de diferentes grupos econômicos, políticos, ambientais, sociais e culturais.

Pontuam também que a avaliação dos impactos sociais de grandes empreendimentos na Amazônia é aspecto delicado e frequentemente abordado de maneira insuficiente nos estudos realizados, uma vez que os mesmos não contêm, suficientemente, aspectos que envolvam conhecimentos antropológicos e sociológicos, por exemplo, que também dizem respeito aos impactos que a implantação que uma UHE pode causar e estão ligados a elementos imateriais que não podem ser reconstruídos em outros locais; basta verificar a composição do quadro técnico dos principais relatórios exigidos em relação aos impactos que poderão ser causados aos atingidos por barragens e veremos que a imensa maioria é de autoridades ligadas a áreas das ciências agrárias e biológicas e raras as presenças de autoridades de áreas humanas e sociais.

Além dos aspectos técnicos e estruturais na construção de empreendimentos hidrelétricos, é relevante considerar aspectos subjetivos, humanos e simbólicos que precisam ser esclarecidos para a melhor gestão desses projetos (DERROSSO e ICHIKAWA, 2014, p. 97-98). Afinal, essas mudanças não são apenas de espaço físico, mas principalmente alteram as relações sociais, as ocupações laborais, as

rotinas, as representações simbólicas, os vínculos, ou seja, a identidade dessas populações. Essa prospecção, apesar de teórica, efetiva-se na realidade de muitos empreendimentos que podem ser tomados de exemplo, por isso a dificuldade das comunidades em se adaptar a essa nova situação e ressignificar suas identidades que, de modo geral, estão intimamente ligadas ao espaço territorial que, a partir da instalação da nova usina, deverá ser deixado para trás.

7.2 A teatralização dos agentes nas audiências públicas

Em relação aos direitos dos povos atingidos por barragens, as políticas de Estado, da mesma forma que algumas políticas de governo, parecem por vezes desenvolver um simples jogo de cena, um teatro. Em outras palavras - apesar de haver garantias legais⁴³, inclusive constitucionais, que asseguram uma série de direitos aos povos indígenas, ribeirinhos e pescadores, as especulações intrínsecas ao sistema capitalista parecem passar à frente da garantia dos direitos desses agentes sociais. Em certo sentido, até mesmo a posse das terras, usufruto dessas populações, termina, de fato, ficando nas mãos do próprio Estado e não sob a tutela de quem nela habita. No momento em que há uma clara tensão entre os interesses

⁴³ Ver site

http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=567&Itemid=451

Principais Legislações Consideradas

1 Empreendimento ou atividade que causa significativo impacto ambiental (inclui abaixo):

-LC MT nº 232 de 21/Dez/05 e Res. CoNaMA nº 237 de 19/Dez/97

2 Licenciamento Ambiental da União:

-DE-BR nº 8437 de 22/Abr/15 e LC-BR nº 140 de 8/12/11;

3 Descentraliza Licenciamento de Empreendimentos:

-Res. ConsEMA-MT nº 85 de 24/Set/14

4 Municípios com Licenciamentos Ambientais:

- Port. SEMA nº 141 de 22/Abr/15

6 Empreendimentos com EIA:

- LC MT nº 38 de 21/Nov/95;

- Res. CoNaMa nº 01 de 1986, nº 237 de Dez/97, nº 09 de 6/Dez/90, nº 284 de 30/Ago/01;

- Resolução ConsEMA-MT nº 7 de 1994 e nº 17 de 1991.

7 Licenciamentos simplificados:

- DE-MT nº 138 de 25/Jun/15;

- Res CoNaMA nº 385 de 27/dez/06, nº 237 de Dez/97, nº 279 de 27/Jun/01; nº 377 de 09/Out/06;

- Resoluções ConsEMA-MT nº 11/95, nº 12/1995, e nº 49/98.

7b Licenciamento sem EIA após aprovação do ConsEMA e OEMA:

- Res. CONAMA nº 404 de 11/11/08 e Res. ConsEMA 13 de 27/8/03.

dessas populações e os interesses de mercado, o Estado deveria agir com a lisura suficiente para assegurar os direitos da população que poderia ser atingida de forma definitiva, só pesando os benefícios que tais empreendimentos poderiam trazer às pessoas, em um sentido mais amplo.

A sociedade civil organizada, preocupada com as notícias da implantação da UHE Castanheira, pressiona os representantes do Poder Legislativo por informações, com vistas a ter melhor embasamento para a tomada de decisões durante as audiências públicas agendadas. Apesar de a maioria das audiências agendadas não chegarem a acontecer, isso não impediu que o então prefeito de Juara assinasse a portaria nº 281/18 de criação da Comissão de Acompanhamento de Implantação da Usina Hidrelétrica no rio Arinos, composta por 40 instituições do comércio, da indústria, dos trabalhadores, dos produtores, dos ribeirinhos, dos indígenas e da educação.

Essa comissão foi criada com objetivo de estudar os Relatórios de Impacto Ambiental EIA e Rima e chegou a se reunir, entre os dias 06 a 13 de março de 2018, por três vezes. Esse pequeno intervalo de tempo entre as reuniões deveu-se à proximidade da data da primeira audiência pública, que conforme Diário Oficial, de 29 de janeiro de 2018 foi marcada para o dia 22 de março de 2018. No mesmo documento o Secretário de Estado de Meio Ambiente evidencia também que comporá a pauta

[...] os Estudos de Impacto Ambiental e o respectivo Rima do EIA/RIMA do empreendimento Usina Hidrelétrica Castanheira - UHE Castanheira, de responsabilidade da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, processo de licenciamento nº. 346973/2012, conforme segue: Cidade: Juara Data: 22/03/2018 (quinta-feira) a partir das 19:00 horas; Local: Centro de Eventos João Paulo II - Praça dos Colonizadores, 40 W - Centro. (Diário Oficial, 2018, p. 44).

Contudo, sem nenhuma justificativa publicada, a audiência foi cancelada, pela Sema, conforme Diário Oficial 19 de março de 2018

EDITAL DE CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA O Secretário de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT, André Luis Torres Baby, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual e o art. 5º, inc. II, da Lei Complementar nº 566, de 20 de maio de 2015, torna público o CANCELAMENTO das Audiências Públicas para apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA do empreendimento Usina Hidrelétrica Castanheira - UHE Castanheira, a ser instalado no Rio Arinos no município de Juara/MT e

Novo Horizonte do Norte/MT, de responsabilidade da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, que realizar-se-iam nos dias e locais abaixo indicados. Cidade: Novo Horizonte do Norte Data: 21/03/2018 (quarta-feira) a partir das 19:00 horas Local: Centro de Eventos Sagrado Coração de Jesus - Rua Padre Guinter s/nº - Centro. Cidade: Juara, Data: 22/03/2018 (quinta-feira) a partir das 19:00 horas; Local: Centro de Eventos João Paulo II - Praça dos Colonizadores, 40 W - Centro. (Diário Oficial, 2018, p. 6).

Um dos princípios que rege a *res pública*, isto é, as administrações públicas, diretas ou indiretas, é o princípio da publicidade, que deve ser compreendido como a devida exposição de assuntos de interesse público para que os interessados possam ter acesso a essas informações. A pergunta que se faz é: O Diário Oficial é um veículo de comunicação de acesso dos agentes sociais atingidos pela barragem? pois, uma vez noticiado o cancelamento da audiência pública, a mesma foi devidamente publicada em Diário Oficial. Não podemos questionar a legalidade do ato, mas podemos questionar o alcance do ato em vista da realização do princípio que é o de informar e dar a entender a informação aos que são os legítimos interessados na mesma. Em que situação se encontram ribeirinhos, indígenas e pescadores que os torna capazes de acessar o Diário Oficial para terem acesso a tal informação? Há um descompasso imenso entre o que é praticado sob o prisma da legalidade (comunicado em Diário Oficial) e o que deve ser realizado em vista de ser dado acesso efetivo da informação às comunidades, compreendendo-se que muitos que delas fazem parte são analfabetos, analfabetos funcionais e analfabetos digitais, e precisam ser informados.

Lemos (1999) reforça essa tática dos agentes públicos quando diz que a população é apanhada de surpresa por um tipo de instrumento formal de participação que não usou os canais comunitários para se anunciar, daí os comentários de que a comunidade não sabia sobre a realização da audiência pública.

Não importa sua condição, eles precisam ser envolvidos como protagonistas dessas ações e não podem ser negligenciados por quaisquer instâncias do poder. O alijamento seletivo dessas populações, mesmo por instâncias do Estado, configura, sem dúvida alguma, uma postura de desrespeito à legitimidade dessas comunidades em acessar informações e sobre elas poderem se manifestar de forma efetiva.

De acordo com Lemos (1999), a luta e a experiência dos trabalhadores rurais atingidos pelas barragens de perenização no Vale do Jequitinhonha foi um forte

estímulo para a organização das famílias que seriam atingidas pela barragem de Irapé.

Apenas em outubro de 2018, volta a se falar no assunto e cogitam-se novas datas para a realização das audiências, publicadas no Diário Oficial número 27.367, página 66. Essas, do mesmo modo que a primeira, ou seja, sem qualquer justificativa, teve seu cancelamento oficializado e publicado pelo Diário Oficial nº 27390, página 34, de 28 de novembro de 2018.

Durante o período de março (quando foi marcada a 1ª audiência), até a segunda, em novembro, não houve articulação suficientemente, pois foi somente a pedido da Comissão que a prefeitura contratou a empresa Eco System, para colaborar com os estudos do EIA e Rima e, principalmente, traduzir os códigos técnicos dos programas, que aparecem nos relatórios, bem como elucidar as viabilidades de aplicação para a sociedade de Juara, nos campos econômico, financeiro e principalmente social.

Ainda Lemos (1999) destaca

Que é necessário obter informações sobre o projeto (acesso à documentação produzida, como EIA/RIMA e complementações) e o licenciamento (processo de obtenção das licenças e desenvolvimento de *audiências públicas*). Tais informações, no entanto, não eram suficientes. O conhecimento acerca da realidade sócio-ambiental local (as comunidades e famílias, organização, formas de produção, recursos, estratégias de sobrevivência, costumes, etc.), bem como o conhecimento técnico também se faziam necessários para o enfrentamento das questões sócio-ambientais e políticas da construção da barragem. (Lemos, 1999, p. 159).

De certo modo, a notícia do último cancelamento foi recebida pelos atingidos, e mesmo pelos órgãos públicos com ar de alívio. Pois, tanto os representantes do legislativo e do executivo municipal, quanto as populações de atingidos, pareciam não se sentir aptos a acompanhar uma audiência pública que, dentre outras coisas, alteraria a rotina e a vida social da comunidade. Acerca das limitações das audiências públicas, Sánchez, (2013b) afirma que há um generalizado entendimento de que a participação promovida nas audiências é tardia, pois quando as comunidades são comunicadas sobre a possibilidade da instalação de um empreendimento, o processo de licenciamento já se encontra em estágio avançado, o que nos leva a questionar até que ponto a população atingida tem o poder efetivo de se pronunciar e os seus pronunciamentos serem levados verdadeiramente em consideração, ou ao menos ser respeitado o seu direito de autodeterminação.

O cancelamento de mais esta audiência trouxe consigo a criação de novas expectativas, dentre as quais: quando será a nova data da audiência? Será que a UHE Castanheira sairá do projeto? Qual o tempo da construção da usina? Quais os impactos sociais, ambientais da usina? A usina trará desenvolvimento, progresso, geração de emprego para Juara? A cidade terá estrutura, tais como escolas, atendimento de saúde, saneamento básico, segurança e moradia, para comportar a usina e os novos habitantes, que virão em função da construção? Essas expectativas talvez pudessem ter sido elucidadas nas audiências públicas, ainda mais se compartilhadas com as pessoas que serão deslocadas e com a sociedade local. O tema da participação da sociedade é sempre presente em discussões sobre sustentabilidade ou sobre meio ambiente e desenvolvimento. Nesse sentido, Silva-Sánchez (2010) consideram que, no Brasil, as audiências públicas são o mecanismo mais visível da participação popular, porque foram estabelecidas no bojo da Política Nacional de Meio Ambiente, por lei de 1981, pioneira na abertura de decisões governamentais à participação direta dos cidadãos, oportunidade até então inexistente.

Porém, a efetividade das audiências públicas e sua real influência no processo decisório são questionadas e criticadas por organizações da sociedade civil, que veem o processo como insuficiente, meramente formal ou de difícil acesso para as comunidades diretamente afetadas pelos projetos (Alonso; Costa, 2004; Baraúna; Marin, 2011; Diegues, 1998; Ditty; Rezende, 2013; Lopes, 2014; Rothman, 2001; Zhouri, 2008). Duarte, Ferreira, Sánchez, (2016, p. 1077).

Entretanto, houve uma única audiência pública para tratar da UHE Castanheira, organizada pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual. Aconteceu no dia 28 de março de 2019, em Juara MT. Nessa direção, Lemos (1999) salienta que pela natureza e complexidade dos processos que envolvem a construção de uma barragem hidrelétrica, uma única audiência pública não é capaz dar conta de esclarecer todas as dúvidas e fornecer todos os dados para que a população possa conhecer e “sugerir” mudanças no projeto.

O promotor estadual da comarca da cidade, em entrevista ao site Amplitudes News, para divulgar o edital de convocação da Audiência Pública falou:

Com certeza é por isso que o Ministério Público conta também com a participação da imprensa local na divulgação desse evento de modo que

toda a população possa participar, embora a gente tenha alguns seguimentos que serão diretamente impactados por ocuparem regiões ou espaços de áreas que estarão na zona de alagamento, de uma forma geral todos nós seremos impactados com a eventual vinda da usina. Site Amplitudes News (2019).

O objetivo dessa audiência pública era ouvir a população sobre a construção da UHE Castanheira, no rio Arinos, em Juara. Na ocasião, estiveram presentes técnicos dos Ministérios Públicos, os prefeitos de Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte e Juara, representantes do legislativo desses municípios, professores da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Universidade do Estado de Mato – Unemat, membros da sociedade civil organizada, da comunidade Pedreira, das comunidades indígenas e dos pescadores, além do Movimento de Atingidos por Barragem – MAB. Conforme Lemos (1999), o envolvimento da sociedade civil e a triangulação órgão ambiental – empresa – atingidos é importante até mesmo para que estes últimos chegassem à audiência pública com alto nível de informação sobre o processo, podendo formular claramente suas reivindicações e fundamentar suas críticas.

Porém, a empresa EPE, responsável EIA e Rima e que deveria apresentar o Relatório de Impacto Ambiental para apreciação pública, não compareceu ao debate. A imprensa que acompanhou a audiência pública fez o registro da ausência e indagou o promotor estadual da comarca de Juara, Hebert Dias Ferreira, sobre a justificativa da EPE pelo não comparecimento no evento:

Todas as entidades inclusive o empreendimento responsável pelos estudos, (EIA, RIMA) foram devidamente convidados e chamados a fazer parte dessa audiência para também tomarem ciência da posição do Ministério Público, não se fizeram presente e ao meu conhecimento não aportou nenhuma justificativa. Amplitudes News (2019). (grifo nosso).

O evento foi organizado pelo Ministério Público Federal e Estadual e teve como objetivo informar e discutir com a comunidade local e agentes sociais atingidos pelo empreendimento sobre os impactos causados pela UHE Castanheira. Conforme a fala do promotor Hebert, as partes foram convidadas, entretanto, o comparecimento não era obrigatório. Se fosse organizada e coordenada pela Sema, o empreendimento seria convocado e se tornaria obrigatória a participação na Audiência Pública⁴⁴

⁴⁴ Ver resolução Conama no 9, de 3 de dezembro de 1987, art. 1º A Audiência Pública referida na resolução Conama nº 1/86, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em

A exposição do tema serviria para esclarecer o que estava sendo proposto, quanto à geração de energia para as futuras gerações e quais os possíveis danos e agressões ao meio ambiente. A presença da empresa seria de fundamental importância porque, geralmente, quando se contestam as falas sobre geração de emprego, progresso e desenvolvimento, aqueles que lutam pela manutenção das condições de vida e permanência nos locais, quais sejam: os indígenas, ribeirinhos e pescadores locais, são atacados porque o discurso social, ainda que seja implícito, os coloca numa posição de impedidores ou contrários ao progresso e desenvolvimento.

Figura 28 - Sociedade em geral na audiência pública



Fonte: Site Amplitudes News (2019).

Na concepção dos Munduruku, a audiência pública é um momento para ouvir as pessoas interessadas sobre determinado assunto. Na aldeia “Nova Munduruku” sempre fazem esse tipo de atividade, mas com outro nome, é a reunião para ouvir a comunidade no intuito de entender seus anseios, procurar alternativas e soluções, ou apenas para a compreensão de determinado assunto. A participação da comunidade nas discussões é importante, pois as temáticas podem interferir em sua organização, e em seu modo de viver. Esse momento é a oportunidade que ela tem para se fazer ouvida e, acima de tudo, ser entendida, pois não se trata de um interesse em particular, mas de interesse coletivo.

análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito. E art. 3o A audiência pública será dirigida pelo representante do Órgão licenciador que, após a exposição objetiva do projeto e do seu respectivo Rima, abrirá as discussões com os interessados presentes).

Figura 29 - Representantes indígenas na Audiência Pública



Fonte: Amplitudes News (2019).

Ainda impactada com as discussões ocorridas na audiência pública, a senhora Genir Pivetta, após ser questionada pelo site Amplitude News, sobre sua expectativa em relação à UHE Castanheira ao lançar algumas interrogações, e apontar várias inquietações que aflige a sua família e a comunidade Pedreira, ela diz:

Para onde vai essa energia? Para quem e para que essa energia? Para onde eu vou? Me fala para onde eu vou? (...) todos são contrários, a comunidade inteira, nós tamos sem dormi, a gente fica sem dormi, e perde o sono, (lágrimas nos olhos) é de preocupação e amor à minha comunidade. É uma comunidade boa, gostosa de se viver, onde todos se conhecem, quando um adoecer todos se ajudam. Então não é preocupação, é amor à comunidade e às pessoas que ali vivem, porque não é uma comunidade é uma família, ali não é dez família! É uma só! Quarenta anos na mesma comunidade. (Entrevista senhora Genir Pivetta ao site Amplitudes News, 2019).

Percebe-se, na fala da senhora Genir, moradora da comunidade Pedreira, ela destaca a preocupação que assombra toda a comunidade, uma vez que, até o momento, todos estão sem saber como será o desdobramento da implantação da usina. Como não tem nada definido, ninguém tem resposta sobre se, de fato, ela será ou não instalada. Enfim, todas essas incertezas causam nos moradores da comunidade Pedreira, angústia, medo, insegurança, insônia, dentre outros sentimentos. Fatores que afetam o psicológico e as relações sociais de todos, sobretudo daqueles que serão atingidos. Nas considerações de Derrosso e Ichikawa (2014, p. 109), um novo território faz com que o sujeito tenha que buscar uma ressignificação da sua identidade, por tudo o que ele simboliza: novos atributos

técnicos, novas relações sociais, proximidade ou não com os seus valores e com a sua cultura.

A Constituição Brasileira de 1988 garante em seu texto que as populações indígenas atingidas por qualquer empreendimento hidrelétrico sejam ouvidas e devidamente consultadas. Porém, uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal - MPF foi justamente em relação ao não cumprimento das oitivas indígenas nas aldeias impactadas, o que corrobora a posição da Funai, que visa sempre garantir que diversas reuniões sejam realizadas nas aldeias para consultas, conforme a lei. (FAINGUELERNT, 2016, p. 253).

Ainda não consta nos documentos apensados, no sistema de análise da Sema, o Estudo de Componente Indígena – ECI. Documento imprescindível na realização dos estudos para implantação de hidrelétricas em território indígenas; nessa concepção Ramos (2018) diz que as lideranças indígenas passaram a denunciar internacionalmente a falta de consulta prévia, aos povos indígenas, por parte do governo brasileiro e outros responsáveis pelos projetos de barragem e construção de usinas hidrelétricas, no rio Xingu.

De acordo com a EPE, o mesmo já foi protocolado na sede da Funai em Brasília e está no aguardo do parecer. A relevância desse estudo está centrada nos apontamentos que apresenta sobre os impactos na cultura da aldeia, dos jovens, das tradições, dos hábitos alimentares, da contaminação dos rios, do aumento da umidade e dos insetos nas comunidades, dentre outras questões.

Ramos (2018) salienta que [...] a Funai foi acionada para criar grupos de pesquisa para tentar dimensionar os impactos da UHE Belo Monte sobre as comunidades indígenas do território do entorno e propor programas de mitigação dos mesmos.

O representante indígena das terras Apiaká, Eduardo Marimã, na reunião de acompanhamento da usina, diz que o seu povo não é contra esses empreendimentos, que venham trazer benefícios para o município, mas primeiro querem discutir os impactos ambientais. Além disso, há a preocupação como na pesquisa realizada por Fainguelernt (2016, p. 257) e o medo da iminente pressão e invasão de suas terras por milhares de pessoas que irão buscar o “prometido emprego e crescimento econômico”.

Eduardo Marimã continua seu depoimento dizendo que na ocasião em que esteve na Câmara Federal, defendendo seu povo, foi surpreendido pelo estudo da UHE em Juara e se impressionou quando soube o tamanho da área que será alagada na região, “isso é um prejuízo grande para a sociedade e temos que discutir realmente com cautela”. De acordo com Ramos (2018), [...] o impacto das políticas de compensação socioambiental da UHE Belo Monte voltadas para os indígenas, são executadas em caráter emergencial, sem planejamento.

Em seu ponto de vista, a Sema já está errando porque a lei diz que para qualquer empreendimento que venha trazer impacto para a vida da sociedade há que se fazer uma consulta prévia, livre e informada, e essa consulta não foi feita

[...] porque os povos indígenas estão instalados aqui pertinho e nunca receberam um comunicado. E muitos falam que os índios não deveriam discutir a questão da usina, porque eles estão do outro lado, mas eles são maiores impactados porque vivem do Rio dos Peixes, e quem conhece a foz do Rio sabe no período de estiagem a sua foz fica totalmente seca e com a construção da usina irá piorar e o peixe não irá subir o Rio (Ata, da Comissão de Acompanhamento de Implantação da Usina Hidrelétrica Castanheira, 2018).

Os indígenas normalmente participam de audiências públicas, ainda mais quando se está em jogo seus modos de vida, território e direitos, uma vez que, conforme Acserald (2012, p.165), o conceito de desigualdade ambiental permite apontar o fato de que, com a sua racionalidade específica, o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas que desequilibrem o meio ambiente e lhe causem danos recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico.

Ramos (2018) salienta que a atual estrutura de oportunidade política, os movimentos ambientalistas, povos indígenas, Ministério Público Federal e a Igreja Católica não possuem poderes suficientes para influenciar os resultados do conflito ao redor da UHE Belo Monte.

Assim, como é comum nos empreendimentos da máquina capitalista, os benefícios destinam-se a alguns poucos, cabendo às minorias, sem representatividade junto ao poder econômico o maior dos custos. Pagam muitas vezes com o sacrifício de suas identidades, quando não são expostos de sua própria dignidade.

A construção de hidrelétricas, dentro ou próxima de seus territórios, pode acarretar uma série de problemas, nos ciclos das águas e da reprodução de peixe, ou seja, interferir nas atividades de busca de alimento, isto é, na subsistência desses povos. Vale ressaltar que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos representantes indígenas de Juara – pois a aldeia fica a 60 km do município e todas as reuniões são marcadas na cidade, fato que gera custos com transporte, alimentação e hospedagem – sempre há representação desse segmento nas reuniões. Afinal, está em jogo não apenas uma forma de viver a que as populações originárias têm direito e devem lutar por ela, mas também está em jogo a manutenção de um ambiente equilibrado a que todos os cidadãos têm direito de usufruir e que pode ser colocado nas mãos de uns poucos para o seu benefício próprio, como uma simples mercadoria.

A questão ambiental, por sua vez, tal como emergiu no último quarto do século XX, relaciona-se tanto à privatização de fato de espaços não mercantis – através da chamada poluição – como à expropriação de áreas de uso comum e recursos territoriais de camponeses, ribeirinhos, povos e comunidades tradicionais com a finalidade de valorizar capitais excedentes. (ACSERALD, 2012, p.165).

Dentre os indígenas, os escolhidos para irem às audiências são sempre aqueles que possuem entendimento sobre a linguística usada nesses eventos, de preferência alguém que saiba falar português e o idioma tradicional. Para poder fazer uma interpretação do que foi falado ou debatido, no caso dos Munduruku de Juara, a maioria entende português, mas sempre utilizam os dois idiomas. Com isso, nota-se a importância que o território e o trabalho têm para eles como elementos definidores da identidade. Tal identidade não permite que os indígenas tratem seu território de forma mercantilizada, pois mantém com ele uma relação muito maior do que uma simples fonte de recursos. Seu território é parte deles, com o qual mantém trocas, como algo muito além da materialidade. Essa forma diferente de perceber o território se distancia muito dos empreendimentos que o percebem apenas como uma fonte de recurso e de lucro, o que certamente gera conflito. Acserald (2012) destaca que

Os processos de produção das desigualdades ambientais, associados às dinâmicas da acumulação por espoliação, através da qual se mercantilizam bens não mercantis, tendem a favorecer a eclosão de conflitos territoriais e

ambientais, uma vez que inviabilizam a existência de diversos grupos cuja reprodução social depende das suas relações com o território, com a diversidade biológica e geofisiográfica (ACSERALD, 2012, p.169).

Em contraponto a essa discussão, o senhor Jurandir Carvalho (Didi), um representante do segmento dos pecuaristas da região e próspero produtor de gado de corte, assim se manifestou:

Que os indígenas que falam do peixe, disso e daquilo, não se esquecem de que o peixe é consumido do jeito em que estamos vivendo, pescando de qualquer jeito ninguém mais vive do peixe e isso tudo passa a ser argumentos vencidos e dá para criar peixes nessas mesmas fazendo hidro e que o indígena como todos nós, andamos de calça, temos computador, telefone celular, televisão por assinatura, nós não somos mais nenhum povo indígena da floresta, então não vamos tumultuar a nossa reunião, o nosso futuro de Juara com grandes investimentos, para aqui se levante uma questão política que não funciona mais e temos que ser práticos e usar o benefício da evolução, do capitalismo e tudo em benefício do nosso município e não colocar pedras no caminho e nada disso vai adiantar (Ata da comissão de acompanhamento de implantação usina Hidrelétrica Castanheira, 2018).

O relato acima, apesar de ter um sentido bastante restrito, não pode deixar de ser visto como tendo as suas raízes na ideologia capitalista, enquanto um sistema econômico social que visa o lucro, sem medir os meios para que isso seja conseguido; o que se sobrepõe aos seus interesses pode ser visto como uma pedra no caminho. Portanto, o desenvolvimento capitalista, pela natureza de suas relações constitutivas, é concentrador e excludente, isto é, usa todos os artifícios possíveis para excluir, tirar de seu caminho aqueles que demonstram um interesse diverso que não seja o lucro. Não é de estranhar que, em se tratando de projetos que envolvem grupos vulneráveis ou comunidades tradicionais, “[...] são encarados, pelos agentes públicos e privados do projeto desenvolvimentista hegemônico, como obstáculos ao processo de acumulação de capital” Acserald (2012, p.169).

Ao mesmo tempo em que está permanentemente incorporando novos setores e esferas da vida econômica, o capital, em sua incessante acumulação, concentra e centraliza os meios de produção e controle da vida social. (VAINER; ARAUJO 1992, p. 13). Percebe-se muito bem esse viés quando as propostas para aqueles que serão atingidos pela instalação da UHE Castanheira são de ordem puramente econômica e financeira, uma vez que definem um período para as desapropriações; fixam um calendário e critérios para o início das indenizações; garantem o

reassentamento para pequenos proprietários (de até 05 alqueires), arrendatários, meeiros, posseiros e, o mais importante, estabelecem que todas as indenizações e os reassentamentos deveriam ser efetuados antes da construção da barragem (DERROSSO e ICHIKAWA, 2014, p. 105).

Tendo em vista que os impactos não afetam apenas as populações de forma a retirá-las de seu lugar, para muitos o lugar de origem, pois ali chegaram há 30 ou 40 anos, como os filhos de alguns ribeirinhos e pescadores, e toda a população indígena, mas insistem em alterar substancialmente seus modos de vida, seu modo de ser e conseqüentemente suas relações sociais e com o ambiente. Em relação a essas mudanças, nada consta nos relatórios, pois não há alternativas que possam ressarcir essas perdas. Por isso, em função das mudanças, muitas foram as dúvidas sobre quem eles são realmente, principalmente pelas perdas que sofreram. Antes, eles eram os ribeirinhos, pois moravam na beira dos rios. Eram ribeirinhos e eram agricultores, pois seu sustento vinha do trabalho com a terra. (DERROSSO e ICHIKAWA, 2014, p. 108), retirados de onde estão e serão privados de suas relações e de seu modo de ser no mundo, o que lhes imprime identidade e lhes dá o sentimento de pertencimento. Se não mais possuírem essas referências, o que lhes restará?

Há, portanto, um claro conflito de interesses entre aqueles que estão no território e que nele percebem-se como parte, uma vez que nele construíram suas identidades, e as agências empreendedoras que percebem no mesmo território uma possibilidade de alferir vantagens econômicas. Há um conflito que precisa ser mediado, pois diante da alegação do desenvolvimento energético como alavanca para o desenvolvimento econômico, donde derivaria o tão esperado desenvolvimento social que atingiria os setores mais vulneráveis da sociedade, inclusive as minorias que ocupam esse território, e a perspectiva dessas minorias, tendo em vista experiências já vivenciadas por outras populações igualmente vulneráveis, não há entendimento. O Estado precisaria mediar essa pretensão que é resistida pelos agentes sociais que podem ser atingidos. Mas não é isso que acontece. Nessa percepção:

Note-se que a atuação do Estado concorre decisivamente para a promoção da desigualdade ambiental e da acumulação por espoliação, garantindo a operação dos mercados, como se pode verificar a partir da análise de

diversos casos que envolvem os negócios capitalistas e os conflitos ambientais a eles associados (ACSERALD, 2012, p.169).

A localidade define-se, então, de forma diacrítica às ideologias territoriais do setor elétrico (Estado, empreendedores e consultores) emergindo, nesse contexto, como esfera de pertencimento espacial e de construção de identidades sociais e políticas. (ZHOURI, OLIVEIRA, 2007. p.128).

Por isso, dentre as críticas à reiterada acusação de que a intervenção das empresas elétricas com vistas à implantação de aproveitamentos hidrelétricos é imposta de fora da região, desconhece suas realidades, e tem sido decidida sem a participação daqueles que sofrerão mais diretamente os efeitos da construção das barragens e usinas. (VAINER; ARAUJO 1992, p. 10). Apesar dos estudos indicarem que os empreendimentos não atingiriam as comunidades, pois estas não margeiam o rio Madeira, representantes dos indígenas alegaram que elas seriam diretamente atingidas pelas alterações que seriam provocadas nos igarapés, afluentes do rio Madeira, que banham suas terras. (Zimmerli, Siena, 2013, p. 12).

Para as populações que serão afetadas e que não se percebem representadas nos diferentes relatórios emitidos sobre os impactos que a implantação de uma UHE pode causar o que lhes traz a clara impressão de não serem devidamente ouvidos em seus pontos de vista, pode ser uma saída uma postura mais conflitiva, como uma forma de defesa. Portanto, os conflitos socioambientais trazem para a atividade o movimento de grupos sociais que se mobilizaram em torno da defesa de suas posições, neste caso, aqueles inerentes à afetação de suas vidas como cidadãos pela realização de duas grandes construções, as UHE do Jirau e de Santo Antônio no rio Madeira, no município de Porto Velho/RO. Zimmerli, Siena, (2013, p.3).

Mas os conflitos socioambientais não são os únicos que são percebidos; há também o conflito étnico, configurado principalmente no tratamento dos conflitos causados pelo empreendimento que parte do confronto da hegemonia dos promotores do evento frente aos atingidos, com uma disparidade de poder e uma correlação de forças desproporcional. Zimmerli, Siena, (2013, p. 15). Nesse sentido, os casos das usinas de Murta e Irapé apontam para a atualização de conflitos entre os quais se contrapõem tentativas de desterritorialização e reterritorialização promovidas pelo Estado, juntamente com grandes empresas privadas, e processos

de reterritorialização distintos que visam à manutenção do território para os grupos locais, os quais re-elaboram identidades e discursos no processo de luta pelo reconhecimento e pela defesa de seus direitos territoriais. (ZHOURI, OLIVEIRA, 2007. p.124).

Ainda nessa concepção de empreendimentos hídricos já construídos e que atingiram as vidas das pessoas

Situações de verdadeira calamidade social reapareceram, como em Manso e Cana Brava, onde centenas de famílias foram condenadas a serem “atingidos informais”, posto que não-reconhecidos pelo empreendedor; sem falar que mesmo os “atingidos oficiais” são indenizados precariamente ou reassentados em terras improdutivas. [...]. É nesse contexto que se situa a busca de diretrizes que preservem os direitos das populações atingidas e, de modo mais amplo, os direitos de toda a população a políticas energéticas ambiental e socialmente responsáveis. (VAINER, 2007, p. 129).

Audiências públicas são o principal mecanismo para participação em processos de licenciamento ambiental no Brasil. Criadas para informar e ouvir o público, as audiências são criticadas por sua baixa capacidade de influenciar decisões, atribuída, entre outros fatores, à realização tardia no processo de licenciamento. Duarte, Ferreira, Sánchez (2016, p. 1075). Não podemos nos esquecer que as audiências públicas são um espaço de debates sobre a temática da usina, do setor hídrico e seus impactos socioeconômicos, ambientais e sociais, e que tem por finalidade apresentar o Rima, com a participação da comunidade local. A audiência é conduzida pela Sema, que tem por função colher informações da população, esclarecer dúvidas dos atingidos e apresentar os projetos de mitigação de impactos ambientais para, posteriormente, emitir o parecer sobre a liberação da construção da usina ou não.

Quanto aos temas abordados, geração de emprego e renda e a reputação da empresa são os mais frequentes, destacados majoritariamente em seus aspectos positivos. Estes temas diferem daqueles destacados na literatura como relevantes para discutir os impactos [...] mostrando a diferença entre a apreciação popular e a técnico-científica dos impactos socioambientais. Duarte, Ferreira, Sánchez (2016, p. 1075) como, por exemplo, a manifestação da ONG Conservação Estratégica, que apresentou estudos de custo/benefício para mostrar a inviabilidade econômica e ambiental da usina, que tem investimento previsto de R\$ 1,5 bilhão que trabalha diretamente com questões ambientais e que tem um corpo técnico igualmente de

respeito. O senhor Pedro Gasparinetti, representante da ONG, revelou prejuízos ao ecossistema, com impacto na regulação climática, além de custos muito elevados quando comparados com outras fontes de energia.

O projeto da Castanheira é um mau negócio. De maneira geral, o Brasil perderia cerca de R\$ 400 milhões pela construção, tanto em termos de ter uma tarifa mais alta do que a gente poderia ter, quanto pelo custo social e ambiental para a população local. A gente viu aqui que ele não é financeiramente atraente em comparação a outras alternativas. A recomendação é que o projeto seja revisto com outras alternativas. Fontes de menor impacto já são competitivas e é importante que o governo dê incentivos econômicos para essas fontes: por exemplo, que não cobre royalties por energia eólica. (Disponível em <https://www.ambientalistas.com/single-post/2018/03/02/Ambientalistas-criticam-projeto-para-construir-usina-no-Rio-Arinos-em-Juara>)

A participação pública é componente importante da Avaliação de Impacto Ambiental - AIA e pode contribuir para a maior transparência do processo decisório, para mais completa identificação dos impactos potencialmente significativos e para a escolha de medidas adequadas para evitar minimizar ou compensar os impactos adversos. Essa posição é justificável, uma vez que o poder de decisão não pode ficar nas mãos de grupos que possuem interesses meramente mercadológicos e que reduzem tudo que tem valor a um determinado preço.

Os sujeitos sociais que procuram evidenciar a importância de uma relação lógica entre injustiça social e degradação ambiental são aqueles que não confiam no mercado como instrumento de superação da desigualdade ambiental e da promoção dos princípios do que se entenderia por justiça ambiental (ACSERALD, 2002, p. 51).

E ainda, Duarte, Ferreira, Sánchez (2016, p. 1076) entendem que essa participação não está adstrita a membros da comunidade, afinal, a preservação tanto do meio ambiente, como das relações que se estabelecem no seio das comunidades a serem atingidas não são de interesse apenas da comunidade local, mas são de interesse geral; portanto, a identificação de outros estudos realizados por organismos de fora da comunidade, mas que, de alguma forma, representam interesses coletivos, não somente aqueles que se alinham aos projetos capitalistas, deveriam ter maior relevância na composição dos relatórios “oficiais” que garantirão a decisão da Sema na implantação ou não da UHE Castanheira.

Entende-se que um meio ambiente equilibrado, onde quer que esteja, é um direito da comunidade humana como um todo, e que os prejuízos que o ambiente sofre atingem a todos indistintamente, até aqueles que provocaram esse desequilíbrio. No entanto, são sempre as populações locais, geralmente as minorias vulneráveis e os grupos tradicionais, que sofrem de forma direta tal impacto, pois os mesmos têm o poder de redesignar o rumo da vida dessas pessoas e seu processo identitário. Por isso, a estratégia ancorada na noção de justiça ambiental, que Acserald (2010, p. 110) afirma, continua tendo razão de ser, pois identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que penaliza sempre os mais despossuídos.

O que pode ser lido no corpo do relatório é que os estudos ambientais da UHE Castanheira exigiram trabalhos de campo e de escritório e foram desenvolvidos por equipes de especialistas em diversas áreas de conhecimento. “Essas equipes identificaram e analisaram as modificações ambientais e sociais que acontecerão com a implantação da usina” (RIMA, 2017, p. 8).

A decisão pelo local para a implantação da usina levou em consideração os aspectos técnicos, econômicos e socioambientais e as medidas possíveis para o controle, redução ou compensação dos impactos socioambientais. No estudo de engenharia da UHE Castanheira foram estudadas cinco diferentes posições para construí-la e também consideradas diferentes tecnologias de projeto e construção. A seleção da melhor posição observou critérios técnicos (condições de construção e de produção de energia), econômicos (custos) e socioambientais (impactos). (RIMA, 2017, p. 21).

É bastante claro o propósito dos estudos realizados no Rima e por isso possuem sua validade, contudo, eles não são suficientes para a compreensão dos impactos gerados pela implantação da UHE Castanheira, uma vez que desconsideram a relação das populações atingidas, sobretudo no que diz respeito ao que lhes é imaterial, como as suas relações com a terra, como os rios, com a natureza e com os demais cidadãos que com eles construíram suas vidas. Quem estudou esses aspectos? Quais são os cientistas identificados no relatório que ouviram essas populações e traduziram as suas inseguranças, incertezas e sofrimentos na linguagem técnica capaz de ser valorada no interior do relatório. Há uma clara instrumentalização do aparato estatal para a defesa dos interesses dos empreendimentos econômicos, o que nos salta à vista quando as avaliações são majoritariamente baseadas em métodos estatísticos que confrontam os danos

possíveis e os investimentos para amenizar seus efeitos. Não há nada que qualitativamente valoriza os depoimentos dos atingidos, traduzindo-os com o mesmo peso para figurarem nos relatórios. Dessa percepção, podemos junto com Acserald (2010, p. 114) dizer que “Os ganhos dos capitais elevam, portanto, o poder político dos capitalistas, assim como sua capacidade de angariar apoio de governos e trabalhadores para mais investimentos”.

A tradução da posição de desvantagem dos agentes que serão atingidos se apresenta de muitas formas, uma vez que sua invisibilidade é causada pela ação intencional das representações do Estado em negligenciar suas petições. Percebe-se que a linguagem popular dos agentes é vista como um elemento menor no contexto da ciência, representada pelos técnicos de diferentes áreas que são alheios ao sentimento desses agentes e que talvez nunca os entenderão suficientemente.

Essas expectativas representam os primeiros impactos à vida social, quando a presença dos técnicos para a realização dos estudos, das reuniões, dos cadastramentos e demais contatos com a população podem gerar incertezas sobre os impactos que possam ocorrer pela implantação do empreendimento. (RIMA, 2017, p. 65).

Os relatórios dão conta apenas de mensurar e prospectar algumas situações que a ciência pode prever. Mas como medir os impactos sofridos pelo deslocamento de comunidades que construíram suas vidas naquele espaço e ali construíram relações e forjaram suas identidades? Quais são os relatórios que prospectam esses impactos? Talvez seja previsível dizer que o “[...] reservatório: terá forma alongada e ocupará área de 9.470 hectares (94,7 km²). A água do rio Arinos vai demorar em média 8 dias para percorrer todo o reservatório, até passar pela usina, período chamado pelos especialistas de “tempo de residência da água” (RIMA, 2017).

O mais difícil é dizer de que forma as expectativas de vida e de projetos de futuro poderão ser construídos para as comunidades ribeirinhas que serão deslocadas, ou para os indígenas que não mais poderão venerar seus solos sagrados, ou para os pescadores que não mais entenderão a dinâmica dos peixes, pois a dinâmica do rio mudará. A materialidade das mudanças pode ser prevista e mitigada, mas não é assim com os bens imateriais intocados no relatório.

Durante o desmatamento e na etapa de enchimento do reservatório, equipes de especialistas serão responsáveis pelo resgate de ovos, filhotes e

animais adultos para posterior soltura em área pré-selecionada. No caso dos animais que se movem com facilidade, estes especialistas irão orientar a fuga deles para áreas seguras. (RIMA, 2017, p. 23).

O tema da participação tem sido amplamente debatido nas ciências políticas, que reconhecem diferentes formas de participação em processos decisórios, atendendo a diferentes objetivos (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2006).

As quatro reuniões que foram analisadas mediante as atas, configuram a pouca participação da comunidade local e principalmente dos que serão atingidos pela futura instalação da usina. Um dos pontos a ser observado é a falta de mobilização por parte dos agentes do legislativo, executivo, e principalmente dos técnicos da usina, conforme relato do senhor Kolinsqui onde se percebe a falta de interesse pelos responsáveis da usina em fazer o processo de comunicação com os agentes que serão atingidos pela instalação da barragem.

Só que nos que é o ser humano, até hoje ninguém nunca caçou nos, ninguém não falou nada para nós, se nós e rã, nos é o que que é, isso que eu acho que é errado, isso a e eu sou revoltado por causa disso, a e pegou número do CPF de cada morador, diz que ia, precisava não sei o que, pegou e levou, mas não explicaram para nos. (Depoimento do senhor Carlos Kolinsqui, Juara, 2019).

Reconhecem-se também diferentes graus de abertura de processos participativos, assim como modalidades de aparente abertura, que se configuram como “maquiagem”, mera aparência ou simples formalidade sem que a participação leve a qualquer mudança ou contribuição real ao tema debatido. Duarte, Ferreira, Sánchez (2016, p. 1078).

Com relação ao enfrentamento de lutas, o atual vice-presidente da Associação de moradores das comunidades Pedreira e Palmital, senhor Zaqueu, pode ser considerado um militante nato. Para debater a questão da usina ele participou de cerca de seis reuniões, sendo duas delas em Sinop (município distante de Juara 320 km), que já vivenciou a instalação de um empreendimento hídrico nos mesmos moldes da usina que está prevista para ser instalada em Juara. As reuniões que aconteceram em Sinop despertaram o interesse do senhor Zaqueu porque o convite foi feito a ele pelos moradores, que também foram atingidos pela usina em Sinop. Por meio deste contato, ele pode dimensionar qual é a realidade dos moradores atingidos naquele local e mensurar o tamanho do conflito que os

moradores da Comunidade Pedreira irão enfrentar em relação à efetivação da UHE Castanheira.

Figura 30 - Obra da Usina Hidrelétrica de Sinop



Fonte: Site <http://amazoniareal.com.br/hidreletrica-de-sinop-1-resumo-da-serie/>

Ele também foi a Brasília, participando de uma comitiva, que abordou a temática da usina. Durante seu depoimento no plenário, o senhor Zaqueu ficou muito triste, ao perceber a falta de interesse dos políticos, que deveriam ser os representantes do povo e de seus interesses, e não de interesses que contrariam o bem comum. Ele reitera que fez seu discurso, porque foi lá para falar e ele falou. Porém, nesse momento o plenário estava vazio, não havia deputados lá e as poucas pessoas presentes não prestaram atenção, por isso ele se sentiu muito desprestigiado. A respeito desta situação vivida, o senhor Zaqueu interroga:

Fala-se que a câmara dos deputados e o senado são a representação do povo, mas como, se quando o povo vai falar não é ouvido? Como que é essa representação? Quem é essa representação? Por que o povo não tem voz? Qual é o valor de uma pessoa, de um indivíduo? Quem são essas pessoas que nos representam e que ao mesmo tempo não nos escutam, representam de que forma? Representa a nós? Ou representa a eles? (Depoimento do senhor Zaqueu, Juara, 2018).

Outro ponto destacado pelo senhor Zaqueu é quanto às reuniões realizadas em Juara, pois ele fez parte da comissão de acompanhamento de implantação da UHE Castanheira, constituída pela prefeitura de Juara. Em uma destas reuniões, ele conta que seu discurso foi calcado em questionamentos tais como: quem vai me dizer quanto vão pagar por nossas propriedades? Quem vai dizer o que vai ser feito conosco? Onde vão nos alojar? Perguntas para as quais não obtiveram respostas.

Porque, segundo ele, as pessoas não respondem, porque ninguém sabe. Ele examina ainda: quem é dono da usina? Quem vai construir a usina? Quem planeja? São mais perguntas sem respostas.

Ele ainda afirma: “nós temos um estudo, nós temos uma equipe, mas essa equipe que está fazendo esse estudo ela também não tem essas respostas, ou se tem não quer dar essas respostas”.

Conforme ressaltam Fleury; Almeida (2013):

Conflito em torno de Belo Monte, cada licença, como síntese das negociações – técnicas e políticas – anteriores a sua emissão, e como signo ou sinalizadora do que estaria por vir, repercutiu imediatamente em posicionamentos dos empreendedores interessados na obra, na articulação ou desarticulação dos movimentos sociais, em protocolos para os órgãos envolvidos e em demandas e recursos para as prefeituras. (FLEURY, ALMEIDA, 2013, p.152).

Esses aspectos são vistos pelos atingidos, por essas famílias, por esses sitiante, como uma forma de os deixarem sem voz, sem esclarecimento, como se fossem apenas marionetes, deslocados e jogados de um lado para o outro, em prol de uma sociedade.

7.3 A materialização dos impactos sociais nas emoções e sentimentos dos atingidos pelas barragens

As pessoas são o principal alicerce das organizações, uma vez que sem elas nada toma forma, isto é, a civilização e todos os seus desdobramentos são produto humano. Nesse contexto, as pessoas não devem ser percebidas apenas como recursos, pois, uma vez consideradas seres intelectuais, dotadas de inteligência, sentimentos e aspirações, são sujeitos e podem posicionar-se e buscar o desenvolvimento de suas competências em vista de seus valores e crenças em diferentes aspectos de sua existência.

Lembrando o que Almir Sater⁴⁵ canta, em uma de suas melodias mais populares, a música “Tocando em frente”, é impossível não compreender que “cada um de nós compõe a sua história, cada ser em si carrega o dom de ser capaz, de ser feliz”. Entretanto, esse não é um mundo capaz de efetivar a utopia da música,

⁴⁵ Letra completa em Anexo II.

ao menos, não para todos, afinal, Sartre já renunciava o quanto “O inferno são os outros⁴⁶”. Talvez, pareça um discurso um tanto quanto dramático, mas essas são alegorias possivelmente capazes de revelar o paradoxo da vocação humana à felicidade, ao mesmo tempo que é infernizado pelo outro. Elas são apresentadas aqui, com o intuito de tentar traduzir o que ocorre com os afetados pelo projeto de implantação da UHE Castanheira, até o presente momento, ainda que tal situação não se concretize.

Ribeirinhos, pescadores e comunidade indígena certamente carregam consigo o dom de ser feliz porque criam suas próprias ideias de felicidade e realização pessoal. Mesmo em condições adversas, são capazes de se fazerem presentes e fortes quando preciso e de seguir vivendo com dignidade nas terras que escoheram e fizeram germinar.

A utopia da felicidade é abalada também pela presença de outros interesses, que alegadamente detentores do conhecimento, da ciência, do saber chancelado pelas titulações expressas nos relatórios, indicam a esses povos, muitos deles originários do próprio local, um novo projeto de vida, que não é o deles. Seus saberes e conhecimentos, acumulados em tantos anos de interações sociais e com o meio, de nada valem nas tomadas das decisões, tanto que os impactos são medidos em fauna e flora, como se os impactos sofridos desde agora pelos agentes não fizessem parte do que acontece às áreas afetadas como se o homem não fizesse parte do ambiente.

É dessa forma que o agente social, o ser humano, é retirado do seu meio para que a viabilidade dos projetos seja aprovada. Esse outro, a quem Sartre se refere como o “inferno”, atua poderosamente para retirar dessas populações o direito de autodeterminar-se num ambiente que ocupam há décadas, ou séculos, no caso das comunidades indígenas. De um momento para o outro, os conhecimentos do seu senso próprio não são considerados como elementos de validade para as decisões, pois quem decide não são pessoas capazes de compreender o que não vivem, dando mais ênfase ao que os mercados impõem do que ao que a necessidade humana precisa, apesar de haver espaços para que essas demandas sejam reconhecidas.

⁴⁶ GONÇALVES. Aline Ibaldo. O PROBLEMA DO OUTRO EM SARTRE. Dissertação de Mestrado, Santa Maria/RS, 2012. 76p.

Percebe-se em diferentes momentos dos relatos e na própria necessidade de tradução de muitos documentos formais que os atingidos, por não terem conhecimento específicos sobre os processos de planejamento de usina, utilizam nas audiências e outras reuniões os seus aspectos emocionais para tentarem mostrar a sua relação com o espaço/território. Santos (2007) aponta o território como o *locus* em que a história é construída e onde se manifesta plenamente a forma original desses grupos de ser e estar no mundo, a existência mesma se manifesta.

Nas reuniões organizadas pelos técnicos da EPE, foi percebido que os atingidos quando têm oportunidade de falar, utilizam das suas emoções e sentimentos em contraponto às pesquisas e parecer dos técnicos que elaboraram os relatórios EIA e Rima, que justificam e embasam o parecer favorável à construção da usina.

Conforme destacam Fleury; Almeida (2013):

[...] Há cerca de quarenta anos a obra está presente nos planejamentos governamentais e no imaginário da população local como uma possibilidade eminente, foi nos últimos anos que esse processo atingiu o seu ápice: dos planejamentos se passou às licenças de autorização do empreendimento, da distante possibilidade se passou ao início das obras. A construção da usina de Belo Monte começou a ganhar materialidade, acirrando os conflitos ao seu redor. Fleury e Almeida (2013, p.146).

Compreende-se que os impactos à fauna e à flora, basicamente, bem como as atividades sociais e econômicas, podem ser realmente mitigados, mas o essencial, que está na preservação de um modo de ser, forjado nas relações dessas comunidades com os seus territórios, onde se manifestam suas relações materiais e imateriais, não são passíveis de mitigação. O ganho energético que viabilizará o empreendimento não pode ser substituído por outras matrizes que não a UHE? E se não puder ser substituído, o benefício energético gerado justificará o dano material e imaterial trazidos a essas populações?

Sobre essas e outras questões, a não ser outras estritamente técnicas, os técnicos não se manifestam. Fazem bem, pois não devem dizer sobre o que não sabem. Após suas falas nas reuniões, os técnicos nunca concediam entrevistas aos meios de comunicação que acompanhavam o evento, com a justificativa de não estarem autorizados a falarem pela usina, e sim estavam a trabalho de conscientização da população. Assim, no papel de “conscientizadores” não se colocam como aprendedores e ouvintes das experiências do outro. Negam que os

ribeirinhos, pescadores e indígenas, de posse dos seus sentidos próprios de realidade, os instrua em seus saberes.

O comportamento humano passa então a ser fator primordial e decisivo, tanto para a produtividade das emoções, quanto para o desempenho das relações sociais. Como é o caso dos sujeitos a serem atingidos pela construção da usina, que são seres dotados de sentimentos, emoções, medos e expectativas. Elementos que influenciam diretamente os espaços de convivência, conforme relata dona Maura em relação à possibilidade de saída de suas terras, se acontecer a instalação da usina. Ao ser indagada sobre qual o significado da terra para ela, a mesma responde que, se tiver que deixar a terra

[...] é a morte que vai vim, um lugar que eu estou há 30 anos, aqui, só aqui. [...] Agora se sair essa usina, for preciso de eu ir pra cidade, eu vou chegar cedo e à noite eu já vou começar a morrer, a gente vai ficando triste, vai pensando, é a única coisa que eu tenho, eu tenho essa preocupação aqui, mas se não fosse isso eu estava tranquila, tranquila aqui, isso me deixa muito, muito preocupada, porque se é do jeito que o povo fala, eu não entendo, porque se for preciso tirar a gente tira tudo daqui, e eu não aceito de jeito nenhum isso, e diz que tem que aceitar se for preciso tem que aceitar, é a única coisa. (Depoimento de dona Maura, Juara, 2019).

Na mesma direção, senhor Zaqueu diz que a comunidade Pedreira envolve sentimentos de crescimento individual, das pessoas em suas conquistas. Mas há ainda o reconhecimento e a realização de seus sonhos, tanto aqueles de cunho familiar, quanto os de ordem econômica, como ter sua propriedade como meio de produção. Ele diz também que todos da comunidade dependem das tarefas que realizam no seu trabalho com a lavoura, na plantação e na criação de animais. E que tais fatores são motivacionais, pois provocam a satisfação nas pessoas.

[...] eu sou uma pessoa muito sentimental, porque ali tem um trabalho de vários amigos que hoje já não estão mais juntos com nós, deixou filhos, deixou netos, mas arregaçaram a manga da camisa e trabalharam naquilo ali, e deixou para nós uma história, isso aí é uma história [...]. (Depoimento do senhor Zaqueu, Juara, 2019).

Para outro integrante da comunidade, senhor Carlos Kolinski, falar da usina lhe causa uma “coisa ruim” (sic), por isso ele não gosta nem de ouvir essas palavras, porque fica muito triste. Quando perguntado sobre qual o significado da terra, ele lança as seguintes perguntas: [...] aonde nós vai (sic)? Tem que ter pensamento positivo né? Deus arruma um outro lugar, se tiver que sair né? Mas, que nós quer

(sic) que sai, não, né?! Mas, a gente não manda em nada, né?! (Depoimento do senhor Carlos Kolinski).

Senhor Divino foi um entrevistado que deixou transparecer a sua autoconfiança e determinação, mas também fortes suposições sobre a natureza do mundo, o papel que a organização exerce no mundo, a natureza dos relacionamentos humanos, como a verdade é alcançada e como administrar o tempo e espaço, principalmente quando ele fala sobre o significado da terra em sua vida.

Eu vivi ali uns 30 anos, e para você pegar e deixar, sair, como diz o outro, se a água bater na bunda o que você tem que fazer? Você tem que correr. Você não vai deixar chegar no pescoço! Mas, é difícil. Não é fácil. Eu, falando a verdade, eu não pretendo sair dali não, só se não tiver jeito mesmo. Mas, eu e outros que moram lá também, e, que ama o lugar que mora, que é a nossa região lá, então a gente vamos fazer de tudo para ver se fica lá. Só se for no último caso mesmo de morte, porque aí não tem jeito, se for para você morrer é melhor você sair, mas é difícil. (Depoimento do senhor Divino, Juara, 2019).

Aqui, senhor Divino trabalha com a terra como significado de vida, um dos motivos e aspirações, das crenças, dos valores da sua propriedade. As relações do outro não existem enquanto existe apenas para eu, o que significa que uma forma de relacionamento, o amor, solidariedade são indispensáveis para construir uma sociedade igualitária.

A busca de desenvolvimento do indivíduo torna suas ganâncias por adquirir mais bens e produtos e faz com que o progresso, em função de um desenvolvimento coletivo, fique mera expectativa de geração de emprego, sem ter resultados sociais capazes de manterem o equilíbrio da sustentabilidade econômica, social e financeira nas comunidades atingidas.

7.4 O capital técnico em detrimento do capital social

O que se percebe claramente nos relatos trazidos é que a realidade traduzida pelos agentes afetados pela UHE não possui respaldo técnico para serem assumidos como relevantes nas decisões. Em outras palavras, os impactos à vida dessas pessoas são vistos apenas como “sentimentalismos” e não como fatores que

impactam modos de ser e estar no mundo, modos de existir que são originais e que poderão desaparecer nas águas da barragem. Em um dos seus relatos, senhor Zaqueu diz

Que que eu posso dizer para o professor, porque em certa áreas eu não tenho certo conhecimento, se é que a usina diz que tem que construir, que precisa, o que que precisa, o Brasil está faltando energia, que são áreas que eu não entendo bem, uns diz que está faltando, outros diz que está sobrando, eu não sei, eu até, umas pessoas que me acompanham diz que nós temos muita energia, outros dizem que não, é uma briga política, é uma politicagem que tem em cima disso, um diz que sim outro diz que não, eu acharia assim professor, se é que está precisando eu disse lá em Brasília isso a e, eu não quero prejudicar nada, o crescimento do nosso país, o desenvolvimento de nosso país, de Juara e de nosso estado [...]. (Depoimento do senhor Zaqueu, Juara, 2019).

A imposição do poder das autoridades, mesmo aqueles que deveriam tentar traduzir os impactos na vida dessas pessoas, não a partir de suas próprias crenças, mas sob a ótica dos afetados, confirma-se na postura dos entrevistados. Muito do que sentem não pode ser traduzido em palavras, que muitas vezes lhes faltam, mas os seus gestos corporais e suas expressões ao falarem do tema, dizem muito do que não é dito. O pesar no olhar, o descontentamento frente ao pouco crédito que é dado aos agentes sociais afetados pode ser sentido na fala do senhor Divino.

As autoridades não vão acreditar nisso, eles não vão acreditar em mim. Eles vão acreditar no poder deles, eles acham [o mesmo que o senhor Divino] não, isso aí vai dar lucro para Juara. Vai dar é coisa nenhuma! (Depoimento do senhor Divino, Juara, 2019).

Assim como na fala do senhor Divino, fica evidenciado no relato de dona Maura que é confirmado o capital intelectual dos técnicos quando se refere a seu poder no conhecimento, “Abaixo de Deus eles são maiores, eles fazem de nós o que querem, porque o pobre hoje em dia já não está mesmo bem”. (Depoimento de dona Maura).

Em outro depoimento sobre o sentimento de impotência a respeito das decisões, é levantada a questão da legitimidade legal sobre a terra, uma vez que legitimidade moral dos agentes sociais não resulta em consideração nas decisões. Mas, o mesmo depoente, senhor Carlos Kolinski traduz o sentimento de impotência, de “mãos amarradas”

Eu tenho medo o que estou contando, tenho medo de não sair, e não sabemos nem pra onde vamos, porque se fosse comparação, fizesse uma reunião, chegasse e contasse, aqui nos dá em terra em dinheiro, vocês não vão ser prejudicados, tudo bem assim nós tínhamos uma esperança, mas ninguém fala nada, que nem a Jeninha falou aquele dia lá, nós temos lá as mãos amarradas, não sabe nada, isso aqui é nosso, nós temos o documento daqui, não estou contando que eu fui daqui em Juara não sei quantas vezes e voltei a pé, porque alguma coisa era pra fazer né, e depois disso, vem a pega e manda embora, (Depoimento do senhor Carlos Kolinski, Juara, 2019).

Todo capital, sob qualquer forma que se apresente, exerce uma violência simbólica assim que é reconhecido, ou seja, desconhecido em sua verdade de capital, e impõe-se como autoridade exigindo reconhecimento. Bourdieu (2013, p. 113). E é esse o processo que se identifica na relação dos agentes atingidos com o que lhes é dito, ou não dito, por parte da empresa de pesquisa energética ou pela Sema. Seus dados e informações exigem que sejam acreditados e relevados no convencimento desses agentes.

Basta destacarmos a composição dos técnicos que preparam os relatórios e os relatos dos agentes sociais que dão forma à sua própria realidade.

[...] no mercado de bens simbólicos e que se materializam em símbolos oficialmente reconhecidos e garantidos, signos de distinção, índices de consagração e diplomas de carisma como os títulos de nobreza ou os títulos escolares, marcas de respeito objetivadas exigindo as marcas de respeito, pompa e aparato que têm por efeito não somente manifestar a posição social como também o reconhecimento coletivo que lhe conferimos pelo simples fato de autorizá-lo a fazer semelhante demonstração de sua importância. Bourdieu (2013, p. 114).

Percebe-se que o capital técnico⁴⁷ nas organizações pode ser considerado o seu principal diferencial estratégico, pois são os capitais intelectuais que reverberam nas elaborações dos relatórios técnicos como os Estudos de Impactos Ambientais/EIA e Relatório de Impacto Ambiental/Rima – documentos essenciais nos pedidos de licenciamentos de empreendimentos hídricos que possam causar danos ambientais ao meio ambiente. Uma questão de sobrevivência para os atingidos é entender as terminologias técnicas desses relatórios que se justificam como impulsionadores do desenvolvimento local e regional.

⁴⁷ Assinam os relatórios EIA e Rima, nove graduados, dois especialistas, 14 mestres, um doutor e quatro pós-doutores, conforme Rima (2017).

Na primeira reunião para debater a construção da usina, um dos convidados foi o ex-secretário de meio ambiente da prefeitura de Sinop, senhor Rogério. Ele acompanhou todo processo de planejamento e implantação da usina hidrelétrica daquele município, no rio Teles Pires, em Sinop. Durante sua fala na reunião, Rogério chamou a atenção para o fato de o pessoal da EPE, responsável pelo trabalho em Juara, “*ser muito astuto*”. Em sua opinião, eles tentam passar por cima de tudo e ir diretamente para a audiência pública e, no caso de não haver demanda, já encaminham o licenciamento, momento em que é concebida uma licença prévia e licença de ocupação de solo, seguida por posterior licitação para efetivação da construção da usina (Ata da comissão de acompanhamento de implantação UHE Castanheira, 2018).

Na mesma reunião, o prefeito de Juara (gestão 2018 – 2020), disse que “gostaria que a sociedade realmente se manifestasse, porque quem conhece as necessidades do município são as pessoas que aqui residem”, ainda de posse da palavra, o prefeito disse que é submisso às pessoas da comunidade, mas sabe que é necessária uma assinatura, por isso se posicionou como favorável à montagem da comissão de acompanhamento de implantação da UHE Castanheira. O mesmo disse ainda, “que se for preciso assinar o termo de uso e ocupação do solo, que seja a vontade das pessoas e ele enquanto estiver no cargo não agirá de forma isolada”. (Ata, da comissão de acompanhamento de implantação UHE Castanheira, 2018).

Diante desse cenário, foram emergindo novas formas de gestão e condução da apresentação dessa proposta de implantação de usina hidrelétrica. Enquanto os agentes atingidos, sem conhecimento técnico-científico suficiente, enfrentavam as etapas de planejamento, com a dificuldade de decodificar as termologias dos técnicos, conforme relata seu Divino.

Foi em 2013, se não me engano, veio umas mulheres, umas biólogas, eu acho do Rio de Janeiro. E, como eu era presidente, aí foram em casa, e eu acompanhei essas reuniões. Umas cinco ou seis reuniões, eu acompanhei. Porque sempre quando elas vinham, elas ligavam para mim, “olha tem uma reunião ali e é para o senhor participar”. Só que, desde o começo que elas falavam que, até 2020 era estudo, então elas falavam, e ela nunca deu uma posição para: “você vai ganhar tanto, vai receber tanto”. Não! Nunca deram essa sugestão para nós saber. (Depoimento do senhor Divino, Juara, 2019).

Percebe-se pelos relatos do senhor Divino que o planejamento desses megaempreendimentos hídricos, ao menos para os atingidos, não apresenta

respostas, só incertezas. Pois são eles que terão que se deslocar de seus territórios e áreas de produção, deixando para trás bens materiais e imateriais. O ribeirinho complementa sua fala dizendo

[...] não é fácil, pra ficar tudo debaixo d'água, coisa triste, e a usina vai sair em 2020, eu tenho 2 ou 3 anos, mas você fica descartado, eu estou lá, temos uns piquetes para formar e por vaca leiteira, aí você fica pensando: “eu faço, ou não faço?” Aí você fica descartado, sem rumo, fica perdido. (Depoimento do senhor Divino, Juara, 2019).

Como prosseguir a vida, se não tem respostas e nem certezas do futuro? Com o planejamento da usina em suas terras, só resta, na opinião da maioria desses cidadãos, apelar a Deus para os livrar das injustiças, que poderá advir com os impactos sociais e ambientais. Dona Maura, por exemplo, diz que mesmo não sendo frequentadora assídua da igreja, nesses momentos, pensa em quem poderá ajudá-los em relação à usina? E vê como a melhor saída “rezar e pedir a proteção divina”, porque “abaixo de Deus eles são maiores, eles fazem de nós o que querem, porque o pobre hoje em dia já não está mesmo bem”. Enquanto isso, senhor Divino conta sobre sua angústia e preocupação.

Angústia, pois você fica preocupado, você viveu aquele tanto tempo ali, agora que você podia desfrutar porque a gente está velho e podia desfrutar pertinho da cidade, porque aqui na cidade eu não aguento ficar, então eu estou lá no mato, lá e sossegado, lá você tem uma galinha para cuidar, você tem um porco para tratar, lá você está sossegado, você vem aqui pra rua você vai ficar de braços cruzados, e outra, uma comparação, se Deus o livre acontecer, dessa usina sair, o que acontece, a hora que eles falarem assim, há a usina da Castanheira está saindo, pessoal então vai comprar terra, se tem terra que vale 30 mil, eles vai comprar aqui agora e 40, e aí, você vende lá não sei o preço que vale quanto, e vai dar conta de comprar, a onda você vai dar conta de comprar? Nunca mais, nunca mais você dá conta de comprar, aí você vai fazer o quê? Já está velho não aguenta desbravar, não aguenta pelo menos, vamos supor o meu está limpo, qualquer uma foicinha lá, vou lá e dou uma limpadinha, agora eu vou pegar um lugar bruto aí que nem sei onde que é, vou abrir, vou roçar, entrar no trator e desmatar, não pode desmatar, então é difícil, não é fácil, eu mesmo não sei parar na cidade, eu tenho que ficar no mato, fica difícil. As autoridades não vão acreditar nisso, eles não vão acreditar em mim, eles vão acreditar no poder deles, eles acham não, isso aí vai dar lucro para Juara, vai dar é coisa nenhuma! (Depoimento do senhor Divino, Juara, 2019).

Dona Maura, que não teve oportunidade de estudar, lembra que a terra é a única forma de recompensa do pobre, onde ele pode deixar sua marca, por meio do

cultivo do solo e da produção de alimentos, para sua subsistência. Ela continua sua fala dizendo o seguinte:

eu queria deixar minha fala lá para o Presidente, para esses grandes. Porque eles estão por dentro dessa usina, pedindo para eles pelo amor de Deus, não constrói essa usina aqui não, porque eles vão derrotar com muitas vidas, e essa que eu queria deixar, não é pra aqui, e para eles lá que pedindo pelo amor de Deus muda essa usina para longe daqui, outro rio que não tenha essa destruição aqui, com tanto pobre que tem aqui que trabalhou, está de idade com a vida bem acabada, pedindo a eles que não façam essa usina aqui não, que se uma pessoa que está já bem para o fim da vida que está pedindo eles, e que já nasceu no serviço trabalhando, e agora tem esse pedacinho de terra pra viver, e está pedindo para eles isso aí, é o que eu peço. (Depoimento dona Maura).

Portanto, considera-se que a vivência no seu espaço é de fundamental importância para os agentes sociais que serão atingidos pela futura instalação da UHE Castanheira. Ainda que tenha havido a participação da comunidade de Juara, nas reuniões, oficinas e audiência pública, só quem sabe e passa por situações de deslocamentos percebe a realidade das transformações nas suas vidas e no meio em que estão inseridos. Conforme ACSELRAD, (2002) do lado dos atores da modernização ecológica - ambientalistas conservadores ou empresários ambientalizados - nenhuma referência é feita, por exemplo, à possibilidade de existir uma articulação significativa entre degradação ambiental e injustiça social.

O processo de mobilização dos agentes sociais para as reuniões em vista da preparação da comunidade para as audiências públicas é bastante sintomático do papel atribuído a esses sujeitos. O que temos percebido, pelo conteúdo aqui descrito, é que as informações disponibilizadas para toda a comunidade, bem como os meios escolhidos para que elas cheguem até os interessados, não consideram as peculiaridades dos agentes diretamente envolvidos no processo de implantação da UHE Castanheira.

Isso posto, podemos configurar essa situação quando as comunicações oficiais são feitas por meio de publicação em diário oficial que, apesar de ser um meio formal que atende aos ditames da legalidade, não se torna eficiente em seu propósito que é chegar até os interessados. Difícil visualizar o acesso dos índios, ribeirinhos e pescadores às páginas do Diário Oficial da União. Nesse contexto, fica perceptível a evidência do racismo ambiental, conforme aponta:

Os sujeitos sociais que procuram evidenciar a importância de uma relação lógica entre injustiça social e degradação ambiental são aqueles que não

confiam no mercado como instrumento de superação da desigualdade ambiental e da promoção dos princípios do que se entenderia por justiça ambiental! (ACSELRAD, 2002, p. 52).

Assim, o contexto dos agentes, seus limites de acesso e outros obstáculos, pouco importam, desde que a formalidade seja cumprida. Vista sob esse prisma, essa forma de comunicação configura-se como uma violação do direito à informação, não pelo seu conteúdo material, mas pela forma como ele é disponibilizado, o que atenta diretamente sobre o direito que esses agentes possuem de tomarem parte de todo o processo de implantação da UHE Castanheira como protagonista e não como espectadores.

Da mesma forma, as oficinas realizadas em centros urbanos e em dias de trabalho para muitos dos agentes interessados em participar, quando contam com pessoas que representam maciçamente o comércio das regiões que serão aquecidas pela demanda de novos trabalhadores, nos dão uma pista importante no que diz respeito a oportunizar a participação dos agentes sociais que serão atingidos pela UHE Castanheira. Se esses agentes não participam, uma vez que o local, os dias e as condições que cercam o evento, não levam em conta os seus limites, como podem os trabalhos serem afirmados como resultado da participação da comunidade? Que comunidade realmente está representada nesses trabalhos, que realidade foi refletida, problematizada em vista da compreensão dos impactos da construção da UHE Castanheira? A representatividade dos participantes se fundamenta principalmente nas atividades econômicas da região, como comércio e prestação de serviços, o que pode ser corroborado por:

Tal dinâmica implica que os grupos econômicos relacionados ao agronegócio, ao setor de mineração, energia e construção pesada integrem os setores estruturantes do poder econômico e político no país, cujos interesses se mostram centrais na conformação do capitalismo brasileiro e na sua relação com o capitalismo mundial a partir dos anos 1990. (ACSERALD, 2012, p.169).

Para esse segmento, a construção de qualquer empreendimento nas proximidades de sua cidade significa um aquecimento em suas atividades que não importa o tempo que vão durar, nem os efeitos que poderão causar em médio e longo prazo, ou mesmo que, depois das obras, a cidade se esvazie. De que forma esses interesses podem ser legítimos na representação da comunidade se a mesma não é formada apenas por esse segmento? A ausência de representação de

indígenas, ribeirinhos e pescadores não pode ser avaliada como apenas descaso ou desinteresse, uma vez que aspectos como a mobilidade dessas pessoas, o local para esses encontros e os dias de atividades não consideraram as suas peculiaridades. Essa pouca visão do entorno e dos contextos desses agentes faz com que a sua importância participativa seja relativizada e por isso suas vozes não são ouvidas, não porque não existem, mas porque os ouvidos não se colocam em processo de escuta.

Há muitas vozes que se levantam e expõem o que sentem a respeito da implantação da UHE Castanheira e elas fazem um coro quase uníssono em não apoiar o empreendimento, uma vez que o mesmo os atingiria frontalmente, não apenas em relação ao seu patrimônio material, mas sobretudo em relação ao seu patrimônio imaterial, que jamais poderá ser repostado em lugar ou tempo algum. São inúmeros os relatos emocionados sobre o sentimento da possível perda de suas referências espaciais que apontam para o dano irrecuperável que a UHE Castanheira poderá gerar. Vale ressaltar que

A distribuição desigual dos danos e riscos ambientais entre os diferentes grupos sociais mostra-se, assim, inerente ao processo em curso de acumulação capitalista: desigualdades ambientais e acumulação por espoliação são os mecanismos pelos quais os capitais têm obtido ganhos de rendimento por vias não mercantis, contando com o apoio político e financeiro do Estado [...]. (ACSERALD, 2012, p.182).

Muitos depoimentos acenam para um questionamento bastante importante que é a geração de benefícios para a comunidade ou para a nação em vista dos malefícios que o projeto poderá causar. Na simplicidade daqueles que tem um senso próprio para refletir a sua vida e seus interesses, os benefícios da usina não serão proporcionais ao que ela gerará de prejuízos. Os agentes afetados, sejam índios, pescadores ou ribeirinhos, jamais poderão ter de volta suas relações sociais que foram forjadas no seio daquele espaço, o que leva muitos a se perguntarem se terão tempo de vida para recomeçarem tudo novamente. Não é apenas tempo de vida, mas ânimo para novamente empreender, fazer projetos, realizar sonhos que estavam à mão e que lhes podem ser tomados.

Importante ressaltar que muitos agentes se percebem impotentes diante do que lhes é afirmado pelos técnicos nas suas raras aparições, ou mesmo pela mídia ou outras formas de acesso a alguma informação sobre a implantação da UHE Castanheira. O sentimento de impotência desses agentes não vem pela sua falta de

legitimidade em defender a não implantação da usina ou da continuidade de sua forma peculiar de viver, mas advém do enfraquecimento de seus pontos de vista em relação à sua própria vida e do direito que possuem de se autodeterminarem. A falta de confiança nos seus motivos, como se suas vidas fossem descartáveis, leva a uma postura de acomodação como se nada pudesse ser feito diante dos impérios que desejam a implantação da usina. Todavia, esse sentimento é construído de uma forma que está longe de ser ocasional, mas se dá de forma deliberada quando a voz desses agentes não vê representatividade nos meios de comunicação, por exemplo, quando não ganham espaço nos relatórios técnicos que, mesmo falando de fauna e flora, não incluem a pessoa, o ser humano, o agente social no contexto dos atingidos.

A ausência de técnicos que representem conhecimentos sobre pessoas, gente, ser humano, além dos inúmeros biólogos e geólogos, mestres e doutores no assunto, é um dado importante na desconsideração dos agentes como protagonistas desse processo e que precisam e devem ser ouvidos. O capital intelectual, que é legitimado pelos agentes nesse processo de violação de alguns de seus direitos, tem um igual correspondente no capital social, advindo do senso próprio desses agentes e que necessita ser evidenciado de forma clara e distinta, da mesma forma precisa ser valorado como parte de tudo que precisa ter importância na esfera das decisões.

Portanto, esse capítulo mostra que a participação dos agentes pode ser bastante questionável, podendo ser considerada apenas uma teatralização de que as demandas burocráticas se utilizam para, protocolarmente, atenderem às exigências normativas sem, contudo, garantir a participação efetiva dos interessados na efetivação ou não do empreendimento energético. A falta de condições de igualdade na participação e na produção dos argumentos por parte dos agentes evidencia o lugar onde são postos pelo próprio Estado que, ao não reconhecer a importância das demandas dessas minorias, avilta um dos princípios importantes da democracia que é o reconhecimento dos direitos das minorias. Resta a essas minorias a ausência do Estado em lhes reconhecer a representatividade, levando-as a um lugar de subserviência e de resignação, bem diferente do que tem por direito, o que corrobora a ideia de que esses agentes não são respeitados no seu direito de relacionarem-se com o meio ambiente onde estão, pois são aliçados dos processos

que conduzem os rumos de uma história que lhes diz respeito e que lhes atinge diretamente.

CONSIDERAÇÕES

Para iniciar as considerações dessa tese – tarefa nada fácil – optei por revisitar a trajetória percorrida, pois concordo com Sayad (2000) quando diz que o passado, que é o “ter-estado”, não pode jamais tornar-se novamente presente, pois a irreversibilidade do tempo não permite. Portanto, essas considerações iniciam, não a partir de uma tentativa de recriar o passado, mas pela retomada de alguns pontos, que nesse momento, parecem mais pertinentes.

O intuito inicial da pesquisa era compreender o que o processo de implantação de uma UHE pode causar na vida de comunidades atingidas. Nesse caso, em específico, como a UHE Castanheira, atingiria os indígenas Munduruku, os ribeirinhos e os pescadores? Assim, a atenção foi voltada para as relações entre o Estado, a empresa energética e os agentes sociais, com vistas a identificar se haveria a manifestação do que denominamos de racismo ambiental.

Iniciaram-se as reflexões pensando em como a vida social dos indígenas Munduruku, dos ribeirinhos e dos pescadores, tornou-se um obstáculo em relação ao empreendimento da UHE Castanheira, pelo menos, quanto ao processo de planejamento da mesma, visto que a reação contrária e a resistência desses habitantes da área a ser atingida, vai ao encontro do desejo capitalista do setor hídrico. Para tanto, o paralelo estabelecido com o poema “No meio do caminho tinha uma pedra”, de Carlos Drummond de Andrade, foi de suma importância para o processo reflexivo, no decorrer do desenvolvimento do trabalho, posto que suscitou uma interessante correlação entre o nome da comunidade “Pedreira” e o que ela representa em relação aos interesses do Estado e das empreiteiras, ou seja, tais habitantes, bem como suas ações, são as pedras no caminho da implantação da usina.

Ao longo da imersão teórica e a empírica, percebi que a questão não poderia ser reduzida ao impacto gerado pela implantação da usina a essas populações, ou, em como isso afetaria seus processos de acesso à terra, ao rio, e às formas de produzir alimentos da vida social, mas era preciso compreender como esse processo impactaria a forma de existir desses agentes. Tal processo investigativo levou-me diretamente às formas de reação de cada segmento dos possíveis atingidos pela futura implantação da UHE. Reiterando que a simples possibilidade da existência da

usina – que ainda não está em construção – já causa impacto na vida dos sujeitos pesquisados, tirando-lhes o sono e perturbando suas atividades cotidianas de lida com a terra, com o rio e com o território.

Por meio da pesquisa empírica pude perceber que esses agentes se sentem alijados do direito de decidir sobre a própria vida porque, tanto a Sema, quanto a EPE, órgãos representantes do Estado, não são capazes de promover diálogos efetivos, entre a população de futuros atingidos, a comunidade em geral, o Estado e a companhia responsável pela implantação da usina. De maneira geral, esses órgãos produzem discursos sociais sobre o inevitável progresso e a incapacidade de tais populações em compreender essa demanda, por não terem capital intelectual suficiente para tanto. Ao colocar os atingidos como ignorantes, que não entendem a necessidade do progresso, os órgãos do Estado suplantam qualquer possibilidade de compreensão da realidade, bem como da subjetividade desses povos. Desse modo, com a iminência da implantação da UHE, reduz-se ao mínimo a possibilidade e a capacidade desse povo continuar compondo sua própria história. Suas vozes se fazem presentes, no entanto, os ouvidos atentos para a escuta efetiva não são uma realidade.

Compreender o ser humano envolve, em grande medida, colocar em pauta a dinâmica humana do desejo, esses podem ser expressos tanto pelos sonhos sonhados solitariamente, quanto por aqueles sonhados conjuntamente. Não é possível retirar os desejos humanos do contexto social do qual emergem. Os ribeirinhos, pescadores e indígenas da etnia Munduruku, que poderão vir-a-ser atingidos pelas águas da UHE Castanheira, por se sentirem enraizados nessa região, sonham tendo sempre como ponto de partida esse local e, muitas vezes e por várias questões, tais sonhos acabam sendo circunscritos a esses mesmos territórios. É a partir daí que veem o mundo, com todas as suas cores, odores e sabores; é onde criam suas possibilidades de ser e de existir de forma única, ou seja, é desde o enraizamento nessa localidade que forjam suas identidades.

Para ACSERALD, (2012), estes processos de redefinição de identidades e direitos talvez permitam compreender o recurso a novas tecnologias de controle e vigilância do espaço empreendidas, não apenas por empresas capitalistas, mas também por agências estatais.

Pois, o lugar onde o indivíduo se encontra, alavanca seus sonhos, por exemplo: uma ponte pode ser o sonho comum de uma comunidade onde há um rio difícil de transpor, assim como locais impróprios para cultivo e/ou a falta de terra própria podem despertar o sonho com o “pedacinho de chão” – expressão corriqueira entre os ribeirinhos –, no qual possam produzir para subsistência ou comercialização; até mesmo o domínio das corredeiras de um rio, ou a compreensão dos ciclos da “Mãe Terra” podem constituir sonhos a depender de onde se encontra, de qual é seu lugar no mundo e de qual território habita. Por isso é que a possibilidade de transformação e mesmo extirpação desses espaços, sem muita atenção ao que dizem os habitantes locais (possíveis atingidos), pode ser caracterizada como racismo ambiental para com os agentes sociais pesquisados.

Na vida do pescador, o racismo ambiental se manifesta, dentre outras maneiras, ao impossibilitá-lo de “trabalhar com o peixe”, posto que, quando da efetiva construção da usina, esse pescador deverá deixar o rio, que servirá então de fonte de produção de energia elétrica.

Percebe-se racismo ambiental também nas tentativas de negação da relação dos índios Munduruku, dos pescadores e ribeirinhos com a região do rio Arinos. Relação essa construída ao longo do tempo, que imprime o caráter ao modo de ser e estar no mundo desses agentes sociais por diferentes gerações. A relação desses sujeitos com seus “pedaços de chão” é repleta de sentido e de significado.

Racismo ambiental pode se configurar ainda pela inferiorização das memórias, dos bens imateriais (aqueles que não têm preço) da comunidade, do sentimento de pertencimento ao espaço, no qual os sujeitos pesquisados planejam terminar suas vidas.

No decorrer desse trabalho foi importante realizar o entrecruzamento de fatores materiais e emocionais, o que possibilitou, por exemplo, mostrar como a relação do pescador com o rio, e mesmo com o peixe, não é meramente funcional. Aliás, tal entrecruzamento colaborou para a verificação de que os saberes e a experiência do pescador com o peixe não se reduzem à percepção desse último como simples objeto de troca ou produto meramente mercantilizável, mas como uma espécie de sujeito que pode cooperar ou não com ele.

Um dos elementos que ajuda a forjar o caráter dos membros das comunidades pesquisadas é a capacidade de sonhar, ou melhor dizendo, a

capacidade de projetar o futuro. Ao ter a solidez garantida pelo “pedaço de chão”, enraízam-se nesse lugar, como consequência alargam a capacidade de sonhar, de empreender e de realizar. Os relatos demonstram que o sonho em comum da maioria dos agentes é estabelecer uma relação com a terra, dela sobreviverem e nela produzirem o seu sustento. Percebe-se que a relação desses sujeitos com a terra não se reduz à mera exploração, pelo contrário, é de afetividade, pois a terra lhes dá o sustento e em troca eles cuidam dela, ao mesmo tempo em que a habitam e lhe dão sentido. Nessa dinâmica, a terra passa a integrar, quase que com vida própria ou como um elemento autônomo, as vidas dos sujeitos pesquisados e que, por isso mesmo, precisam ser respeitadas.

Os depoimentos apontam que a mera possibilidade de implantação da usina faz com que os agentes em foco nessa tese revejam seus planos e alteram seus ritmos de vida, apesar de não terem abandonado definitivamente suas rotinas, têm imensa dificuldade em projetar o futuro. Então, mesmo antes de sua efetivação, algumas das consequências provocadas pela usina (ou pela ideia de usina) são a capacidade de solapar os sonhos dos sujeitos pesquisados, por meio do racismo ambiental a ribeirinhos, pescadores e indígenas Munduruku, da mesma forma que a implantação de dúvidas recorrentes sobre a extensão de áreas alagadas, pois eles se perguntam se poderão ou não sobreviver da terra, se poderão continuar a ter uma relação com o seu “lugar” e, em caso negativo, o que lhes restará? Tamanhas são a insegurança e a incerteza que a situação instala imensos danos emocionais nas vidas dos envolvidos. Fatores que ultrapassam indagações de ordem econômica ou cultural, pois dizem respeito à dimensão de existência e de identidade pessoal e de grupo.

Em coro quase uníssono, ribeirinhos, pescadores e indígenas Munduruku não apoiam o empreendimento, uma vez que, o mesmo, quando efetivado, os atingirá frontalmente, não apenas em relação aos patrimônios materiais, mas, sobretudo, em relação ao patrimônio imaterial, que jamais poderá ser repostos em lugar ou tempo algum. São inúmeros os relatos emocionados sobre o sentimento da possível perda de suas referências espaciais, que apontam para o dano irrecuperável que a UHE Castanheira poderá gerar.

Um dos contrapontos à visão de perdas levantado pelos sujeitos envolvidos é a geração de benefícios, principalmente econômicos, para a comunidade ou para a

nação, perspectiva suscitada pelo discurso social endossado pelo Estado, pela empresa responsável pela construção da usina e ainda pela mídia. Importante ressaltar que os indígenas, ribeirinhos e pescadores percebem-se impotentes diante do que lhes é afirmado pelos técnicos da EPE, que reiteram por meio do capital intelectual, que lhes é próprio, os benefícios da usina para a região do Vale do Arinos. No discurso técnico oficial, endossado pelo Estado, os benefícios serão difusos, pois não se sabe exatamente quem são os beneficiados, uma vez que podem alcançar toda uma população; mas no discurso subliminar, os benefícios têm destinatário certo, as empresas que exploram os empreendimentos energéticos sob a égide do capitalismo mais desumano. Por outro lado, toda a carga dos malefícios do empreendimento e seus efeitos colaterais têm nome e endereço certos, pois são rapidamente identificáveis: índios, pescadores e ribeirinhos do presente e do futuro.

Todavia, na percepção daqueles que possuem senso crítico mais aguçado, os benefícios da usina não serão proporcionais ao que ela gerará de prejuízos. Mais uma vez, o racismo ambiental se manifesta aos agentes afetados, pois dificilmente eles poderão reestabelecer as relações sociais que foram forjadas no seio daquele espaço. Nesse contexto, muitos deles se interrogam se terão tempo de vida para recomeçar. A questão não se refere apenas ao tempo de vida (já que muitos são idosos), mas ao ânimo para voltar a empreender, fazer projetos, realizar sonhos.

Atrelado ao sentimento de impotência desses agentes, vem a injustiça ambiental, que não se relaciona apenas com a legitimidade ou a falta dela, em defender a não implantação da usina, mas advém do enfraquecimento das opiniões e mesmo dos direitos dos sujeitos envolvidos em decidirem os rumos de suas próprias vidas.

A falta de confiança da sociedade em geral leva a uma postura de acomodação, quiçá de paralisação, por parte dos agentes em questão. Provocando a sensação de descartabilidade de suas vidas, ocorre uma potencialização da impotência desses sujeitos, como se nada pudesse ser feito para frear os interesses das empresas do setor hídrico que desejam a implantação da usina. Toda essa gama de sentimentos não é construída de forma ocasional, mas é provocada deliberadamente, por exemplo, quando a voz desses agentes não vê representatividade nos meios de comunicação, ou quando não ganham espaço nos

relatórios técnicos que, mesmo falando de fauna e flora, não incluem a pessoa, o ser humano, o agente social no contexto dos atingidos.

Por meio de leitura, observação e análise de documentos, depoimentos e materiais midiáticos relacionados às audiências públicas sobre a implantação da UHE Castanheira foi possível perceber que, mais uma vez, o racismo ambiental se faz presente. Nesse caso, ele se manifesta na forma como são conduzidas as participações dos agentes nessas instâncias, que mais se assemelham a uma teatralização, do que a um real processo de licenciamento ambiental que atenda às exigências normativas e garanta a participação efetiva dos interessados na implantação ou não do empreendimento energético. A falta de condições de igualdade na participação e na produção dos argumentos por parte dos agentes evidencia o lugar onde são postos pelo próprio Estado que, ao não reconhecer a importância das demandas dessas minorias, avilta um dos princípios importantes da democracia, que é o reconhecimento dos direitos de tais minorias.

Os espaços das audiências públicas estabelecidas em lei são acima de tudo um campo político, mas também são arenas de lutas e resistências, e não podem ser apenas um instrumento ritualístico no processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos hídricos, que amplia as desigualdades sociais dos indígenas, ribeirinhos e pescadores, pois, não bastam os atingidos participarem do processo da barragem, querem ter o poder de decidir sobre suas vidas no seu território.

Desde o início, a presente pesquisa procurou lançar diversos questionamentos que motivaram as reflexões e a tessitura desta tese. No entanto, com o fechamento desse ciclo, muitas outras interrogações surgem, tais como: Uma vez dispersada a comunidade, o que restará aos seus agentes? O sentimento de pertença poderá sobreviver sem o grupo e sua relação com a terra? O que significará a desagregação dessa comunidade na vida dessas famílias e na vida de cada pessoa? Para onde irão? Que tipo de relações manterão? Terão tempo de se enraizarem novamente, ou serão apenas errantes em um pedaço de terra que não será seu “chão”? Todas essas questões colaboram para a compreensão de que o racismo ambiental é algo que se configura, quando o direito de os sujeitos continuarem a ser quem são é negado. Todavia, isso não pretende ser uma resposta definitiva, mas a abertura de um olhar para futuros trabalhos e pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ivy de Souza. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. Revista **Opinião Jurídica**, v. 12, 2013.

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco. Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 5. P. 49-60. jan./jun. 2002. Editora UFPR.

_____. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental estudos avançados** 24 (68), 2010.

_____. **DESIGUALDADE AMBIENTAL E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: O QUE ESTÁ EM JOGO NA QUESTÃO AMBIENTAL?**. e-caderno CES 17, 2012.

_____. **DESIGUALDADE AMBIENTAL, ECONOMIA E POLÍTICA**. Astrolobio, Revista Nuvea Época. N.11, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **Estado de Exceção**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2004.

ALBUQUERQUE, Elizabeth Maciel de. “**Avaliação da Técnica de Amostragem “Respondent-Driven Sampling” na Estimação de Prevalências de Doenças Transmissíveis em Populações Organizadas em Redes Complexas**”. Rio de Janeiro, julho de 2009. Dissertação 99 p.

ALVES, José Luis. **Porto dos Gaúchos, no Coração da Selva: Uma história real**, Unigráfica, 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma Poesia**. Ed. Pindorama, 1930. Graña Drummond.

ANDRIOLLI, Carmen Silvia. **Do Caminhar ao Deslizar do Lápis: O Mapeamento da Memória de Colonos e Colonas de Uma Antiga Fazenda Cafeeira**. Teoria & Pesquisa, jul/dez 2006.

ARAUJO, Frederico Guilherme B. Identidade e território enquanto simulacros discursivos. de. In: ARAUJO, Frederico Guilherme B. de; HAESBERT, Rogério (org.). **Identities e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Autores: Amélia Cristina Alves Bezerra... [et al.] Rio de Janeiro: Access, 2007. P. 13 – 32.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (Bola de Neve): Uma Técnica Metodológica para Pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. **Anais... X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. 2011.

BANDINI, Claudirene Aparecida de Paula; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **História Oral**. V. 2, n. 14, p. 255-284, jul.-dez. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROZO, João Carlos. **Em Busca da pedra que brilha como Estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai – Diamantino**. Cuiabá – EduUFMT. 2007.

BASÍLIO, Sallum Junior. (et al) orgs. **Identidades**. São Paulo: Editora universidade de São Paulo. 2016.

BISINOTO, Leila Salomão Jacob. **ATITUDES SOCIOLINGÜÍSTICAS EM CÁCERES-MT: efeitos do processo migratório**. Dissertação, UNICAMP. 2000.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Queroz Editor. 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social e Poder Simbólico**. Texto em francês da conferência pronunciada na Universidade de San Diego, em março de 1986.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa-Rio de Janeiro: DIFEL-Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. MME – Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Energia. **Proposta de Modelo Institucional para o Setor Elétrico**. Brasília, 2003.

BRITO, Cristóvão. **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 11 out. 2017.

BURITI, Catarina de Oliveira. BARBOSA, Erivaldo Moreira. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL: OLHARES SOB UMA PERSPECTIVA JURÍDICA E HISTÓRICO-AMBIENTAL**. In.: **Veredas do Direito**, Belo Horizonte. v.11. n.22. p.225-254. Julho/Dezembro de 2014.

CANDIDO, Antonio. **OS PARCEIROS DO RIO BONITO estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Ouro sobre azul. 11ª ed. Rio de Janeiro, 2010.

CAMPOS. *et al.* **Pescadores artesanais da Bacia de Campos**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 481-501, jul 2016.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTRO. Renato Cardozo Alvares de. **AS OITIVAS INDÍGENAS NO CASO DO LICENCIAMENTO DA BARRAGEM DE BELO MONTE**. Rio de Janeiro, 2014. Dissertação, 82 p.

COELHO NETO, A. S. **Componentes definidores do conceito de território: a Multiescalaridade, a Multidimensionalidade e a Relação Espaço-poder**. Disponível em: <www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/603>. Acesso em: 12 agosto . 2017.

COLUCCI, Danielle Gregole; SOUTO, Marcus Magno Meira. Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações. **Geografias** v. 07, n. 1, p. 114-127, janeiro-junho de 2011, Belo Horizonte MG.

CARNEIRO. Maria José. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. ANO 9, 22, 2º SEMESTRE. ESTUDOS FEMINISTAS. 2001.

CRUZ, Valter Carmo. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, F. G. B.; HAESBERT, R. (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 93-122.

DAADDY, Márcia Dayane Vilhena, SANTOS, Cesar, BRANDÃO, Rúbia Maielli Lima, AMANAJÁS, Renan Diego; RIBEIRO, Ana Beatriz Nunes. **Pesca do apaiari, *Astronotus ocellatus* (Agassiz, 1831), e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais de uma região da Amazônia brasileira**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 11, n. 2, p. 363-378, maio-ago. 2016.

DERROSSO. Giuliano Silveira. ICHIKAWA. Elisa Yoshie. **A Construção de uma Usina Hidrelétrica e A reconfiguração das Identidades dos Ribeirinhos: Um Estudo em Salto Caxias, Paraná**. Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XVII, n. 3, p. 97-114, jul.-set. 2014.

DOURADO, Auceia Matos; VARGAS, Maria Augusta Mundim. **Entre Tradições e Traduções: Identidade Territorial nos Assentamentos de Reforma Agrária**. Disponível em: <www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo9.pd>. Acesso em: 27 setembro. 2017.

EPE. RIMA - **Relatório de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica Castanheira**, 2017.

EPE. EIA - **Estudo de Impacto Ambiental UHE CASTANHEIRA**, 2015.

EPE, Slides. **Planejamento do Setor Elétrico e a Questão Ambiental**, 2008. <https://slideplayer.com.br/slide/381027/> acesso em 12/09/2016.

FAINGUELERNT, MAÍRA BORGES. **A Trajetória Histórica do Processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XIX, n. 2, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. EDUFBA. Salvador, 2008.

FELDMAN-BIANCO, Bela; HUSE, Donna. Entre a Saudade da Terra e a América: mulheres imigrantes. In.: **Estudos Feministas**, p. 96-121, 1995.

FELFILI, Jeanine Maria. Fragmentos de florestas estacionais do Brasil Central: diagnóstico e proposta de corredores ecológicos. In: COSTA, R. B. (Org.). **Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na Região Centro-Oeste**. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2003, p. 195-263.

FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. **Educação Escolar Indígena Apiaká-Kayabi em Juara-MT: Resistência e Desafios**. 2014. 180 f. Tese (Dissertação de Doutorado), 2014.

FILHO. Manoel, Theodoro dos Santos. **Zé Paraná o Desbravador da Amazônia**. Editora Alvorada. 1979.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREITAS. Marcelo Bessa de. RODRIGUES. Silvio Cesar Alves. Determinantes sociais da saúde no processo de trabalho da pesca artesanal na Baía de Sepetiba, Estado do Rio de Janeiro. In.: **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.24, n.3, p.753-764, 2015.

FLEURY. Lorena Cândido. ALMEIDA. Jalcione. **A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: CONFLITO AMBIENTAL E O DILEMA DO DESENVOLVIMENTO**. Ambiente & Sociedade n. 4 São Paulo v. XVI, p. 141-158 n out.-dez. 2013.

GARCIA, *Marie-France*; GARCIA-PARPET, M. Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na plantation açucareira nordestina. In.: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. V. 1. EDUNESP, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIL, Antônio. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES. Aline Ibaldo. **O PROBLEMA DO OUTRO EM SARTRE**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria/RS, 2012. 76p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde**: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN Publicações, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeni. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999, p. 169-189.

_____. RAMOS, Tatiana T. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização a multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo. 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, 2005.

HERCULANO, Selene. **O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental**. INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Territórios de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 36-84.

JORNAL A FOLHA DO VALE. **Ambientalistas criticam projeto para construir usina no Rio Arinos em Juara**. Disponível em: <<<https://www.a-folhadowale.com/single-post/2018/03/02/Ambientalistas-criticam-projeto-para-construir-usina-no-Rio-Arinos-em-Juara>>> Acesso em 08.05.2018

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

_____. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

_____. **A Aposta pela Vida: Imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul.** 6. ed., Petrópolis RJ: Vozes 2016.

LUCENA, Célia Toledo. SABERES E SABORES DO PAÍS DE ORIGEM COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO. **Cadernos CERU**, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008.

LEME, Alessandro Andre. **A REFORMA DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL, ARGENTINA E MÉXICO: CONTRASTES E PERSPECTIVAS EM DEBATE.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 33, p. 97-121, jun. 2009.

LEME, Alessandro Andre. **Reforma do Estado e privatização na década de 1990: o setor elétrico em perspectiva.** Revista de la Red de Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea Año 5, N°8, Córdoba, Junio- Noviembre 2018.

LEMOS, Chélen Fischer de. **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONFLITOS AMBIENTAIS NOS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS: os casos de Tijuco Alto e Irapé.** Dissertação. Rio de Janeiro. 1999.

LEOPOLDI, José Sávio. **De Caçadores de cabeça a índios urbanos – A saga dos índios Munduruku.** 1ª Ed. Chiado. 2016.

MARTINS, Rodrigo Constante. Fronteiras entre desigualdade e diferença na governança das águas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XVIII, n. 1, p. 221-238, jan./mar. 2015.

_____. **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre socialidades rurais contemporâneas.** EduFSCar. 2014.

_____. Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2007, p. 233-267.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. CUNHA, Manuela Carneiro da. (Orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC:** [livro eletrônico] São Paulo: SBPC, 2017. 448 p.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MERCEDES, Sonia Seger Pereira. RICO, Julieta A. P. POZZO, Liliana de Ysasa. **Uma revisão histórica do planejamento do setor elétrico brasileiro** REVISTA USP São Paulo n. 104p. 13-36 janeiro/fevereiro/março 2015.

MENEZES, Marilda. THIBES, Mariana Zanata. **Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs**, de 23 a 27 de outubro de 2017, em Caxambu - MG. ISSN 2177-3092.

MILLS, C. Wright. Do Artesanato Intelectual. In: **A Imaginação Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MUNDURUKU, Marcelo. **Programa de Redução de Impactos Sócio Ambientais e Culturais Aldeia Nova Munduruku - Juara-MT**, para empresa de Construção da Usina Hidrelétrica Castanheira – Juara-MT, 2016.

NORA. Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA a problemática dos lugares. In: **Les lieux de mémoire. I La République**. Paris, Gallimard, 1984, p. XVIII – XLII. Tradução autorizada pelo Editor. Editions Gallimard, 1984. Projeto História. São Paulo: PUC. p. 7-28. 1993.

PACHECO, Tania. 2007. “Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour”. In: **Development in Practice**. Aug. 2008, Vol.18(6). Versão em português disponível em: http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1869, sob o título “Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor”.

_____. **Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania**. Superintendência de Recursos hídricos. Bahia. Justiça pelas Águas: Enfrentamento ao Racismo ambiental. Salvador. 2008.

PAIVA, E. B. A Construção da Identidade Indígena em Fontes de Informação. XVI **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB), Anais**. Disponível em: www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/.../3082. Acesso em: 12 setembro 2017.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

PEREIRA, Maria Florice Raposo. **O ESPAÇO NA SOCIOLOGIA CLÁSSICA**. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 85-93, mai./ago. 2013.

PERICO, Rafael Echeverri. **IDENTIDADE E TERRITÓRIO NO BRASIL**. Brasília: IICA, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tânia; LEROY, J. P. **Injustiça Ambiental e saúde no Brasil o mapa de conflitos**. Ed. Focruz. 2013.

PORTO. Marcelo Firpo. PACHECO. Tânia. **Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil**, Tempus. Actas em Saúde Coletiva, vol. 4, n. 4, p. 26-37. 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 11, n. 2, p. 391-414, maio-ago. 2016.

RAMOS, André Marconato. ALVES, Humberto Prates da Fonseca. **Conflito socioeconômico e ambiental ao redor da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 46, p. 174-196, agosto 2018.

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia) (Traduzido do italiano por Fátima Murad). In: **Ratzel**. MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). São Paulo: Editora Ática, pp. 32-107, 1990. 200p.

REMPEL, Claudete.; SUERTEGARAY, Dirce. Maria. Antunes.; JASPER, A. Aplicação do sensoriamento remoto para determinação da evolução da mata nativa na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta – RS – entre 1985 e 1995. **Pesq Ser Bot**, v. 51, p. 101-112, 2001.

ROSA, L.P. SIGAUD L. ROVERE, E.L. **Estado, Energia Elétrica e Meio Ambiente: O Caso das Grandes Barragens**. 1995. Rio de Janeiro. p. 100-115.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALLUM, Brasílio Junior. *et al.* (Org.). (2016) **Identidades**. SP, EDUSP, 2016.

SANT'ANA Daniela Alves Braga. **Alianças Multifacetadas – colonização de Juara**. 2009.

SANTOS, Anadalvo J. dos. *et al.* Produtos não madeireiros: conceituação, classificação, valoração e mercados. **Floresta**, Curitiba, v. 33, n. 2, p. 215-224, 2003.

SANTOS, Erick Silva dos. CUNHA, Alan Cavalcanti da. CUNHA, Helenilza Ferreira Albuquerque. **USINA HIDRELÉTRICA NA AMAZÔNIA E IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS SOBRE OS PESCADORES DO MUNICÍPIO DEFERREIRA GOMES-AMAPÁ**. Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XX, n. 4, p. 197-214. out.-dez. 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Milton. O retorno do território. IN: **OSAL: Observatório Social de América Latina**. Año 6 no. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton. *et al.* **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007. 3ª Ed.

_____. Milton. **O chão contra o cifrão**. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 fev.1999. Caderno Mais, p.5.

SATO, Michèle. Debatendo os Desafios da Educação Ambiental. Rio Grande do Sul, **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, 2001.

SAYAD, Abidelmalek. O retorno elemento constitutivo da condição do imigrante. Revista especial Travessia. Pub. do CEM – ano XIII, Janeiro. 2000.

SCHNEIDER, L. C.; FIALHO, D. M. **Identidade, Território e Paisagem no Contexto do Ordenamento Territorial**. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13374/2540>>. Acesso em: 09 out. 2017.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *RBCS*. nº 18, ano 7, São Paulo, 1992.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes **Errantes do fim do século** .-São. Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. - (Prismas).

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros de; MORAES, Lara Abrão de. **Política & Sociedade**. Vol. 15 - Edição Especial, Florianópolis, 2016.

SILVA, Wilson Matos. **Bugre ou Índio? Como tratar o nativo brasileiro?** Disponível em <<https://www.progresso.com.br/variedades/bugre-ou-indio-como-tratar-o-nativo-brasileiro/65047/>> Acesso em 25 mai 2019.

SILVA, Adriano Prysthon da. **Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos**. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SUETEGARAY, D. M. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales** – Universidad de Barcelona, Barcelona, n. 93, p. 07-15, jul., 2001. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn93.htm>> Acesso em: 05 out. 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa** (vol. 1). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. **EPE – Empresa de Pesquisa Energética. Nossa História**. 2005.

_____. **EPE - Empresa de Pesquisas Energéticas, Nossa História**. Rio de Janeiro. 2016.

_____. **A EPE e as transformações do setor energético brasileiro 2005 – 2016**. Rio de Janeiro. 2016.

VAINER, Bernardo Carlos. Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, 2007.

_____. Conceito de “Atingido”: Uma Revisão do Debate e Diretrizes. In: **Projeto Setor Elétrico, Território e Meio Ambiente, que se desenvolve no âmbito do ETERN** – Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, 2002.

VAINER. Bernardo Carlos. ARAUJO. Frederico Guilherme B. de. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro. CEDI, 1992.

WEBER, Max. **Metodologia de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez-Unicamp, 1992.

_____. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZHOURI. Andréa. **JUSTIÇA AMBIENTAL, DIVERSIDADE CULTURAL E ACCOUNTABILITY**. Desafios para a governança ambiental. RBCS Vol. 23 n. 68, outubro/2008.

_____. OLIVEIRA Raquel. **Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas**. Ambiente & Sociedade. Campinas v. X, n. 2, p. 119-135, jul.-dez. 2007.

ZIMMERLI. Eduardo Renato, SIENA. Osmar. **Conflitos socioambientais decorrentes da construção das usinas de Santo Antônio e de Jirau no Rio Madeira**. Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 89-104, out./dez., 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Este roteiro de entrevista tem como objetivo compreender as diferentes dimensões da formação histórico-cultural, por meio de relatos de memórias, da etnia indígena Munduruku, aldeia Nova Munduruku, da terra indígena Apiaka-Kayabi. Para tanto, alguns tópicos serão constitutivos do processo de geração de dados.

a) Origem e trajetória

Conte-nos sua origem e trajetória antes de chegar à aldeia Nova Munduruku.

Como era a relação com os não indígenas na sua comunidade de origem?

Conte-nos o que motivou sua vinda.

Conte-nos sobre a vinda.

Quem veio junto? Quantas pessoas?

De que forma as pessoas vieram?

E quando chegaram aqui?

b) Chegada à terra indígena Apiaka-Kayabi

Conte-nos sobre a chegada à terra indígena Apiaka-Kayabi.

O destino de chegada foi o município de Juara? Ou outro município?

Qual foi seu sentimento ao chegar?

Em que local você chegou aqui na terra indígena?

Conte-nos como você foi recebido pelas pessoas que já residiam neste local que você chegou.

Quando você chegou, como era a relação com o não indígena?

Conte-nos sobre a fundação da aldeia Nova Munduruku.

Como se formou?

Quais pessoas estavam com você?

O que motivou a fundar a aldeia?

c) Viver na aldeia Nova Munduruku

Conte-nos a história da aldeia Nova Munduruku

Conte-nos sobre a vida na aldeia Nova Munduruku

Como é o dia a dia?

Do que as pessoas vivem?

Como é o casamento?

Como é a relação com os não índios?

Recebem muitas visitas de não índios?

Como é a relação com as demais etnias indígenas?

Como é a relação com os parentes de outras aldeias?

Recebem visitas?

Fale um pouco sobre os jovens?

Como é a educação tradicional indígena?

E a educação escolar? Antes da fundação da escola

d) Aspectos educacionais

Conte-nos a história da escola, desde a fundação até os dias atuais.
Como funciona a escola? turmas? turno? professores? formação?
Em termos de recursos e de infraestrutura quem é responsável pela escola?

e) Aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais

Conte-nos sobre a caça, a coleta de castanha e frutas e a plantação do povo Munduruku na região.

Conte-nos sobre a cultura do povo Munduruku.

Tradições? língua? costumes?

Conte sobre as atividades sociais e culturais tradicionais do povo Munduruku.

f) Aspectos relacionados à UHE Castanheira

Como ficou sabendo sobre a construção da usina?

Qual foi o primeiro contato com o pessoal responsável pela usina?

Qual sua opinião em relação à construção da usina?

O que mudou depois de saber que a construção da usina irá atingir sua propriedade?

Já participou de reuniões promovidas pelos representantes da usina?

Descreva os momentos das reuniões com os representantes da usina.

Como a comunidade está articulando para enfrentar as mudanças causadas pela construção da usina?

Como a usina afetará sua vida?

Suas terras serão alagadas?

A construção da usina atingirá apenas questão financeira da sua propriedade?

Será fácil mudar da sua propriedade em função da construção da usina?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com os ribeirinhos

Este roteiro de entrevista tem como objetivo compreender a história de vida dos atingidos pelo planejamento da construção da UHE Castanheira, por meio de relatos de memórias, dos povos ribeirinhos. Para tanto, alguns tópicos serão constitutivos do processo de geração de dados.

a) Origem e trajetória

Conte-nos sua origem e trajetória antes de chegar à comunidade da Pedreira.

Conte-nos o que motivou sua vinda.

Conte-nos sobre a vinda.

Quem veio junto? Quantas pessoas?

De que forma as pessoas vieram?

E quando chegaram aqui?

b) Chegada à comunidade da Pedreira

Conte-nos sobre a chegada à comunidade.

O destino de chegada foi o município de Juara? Ou outro município?

Qual foi seu sentimento ao chegar?

Em que local você chegou aqui em Juara?

Conte-nos como você foi recebido pelas pessoas que já residiam neste local que você chegou.

Quando você chegou, como era a comunidade?

Conte-nos sobre a fundação da comunidade.

Como se formou?

Quais pessoas estavam com você?

O que motivou a fundar a comunidade?

c) Viver na comunidade

Conte-nos a história da comunidade

Conte-nos sobre a vida na comunidade

Como é o dia a dia?

Do que as pessoas vivem?

Como é o casamento?

Como é a relação com os moradores?

Recebem muitas visitas?

O trabalho em comunidade, os mutirões

Fale um pouco sobre os jovens?

Como é a educação?

E a educação escolar? Antes da fundação da escola

d) Aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais

Conte-nos sobre a caça, a coleta de castanha e frutas e a plantação na região.

Conte-nos sobre a cultura, religião, festa.

Tradições? Costumes?

Conte sobre as atividades sociais e culturais tradicionais do povo.

e) Aspectos relacionados à UHE Castanheira

Como ficou sabendo sobre a construção da usina?

Qual foi o primeiro contato com o pessoal responsável pela usina?

Qual sua opinião em relação à construção da usina?

O que mudou depois de saber que a construção da usina irá atingir sua propriedade?

Já participou de reuniões promovidas pelos representantes da usina?

Descreva os momentos das reuniões com os representantes da usina.

Como a comunidade está articulando para enfrentar as mudanças causadas pela construção da usina?

Como a usina afetará sua vida?

Suas terras serão alagadas?

A construção da usina atingirá apenas questão financeira da sua propriedade?

Será fácil mudar da sua propriedade em função da construção da usina?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PESCADORES

Este roteiro de entrevista tem como objetivo descrever as relações, memórias e identidades dos atingidos pelo planejamento da construção da UHE Castanheira com os pescadores artesanais, em Juara/MT. Para tanto, alguns tópicos serão constitutivos do processo de geração de dados.

a) Origem e trajetória para a pesca

Conte-nos sua origem e trajetória antes de chegar à atividade de pesca

Como era a relação com atividade de pesca?

Conte-nos o que motivou sua lida com a pesca.

Conte-nos sobre a vida e a pesca.

Quem veio junto? Quantas pessoas?

De que forma as pessoas vieram?

E quando chegaram aqui?

b) A lida com a pesca

Conte-nos sobre a primeira ida na pescaria como profissional?

Qual foi o rio ou espaço da pesca?

Conte-nos como você foi recebido pelas pessoas que já pescavam neste local que você chegou.

Conte-nos sobre a relação com os outros pescadores da comunidade.

c) Viver de pescado

Conte-nos a história da atividade de pesca

Como funciona a limpeza dos peixes?

Quais materiais são utilizados para sua pescaria?

Como adquiriu as embarcações para pescaria?

Como é o dia a dia?

O que os pescadores fazem nos momentos de descanso na pesca??

Tem festas, religião cultura e comida?

D) Ações que tem relação com a usina

Como ficou sabendo sobre a UHE Castanheira?

Qual seu primeiro contato com a UHE Castanheira?

A notícia foi informada pelas autoridades municipais ou estaduais?

Você tem conhecimento das etapas de planejamento de usina?

Os responsáveis da usina fizeram reunião com os pescadores?

A instalação da usina afeta a vida de vocês em quê?

O que você entende por indenização das atividades de pesca?

Qual a relação à usina hoje e os pescadores que serão deslocados da região de pescaria?

O que é audiência pública sobre usina?

ANEXOS

ANEXO I - NO MEIO DO CAMINHO

(No Meio do Caminho, poema de Carlos Drummond de Andrade publicado em 1928 na revista de Antropofagia e incluído na antologia Alguma Poesia, de 1930).

“No meio do caminho tinha uma pedra

tinha uma pedra no meio do caminho

tinha uma pedra

no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento

na vida de minhas retinas tão fatigadas.

Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra

tinha uma pedra no meio do caminho

no meio do caminho tinha uma pedra”.

ANEXO II - TOCANDO EM FRENTE

(Renato Teixeira/Almir Satter, 1990).

Ando devagar porque já tive pressa
 E levo esse sorriso porque já chorei demais
 Hoje me sinto mais forte mais feliz, quem sabe
 Eu só levo a certeza de que muito pouco eu
 sei, e nada sei

Conhecer as manhas e as manhãs
 O sabor das massas e das maçãs
 É preciso amor pra poder pulsar
 É preciso paz pra poder sorrir
 É preciso chuva para florir

Penso que cumprir a vida seja simplesmente
 Compreender a marcha e ir tocando em frente
 Como um velho boiadeiro levando a boiada
 Eu vou tocando os dias pela longa estrada,
 eu vou
 Estrada eu sou

Conhecer as manhas e as manhãs
 O sabor das massas e das maçãs
 É preciso amor pra poder pulsar
 É preciso paz pra poder sorrir

É preciso chuva para florir
 Todo mundo ama um dia
 Todo mundo chora
 Um dia a gente chega no outro vai embora
 Cada um de nós compõe a sua história e
 Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
 E ser feliz

Conhecer as manhas e as manhãs
 O sabor das massas e das maçãs
 É preciso amor pra poder pulsar
 É preciso paz pra poder sorrir

Ando devagar porque já tive pressa
 E levo esse sorriso porque já chorei demais
 Cada um de nós compõe a sua história e
 Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
 E ser feliz.